



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO COMUNICAÇÃO, CULTURA E
AMAZÔNIA**

AIRTON SOUZA DE OLIVEIRA

**Territorialidades de Enunciações: as Amazônias na
Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro**

BELÉM/PARÁ

2024

AIRTON SOUZA DE OLIVEIRA

**Territorialidades de Enunciações: as Amazônias na
Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Letras e Comunicação, no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará para o processo de obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, na linha de pesquisa Comunicação, Cultura e Sociabilidades na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro

BELÉM/PARÁ

2024

AIRTON SOUZA DE OLIVEIRA

**Territorialidades de Enunciações: as Amazônias na
Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Letras e Comunicação, no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará para o processo de obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação, na linha de pesquisa Comunicação, Cultura e Sociabilidades na Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro – Orientador

Prof^a. Dr^a. Marina Neves Ramos de Castro - Examinadora Interna

Prof^a. Dr^a. Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja – Examinadora Externa

Prof. Dr. Otacílio Amaral Filho - Examinador Interno

Prof. Dr. Paulo Jorge Martins Nunes – Examinador Externo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

S719t Souza de Oliveira, Airton.
Territorialidades de Enunciações: as Amazonias na
tetralogia amazônica, de Benedicto Monteiro / Airton Souza
de Oliveira. — 2024.
227 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Fábio Fonseca de Castro
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Letras e Comunicação, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Belém,
2024.

1. Amazônia. 2. Tipificações . 3.
Intersubjetividades. 4. Durações . 5. Territorialidades. I.
Título.

CDD 302

Defesa de Tese Ata de Desempenho de Discente

Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e vinte e quatro, às 14h30, foi realizado de forma remota, sob a Responsabilidade da Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA), a Defesa de Tese de Airton Souza de Oliveira, discente do curso de Doutorado, cujo trabalho intitula-se: TERRITORIALIDADES TIPIFICADAS: a intersubjetividade na Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro. A Comissão Examinadora, constituída pelos docentes: Fabio Fonseca de Castro (PPGCOM/UFPA), Marina Ramos Neves de Castro (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (PPGCOM/UFPA), Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja (ILC/UFPA) e Paulo Jorge Martins Nunes (UNAMA) emitiu o seguinte parecer:

A banca aprova a tese de Airton Souza de Oliveira com a menção “com Louvor” e recomendando-a a publicação. Demanda, ainda, que sejam feitos os ajustes sugeridos durante a arguição e sugere uma criteriosa revisão, tanto gramatical como das normas da ABNT, para efeito de depósito da versão final para homologação.


Resultado final:

- Aprovado sem alterações condicionado a pequenas alterações
 Aprovado mediante reformulação sob a responsabilidade do aluno e do orientador
 Reprovado

Outros comentários:

- Louvor
 Indicação para publicação

Eu, Fábio Fonseca de Castro, orientador e presidente da Comissão, lavrei a presente ata que segue por mim assinada e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Documento assinado digitalmente
 **FABIO FONSECA DE CASTRO**
Data: 28/10/2024 08:57:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro (Orientador – PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARINA RAMOS NEVES DE CASTRO**
Data: 28/10/2024 14:13:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

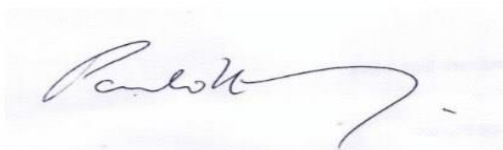
Prof.^a Dr.^a Marina Ramos Neves de Castro (Avaliadora Interna – PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br **OTACILIO AMARAL FILHO**
Data: 12/11/2024 11:36:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Otacilio Amaral Filho (Avaliador Interno– PPGCOM/UFPA)

Documento assinado digitalmente
gov.br **TANIA MARIA PEREIRA SARMENTO PANTOJA**
Data: 12/11/2024 11:47:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Tânia Maria Pereira Sarmento-Pantoja (Avaliadora Externa- ILC/UFPA)



Prof. Dr. Paulo Jorge Martins Nunes (Avaliador Externo- UNAMA)

Dedicatória

A Leonice Souza por aprender sozinha e em silêncio a suportar minhas angústias;
a Leonardo, Airta e Thamires pelos afetos;
aos meus pais mortos, ao meu avô morto e a minha avó que, mesmo distante da
Amazônia, reza por mim todos os dias;
para os/as poetas, em nome do poeta Jonas Pessoa;
aos Monteiros, em nome de Bené e Wanda Monteiro;
ao meu orientador Prof. Dr. Fabio Fonseca de Castro por toda a sensibilidade;
a Stella, minha gata, que me ensinou a suportar a solidão;
a todas as minhas professoras e professores, em nome das Professoras Doutoras
Marina Neves e Tânia Maria Pereira Sarmento-Pantoja e aos Professores
Doutores Otacílio Amaral Filho e Paulo Nunes;
a todas as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar, aprender a ler e
escrever, convencionalmente, aqui está um pouco de nossa vingança;
aos que ainda acreditam no livro, na leitura, nas literaturas e nas bibliotecas, em
nome do escritor Tiese Teixeira.

Agradecimentos

Só é possível compreender e, de certa forma, lidar com o percurso quase solitário da escrita de uma tese, segurando, de maneira imaginária, muitas mãos. Ouvir os sussurros dos que acreditam em nós, sobretudo tentando mostrar como é possível percorrer terras, singrar águas e experienciar as sensibilidades que atravessam o cotidiano.

Eu devo o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCOM, da Universidade Federal do Pará, ao meu amigo escritor, professor doutor e pesquisador Tiese Teixeira, que com sua cumplicidade apontou-me caminhos possíveis. Além disso, foi o querido Tiese que, durante todo o processo avaliativo da seleção ao PPGCOM, alimentou em mim esse sonho de chegar até aqui.

A ideia inicial de estudar a Amazônia, como elemento central na Tetralogia Amazônica, nasceu de uma conversa informal com o poeta, professor doutor e pesquisador Josiclei de Souza e os estudos no grupo de pesquisa *Representação da Amazônia na Literatura, no Audiovisual e na Canção - GreAmazônia*. A conversa com Josiclei e os estudos no GreAmazônia contribuíram para abrir e ampliar a minha percepção tanto sobre os romances que compõem o *corpora* desta pesquisa quanto para direcionar um olhar crítico a respeito de um projeto de Amazônias existente dentro da obra de Benedicto Monteiro. Um projeto que alcança, de certa maneira, a dimensão simbólica e concreta de uma Amazônia profunda.

No entanto, a escolha da Tetralogia Amazônica deve-se, em parte, à admiração a Benedicto e todas as suas frentes de luta na tentativa não só de imaginar um país menos desigual, mas de sua ação num *front* que lhe custou muito caro, a própria liberdade. Deve-se também à profunda admiração que tenho por sua filha, a escritora e poeta Wanda Monteiro. Uma mulher extraordinária que continua embandeirando, no mesmo *front*, as lutas de seu pai, não só em nome da poesia, mas, sobretudo da vida.

Uma das minhas primeiras frentes de trabalho para elaborar um projeto contundente, especificamente sobre a Tetralogia Amazônica, contou com o apoio incondicional do professor doutor e poeta Abílio Pachêco que, no início deste processo, estava finalizando o doutorado, defendendo uma pesquisa a respeito

da fragmentação e montagem na obra de Benedicto Monteiro. As nossas conversas, a sua tese, os matérias que carinhosamente ele me foi cedendo ao longo da pesquisa fizeram-me acreditar que era possível ainda escrever algumas coisas imprescindíveis sobre o conjunto de romances e interpretar as Amazônias existentes nos quatro romances.

O aprofundamento de tudo isso adveio, em seguida, da propositura de ter como orientador desta pesquisa intitulada *Territorialidades de Enunciações: as Amazônias na Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro* o professor doutor e escritor Fábio Fonseca de Castro. Um homem que reúne o arcabouço intersubjetivo dotado de um conhecimento amplo ligado ao pensamento crítico, as manifestações artísticas, políticas, culturais e de identificações das/nas Amazônias.

Agradeço imensamente a todos e a todas as professoras do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, que constroem diariamente um dos programas mais lindos e de uma cumplicidade inigualável dentro da universidade pública brasileira. Eis aqui um pouco do que vocês me encorajaram a fazer e a acreditar que era possível um dia eu me tornar doutor.

Por fim, agradeço em nome de Leonice Souza a todas e a todos os meus parentes.

RESUMO:

Em grande parte as noções a respeito das Amazôniaas, sejam elas simbólicas ou reais estão marcadas, sobremaneira, por processos de disputas que envolvem diretamente os tecidos sociais, as identidades/identificações, os fatores culturais, econômicos, religiosos e políticos. À custa disso, determinados discursos supostamente hegemônicos e seus signos homogêneos, binários, centrados na ideia de pureza, superioridade e centralidade, utilizando-se de uma argumentação estruturada na manutenção de poder. Considerando que essas relações estão, de maneira intrínseca, sempre marcadas por dinâmicas atravessadas por tipificações e a intersubjetividade, principalmente por meio de elementos que foram historicamente silenciados, objetiva-se com esta tese mostrar, a partir da Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro, como os tecidos sociais e as suas experiências endógenas contribuem para interrogar e tensionar determinadas representações simbólicas sobre as Amazôniaas, maiormente com base em noções como a de territorialidades de enunciações. Para isso, o marco teórico desta pesquisa tem como base autores como, Castro (2010; 2011; 2018), Sarmiento-Pantoja (199; 2002; 2005; 2019), Pinto (1980; 1982; 1991; 2002; 2012), Loureiro (1992; 2009; 2015), Pachêco de Souza (2020), dentre outros/as. Para tanto, procede-se a interpretação de um projeto de Amazôniaas que está presente nos romances da Tetralogia Amazônica. Em vista disso, observa-se que essas narrativas problematizam diversas questões ligadas às territorialidades, às temporalidades e às identidades/identificações. O que nos faz concluir que as narrativas contribuem para dar visibilidade aos tecidos sociais, as suas tipificações, à intersubjetividade e às territorialidades amazônicas, com base na noção de territorialidades de enunciações, conforme veremos e que determinadas formações discursivas tentaram silenciar, em do que aqui estamos considerando como a noção de territorialidade enunciada.

PALAVRAS-CHAVE: Amazôniaas; Tipificações, Intersubjetividades, Durações; Territorialidades.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance <i>Verde Vagomundo</i> (1972)	27
Figura 2 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance <i>O Minossauro</i> (1975)	40
Figura 3 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance <i>A Terceira Margem</i> (1983)	51
Figura 4 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance <i>Aquele Um</i> (1985)	60
Figura 5 – Imagens das torres de transmissões fotografadas do romance <i>O Minossauro</i> (1975)	92
Figura 6 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance <i>Coronel de Barranco</i> (1970)	169

SUMÁRIO

1. – INTRODUÇÃO	10
2. – UMA PERSPECTIVA SOBRE A TETRALOGIA AMAZÔNICA, DE BENEDICTO MONTEIRO	14
2.1 – <i>Verde Vagomundo</i>	26
2.2 – <i>O Minossauro</i>	37
2.3 – <i>A Terceira Margem</i>	49
2.4 – <i>Aquele Um</i>	58
3. – AS INTERTEXTUALIDADES NA TETRALOGIA AMAZÔNICA	72
3.1 – <i>Verde Vagomundo</i>	80
3.2 – <i>O Minossauro</i>	89
3.3 – <i>A Terceira Margem</i>	95
4. – PROCESSOS DE FRONTEIRIZAÇÕES NAS AMAZÔNIAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980	102
4.1 – A força brutal das mãos de um Estado intervencionista nas Amazônias entre 1960 a 1980	126
5. – TERRITORIALIDADE ENUNCIADA	142
5.1 – A simbologia do coronel de barranco, as formas de poder colonial nas Amazônias e a representação da territorialidade enunciada	158
6. – TERRITORIALIDADES DE ENUNCIÇÕES	177
6.1 – Miguel dos Santos Prazeres e as vozes das territorialidades de enunciações	186
CONCLUSÃO OU O NEGÓCIO É PERCORRER TERRAS, OU SINGRAR ÁGUAS	201
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	205

1. INTRODUÇÃO

Quando Mundico – meu pai – levantava todos os dias, por volta das seis horas da manhã, pouquíssimas vezes, o sol já havia começado a despontar neste lado de cá da Amazônia. Como alguém que tivesse a obrigação de cumprir diariamente um ritual, ele atravessava os poucos cômodos de nossa casa, caminhando silencioso, em direção ao quintal sombreado por cinco coqueiros, um pé de laranja da terra e um abacateiro que não vingaria.

Eu, provavelmente, fosse o único, naquele instante, a ouvir o arrastar de seus pés pretos no piso grosso de nossa casa. Sempre que ele atravessava a porta da cozinha, um fecho de luz parecia querer benzer minha rede.

Quase todas às vezes, já nas medições do quintal, meu pai ficava de cócoras. Costas retesadas. Os cabelos cada vez mais esbranquiçados. Rapidamente, fazia com as duas mãos uma pequena concha preta. E, irremediavelmente, lavava os olhos avermelhados de tanto rezar. Em seguida, como se ele estivesse em seu ritual íntimo e, fosse capaz sozinho de benzer todas as papoulas, tirava de sua boca uma velha chapa com dentes dispostos de maneira certinha e amarelecidos e escovava fortemente cada dente, usando a escova que minha mãe sempre usava para lavar nossas roupas. Depois, voltava para dentro de casa, cabisbaixo e arrastando menos os pés como se lavar o rosto e limpar a própria boca fosse capaz de tirar um peso de seus ombros. Pegava uma cadeira, atravessava em silêncio os quatro cômodos, calmamente passava por debaixo de minha rede armada pertinho da porta de saída de nossa casa, nas Laranjeiras, e sentava no terreiro, enquanto eu fingia dormir. Dali a questão de minutos, o sol começaria a iluminar as casas e os transeuntes. Dentro de nossa casa, os pequenos fochos de luz entrariam pelas paredes de taipa e pelo velho telhado, desenhando no chão de cimento grosso coisas estranhas e disformes. Só muito tempo depois, coisa de quase vinte anos depois, é que eu fui compreender o que de fato era tudo ali. Era simplesmente o nascimento do amor entre nós – eu e meu pai. Eu e nossa casa. Eu e os nossos parentes que talvez cochilassem desassossegados e sem saber o que nós iríamos comer naqueles dias.

Todos os dias, religiosamente, Mundico fazia isso. Da rede, eu conseguia ouvir a voz dele, meio sussurrante, a emergir de dentro de sua boca limpinha, sentado no terreno da casa. Por mais esforços que fizesse, eu jamais conseguiria ouvir nitidamente o que ele falava. Por isso sempre tinha dúvidas se meu pai, àquela hora, rezava ou fazia qualquer coisa parecida com o ato de rezar. Também não sei se era uma forma de ele tentar vencer a solidão que sentia ali sentado sozinho, enquanto a maioria das pessoas do bairro ainda permanecia dormindo, com as portas e janelas de suas casas trancafiadas. Eu não sei se ele falava para si mesmo de seus amores, da sorte que não teve no garimpo de Serra Pelada, dos cabarés que teve, das canções que ouviu e sonhou um dia tocá-las, da política, da criminalidade exacerbada no sudeste do Pará, principalmente, por conta da pistolagem, de sua religiosidade ou do seu livro de São Cipriano.

Apesar de falar muito sozinho, meu pai foi um homem de silêncios. Era analfabeto e eu não sei onde ele havia aprendido que era importante estudar. Retirante nordestino, chegou à Amazônia motivado pelas notícias da garimpagem em Serra Pelada. Aqui encontrou minha mãe que ainda era uma menina de 17 anos, que acabara de fugir de casa, vinda do Maranhão para o Pará e que durante esse percurso ficou grávida de mim, de um sujeito que ela jamais voltaria a ver.

É provável que tanto o meu pai quanto minha mãe tenham morrido sem pronunciar a palavra Amazônia. Eu mesmo nunca ouvi essa palavra sair de suas bocas. Dos mais de dezessete anos que convivemos numa mesma casa, nunca escutei a palavra Amazônia ser pronunciada nem mesmo pelos meus irmãos e irmãs. Diante desta introdução, alguém deve se perguntar: mas o que isso tem a ver com esta tese? A resposta é tudo. Tudo porque eu tenho, todos os dias, pensado na possibilidade da escrita como um modo de vingança. E se Graciliano Ramos escreveu em seu livro *Linhas Tortas*, que escrever é um milagre, eu tenho feito deste milagre a possibilidade de vingar todos aqueles e aquelas que não tiveram a oportunidade de aprender a escrever e a ler. E se em minha casa, a palavra Amazônia não foi escrita nem mesmo pela voz – a fala – de meus parentes, aqui está ela agora, em parte, escrita e, em parte, desnudada.

Portanto, aqui estão as quatro sessões que compõem a tese “Territorialidades de Enunciações: as Amazônias na Tetralogia Amazônica, de Benedicto Monteiro”, e que traz uma interpretação das Amazônias, a partir de duas noções basilares, a de territorialidade enunciada e a de territorialidades de enunciações. De certa maneira é um mergulho nos dramas amazônicos, mas é também a *terceira margem* que foi historicamente emudecida por projetos políticos que primou por elaborar sistematicamente um tipo de racionalização homogênea.

Antes de tudo, é necessários compreendermos que o conceito de territorialidade empregado aqui está atrelado ao dinamismo que o pensamento geográfico contribuiu para expandir depois da década de 1960, a partir de categorias caras centradas as noções de espaços, regiões e territórios, centrados em “uma multiplicidade de aspectos definidores” (Ferreira, 2014, p. 112). Nesse caso, a noção de territorialidade contempla o que o próprio Ferreira (2014) designa como dotada de dinamismo, contradições, relações de poder, identidades/identificações, culturas e a complexidade das relações sócio-históricas.

Na primeira sessão temos uma leitura panorâmica dos quatro romances que compõem a Tetralogia Amazônica, publicados em um intervalo de treze anos, indo de 1972 a 1985. Nesse caso, é uma sessão mais contextual a respeito dos elementos dos enredos e o período histórico que abarca diretamente as décadas de 1960 a 1980. A sessão traz à tona também referências teóricas e críticas imprescindíveis sobre as literaturas de Benedicto Monteiro, com nomes de referências que pesquisaram a obra desse escritor. Além disso, a segunda parte da sessão tem como ponto central a presença de textos de outras naturezas e os imprescindíveis sistemas comunicacionais na Tetralogia Amazônica, pois “ressalta-se que além do uso sistemático dessas citações refuncionalizadas, formas híbridas de gêneros [...] (servem) para que as estratégias que prenunciam os “efeitos de real” promovam a tessitura mais efetiva entre a ficção e a História” (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 231).

A segunda sessão intitulada “Processos de fronteirizações das Amazônias nas décadas de 1960 a 1980” e a sua subseção é parte da contextualização histórica do recorte temporal desta tese. Além disso, mostra como deu-se a forte intervenção do Estado brasileiro nas Amazônias, utilizando

lógicas discursivas e de ações semelhantes as lógicas do período colonial. Nesta sessão tem-se o diálogo temporal com os quatro romances da Tetralogia.

A terceira e quarta sessão aprofundam a interpretação de concepções de Amazônias existentes nas narrativas, fundamentado em duas noções fulcrais, sendo a primeira delas a de territorialidade enunciada e a outra de territorialidades de enunciações. Naquela está contida a ideia elementar de como as Amazônias foram sendo, historicamente, *inventada* de maneira discursiva, abstrata, ilusória, em total discrepância as suas realidades. Como exemplo há nesta sessão um painel interpretativo a respeito da figura emblemática e ambígua do coronel de barranco. Pois, nele é possível mapear elementos centrados nas relações de poder que atravessam os corpos, os saberes e as territorialidades, e conjugam elementos que ligam-se ao processo colonial. Já a noção de territorialidades de enunciações aborda as experiências sócio-históricas ou as representações diegéticas delas com base na relação endógenas. Constituindo-se por elementos contraditórios, heterogêneos, revertidos por movências e, sobretudo como estratégias de enunciações alicerçadas de dentro das Amazônias. Um dos exemplos mais pragmáticos a compreensão de como atuam as territorialidades de enunciações dentro dos quatro romances da Tetralogia está centrado na figura do Miguel dos Santos Prazeres. A sua voz compondendo parte das vozes dos complexos tecidos sociais amazônicos e, colocando em evidenciar o processo histórico responsável pela “negação da Amazônia, da sua factualidade e, em última instância, de sua existência” (Castro, 2011, p. 188).

Por fim, esta tese compreende que a territorialidade enunciada cria universos abstratos, enviesados, abarcados pelo sentido da essência e, de certa maneira, reforça os modos de violências, que abarcam um longo período da história nas Amazônias. Por isso, ela tão problemática. Elabora modelos de subjetividades a sua maneira de compreensão de mundo e, intersubjetivamente, tenta falar, de maneira representacional, pelo e para todas as subjetividades. Parte sempre do olhar exógeno. Em contrapartida, pensar as territorialidades de enunciações é considerar, antes de qualquer coisa, às insurgências das vozes a partir de dentro. Endógenas. As vozes que foram

silenciadas, ignoradas e, por fim, quando conseguiram ao menos balbuciar foram consideradas exóticas.

2. UMA PERSPECTIVA SOBRE A TETRALOGIA AMAZÔNICA, DE BENEDICTO MONTEIRO

“Não me deixei influenciar pela adoção cômoda das linguagens, fórmulas, modismos e temas impostos pelos nossos colonizadores.”

Benedicto Monteiro – fragmento do discurso de posse na Academia Paraense de Letras, intitulado “*A pausa acadêmica e a força do poeta*”

A parte fulcral desta pesquisa são os quatro romances que compõem a Tetralogia Amazônica, escritos e publicados por Benedicto Monteiro. Conjunto de obras considerado por muitas e muitos pesquisadores como aquilo que pode ser compreendido como o mais emblemático projeto-estético-político deste escritor, ambientado, em parte, no Baixo Amazonas, entre as florestas e as cidades; entre a terra e as águas. Às custas disso, movediço.

Nesse caso, a noção de projeto perpassa pela conformidade de elementos narrativos que interligam os enredos, os personagens, as temporalidades, os aspectos, incluindo os ritmos das narrativas e os espaços presentes nos quatro romances. A noção de estética liga-se de imediato ao que Maffesoli (1995) denomina de a preocupação com o presente, as complexidades da vida cotidiana e o imaginário coletivo, interrelacionados entre si e que, por natureza, são moventes, assinados pela socialização, dentro do que o próprio Maffesoli (1995) denomina de “ética da estética”. Já em relação a ideia de política, para esta pesquisa, ela perpassa pela vinculação da multiplicidade dos elementos - seus dinamismos - que compõem as noções de projeto e de estética, apontados anteriormente, e que estão intrinsecamente ligados, ou seja, correspondem-se dentro dos tecidos sociais, e a propósito, sem ser delineado pela uniformidade. Em parte, podemos afirmar de imediato, que um dos fios condutores que abarcam a ação política ou sua forma¹ dentro

¹ Michel Maffesoli (2005) compreende, antes de tudo, a política como uma forma. Uma forma que não é estagnada, modifica-se e suas modulações são, em certa medida, coercitiva – tanto moral, física quanto simbólica -, é pois “na sua acepção mais forte, (quem) determina a vida social” (Maffesoli, 2005, pág. 23). Vale lembrar, seguindo o que postulou Maffesoli (2005), que a depender da época as formas políticas angariam significações diferentes.

da Tetralogia Amazônica funciona também como maneira de denúncia. Assim, a ação política contribui para denunciar os processos de espoliações que vêm acontecendo há séculos nas Amazônias.

Vale enfatizar que há uma divergência em relação ao uso da terminologia Tetralogia Amazônica por parte dos/das estudiosos da obra de Benedicto Monteiro, maiormente em dissertações e teses. Essa dissensão pauta-se no fato de o conjunto das narrativas serem consideradas ora apenas uma Trilogia, ora Tetralogia, sendo excluído nesse caso o romance *Aquele Um*. Este, conforme veremos, é composto em sua maior parte pelas falas de Miguel dos Santos Prazeres presentes nos romances que o antecedem. Vale enfatizar que entre esses estudiosos e estudiosas, uma das primeiras a levantar esta questão foi Maria de Fátima do Nascimento, em sua dissertação de mestrado, embora Pachêco de Souza (2020) destaca que, alguns estudos realizados sobre a obra de Benedicto Monteiro, somados a entrevista do próprio autor e em outros textos como prefácios, ainda na década de 1970, traziam à tona que o plano central do próprio Benedicto Monteiro era o de escrever uma Trilogia. Pachêco de Souza (2020) enfatiza ainda que, em 1974, ano em que foi anunciado a publicação e o lançamento do romance *O Minossauro*, parte da imprensa paraense saudou o romance como sendo o último livro integrante da Trilogia Amazônica, iniciada com o *Verde Vagomundo*, em 1972.

O filósofo Benedito Nunes, em um texto intitulado “O carro dos milagres” que trata sobre o livro de contos também com esse mesmo título, publicado por Benedicto Monteiro em 1975, denomina o conjunto da obra de *Trilogia da região Amazônica*. Vale ressaltar que o referido texto de Benedito Nunes foi publicado na revista *José*, edição de nº 4, em outubro de 1976, e republicado na quinta edição do livro *O carro dos milagres*, em 1980, livro lançado em coedição entre a PLG – Comunicação, Promoções e Empreendimentos Ltda. e a Editora Nova Cultura.

As quatro narrativas que compõem a Tetralogia foram publicadas em um intervalo de treze anos, por três editoras diferentes, quando levamos em conta somente a primeira edição de cada romance. Especificamente, nesse caso, o primeiro romance publicado foi o *Verde Vagomundo*, no ano de 1972, pela editora Ebrasa, de Brasília. Três anos depois, Benedicto Monteiro lançou *O Minossauro*, pela Nova Cultura Editora, do Rio de Janeiro. Com um intervalo

de tempo maior, o escritor publicou em 1983 o romance *A Terceira Margem*, somando com isso o tempo de onze anos depois de ter lançado o seu romance de estreia, *Verde Vagomundo* (1972). *A Terceira Margem* foi publicada pela Editora Marco Zero, situada no Rio de Janeiro, assim como seria o *Aquele Um*, que é a última obra que compõe o conjunto de romances e que foi publicado em 1985. Em síntese, o romance *Aquele Um* completa o ciclo narrativo reconhecido, anos mais tarde, pelo próprio Benedicto Monteiro como a Tetralogia Amazônica².

O projeto-estético-político, como prospecção e projeção da Tetralogia, para além da própria experimentação com a linguagem literária juntamente com os processos que implicam o uso, dentro da estrutura narrativa, de recortes de diversas textualidades ou textos de outros gêneros, têm imbricado em si alguns aspectos complexos das Amazônias, entre os quais podemos destacar: a relação direta entre a oralidade e a escrita; reelabora como pano central uma parte das realidades históricas-sociais das Amazônias, ao mesmo tempo em que dialoga e problematiza, de maneira intersubjetiva, com as realidades históricas nacionais e internacionais; mostrar-nos como determinados projetos governamentais, por meio dos grandes projetos, conceberam as Amazônicas como *locus* de apropriação e espoliação, em nome do falacioso projeto nacional-desenvolvimentista³ ou como prefere denominar Sarmiento-Pantoja (2005) centrado na *doutrina desenvolvimentista*⁴, que enxergaram nas Amazônias a grande oportunidade de ocupação e

² Para a proposta de interpretação desta pesquisa, foram lidas e utilizadas as citações das seguintes edições: *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauo* (1975), *A terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985), todos os romances em primeira edição.

³ O que se compreende aqui como a noção do nacional-desenvolvimentista engloba um amplo debate que inclui pensadores de diversas áreas, sobretudo, da economia e da história. O conceito nacional-desenvolvimentista, no caso desta pesquisa, está centrado diretamente nos projetos governamentais e também nos que estão ligados ao capital nacional e internacional dentro do território amazônico, entre as décadas 1970 a 1980. Entre esses projetos, destacamos os seguintes: as aberturas das rodovias Belém-Brasília, da Transamazônica e da Santarém-Cuiabá. Além disso, a construção da hidrelétrica de Tucuruí e diversos projetos agropecuários e minero-metalúrgicos.

⁴ Sarmiento-Pantoja (2005) ressalta que uma das projeções governamentais, no período da ditadura civil-militar, tinha em primeiro plano “o projeto idealizado pelos militares previa a construção de treze mil quilômetros de estradas, todas com nomes faraônicos – Transamazônica, Perimetral Norte e Norte-Sul – bastante indiciários da ideologia nele embutida, visto que, com elas construídas, a pretensão era atingir uma dimensão territorial vasta.” (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 245).

conquista, através de ações políticas desenvolvidas principalmente nas décadas de 1970 a 1980 e, da ligação com o capital nacional e internacional, conforme veremos mais detalhadamente na terceira seção desta pesquisa, com base em estudos realizados por vários pensadores e pensadoras, dentre os quais destacamos Djalma Batista (1976), Márcio Souza (1994; 2019), Lúcio Flávio Pinto (1980; 1982; 1991; 2002; 2012), Violeta Refkalefsky Loureiro (1992; 2009; 2015) entre outros/as. Assim, é possível percebermos como os romances contribuem para aprofundar, ampliar ou mesmo tensionar os olhares sobre as Amazônias, conforme veremos na quarta e quinta seção, que trará uma análise centrada nas Amazônias como territorialidade enunciada e territorialidades de enunciações que são, em síntese, duas noções centrais desta pesquisa para que possamos repensar as Amazônias. Ambas articulam-se dentro do prisma dos modos de violências, do colonialismo, da falácia do progresso e do desenvolvimento. A primeira noção reforçando essas perspectivas e a segunda problematizando-as. Além disso, a noção de territorialidade adotada converge para a mesma concepção de literatura empregada por Antelo (2017), quando ele afirma que “no es un limite sino una instancia liminar, un umbral, donde se recogen sombras de otros espacios y otros tiempos” (Antelo, 2017, p. 10).

Vale destacar que as narrativas da Tetralogia começaram a ser publicadas no início da década de 1970, momento em que o Brasil estava completamente mergulhado na ditadura civil-militar⁵ (abril de 1964 – março de 1985) e foi concluída com a publicação do romance *Aquele Um*, em 1985, período marcado pelo os anos iniciais da retomada, em definitivo, da democracia brasileira, embora se faça necessário enfatizar que:

⁵ A respeito do uso dessa terminologia o pesquisador e professor Abilio Pachêco de Souza (2020) traz em sua tese de doutorado “*No rastro e no rumo das palavras*”, dos fragmentos, da história brasileira recente na obra de Benedicto Monteiro uma breve explicitação, destacando os estudos teóricos de três historiadores que mesmo se contrapondo, concordam que houve uma participação de determinadas camadas da sociedade civil no golpe militar, entre eles está Daniel Aarão Reis Filho, com destaque para seu artigo intitulado “A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista”, publicado no livro *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*, organizado por Daniel Aarão Reis Filho, Marcelo Ridenti e Rodrigo Patto Sá Motta. Por conta dessa divergência, o próprio Abilio Pachêco de Souza optou por utilizar em sua tese as terminologias, de maneira indistinta, “ditadura (civil) militar ou apenas “ditadura militar”. Aqui opto por utilizar a ditadura civil-militar.

Convém observar que Benedicto Monteiro ao entregar aos editores o segundo volume da tetra-trilogia, *Aquele um* já estava praticamente concluído e antes da publicação de *A Terceira Margem*, em 1983, *Aquele um* já havia sido premiado em um concurso literário nacional. Portanto, a redação da escrita do diário do professor de geografia e toda a reflexão sobre o processo de escrita do romance, que por extensão repercute em alguma medida a reflexão do próprio autor é feita posteriormente. (Pachêco de Souza, 2020, p. 140/141).

Em sua tese intitulada “*No rastro e no rumo das palavras*”, dos fragmentos da história brasileira recente na obra de Benedicto Monteiro o professor e pesquisador Abilio Pachêco de Souza (2020) compreende que toda a produção literária de Benedicto Monteiro pode ser dividida basicamente em três fases. Sendo, portanto, a primeira marcada pela publicação de sua primeira obra, o livro de poemas intitulado *Bandeira Branca*, com edição independente do autor, lançado no Rio de Janeiro, em 1945, e também com a publicação esparsa de “vários contos publicados em suplementos literários em Belém” (Pachêco de Souza, 2020, p. 47). Já a segunda fase está marcada, principalmente, pela publicação dos romances que compõem a Tetralogia Amazônica, juntamente com o lançamento do livro de contos *O carro dos milagres*, publicado em 1975, a publicação da novela *Como se faz um guerrilheiro*, em 1985, além disso, Benedicto Monteiro publica também o seu segundo livro de poemas intitulado *O cancionero de Dalcídio Jurandir*, no ano de 1985, entre outras obras. Já a terceira e última fase, para o pesquisador Pachêco de Souza (2020), é menos orgânica que a segunda fase, embora Benedicto tenha publicado vários livros, entre os quais podemos destacar: *Discurso sobre a corda*, de 1994, *Maria de todos os rios*, em 1995, *A terceira dimensão da mulher*, publicado em 2002, *História do Pará*, em 2006 e o romance *O Homem Rio – A Saga de Miguel dos Santos Prazeres*, lançado em 2008. Pachêco de Souza (2020) ressalta ainda que:

É bem provável que toda a gestação de seu trabalho literário tenha iniciado exatamente no período que permanece às sombras, ou seja, nas décadas de 50 e 60. O primeiro texto produzido e publicado pelo autor fazendo uso de sua pesquisa de linguagem foi publicado no Suplemento Literário da Folha do Norte em 1959. (Pachêco de Souza, 2020, p. 42).

A pesquisa de linguagem aludida por Pachêco de Souza (2020) é um dos fatores diretamente responsáveis pela experimentação a que Benedicto Monteiro submete toda a sua obra literária, em mais de 60 anos dedicados às literaturas. Experiência atravessada, em grande medida, pela oralidade, os falares do baixo Amazonas. Além disso, por conta desse período que engloba a publicação dos romances, entre outros fatores ainda mais preponderantes como, por exemplo, a militância e a própria posição política de Benedicto Monteiro, a Tetralogia é considerada um “conjunto de obras que está intimamente imbricada com o contexto histórico da ditadura militar pós-1964 no Brasil. A denúncia desse período pode ser considerada uma das linhas mestras desses romances”, como afirma Nascimento⁶ (2007, p. 96/97) e que, segundo consta, já foram realizadas diversas pesquisas a respeito dessas linhas mestras, entre elas, a dissertação intitulada *A representação alegórica da ditadura militar em O Minossauro, de Benedicto Monteiro: fragmentação e montagem*, de Maria de Fátima do Nascimento, defendida em 2004 e a tese de doutorado intitulada *O Paraíso Extraviado: elementos neo-utópicos e distópicos em Pessach, A Travessia, A festa e A Terceira Margem*, da professora e pesquisadora Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja, de 2005.

O conjunto de romances da Tetralogia Amazônica, ambientado em parte das Amazônias, possui um amplo painel temático imbricado seja nos espaços físicos ou imaginários; nas temporalidades; nos personagens; nas formatações textuais; em sua estética; na convergência em que textos de outros gêneros, tais como: diário, cartas, relatórios, transcrições de depoimentos, letras de músicas, poemas, fragmentos de notícias de jornais, de revistas, e citações como, por exemplo, as de Roland Barthes, Michel Foucault e de Charles Wagley são guiados e nos guiam para certos pontos em comuns,

⁶ É preciso enfatizar que neste caso, ao fazer essa contundente afirmação, a pesquisadora Maria de Fátima do Nascimento em seu artigo intitulado “Narradores-escritores-compiladores em três romances de Benedicto Monteiro”, leva em consideração os narradores dos três primeiros romances que, juntamente, com *Aquele Um*, compõem a Tetralogia Amazônica. O artigo pode ser consultado in: NASCIMENTO, Maria de Fátima. Narradores-escritores-compiladores em três romances de Benedicto Monteiro. MOARA. Belém, n. 27, p. 96-110, jan./jun. 2007. Semestral. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/3334-11664-1-PB.pdf - acesso em 05 de janeiro de 2021, às 12h21.

que são, sobretudo, o de repensarmos as Amazônias como territorialidade heterogênea, e por isso também é um projeto político; as suas identidades/identificações multifacetadas e maleáveis; como espaço de poder; de disputas; de significados múltiplos; de experiências históricas díspares. E isso tem contribuído para ampliar a compreensão das realidades físicas, míticas e oníricas das Amazônia, isso por que:

É onde melhor se destrança a trama humana da vida social da Amazônia que é a verdadeira selva selvagem: a mata penetrada, assassinada, pela civilização predatória. Lá, metidos por milênios, povos índios morenos de mil falas. Mil caras, decifram a mata, aprendendo a viver nela e com ela, cultivando, caçando e procriando. Um dia, sobreveio a hecatombe mercantil e cristã. Era a civilização. Como uma avalanche, ela apodreceu os corpos com as pestes da raça branca. Escravizou os sobreviventes para desgastar milhões no trabalho venal. Reproduziu-se no ventre de mil cunhãs. Entorpeceu o espírito das gentes com a desmoralização missionária das velhas crenças. Apodreceu suas almas no desengano da vida nova que não vale a pena ser vivida. A salvação para muitos, foi a terceira margem. (Ribeiro, 1991, p. 7)

Nesse caso, a terceira margem é uma referência direta que Darcy Ribeiro (1991) faz a respeito da obra de Benedicto Monteiro, referendando o processo de ressignificação que esta obra torna visível sobre as Amazônias, principalmente reestabelecendo vínculos consubstanciados na representação dos saberes populares, das marcas da oralidade, da presença de elementos religiosos, políticos, identitários/identificações, históricos-sociais e culturais, intrinsecamente pertencentes a territorialidade amazônica, pois,

A estratégia narrativa de Benedicto Monteiro foi a de reinventar a Amazônia a partir da observação de seus elementos espaciais e culturais, em um processo que, bem mais tarde, o poeta João de Jesus Paes Loureiro chamará de “*conversão semiótica*”⁷, em síntese, transpor a realidade para uma nova ordem simbólica. (Castro, 2011 p. 34/35) Grifo do autor.

⁷ A noção de *conversão semiótica*, de João de Jesus Paes Loureiro está em várias de suas obras, entre elas: *Cultura amazônica. Uma poética do imaginário*, publicado em 1995 pela Cejup, e também na obra *A conversão semiótica na arte e na cultura*, lançada em 2007 pela EDUFPA, em edição trilingue, mas que também havia sido publicada anteriormente, sobretudo em sua obra reunida, lançada em quatro volumes em 2000, pela Escrituras Editora, de São Paulo, em edição de luxo capa dura, e feita uma nova tiragem em edição comum em 2001.

As quatro narrativas abrem caminhos pragmáticos a partir da perspectiva aludida por Benedito Nunes no texto nevrálgico intitulado “Recensão crítica de *Verde Vagamundo*”, quando este enfatiza que o romance inaugural da Tetralogia Amazônica “abre, contudo, o microcosmo amazônico ao macrocosmo que a envolve e condiciona” (Nunes, 2012, p. 411). Ainda segundo Nunes (2012) a universalidade alcançada por Benedicto Monteiro é tão abrangente, principalmente quando a obra deste escritor torna representativo o regional, mantendo sempre o vínculo com o nacional e o mundial, através de elementos constituintes de uma universalidade que abarca a linguagem, os aspectos sociológicos, as representações religiosas, as ações políticas e, além disso, um olhar histórico e profundo sobre parte das Amazônias, especificamente a que está localizada na mesorregião do Baixo Amazonas, no oeste paraense.

Dessa forma, é possível afirmar que a Tetralogia, enquanto projeto-estético-político, não abarca, primordialmente, apenas a área ligada às literaturas, mas traz à tona para o campo histórico-social, reivindicações em torno das experiências intersubjetivas que atravessam, de alguma forma, explícita e implicitamente as realidades do local e do universal, implicando diretamente a história, a sociologia, a antropologia, a filosofia, a comunicação, e outras áreas do conhecimento. À custa disso, é que segundo Darcy Ribeiro,

Sua tetralogia – Verde Vagamundo e Minossauro – que se completa com esta A Terceira Margem e o Aquele Um, é o espelho melhor que se compôs até hoje para ver a Amazônia. Nele é que mais nítida se reflete a infinidade das águas da mãe das águas do mundo. É também nele que os mil verdes rebrilham, verdejando as verdes matas deste verde-vago-mundo. É, ainda, em Bené, que a claridade do céu mais lavado das chuvas, ventos e tempestades, nasce de dentro d’água, toda hora, por todo lado, na linha do horizonte, para compor de vidro a cúpula do mundo. (Ribeiro, 1991, p. 6)

Como podemos ver Darcy Ribeiro (1991), no prefácio que escreveu para o romance *A Terceira Margem*, em sua terceira edição, enxerga na obra de Benedicto Monteiro uma espécie de espelho/vidro que refle/refrata não apenas as Amazônias, mas o que está além delas, os seus dentro e os seus foras, como elaborações que fazem emergir as sociabilidades, de certa forma, de ser também a organicidade do mundo, só que não apenas “o mundo

amazônico” (Castro, 2011, p. 37). É por isso que nesse prefácio de *A Terceira Margem*, Ribeiro (1991) afirmará, no último parágrafo, que o que o romancista Benedicto Monteiro elabora “é a narração ficcional da verdade real dos dois projetos amazônicos em disputa.” (Ribeiro, 1991, p. 7). Além disso, Benedicto escreveu a Tetralogia “em um tempo de crise total, [em que] somente a arte pode expressar a angústia e o desespero de um homem [...] [pois] a criação é essa parte do sentido que conquistamos em tensão com a imensidão do caos. (Sabato, 2000, p. 69). Caos mediado pelas experiências ficcionais e das realidades. Mediado pelos saberes, pela oralidade e a escrita.

Na dimensão em que se propõe esta pesquisa, podemos dizer que esses dois projetos amazônicos em disputa, aludidos por Darcy Ribeiro (1991), podem estar ligados também as noções de territorialidade enunciada e as territorialidades de enunciações – com todas as suas tensões intersubjetivas, ambiguidades, permanências, assimilações e valores sócio-históricos. Vale enfatizar que o conceito de territorialidades adotado nesta tese incorpora elementos ligados “as outras formas de ser, as outras forma de organização da sociedade, as outras formas de conhecimento” (Cruz, 2007, pág. 94), para além da noção apenas de espaço geográfico.

Os contornos discursivos e representacionais nos quatro romances da Tetralogia nos permitirão compreender não apenas os níveis ficcionais/imaginários de uma parte das Amazônias – nesse caso, uma parte do Baixo Amazonas - mas a ampliação da percepção das dinâmicas complexas que envolvem os processos intersubjetivos dentro dos tecidos sociais díspares. Isso porque, às vezes, essas quatro narrativas colocam em crise permanente as formulações especulativas/abstratas sobre as Amazônias. Noutras vezes, convergem para que as tensões que abrangem diretamente as noções existentes sobre as territorialidades, as temporalidades e o ser nas Amazônias – partindo de visões permeadas pelo exótico, o mítico e o barbarismo -, sejam interrogadas e reformuladas, constantemente. Processos de problematizações que devem partir, antes de mais nada, da noção de territorialidade heterogênea, múltipla, multifacetada, ou como outra noção assentada nos “sentidos que se entreconstroem” (Castro, 2018, p. 18), como é possível percebermos no fragmento extraído do primeiro romance da Tetralogia, o *Verde Vagomundo*:

Verde! Milhares de tons de verde: verde-cinza, verde-mar, verde-mata, verde-chão, verde-terra, verde-barro, verde-curva, verde-reta, verde-plano, verde-mato, verde-campo, verde-capim; verde-azul, verde-planície, verde-planura, verde-verdura; verde-sombra, verde-ouro, verde-prata, verde-vazio, verde-vago, verde-vagomundo, verde-espaço; verde-manhã, verde-tarde, verde-réstea de sol, verde-mancha-de-nuvens, verde-quase, verde-lugar-de-roçado, verde-caminho, verde-senda-estreita, verde-estrada, verde-perto-de-casa, verde-água, verde-árvore, verde-lago, verde-algo, verde-rio, verde-cerca, verde-divisa, verde-limite, verde-horizonte, verde-verde, verde-distância. Principalmente: verde-distância (Monteiro, 1972, p. 18).

Intersubjetivamente, esse mesmo efeito visual a respeito das variadas matizes de verde é encontrado, por exemplo, no romance *Chão dos Lobos*, de Dalcídio Jurandir, publicado em 1976 e, pertencente ao chamado 'Ciclo do Extremo Norte', juntamente com outros nove romances. Vejamos:

Olha a manhã verde. Verde o chão, na calçada, nos tabuleiros, bancas, alguidares, cuias, morenas, principalmente as mais acesas e faceiras do Jurunas e Marco da Légua, verde, verdes as montarias que chegam da outra banda carregadas de São João. Amanheceu São João em Belém. Depois do banho de cheiro, sortes de madrugada, arrumação das lenhas para a fogueira da noite, Belém põe na cabeça a capelinha de São João. Da feira verde nesta beira d'água sai a cidade repleta de ervas, raízes, grinaldas e folhagens, verde o rio, o cais, as janelas. (Jurandir, 1976, p. 191).

Levando em conta os matizes da cor verde – como metáforas e realidades das Amazônias – o escritor Benedicto Monteiro traz a lume no romance *O Minossauro* (1975) essa amplificação e a faz perpassar pelos animais, anfíbios, répteis e aves, por exemplo; pela figuração simbólica e real da natureza, incluindo o sol, os cipós, as matas, as águas e outras variações de cores, entre elas o branco, o amarelo, o laranja e o

vermelho-puro, vermelho-sangue, vermelho-rubro, vermelho-barro, barro-vermelho, vermelho-barra, vermelho-barra-de-nuvem, vermelho-claro, vermelho-claro-de-nuvem, vermelho-claro-de-sol, vermelho-terra, vermelho-perto, vermelho-longe, vermelho-quase, vermelho-dúvida, vermelho-madrugada, vermelho-passarada, vermelho-manhã-nascendo, vermelho-flor, vermelho-flor-se-abrindo, vermelho-fruto, vermelho-fruta, vermelho-fruta-agreste, vermelho-folha, vermelho-folha-seca, vermelho-pendão-dourado, vermelho-pendão-aberto, vermelho-guia-de-árvore-alta, vermelho-espinho-reto, vermelho-espinho-ferindo, vermelho-ponta-de-estrepe, vermelho-asa-

ariska, vermelho-pássaro-alerta, vermelho-leque, vermelho-asa-aberta, vermelho-guará, vermelho-rouxinol-do-campo, vermelho-guará-em-bando, vermelho-tapete-voando, vermelho-cão, vermelho-chão, vermelho-campo, vermelho-chão-de-folha-seca, vermelho-terra-limpa, vermelho-cobra, vermelho-águia, vermelho-gavião-voando, vermelho-cauré-em-flecha, vermelho-coral, vermelho-bicho-rastejando, vermelho-ova-de-peixe, vermelho-rabo-em-leque, vermelho-guelra-viva, vermelho-boto, vermelho-lombo, vermelho-lombo-aparecendo, vermelho-peixe, vermelho-peixe-nadando, vermelho-tigre, vermelho-ventre-aberto, vermelho-onça, vermelho-capivara, vermelho-lama, vermelho-fogo-solto, vermelho-solto, vermelho-solto-no-campo, vermelho-preso, vermelho-preso-na-mata, vermelho-refletido n'água, vermelho-n'água-tremeluzindo, vermelho-alaranjado, vermelho-laranja: (Monteiro, 1975, p. 44).

Essas variações atravessam os quatro romances, rarefazendo as relações pragmáticas entre a territorialidade, as temporalidades e os/as amazônidas. Elas são reflexos ou refrações dos processos que tornam a Amazônia uma espécie de esfinge a ser decifrada, para citarmos aqui a referência feita por Arthur Cezar Ferreira Reis (1976), no prefácio⁸ da obra *O complexo da Amazônia - análise do processo de desenvolvimento*, de Djalma Batista, até porque segundo este “falar de Amazônia, em quaisquer de seus aspectos – fisiográfico, social e intelectual – é aventurar-se alguém a enfrentar senão o infinito, ao menos o indefinido” (Batista, 2006, p. 11). Isso implica afirmar que a Tetralogia vai além das transfigurações da região amazônica, em que os enredos dos romances estão situados, ampliando as concepções das Amazônias com sua multiplicidade de experiências e tecidos sociais. Suas referencialidades estão intrinsicamente ligadas também às relações intersubjetivas que atravessam as realidades díspares, as suas dinâmicas e os saberes, para além da própria ficção ou fabulação.

Antes de tudo, vale ressaltar que a ideia de região aqui adotada é a mesma utilizada por Castro (2018). Pois, ele interroga essa noção enquanto espacialidade dotada de certa fixidez, determinada coerência e homogeneidade, vejamos:

⁸ Apesar dessa referência a respeito da decifração da esfinge presente no prefácio escrito por Arthur Cezar Ferreira Reis (1976), esse mesmo prefácio traz, de certa maneira, algumas visões estereotipadas sobre a Amazônia – especificamente sobre a sua natureza e o ser amazônida -. Em parte, essas visões estão sendo citadas na terceira seção desta tese.

A ideia de região pressupõe a ideia de coerência. De coerência física e geográfica, senão, igualmente, social e cultural. Quando se fala em Amazônia vem à mente essa imagem de uma região coerente – física e socialmente. O senso comum apresentava, até pouco tempo, o espaço amazônico como um verde vazio de homens, marcado pela monotonia da vida natural e pela ausência de conflitos. Não obstante, a imagem de uma Amazônia problemática, com cidades superpovoadas e caóticas, lugar de manchas de desmatamento, queimadas e crise fundiária já se sobrepõe àquela imagem inicial. Na verdade, a Amazônia jamais foi o espaço homogêneo e unívoco que é descrito pelo senso comum brasileiro, nem para representar a floresta harmoniosa, nem para representar o “processo de destruição” (Castro, 2018, p. 22).

Em vista disso, interrogar a noção fixa de região é, ao mesmo tempo, também interrogar e problematizar tudo aquilo que representa a ideia e a dinâmica de uma territorialidade enunciada, colocando em crise permanente a falaciosa ideia de invenção da Amazônia como espacialidade homogênea. Unívoca. Inventada a partir de elementos controversos, sem qualquer ligações com as realidades.

Levando em consideração as dinâmicas sócio-históricas, a Tetralogia Amazônica pode ser compreendida, em parte, como:

há páginas inteiras de verbos, palavras-verbos, verbos-palavras, palavras-cores, cores palavras, palavras-sons, palavras-espacos, palavras-tempo, palavras-pessoas, palavras-objetos, objetos-palavras, palavras-sentimentos, sentimentos-palavra e palavras-movimento. Parece que ainda não encontrara a palavra-ser, o ser-palavra. (Monteiro, 1983, p. 28).

Desde 1972, quando Benedicto Monteiro lançou o *Verde Vagomundo*, até este momento, a sua obra ganhou diversas reedições, tornando-o, provavelmente, o escritor de sua geração mais reeditado nas Amazônias. O que representa, de certa maneira, um marco dentro do campo editorial brasileiro, em se tratando de um autor que nasceu e viveu praticamente a vida inteira no Norte do Brasil.

Os romances que compõem a Tetralogia Amazônica foram bastante reeditados, chegando a uma marca bastante expressiva para o contexto de publicação e de recepção de livros dentro e fora das Amazônias. Assim, consta que houve quatro edições de cada um destes romances, publicados entre 2009 e 2010, por meio de uma coleção, com projeto editorial realizado pela Editora Amazônia, de Belém do Pará, cujos editores são Álvaro Jinkings e Paulo

Palmieri e que contou com a produção editorial da curadora da obra de Benedicto Monteiro, a escritora, poeta, advogada e filha Wanda Monteiro, que inclusive é também autora das capas dos romances dessa coleção publicada pela Editora Amazônia. No entanto, Wanda Monteiro divide a autoria da capa de *O Minossauro* (2010), com Roseana Lima, assim como também o projeto gráfico das obras. Vale ressaltar que nessa coleção, respectivamente, foram publicados o *Verde Vagomundo*, no ano de 2010, *O Minossauro* em 2010, *A terceira Margem* em 2010 e o *Aquele Um* em 2009. Além desses quatro romances, a Editora Amazônia publicou ainda o romance *Maria de todos os rios* em 2009, *Discurso Sobre a Corda* em 2009, *O homem rio – a saga de Miguel dos Santos Prazeres* em 2008 e que foi reimpresso em 2009, entre outras obras de Benedicto Monteiro.

Portanto, é preciso enfatizar que a Tetrалogia é um projeto-estético-político que emerge do espanto, da pesquisa dos falares e dos saberes do Baixo Amazonas, das reflexões críticas, da possibilidade de dizer, em parte, o contexto histórico, político, identitário, econômico, cultural, social e religioso das vastas e complexas realidades amazônicas. Pois, para o próprio Benedicto Monteiro:

Apesar de já ter publicado um livro de poesia em 1945, no Rio de Janeiro, confesso que foi a minha prisão e cassação em 1964 que reacendeu em mim o desejo e a necessidade de retornar à atividade literária.

[...]

Quando percebi que não poderia recuperar as fitas e as fichas desta pesquisa nas quais havia registrado os falares de toda a Região, procurei logo incorporar o que restava na memória em contos que comecei a escrever e no próprio romance que iniciava uma saga da Amazônia. (Monteiro, 1985, p. 222).

Para Benedicto Monteiro, a retomada da atividade literária, inclusive o projeto de escrita de uma saga amazônica, foi outra maneira de conquistar a sua liberdade, em detrimento as perseguições⁹ políticas que sofrera durante o

⁹ As perseguições políticas que Benedicto Monteiro sofrera iniciou-se com a cassação de seu mandato de Deputado Estadual, eleito em 1958, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Nesse mesmo período o romancista foi preso permanecendo “por sete meses no quartel da Aeronáutica e também no 26º Batalhão de Caçadores do Exército. Foi torturado por vários dias sob a acusação de terrorismo e, de pôr em risco, a Segurança Nacional, devido às suas ligações com o Comunismo Internacional, ou seja, sofreu as mesmas acusações de todos os

regime ditatorial no Brasil, iniciado em 1964. Episódio que marcou profundamente a sua vida e a sua escrita, fato que nos faz lembrarmos o que escreveu o romancista argentino Ernesto Sabato em sua obra intitulada *Antes do Fim* (2000), livro de memórias, vejamos:

Um romance profundo surge em situações-limite da existência, dolorosas encruzilhadas em que intuimos a inescapável presença da morte. Em meio a um tremor existencial, a obra é nosso intento, nunca totalmente bem-sucedido, de reconquistar a unidade inefável da vida. (Sabato, 2000, p. 68).

É justamente nessa relação dramática entre a vida, a morte e a esperança inefável que Benedicto Monteiro retoma a atividade de escritor, iniciada em meados da década de 1940, com a publicação de seu primeiro livro de poemas intitulado *Bandeira Branca* (1945). Portanto, a seguir temos um panorama contextual dos quatro romances da Tetralogia.

2.1 Verde Vagomundo

“Gente, aqui nesta terra, seu Major, também é assim: nunca se pode separar as pessoas, das coisas. Porque nestas matas, ninguém tem vida independente! Seja homem, mulher, criança, todos estão ligados à terra por milhares de raízes.”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *Verde Vagomundo*.

São muitas as controvérsias a respeito do percurso literário, as atuações políticas e a própria vida do escritor Benedicto Monteiro. As histórias por trás de suas obras literárias e também de suas atuações políticas são tão complexas quanto o próprio trabalho estético ao qual esse escritor dedicou-se a reelaborar em seus livros baseados, por exemplo, em uma linguagem que, através de diversos processos de experimentos, fragmentações, montagem e pesquisas, justapõem palavras, utiliza-se fortemente da oralidade e dos

presos políticos que se opuseram à Ordem estabelecida com a implantação da Ditadura Militar.” (Silva, 2011, p. 20/21). Em sua autobiografia *Transtempo* (1993) Benedicto traz uma ampla reflexão, quase como um ajuste de contas, a respeito desse momento de perseguição política.

saberes do Baixo Amazonas. De tal modo, que a estrutura de vários de seus romances abarcam textos de diferentes gêneros, entre os quais: relatórios; cartas; citações diretas e indiretas; recortes de manchetes e notícias de jornais, poemas entre outros, reelaborando uma gama de significados, especialmente “cujos espaços, os fatos, o tempo e os personagens surgissem da própria linguagem.” (Monteiro, 1995, p. 99) como se fosse recomeçar “incansavelmente a experiência da fala e da escrita [...] intermináveis transsubstanciações” (Kristeva, 2017, p. 85).

Uma perspectiva interessante sobre as controvérsias pode ser o debate crítico a respeito do título do romance *A Terceira Margem* (1983), que de pronto aponta para uma certa influência, na obra de Benedicto Monteiro, da escritura de João Guimarães Rosa, que inclusive publicou um famoso conto com o título “A terceira margem do rio”, no livro *Primeiras estórias*, lançado em 1962, pela Livraria José Olympio Editora, de São Paulo. No entanto, segundo Pachêco de Souza (2020), a referência do título de *A Terceira Margem* (1983) remete a Roland Barthes, sendo que uma das evidências são as citações que compõem os materiais presentes neste romance. Além do mais, é o próprio Benedicto quem reforça isso, em sua autobiografia *Transtempo* (1993), quando diz que “A minha identidade social e histórica já é mais complicada.” (Monteiro, 1993, p. 27).

A relação de Benedicto Monteiro com a linguagem escrita e a oralidade vêm desde a adolescência, em que alguns episódios marcaram sua vida para sempre aos quais ficamos sabendo por meio da obra *Transtempo* (1993), entre esses episódios, ele destaca este:

Há outro episódio na minha adolescência que poderia ser considerado como um marco na minha história. Aconteceu também no colégio quando, certo dia, deparei com uma página de jornal da Arquidiocese de Belém – “A palavra” – colada no painel com a seguinte manchete: “Choram nos campos de cachoeira”. Era o artigo de um padre condenando o romance de Dalcídio Jurandir, escritor paraense, que tinha sido premiado no maior concurso literário nacional da época. (Monteiro, 1993, p. 17)

Dos cinco anos de vivência de internato no Colégio dos Irmãos Maristas, em Belém, esta é, sem dúvida, umas das mais remotas lembranças do romancista Benedicto. Lembrança que lhe causara um profundo

deslumbramento através de seu contato com a literatura, o livro e a leitura e, que acabou por provocar nele “uma nova vida e uma nova realidade” (Monteiro, 1993, p. 18). Neste caso, a realidade que atravessaria para sempre a sua produção literária.

Figura 1 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance *Verde Vagomundo* (1972)



Fonte: Fotografia captada por Airton Souza (2023)

O romance *Chove nos campos de cachoeira*, de Dalcídio Jurandir, publicado em 1941, é, de certa maneira, um dos pontos de partida do despertar para o fazer literário para Benedicto Monteiro. Segundo este escritor, foi o Colégio dos Irmãos Maristas de Belém e o *Chove nos campos de cachoeira* (1941) que redesenharam para ele, paradoxal ou dicotomicamente, as noções entre prisão e liberdade. O primeiro representou a sua primeira concepção de privação da liberdade e acabou por contaminar a sua “adolescência de tantas

certezas teológicas” (Monteiro, 1993, p. 16). Já o romance inaugural de Dalcídio Jurandir representou a possibilidade mais imediata de liberdade. Mesmo afirmando que o *Chove nos campos de cachoeira* (1941) o fez descobrir “uma nova vida e uma nova realidade.” (Monteiro, 1993, p. 18), é o próprio Benedicto quem coloca em xeque essa possibilidade, quando pergunta a si mesmo:

Que importância tem para mim esses tempos? A que distâncias de mim estão essas fases de minha vida? Que fato me marca profundamente? A minha primeira comunhão na igreja matriz da cidade de Alenquer? [...] O meu primeiro livro de poesias publicado no Rio de Janeiro? [...] Ou foi o romance de Dalcídio Jurandir que li e reli, como se fosse o meu primeiro amor e o meu primeiro orgasmo? Ou realmente a escritura do *Verde Vagomundo*, meu primeiro romance da Tetralogia Amazônica? (Monteiro, 1993, p. 16).

Porém, em uma leitura mais atenta de *Transtempo* (1993), parte dessas inquições levantadas por Benedicto Monteiro são respondidas por ele mesmo, entre as quais estão: a influência sentimental e certo espanto com a literatura, a fuga para dentro e para fora de seus problemas e a perspectiva de Amazônia como elaboração ficcional, ao mesmo tempo, mítica e real, maiormente pelo que o romance *Chove nos campos de cachoeira* (1941) vai deixar como legado na vida de Benedicto Monteiro, logo na primeira leitura que fez deste obra dalcidiano.

À custa disso, Benedicto enfatiza em sua autobiografia *Transtempo* (1993) que “aprendi, portanto, a preferir a linguagem ao discurso. A linguagem transcendente da poesia, da música, da pintura, do romance me atinge diretamente.” (Monteiro, 1993, p. 176). Assim, diríamos que é essa preferência pelas linguagens que o faz concatenar as ambivalências elaboradas pelas literaturas atreladas às realidades, aos aspectos intrinsecamente intersubjetivos, levados a cabo em seu romance de estreia *Verde Vagomundo* (1972).

Para além desse primeiro amor e orgasmo com a leitura de *Chove nos campos de cachoeira* (1941) vale enfatizar que a experiência de escrita em prosa para Benedicto decorreu também da escrita de contos, que foram reunidos e publicados na obra intitulada *O carro dos milagres*, publicado pela Editora Nova Cultura, três anos depois do lançamento de *Verde Vagomundo* (1972), ou seja, em 1975.

Porém, outros fatores vão influenciar diretamente a vasta obra de Benedicto Monteiro, entre eles o voo¹⁰ em um bimotor, em direção à cidade de Alenquer, em uma espécie de fuga da perseguição do novo regime político instaurado no país em 1964, a ditadura civil-militar. É durante esse voo que, segundo ele, ao perceber que:

O avião voava muito alto, num céu completamente limpo. Limpo, quer dizer, azul. Embaixo, sem começo e nem fim, o horizonte, a planície amazônica. E o imenso rio que não refletia nem o verde da mata, nem o azul do céu. E nem a luz do sol amortecendo nas suas águas barrentas, às vezes cor de prata, às vezes cor de cobre e cor de barro. Tentei mentalmente compreender e descrever aquelas cores verdes, e senti a carência quase absoluta das palavras. (Monteiro, 1993, p. 53).

Conseqüentemente, é nesse instante que surge um novo espanto para Benedicto. Um espanto que se vai fazer vivo e entrelaçar-se para sempre com outros espantos durante sua vida, inclusive com aquele que o romance *Chove nos campos de cachoeira* (1941) já havia causado nele, no início de sua juventude. No artigo intitulado “Bruno de Menezes inventor e mestre”, publicado em 2006, na Revista *Asas da Palavra*, o crítico e filósofo Benedicto Nunes caracteriza essa relação a que aludimos acima como influxos pessoais e históricos que confluem dentro da obra.

À custa disso, ele prossegue, dizendo:

Diante dessa visão nova para mim, movendo-me num ponto neutro e oscilante do infinito, pensei que as palavras da nossa língua não teriam, talvez, condições de descrever mil verdes espalhados na água, na mata e na terra distante. Ainda mais que a incidência do sol multiplica e diversifica o verde a cada instante, a cada ângulo da minha alucinada e inusitada perspectiva. (Monteiro, 1993, p. 53).

¹⁰ Consta em *Transtempo* (1993) que Benedicto Monteiro fez esse voo em companhia de outros camaradas, entre os quais estava Sebastião Hoyos, seu amigo particular. Na autobiografia, é que ficamos sabendo que a proposta inicial era um voo direto para as Guianas para deixá-lo em segurança, mas foi o próprio Benedicto Monteiro quem decidiu ir para o município de Alenquer, na condição em que “pela primeira vez cheguei a Alenquer verdadeiramente de surpresa” (Monteiro, 1993, p. 55).

É por meio dessa visão do infinito, das diferenças, do processo rizomático¹¹ em torno de sua visão ampliada e assinalada pela multiplicidade de perspectivas nas Amazônias que o assombro de Benedicto Monteiro chegará até nós, através de seus livros, sobretudo, na Tetralogia Amazônica, mas que, nesse momento, ele mesmo “realmente [...] ainda não sabia dos mistérios e dos poderes das palavras. Mas creio que foi nesse momento que surgiu na minha mente a ideia do *Verde Vagomundo*.” (Monteiro, 1993, p. 53).

O romance *Verde Vagomundo* (1972) é o livro inaugural de uma *saga amazônica*¹² – para usarmos aqui a alusão escrita pelo jornalista e escritor Lúcio Flávio Pinto a respeito desse romance e do conjunto de obras que mais tarde resultariam na Tetralogia -, podemos afirmar que essa narrativa constitui uma espécie de elo irreversível, abarcando um olhar aguçado e profundo sobre as Amazônias. Um olhar emblemático que está também envolto de problemas histórico-sociais e políticos.

Contudo, segundo o próprio Benedicto a sua ideia inicial era:

Escrever um romance que, pela própria linguagem, formasse a personagem e refletisse o contexto da realidade amazônica totalmente isolada do contexto histórico e social do resto da Humanidade. Mas ao iniciar essa experiência, achei que uma obra dessa natureza, naquela época de censura, de repressão e violência, podia representar uma fuga dos problemas políticos e sociais que enfrentávamos e da violência particularmente desfechada contra a cultura e a civilização fluvial do homem da Amazônia. (Monteiro, 1985 p. 222).

¹¹ Vale enfatizar que a noção de *rizoma* é bem complexa, envolvendo elementos como pontos de fugas, rupturas, rastros, agenciamentos, sendo até mesmo antigenealógico. Sem raiz, pois segundo estes filósofos “É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre n-1 (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele). Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a n-1. Um tal sistema poderia ser chamado de *rizoma*.” (Deleuze; Guattari, 2011, p. 21). Nessa pesquisa o subtrair o único é, justamente, a ideia de tensionar, interrogar, problematizando, por meio da ação de precipitação, para usarmos aqui um termo rizomática novamente, a representação de Amazônia como o *verde* e *vago* a ser ocupado.

¹² A referência a essa alusão feita pelo jornalista e pesquisador amazônida Lúcio Flávio Pinto está no livro *Transtempo* (1993), de Benedicto Monteiro, e que é um texto crítico escrito pelo jornalista sobre a obra intitulada *Direito Agrário e Processo Fundiário*, lançada em 1981, por Benedicto Monteiro.

Além disso, é o *Verde Vagomundo* (1972) um dos responsáveis por fazer Benedicto ressurgir como escritor depois de ter seu legítimo mandato de deputado estadual, eleito em 1962, cassado¹³ em 1964. Para, logo em seguida, ser perseguido pelo regime político e golpista da ditadura civil-militar, culminando em sua prisão¹⁴. Além disso, durante esse período, foi torturado, perseguido, marginalizado e jogado no ostracismo. Pois, mesmo

quando foi solto, em setembro de 1964, permaneceu em constante vigilância, agravada ainda mais a partir de 1968 com a decretação do AI-5 e com o movimento de resistência ao regime implantado no Sul do Pará, pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que tinha como líder Carlos Marighella. Mesmo sem ser filiado ao partido, Benedicto Monteiro foi cogitado para chefiar a resistência armada, porém não aceito o convite feito por Marighella para liderar a Guerrilha do Araguaia. (Silva, 2011, p. 21).

Como vimos o escritor Benedicto Monteiro ficou na prisão por vários meses. Segundo ele, foi na prisão que surgiu a sua segunda natureza, mas são as palavras - orais e escritas - que vão fazer esta natureza emergir, pois “comecei a escrever de medo de morrer e de medo de viver. [...]. Uma força nova que tinha inventado todas as coisas. E eu percebia que essa força nascia principalmente das palavras.” (Monteiro, 1993, p. 59).

Vale destacar que antes de publicar a narrativa de *Verde Vagomundo* (1972), Benedicto Monteiro submeteu seus contos inéditos do livro *Carro dos Milagres* (1975) a leitura e análise ao poeta Ruy Barata e, este ao escritor e filósofo Benedito Nunes e, que pela opinião de ambos foi que:

[...] percebi que eu tinha criado uma nova linguagem. E com esse instrumento recriado dos falares paraenses, comecei a escrever um romance.

[...] O título já estava escolhido há muito tempo. Seria *Verde Vagomundo*. E era uma ambição extremamente ousada, que ia ocupar toda a minha disponibilidade e recuperar a minha memória. (Monteiro, 1993 p. 99).

¹³ O escritor teve seu mandato cassado por unanimidade pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará e que acabou por resultar também na perda de seus direitos políticos, suspensos por cerca de dez anos.

¹⁴ Benedicto Monteiro foi preso no furo do Curuá, no município de Alenquer, no dia 15 de abril de 1964 e, segundo Silva (2011), ele foi levado para o quartel do 26º Batalhão de Caçadores do Exército, localizado em Belém do Pará, este anos depois transformado no 2º BIS – Batalhão de Infantaria de Selva.

A contextualização de *Verde Vagomundo* (1972) é complexa porque envolve múltiplos elementos da linguagem, dos saberes, recortes e montagens de diversos materiais, e atua também como uma espécie de “mecanismo que instala a correlação entre a ficção e a contemporaneidade de um tempo, cuja emergência na narrativa de Monteiro, se faz, especialmente pela forma fragmentada com que expressa o sentido de revolução ou de reforma do mundo” (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 248). Com isso, para o escritor e pesquisador Paulo Nunes:

Benedicto Wilfredo Monteiro é um dos autores exponenciais da literatura brasileira de expressão amazônica que produziu uma obra no século XX que fixa no romance uma geopoética do Baixo Amazonas paraense (Alenquer e arredores)¹⁵ e de Belém (com destaque para a novela *Carro dos Milagres*)¹⁶. (Nunes, 2022, p. 43).

O trabalho metafórico, metonímico, as reflexões de linguagens, a transfiguração das realidades e a sua relação mais direta com os falares do Baixo Amazonas, que são cada vez mais ampliadas nos demais romances da Tetralogia Amazônica, vão resultar no que podemos caracterizar como as ações conotadas e denotadas, diretamente ligadas à territorialidade enunciada e, principalmente, de enunciações, conforme veremos nas seções finais e nas suas subseções desta tese.

Levando em consideração os elementos dos enredos, das personagens, dos espaços, das temporalidades ficcionalizadas, das aspectos históricos, além disso, da perspectiva crítica de diversas áreas do pensamento, entre as quais a comunicação, a partir dos elementos midiáticos presentes em *Verde Vagomundo* ou da ampla referencialidade a respeito da sociabilidade nas Amazônias, os quatro romances da Tetralogia Amazônica contribuem para representar “os dramas da região a partir de personagens e cenários diversos” (Nunes, 2022, p. 41), pois “encontramos na constituição histórica e literária da Amazônia um isolamento que diz muito da identidade e da memória dos habitantes da região” (Cabral, 2013, p. 18).

¹⁵ Parêntese do próprio autor.

¹⁶ Parêntese do próprio autor.

No entanto, se optarmos por isolarmos alguns elementos, para além da própria linguagem, é possível contextualizar, em parte, esta obra tão singular na literatura brasileira. Para esta tarefa optei por isolar dois personagens, que são também narradores dentro do romance, e os espaços em que a narrativa se passa.

A princípio o enredo do *Verde Vagomundo* (1972) parece ser bastante sintético, pois o romance é narrado, predominantemente, em primeira pessoa, por dois narradores nascidos na mesma região amazônica, mas logo no início da história, é possível perceber a diferença de compreensão entre ambos sobre as Amazônias, isto é sintetizado logo no início da narrativa. O texto/prólogo que faz um resumo sintético do enredo e que foi escrito por um dos narradores principais, o Major Antônio Medeiros “um supimpa oficial – um oficial legítimo – de autoridade da Pátria” (Monteiro, 1972, p. 22), ao voltar, segundo ele, a uma pequena cidade do interior da Amazônia “em gozo de licença” (Monteiro, 1972, p. 11), para vender uma herança denominada de as propriedades – as terras deixadas pelo seu falecido pai conhecido como Chiquinho – que somadas mediam mais de trinta e cinco mil hectares ou mais de sete léguas quadradas - e que estavam aos cuidados de Jozico, tio do Major Antônio Medeiros, que é caracterizado como se fosse um espectro do falecido pai do Major, conforme descrito no romance, o mesmo aparenta o “jeito de um jagunço vestido de pijama, e um ar de fazendeiro decaído.” (Monteiro, 1972, p. 34).

Porém, fica evidente que o enredo não é tão sintético o quanto aparenta está descrito logo no início. A começar pelas presenças de elementos que amplificam essa pretensa sinteticidade. Entre esses elementos, é possível apontar os textos de outras naturezas presentes no livro, tais como: o diário escrito pelo Major Antônio Medeiros, as transcrições de depoimentos do I.P.M. e as transcrições das transmissões de rádio transistor com notícias nacionais e internacionais. Outro elemento importante nessa ruptura da sinteticidade da narrativa de *Verde Vagomundo* (1972) é o encontro entre os narradores Major Antônio Medeiros e Miguel dos Santos Prazeres e os entrelaçamento das histórias que eles narram.

Em tese, os narradores predominantes no romance são Major Antônio Medeiros e Miguel dos Santos Prazeres. De imediato, é o primeiro quem nos

coloca dentro da narrativa. É ele quem sintetiza a narrativa de *Verde Vagomundo* (1972), enquanto que o segundo - Miguel dos Santos Prazeres, o vulgo Cabra-da-Peste – é o que, à guisa de uma espécie de *griot*, acaba por colocar em crise essa pretensa condição sintética em torno do enredo, embora, possamos destacar também as conversas entre o Major Antônio Medeiros e o seu tio Jozico, ou entre o Major e o Pepe Rico ou ainda as conversas entre o Major e o Vigário – o frade alemão Frei Gil. É numa das transcrições do diário, escrito pelo Major Antônio Medeiros, que encontramos a confirmação dessa ruptura, ainda mais evidente. Vejamos:

Posteriormente, se eu não tiver oportunidade de melhorar esta narrativa e esclarecer melhor certas dúvidas, ficará ao leitor o direito e o dever de interpretar toda esta estória. Ficarão também, a critério do leitor, decidir, se segundo a filosofia de tio Jozico, eu fiz alguma coisa que pudesse me assegurar o título de homem. (Monteiro, 1972, p. 172).

A descrição em *Verde Vagomundo* (1972) inicia pelos aspectos físicos, da natureza amazônica, incluindo rios, ilhas, igarapés, brejos e a floresta. As primeiras imagens descritas são parte da compreensão de uma Amazônia fantasmagórica, fatalista, por isso turva. Sinuosa. Anotecida. Quase irreconhecível porque os aspectos da natureza emergem junto com a chegada, à noite, do Major Antônio Medeiros.

Apesar de o Major ter nascido em Alenquer é como se ele já não reconhecesse mais o Baixo Amazonas, porque afirma que “Aqui neste porto, quando amanhecer, deve existir uma cidade. [...] Como esta cidade não existe nem nos mapas, tenho que esperar o amanhecer.” (Monteiro, 1972, p. 14). Ao começar amanhecer, essa mesma imagem turva, escura, metamorfoseia-se, vejamos: “a madrugada chegou e me ensinou: como o negro se transforma em verde; como o vermelho se compõe em branco; e como o branco se desfaz em vento.” (Monteiro, 1972, p. 17). É necessário destacar que, em toda a narrativa, não há indícios de quando o Major Antônio Medeiros tinha ido embora de Alenquer para retornar depois da morte de seu pai com o intuito de assumir a herança, nesse caso as terras, com a única finalidade de vendê-las. Vale destacar que, provavelmente, ao fim da narrativa o Major acabou por vender suas terras e foi novamente embora do Baixo Amazonas, pois essa situação é

citada apenas como suposição no romance *A Terceira Margem* (1983) pelo geógrafo, que o procura para saber notícias a respeito de Miguel dos Santos Prazeres.

Em uma relação intersubjetiva assim como o romancista Benedicto Monteiro fez uma ampla pesquisa sobre os falares do Baixo Amazonas, o Major Antônio Medeiros também o faz no *Verde Vagomundo* (1972), usando um gravador automático que resultará, provavelmente, na gravação de quatro fitas, são as que foram transcritas no romance, e na escrita de um diário que, de certa maneira, cooperam para reelaborar outras lógicas dentro da narrativa. O diário que este personagem e narrador escreve também é imprescindível porque nele é possível perceber uma contagem regressiva, que tem como marco o início da festa de Santo Antônio – padroeiro da cidade de Alenquer - o que contribui para acelerar, de maneira sutil, o enredo.

A certa altura da narrativa, Miguel dos Santos Prazeres surge no enredo sendo praticamente puxado pelo braço por Tio Jozico. Nesse caso, no romance, a sua primeira aparição está na parte nomeada de **GRAVADOR – AUTOMÁTICO – FITA Nº 2**. É Tio Jozico quem o apresenta ao seu sobrinho, o Major Antônio Medeiros, destacando que Miguel dos Santos Prazeres é um caboclo de confiança, além do que “é pau-pra-toda-obra” (Monteiro, 1972, p. 46), e o único capaz de levar o Major para que este pudesse conhecer toda a extensão de suas terras que foram herdadas. Isso porque Miguel ou o Cabra-da-Peste como é chamado e seus saberes “conhece as matas como bicho e as águas como peixe.” (Monteiro, 1972, p. 46).

Ao longo de *Verde Vagomundo* (1972), os diálogos entre o Major e o Cabra-da-Peste redesenham para o próprio Major e para nós, o tensionamento da entre a noção de territorialidade enunciada e de territorialidades de enunciações, as temporalidades, as intersubjetividades e as tipificações sobre as Amazônias. Os elementos da natureza afloram naturalmente e as experiências sócio-históricas reaproximam o Major Antônio Medeiros a seu passado e ao seu presente.

Além disso, Miguel, na condição de *griot*, faz-nos compreender que nas Amazônias há “pluralidade de forças que expressam a diversidade social e cultural” (Costa, 2013, p. 29), através da vozes heterogêneas. Uma interpretação mais aprofundada constatará que a voz de Miguel, em alguns

momentos, está pluralizada, o que assinala a condição multifacetada e de heterogeneidade, particularmente porque “a condição [...] (dele) não se revela em abstrato, mas através das circunstâncias concretas em que a existência tem lugar” (Sabato, 2003, p. 136).

Os elementos textuais específicos que compõem o todo do romance *Verde Vagomundo* (1972) são um texto que tem como título “prólogo”; as transcrições das gravações do gravador automático - todas enumeradas e que no total resultaram em quatro fitas -; as transcrições do rádio transistor que resultam em um total dez; um esboço da história do município de Alenquer, escrito como projeto de livro pelo personagem Noberto, que é secretário da prefeitura e estudou até o terceiro ano na Faculdade de Direito; fragmentos das transcrições de depoimentos de um I.P.M. - inquérito que foi instaurado pela Polícia Militar, instalado nas dependências da Prefeitura de Alenquer, motivado por vários fatores, inclusive, pela presença de um deputado que está sendo perseguido pelo regime de exceção da ditadura civil-militar – neste I.P.M.; os depoimentos que são tomados de vários personagens, entre os quais: Jorge Abdala, Delegado de Polícia da cidade, o Juiz de Direito, o Prefeito Constitucional, Noberto, Pepe Rico, o engenheiro-agrônomo, o gerente do banco e o médico do S.E.S.P., e por fim as anotações do diário do Major Antônio Medeiros.

Neste romance, é impossível desvendar pelo menos três questões, entre elas duas que motivam a narrativa. A primeira delas é a efetivação da venda ou não das terras herdadas pelo Major Antônio Medeiros. A segunda é se ele foi novamente embora ou não da Amazônia. Uma das pistas para essas duas questões vai aparecer somente no romance *A Terceira Margem*, publicado em 1983, através da fala do narrador desta obra, o professor de geografia que, em certo momento, diz:

Quando procurei o Major Antônio para me ajudar, já era tarde. Depois de ter descoberto o Verde Vagomundo e Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Cabra-da-Peste, esse militar vendeu suas vastas propriedades em Alenquer e desapareceu pelo mundo. Provavelmente, foi tragado pela voragem de alguma cidade grande, ou absorvido pela engrenagem de algum Órgão de Segurança. (Monteiro, 1983, p. 28).

Ao longo da leitura de *Verde Vagomundo* é possível afirmar que o desejo de Benedicto Monteiro é a ficção, mas a sua tentação como aquela esfinge a ser decifrada aludida por Arthur Cezar Ferreira Reis (1976) são os tecidos sociais e históricos presentes no mundo amazônico, principalmente no Baixo Amazonas, experimentos centrados também em sua pesquisa ligada a linguagem oral – os falares –, conforme veremos a seguir.

2.2 O Minossauro

“Agora vamos correr água, vamos correr mata vamos correr vento em marcha lenta. Vamos sair deste aquário. Vamos quebrar esta redoma. Vamos romper esta fina camada das transparências das chuvas que caem sobre as águas.”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *O Minossauro*

Três anos depois do lançamento de *Verde Vagomundo* (1972), Benedicto Monteiro publica o romance *O Minossauro* pela casa editorial da NovaCultura, em 1975, e que é um dos livros que comporão, dez anos depois, com o lançamento de *Aquele Um*, o projeto-estético-político da Tetralogia.

Assim, o escritor dava continuidade ao seu projeto e seu processo estilístico de escritura voltado, exclusivamente, a alguns processos simbólicos e de transfigurações ligadas à interpretação das realidades nas Amazônias. Projeto e processo que ele havia iniciado com o *Verde Vagomundo* (1972) e que, segundo consta, também com o seu livro de contos *O Carro dos Milagres*, livro publicado em primeira edição em 1975, pela também Editora NovaCultura, do Rio de Janeiro. Nesse livro de contos, há três narrativas que estão dentro do enredo de *O Minossauro* que são elas: “O papagaio”, “O precipício” e o “Fim do mundo”. Os três contos são um conjunto de histórias contadas ou narradas dentro do romance pelo personagem Miguel dos Santos Prazeres. Além deles, o livro *O Carro dos Milagres* também é formado pelos contos “O Carro dos Milagres”, que é a narrativa que abre o livro, os contos “O sinal”, “O pau mulato” e “O peixe”. Vale destacar que o conto “O pau mulato” foi publicado

dentro do romance *Verde Vagomundo* (1972), sendo que a maior parte do conto está na parte intitulada **GRAVADOR – AUTOMÁTICO – FITA Nº 3**. Outra informação importante é que uma das mais recentes publicações de *O carro dos Milagres* foi em 2009, pela Editora Amazônia, de Belém do Pará, e que reeditou a obra em formato de bolso, publicando apenas o conto que dá título à obra.

Figura 2 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance *O Minossauro* (1975)



Fonte: Fotografia captado por Airton Souza (2023)

Na primeira edição de *O Minossauro* (1972), logo depois da folha de rosto e da página subsequente que traz os dados de edição da obra, há uma ficha com os dados biográficos do autor, de autoria não referenciada, mas que cita, além de um resumo biográfico da vida de Benedicto Wilfredo Monteiro,

com dados de seu percurso de formação acadêmica, a atuação dele na área do direito, e também de sua atuação na política. Neste texto, algo que chama atenção e que pode ser considerado como uma espécie de análise-síntese de suas obras, referenda que:

As obras de Benedicto Monteiro são dedicadas ao fabuloso verde Vagomundo da Amazônia. Mas não a Amazônia vista “de fora” – turística ou espetacular (embora, aqui ou ali, isto apareça sem intenção expressa), e sim, vista “por dentro” e revelada “de dentro”, em sua realidade total, multifacética: ecológica, humana, psicológica, social, na linguagem e nos conceitos, na gente e nos bichos, no ar, na água, na selva, nas descrenças, nas lendas e nos fatos, nos sons e nas cores. (NovaCultura/Monteiro, 1975, p. 06).

Essa visão sintetiza uma gama de perspectivas e conteúdos que atravessam, intrinsecamente, as obras de Benedicto Monteiro e chegam até nós, a partir da concepção de linguagem inovadora, dos recursos e presença da oralidade, das pesquisas que ele realizou sobre os falares no Baixo Amazonas e que segundo consta em uma entrevista¹⁷ realizada por Abilio Pachêco de Souza com a escritora, curadora da obra de Benedicto Monteiro e filha dele Wanda Monteiro, das diversidades textuais dentro dos romances, da estrutura quase cinematográfica que reelabora, incessantemente, os enredos, atrelado aos saberes populares, a estrutura e o estilo¹⁸, a relação intrínseca com alguns dos grandes projetos governamentais implantados nas Amazônias, entre as décadas de 1960 a 1980, entre os quais a construção da rodovia Transamazônica e da Perimetral Norte. Chama atenção ainda a maneira como

¹⁷ A entrevista realizada por Abilio Pachêco de Souza é parte integrante de sua pesquisa de doutorado e está em anexo na tese “*No rastro e no rumo das palavras, dos fragmentos, da história brasileira recente na obra de Benedicto Monteiro*”, e é na segunda pergunta feita a Wanda Monteiro que ela aborda a observação a respeito da pesquisa realizada por Benedicto sobre os falares dos caboclos, ao destacar que “ele tinha várias fitas cassetes com as falas dos caboclos, com as denúncias” (Pachêco de Souza, 2020, p. 194). Em sua autobiografia *Transtempo* (1993), Benedicto Monteiro ressalta que: “Desse conhecimento aprendido autodidaticamente, nas fontes mais remotas e mais recentes, foi sem dúvida a linguagem que mais marcou a minha vida.” (Monteiro, 1993, p. 175).

¹⁸ A ideia ou conceito de estilo aqui adotado é o mesmo postulado por Michel Maffesoli, sobretudo quando ele compreender que o estilo “assim definido não é do ordem do frívolo. Muito pelo contrário, é o que pode fazer aparecer todos os microeventos, as imperceptíveis mutações, as situações aparentemente anedóticas, que de um extremo a outro fazem cultura, isto é, servem de substrato, de húmus, a essa criação, que é toda a vida social.” (Maffesoli, 1995, pág. 25). E, é isso que demarca também, seguindo o pensamento de Maffesoli (1995) a sua heterogeneidade e, como fenômeno, é também bastante complexo.

parte das Amazônias surgem dentro de seus livros e, que segundo Ferreira (1990, p. 12), é “onde a linguagem é portadora da grande realidade avassaladora que é a região amazônica”, mas que está ligada também para além das realidades nas Amazônias, para trazer à tona a relação com episódios históricos como a Guerra Fria, por exemplo.

Das perspectivas e conteúdos aludidos acima, a pesquisa que o escritor fez sobre os falares dos ribeirinhos, gravada em fitas K-7, é de extrema importância para a sua obra, pois contribuiu para amplificar a noção das realidades nas Amazônias e povoar seu universo ficcional a partir não só da escrita, mas dos saberes e de seu reencontro com as geografias do Baixo Amazonas.

Às custas disso, vale enfatizar que em todos os romances da Tetralogia Amazônica, esta pesquisa está como algo ligado diretamente ao cerne das narrativas, ora interligando aquilo que Pachêco de Souza (2020) denomina de narrador culto urbano com o narrador caboclo – não como mero contraponto ou estabelecendo um jogo paradoxal -, ora acentuando, mesmo que, às vezes, a partir de estrutura fragmentária, as complexidades do mundo amazônico.

No entanto, essa mesma pesquisa dos falares do Baixo Amazonas, segundo o próprio Benedicto, era a parte fulcral para a elaboração de um projeto de pesquisa que tinha como finalidade o de cursar um mestrado, conforme é possível constatar na citação a seguir:

Minha mulher tinha me dito que os policiais e militares tinham invadido várias vezes a nossa casa, vasculhando tudo e levando documentos e livros. Fui logo procurar os meus apontamentos e fitas gravadas da minha pesquisa. Eu estava pesquisando sobre linguística. Pretendia escrever tese sobre os falares da Amazônia, sobre os falares paraenses. Durante todas as minhas viagens pelo interior do Estado e da Amazônia eu tinha colhido depoimentos e gravado muitas conversas. Faltava ordenar aquele vasto material pesquisado para desenvolver a minha tese. Tinha gasto vários anos de trabalho. Eu pretendia fazer o mestrado na universidade, e assim ingressar no magistério. Foi o primeiro choque que eu peguei depois de estar livre. Compreendi que estava só aparentemente livre. Não encontrei nenhum vestígio do fichário, dos apontamentos e da minha coleção de fitas. (Monteiro, 1993, p. 83).

Contudo, por incontáveis vezes, a residência de Benedicto Monteiro foi invadida pela polícia e pelos militares durante o período em que foi preso, na condição de preso político, devido ao golpe militar no país, e consta que foi exatamente em uma dessas invasões que os policiais levaram todas as fitas K-7 e os fichários com a vasta pesquisa que o escritor Benedicto Monteiro tinha realizado. Apesar disso, as apreensões desse material não impediram Benedicto de usá-lo na composição de seus romances, principalmente presente nas falas e histórias contadas pelo personagem central da Tetralogia - o Miguel dos Santos Prazeres. Entretanto, é preciso compreender que a presença preponderante da oralidade – dos falares dos ribeirinhos e dos saberes – como material é também uma das condições que “ultrapassam os limites de uma simplista temática regional e atingem dimensões bem mais profundas, quando do confronto entre a natureza e a cultura” (Coelho, 1990, p. 17), mas também é relevante destacar ainda o confronto da política, da história, da identificação e da religiosidade.

Dá última distância que eu vejo, a sua pequena montaria ligeira já nem aparece entre ele e a água. Parece que ele está apenas flutuando na sua condição de peixe, pássaro, jacaré e homem. Para mim, ele vai ficar, com suas caças e flores, com seus compadres faladores e suas cidades distantes, boiando entre peixes atônitos. (Monteiro, 1975, p. 191).

É assim que o romance *O Minossauro* (1975) finaliza, invocando, de maneira emblemática, o título do livro e a condição de ser multifacetado e identitário do personagem Cabra-da-Peste ou Afilhado-do-Diabo, o Miguel dos Santos Prazeres. O ser em sua condição paradigmática. Múltiplo. Ostensivo. Menos esquemático possível. Aquático. Escorregadio. Substancialmente aquoso. Réptil. Ave. Homem. Ora selvagem, ora sentimental – simbolizado na citação por suas ações ligadas às caças e às flores, respectivamente e que vai crescendo ou emergindo com foça e destreza a cada romance da Tetralogia Amazônica. Ficando tão imenso até fazer desaparecer ou ficar apenas como vertigem no romance *Aquele Um* (1985) os demais narradores presentes nos livros *Verde Vagomundo* (1972) – Major Antônio Medeiros, n’*O Minossauro* (1975) – o geólogo Paulo e no *A Terceira Margem* (1983) – um geógrafo ou professor de geografia que atua como geógrafo improvisado, coordenando um

grupo de pesquisa na Amazônia. É importante destacar que esses narradores são caracterizados por Nascimento (2007) como sendo *narradores-escritores-compiladores*, isso porque todos eles “organizam o material dos seus livros por meio de um gravador, tendo como motivo principal a fala da personagem Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Cabra-da-Peste e Afilhado-do-Diabo” (Nascimento, 2007, p. 98), ou seja, são ao mesmo tempo: personagens, narradores e copilam falas para um projeto particular. Assim, essas falas podem ser consideradas como as partes centrais dos enredos da Tetralogia. Elas conformam um processo interlocutivo que tem como intuito principal a publicação de um livro por parte do Major Antônio Medeiros, do geólogo Paulo e do geógrafo, além disso, é preciso ressaltar que há também a pesquisa inacabada realizada pelo então secretário da prefeitura de Alenquer que tem como finalidade a publicação também de um livro, embora a ênfase deste seja sobre a história da cidade. Tudo muito parecido que o que fez o próprio Benedicto Monteiro, ao pesquisar os falares do Baixo Amazonas.

Em *O Minossoauro* (1975), há diversas referências sobre esse ser multifacetado de Miguel dos Santos Prazeres, o que resultou, por exemplo, em uma pesquisa realizada pela pesquisadora Maria do Carmo Ferreira Coelho, tendo como abordagem analítica o personagem Miguel como elemento de composição mítica, a quem Ferreira (1980, p. 13) o considera como “um ser de mestiçagem cultural”, numa composição ambígua, heterogênea.

O Minossoauro (1975) foi o segundo romance publicado da Tetralogia Amazônica, e assim, como o *Verde Vagomundo* (1972), ele possui imbricado em sua estrutura a composição e a presença de textos de outros gêneros ou de outras naturezas, entre os quais podemos destacar: os dados geográficos; os recortes de manchetes e notícias de jornais; as citações diretas e indiretas; o recorte de um inquérito policial que inclusive tem início em o *Verde Vagomundo* (1972); os trechos de poemas; as músicas, por exemplo, de Caetano Veloso e Chico Buarque de Holanda; o relatório de viagem; os fragmentos de livros, como *O Jogo da Amarelinha*¹⁹, de Julio Cortázar; ditados populares e as cartas das personagens Zuleika e Sinome.

¹⁹ A obra *O Jogo da Amarelinha* é um dos livros mais importantes do escritor argentino Julio Cortázar e foi publicado em junho de 1963. No Brasil, uma das edições da obra foi traduzida pelo escritor Eric Nepomuceno e publicado pela Companhia das Letras.

Se fôssemos apontar de imediato um dos diferenciais entre os romances *Verde Vagomundo* (1972) e *O Minossauro* (1975), a primeira perspectiva que sobreviria nesta narrativa, em detrimento àquela, seria a voz de Miguel dos Santos Prazeres. Ainda que, aparentemente, haja em *O Minossauro* (1975) a presença de um interlocutor, é Miguel quem abre a história respondendo provavelmente à pergunta realizada talvez pelo *narrador-escritor-compilador* do romance que é o geólogo Paulo, responsável por uma equipe de pesquisadores que está realizando pesquisas sobre a condição sísmológica ou sísmográfica no Baixo Amazonas, em busca de indícios da existência de petróleo nessa parte das Amazônias.

Assim, em *O Minossauro* (1975) Miguel dos Santos Prazer, vulgo Cabra-da-Peste ou Afilhado-do-Diabo, abre o enredo dizendo:

Não, eu não alembro como eu nasci. Faz muito tempo. Mesmo sendo ainda novo, faz muito tempo. De memória, não sei o lugar, nem o dia, nem a hora. Quando dei acordo de mim diz´que já era homem. Homem, sim senhor. (Monteiro, 1975, p. 15).

Se lermos atentamente, é possível observar uma contradição evidente “nasci. Faz muito tempo. Mesmo sendo ainda novo” (Monteiro, 1975, p. 15) que é também simbólica em relação à compreensão não unívoca de Amazônia. A narrativa retoma, em seguida, o episódio final de *Verde Vagomundo* (1972) com a queima de uma imensa quantidade de fogos realizada por Miguel dos Santos Prazeres. Fogos que eram para ser usados em comemoração às nove noites e os nove dias de festa em homenagem a Santo Antônio, padroeiro da cidade de Alenquer.

É em *O Minossauro* (1975) – é provável que o próprio título do livro aponte para essa alusão também – que Miguel renasce. Renasce do fogo. Metamorfoseado ou transfigurado. Ampliado. Além disso, neste romance, ele tem a realização de seu grande sonho, que é ser pirotécnico. Simbolicamente *O Minossauro* (1975) contrapõe ao mesmo tempo em que justapõe fogo e força. Fogo e destruição. Fogo e renascimento. E nos faz pensar na problemática do fogo nas Amazônias “porque o fogo parêseque queria arrasar toda a floresta” (Monteiro, 1975, p. 16). Das queimadas. Dos desmatamentos. “Da força do fogo solto pelo mundo!” (Monteiro, 1975, p. 17).

Além dessa história de seu renascimento, o personagem Miguel – o Afilhado-do-Diabo ou o Cabra-da-Peste – continua em *O Minossauro* (1975) dividido entre a memória de histórias ouvidas e as histórias vivenciadas por ele, entre as quais a do “Precipício”, “O papagaio” e “O fim do mundo”. Também traz à tona várias problemáticas existentes nas Amazônias; a relação com as encantarias; os mitos; a presença dos saberes populares como, por exemplo, ao afirmar que “entendo de pesca: pesca de anzol, de tarrafa, de arpão, de zagaia, de oayô, de cacuri ou caniço. Não, timbó eu nunca usei porque não gosto de matar peixes inocentes” (Monteiro, 1975, p. 27) ou de caça “qualquer caça: onça, jacaré, paca, veado, cutia, capivara e anta. Também a caça de aves: pato, marreca, jaburu, passarão, nanaí e outros bichos.” (Monteiro, 1975, p. 27).

É preciso destacar ainda que:

O romance *O Minossauro* apresenta uma estrutura romanesca com múltiplos pontos de vista, em que as personagens se articulam como que em blocos de fala. A sequência desses blocos caracteriza-se pela montagem já que, em cada bloco, as personagens rompem abruptamente com os seus discursos, dando lugar ao de outra personagem, numa sequência de fragmentos como, por exemplo, textos oralizantes, depoimentos, citações de diferentes autores e do próprio Monteiro, textos jornalísticos, poemas, relatórios, composição musical, cartas, entre outros. (Nascimento, 2007, p. 100).

Dentro dessa estrutura composicional do romance, temos ainda o desenho de torres de transmissão que se repetem exatamente por vinte e seis vezes, inclusive os desenhos estão como se estivessem emitindo várias frequências de ondas sonoras. Em sequência ao desenho das torres de transmissão, surgem os recortes de notícias de jornais e das manchetes, de notícias, tanto nacionais quanto internacionais, dando a entender que são noticiários emitidos via rádio, pelas torres e seus sinais.

Entre os textos de outras naturezas presentes na narrativa, destacam-se também as cartas escritas e enviadas por Zuleika e Simone. A primeira é universitária, estudante de Ecologia e envia suas cartas do Rio de Janeiro para seu noivo Roberto, que é geofísico e está na Amazônia trabalhando na mesma equipe em que está Paulo. A segunda é secretária executiva da Superintendência do Vale Amazônico Brasileiro - SUVABRÁS, reside em

Belém do Pará, e envia as cartas para seu namorado Paulo, que é geólogo e responsável pela equipe que atua no levantamento sísmológico no Baixo Amazonas. Ao todo Zuleika, envia exatamente dez cartas enquanto Simone, envia onze.

De certa forma, são nessas cartas enviadas pelas duas mulheres que vamos nos depararmos, de maneira mais intrínseca, com o país tomado e governado pelos militares na ditadura civil-militar de 1964, além de alguns projetos ligados diretamente ao processo de ocupação e a suposta integração da Amazônia. Episódio histórico que vai, cada vez mais, angariando evidência dentro das narrativas. Entre os elementos que tornam a ditadura civil-militar evidente está um diálogo diretamente ligado à suposta ação governamental intitulada de “Operação Amazônia²⁰”, ou algo muito semelhante, que aparece nas cartas enviadas por Simone, como Missão na Amazônia, projetada pelo personagem Dr. Epaminondas Carvalho. Só que com uma leitura mais atenta, é possível observar que logo no início do romance, na seção intitulada de **Recomendações confidenciais aos membros do GT – 33 – CF** há elementos que apontam também diretamente para o período da ditadura civil-militar, principalmente, quando o texto se refere à Amazônia. Duas ênfases latentes estão centradas na concepção da Amazônia como espaço vazio a ser ocupado e também na suposta formação discursiva em que “a Amazônia já foi e ainda é alvo da cobiça internacional mais desenfreada” (Monteiro, 1983, p. 9), premissas reelaboradas, sobretudo, pelos militares quando estavam no poder.

A linguagem poética presente em *O Minossauro* (1975) espalha-se de maneira instigante, aflorando momentaneamente da boca de diversos personagens, entre os quais as metáforas mais poderosas surgem dentro das histórias narradas por Miguel dos Santos Prazeres. Este personagem - *griot* - faz o enredo de *O Minossauro* (1975) ser mais metafórico do que a narrativa de *Verde Vagomundo* (1972), até porque naquele romance a experiência narrativa

²⁰ Lançada em dezembro de 1966, nos anos iniciais da ditadura civil-militar de 1964, pelo então presidente Castello Branco, na cidade de Manaus, a Operação Amazônia era um dos elementos-chaves a política e a ideologia de ocupação das Amazônias. Abarcada por amplas ações governamentais a Operação Amazônia tinha entre seus principais objetivos fortalecer o processo de espoliação das riquezas amazônicas. Com isso foram criados através dessa operação medidas, projetos e decretos que ao fim da conta apenas serviram para fortalecer os grandes empreendimentos, inclusive com leis ligadas aos incentivos fiscais que favoreciam esses grandes empreendimentos.

– a fala mesma e os saberes – de Miguel dos Santos Prazeres são ampliados. Para ficarmos com alguns exemplos, eis os fragmentos abaixo:

Ora fazendo o bem, ora fazendo o mal, diz´que eu cumpro a minha sina. O senhor acha que eu existo? Assim mesmo sem ter identidade, sem escrever o meu nome, sem figurar em letras, o senhor acha que é mesmo uma existência? Viver encantado assim, parêsqe havia de ser bom, porque dura toda-a-vida. (Monteiro, 1975, p. 126).

Ou,

Pra mim, a enchente é como já lhe disse: é a liberdade. Minha canoa não aproa mais nas ribanceiras nem esbarra nas alturas dos barrancos. Viajo sempre na linha do horizonte. É verdade que as margens se alargam. E o vento, muitas vezes, põe tropeços nas enseadas. As águas se revoltam os remansos. Criam até ondas de mar nos estirões mais largos. E dançam na noite como sombras. (Monteiro, 1975, p. 127).

Ou também que,

Podia ser que meu coração espalhado em estilhaços, virasse estrelas-pirilampos. Podia ser que ele virasse em línguas de fogo, douradas borboletas, flor em chamas, asas de sangue ou chuva de vagalumes. Podia ser que ele até ficasse dividido, esmigalhado, feito barro, feito terra, feito fogo em flor, feito lama... (Monteiro, 1975, p. 64).

É possível ainda nos depararmos no romance *O Minossauro* (1975) com perspectivas que estão também evidentes em *Verde Vagomundo* (1972), englobando não apenas um trabalho com a linguagem, a estética, a forma, as temáticas, mas com a existência de um projeto conceitual de reflexão sobre as palavras – escritas ou orais – por que:

Acho que as palavras podem reter o mundo que aprendo na sua pureza mais remota. E, por estar este mundo ainda vago, as palavras não precisam de relações gramaticais mais complexas, para transmitir o significado puro e intrínseco. Servem apenas as palavras, as palavras-duplas como as estrelas, ou as palavras-triplas e as palavras-múltiplas. (Monteiro, 1975, p. 83).

De certo modo, é em *O Minossauro* (1975) que Benedicto Monteiro aprofunda ainda mais as reflexões críticas sobre as perspectivas de Amazônias, compreendendo que “a realidade amazônica. A outra face da terra. A outra face do homem” (Monteiro, 1975, p. 131) é complexa, ambígua, heterogênea, difusa porque diante do assombro que teve pela primeira vez ao voar por cima da floresta amazônica, Benedicto viu-se a si mesmo mergulhado no imenso dilema paradoxal entre o preestabelecido e a opacidade, como afirma um de seus personagens “quando eu me deparo sozinho com a realidade, as palavras tornam-se absolutamente preestabelecidas e opacas.” (Monteiro, 1975, p. 131).

Pois, no citado romance, um bom exemplo das noções de Amazônia como preconcebida e abstrata pode ficar mais nítida quando isolamos as onze cartas escritas e enviadas por Simone ao seu namorado Paulo. Ambos estão no mesmo espaço geográfico – o da Amazônia – e fica evidente a diferença de percepção dessa espacialidade. A grosso modo, as cartas de Simone traz visões completamente distorcidas. Outra questão preponderante nessas cartas é a figuração/presença do projeto denominado Missão da Amazônia. Desde a primeira carta, Simone faz referência ao projeto que nem ela mesma sabe do que exatamente se trata. Acaba envolvendo-se com duas pessoas – um delas é o secretário do Dr. Epaminondas Ezequiel de Carvalho e o outra é o próprio Dr. Epaminondas - para tentar desvelar o que é o projeto e quais seus propósitos. Nessa busca por respostas, ela envia ao namorado informações que são apenas suposições a respeito do projeto.

Aparentemente, *O Minossauro* (1975) é mais fragmentário que o *Verde Vagomundo* (1972). Essa fragmentação deixa o enredo em uma condição rizomática, que se espraia com rupturas e segmentações que formam *rizomas*. A noção de rizoma adotado aqui, que deriva da botânica, é um dos conceitos-chaves postulado pelos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari, principalmente no obra *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*, publicado no Brasil em 1995, pela Editora 34, e em primeira edição na França em 1980, pela *Les Éditions de Minuit*. O pensamento rizomático está atravessado pela multiplicidade das realidades, colocando em evidência as ramificações em que estas realidades rompem, através dos movimentos incessantes de *desterritorialização*, *reterritorialização* e *territorialização*, atrelados a própria movência das

realidades. Nesse caso, a condição rizomática da Teratologia interligam-se ao momento histórico, a alguns projetos de ocupação das Amazônias, as críticas as visões estereotipadas sobre esta territorialidade e contribui para desvelar uma parte profunda do Baixo Amazonas, em seus aspectos naturais, humanos, imaginários e sentimentais, pois:

Acho que as palavras podem reter o mundo que aprendo na sua pureza mais remota. E, por estar este mundo ainda vago, as palavras precisam de relações gramaticais mais complexas, para transmitir o significado puro e intrínseco. (Monteiro, 1975, p. 83).

À custa disso, gostaria de deixar aqui a fala de um dos personagens de *O Minossauro* (1975), afirmando que “tudo o que ele não sabia, não podia ou não queria explicar, ele falava: isso é uma exigência da eternidade.” (Monteiro, 1975, p. 53). Assim, como o poeta Vicente Franz Cecim (2020), no manifesto ‘Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau’, convoca-nos a visualizar todos os mecanismos que envolvem a face oculta dos projetos que primaram por compreender a intersubjetividade amazônica apenas centrado na ideia de territorialidade enunciada. Sendo que a maioria desses projetos estavam pautados nas falácias denominadas de ‘desenvolvimento’, ‘integração nacional’ e ‘modernidade’, e que no final das contas estiveram sempre “margeada pelo arcaico e por um sistema de vida pré-capitalista.” (Samento-Pantoja, 2005, p. 255). Sistema que vai deixar as Amazônias mergulhadas em dilemas e conflitos de várias naturezas.

Em suma, o enredo de *O Minossauro* (1975) amplia, dentro das Amazônias, essa possibilidade de entendermos que a visualização da face oculta é também uma *exigência da eternidade* e ela vai nos ajudar a interpretar “uma realidade ainda mais vasta” (Cecim, 2020, p. 106), complexa, plural.

2.3 A Terceira Margem

“Verde e vago. Verde Vagomundo. Foi aí que eu me perdi na pura claridade. Era parêsqe claridade do verde, da água, da noite, e do silêncio. Pensei que era a morte, que eu estava morto. Pensei que eu estava bem no fundo.

Mas nesse instante, nesse justo e exato momento, foi que a água e o céu se abriram e surgiu uma praia branca. Muito branca. Todos os verdes e todas as cores se resumiram naquela noite. E não tinha princípio nem fim: era uma distância. Era parêsqe também uma margem... mas outra margem...”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *A Terceira Margem*

Publicado em julho de 1983 pela Editora Marco Zero, do Rio de Janeiro, através da coleção **Histórias do Pau-Brasil**, o romance *A Terceira Margem*, de Benedicto Monteiro, fecha um ciclo dentro projeto-estético-político de Benedicto Monteiro. É justamente por conta desse “fechamento de ciclo” que a Tetralogia Amazônica é considerada por alguns e algumas pesquisadoras da obra de Benedicto Monteiro como sendo uma Trilogia, já que o quarto e último livro da Tetralogia é composto pelo o recorte e alguns acréscimos de todas as falas de Miguel dos Santos Prazeres, presentes nos três romances anteriores, com pequenos acréscimos, e publicado com o título *Aquele Um* (1985). Além disso, em pesquisa recente, Pachêco de Sousa escreveu que

Os estudos sobre o autor e suas declarações em entrevistas e outros textos (como prefácios) indicam que o projeto do autor na década de 1970 era de escrever uma Trilogia, ambientada na Amazônia Paraense, principalmente no espaço geográfico de Alenquer com a finalidade de discutir questões regionais de modo contextualizado em relação ao momento político que vivia o mundo (Guerra Fria) e principalmente o Brasil (Ditadura Militar) (Pachêco de Souza, 2020, p. 49).

Enfatiza-se ainda que em *Aquele Um* (1985) as vozes diretas dos *narradores-escretores-compiladores* meio que se dissipam até desaparecerem. Isso implica afirmar que eles já não estão diretamente presentes no último livro da Tetralogia. Contudo, é necessário ressaltar que essa dissipação ou desaparecimento não é por completo porque, às vezes, na fala de Miguel dos Santos Prazeres é possível, sutilmente, perceber a presença do Major Antônio Medeiros, do geólogo Paulo ou do geógrafo. Suas presenças estão assinaladas/demarcadas quando são invocados, de maneira tênue, na

condição de interlocutores que apenas escutam. O termo mais recorrente que demarca/assinala essa ausência-presença dos *narradores-escritores-compiladores* é o pronome de tratamento 'senhor', embora seja preciso ainda enfatizar que Miguel designa, em *Verde Vagomundo* (1972), o Major Antônio Medeiros, na maioria das vezes, pela patente de Major.

Vale ressaltar que o *narrador-escritor-compilador* do romance *A Terceira Margem* (1983) é um professor de geografia que não tem seu nome citado ao longo de toda a narrativa. O que pode ser considerado como parte do indício dessa dissipação que esses *narradores-escritores-compiladores* perpassam ao longo de toda da Tetralogia Amazônica. Os nomes tornando-se evanescentes, gradativamente. Além disso, a própria simbologia dos diálogos, ou seja, das forças narrativas, também perpassam, lentamente, por essa condição de açulamento. A voz de Miguel vai ganhando espaço, e assim a fala como elemento preponderante, demarca que territorialidade vai deixando de ser apenas enunciada para ser também de enunciações.

Internamente, no enredo de *A Terceira Margem* (1983) o *narrador-escritor-compilador* desempenha a função de geógrafo, atuando na coordenação de uma equipe de trabalho no Baixo Amazonas, no oeste paraense, com o objetivo de pesquisar a possibilidade de uma nova experiência de ocupação do território das Amazônias. Isso implica afirmar que o geógrafo tem

em uma oportunidade que nunca pensou em ter antes; além disso, a sua realização pode facilitar a feitura do tão sonhado projeto literário, pois ele anseia transformar o relato de Miguel em um romance e esse termina se compondo na verdadeira trajetória que o ocupa, como se fosse uma última ilusão (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 239).

No romance uma das questões primordiais colocadas era: “a Amazônia é local onde a humanidade pode ainda tentar uma nova experiência de vida?” (Monteiro, 1983, p. 14). Segundo consta, o referido projeto, aprovado e constituído via lei no Congresso brasileiro, era denominado de GT – 33 – CF, que significa Grupo de Trabalho para a pesquisa da Cidade do Futuro e que além do geógrafo, contava com a participação obrigatória de outros profissionais liberais, entre eles “um arquiteto, um economista, um antropólogo

social, um sociólogo, um psicólogo social e um ecologista” (Monteiro, 1983, p. 14).

A narrativa de *A Terceira Margem* (1983) liga-se abertamente à de *O Minossauo* (1975) e ao *Verde Vagomundo* (1972), inclusive cintando algumas vezes em seu enredo os personagens centrais desses romances, conforme é possível observar neste fragmento retirado da parte intitulada SEGUNDA MARGEM:

Já que estou aqui e tenho um projeto literário, preciso assumir toda a necessidade de escrever este livro. Infelizmente, quando procurei Major Antônio para me ajudar, já era tarde. Depois de ter descoberto o Verde Vagomundo e Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Cabra-da-Peste, esse militar vendeu suas vastas propriedades em Alenquer e desapareceu pelo mundo. Provavelmente, foi tragado pela voragem de alguma cidade grande, ou absorvido pela engrenagem de algum Órgão de Segurança.

Procurei então, Paulo, o geólogo, narrador do Minossauo, que foi confidente de Miguel, Miguel dos Santos Prazeres. Paulo, depois de trabalhar numa equipe sismográfica de pesquisa de petróleo que atuava no Baixo-Amazonas, ficou enredado de tal forma na trama das palavras, e permanece aprisionado nas formulações de uma linguagem a tal ponto simplificada, que despreza completamente a sintaxe, o discurso e a lógica formal. Mesmo assim mostrou-me o livro concebido como forma narrativa mais adequada para expressa a sua visão pessoal. (Monteiro, 1983, p. 28).

Esse pincelamento assinalado pela tentativa em vão de falar com o Major Antônio Medeiros, personagem e narrador de *Verde Vagomundo* (1972) e o contato com o geólogo Paulo, personagem e narrador de *O Minossauo* (1975), não são os únicos elementos que interligam os romances, pois outras características preponderantes existentes tanto em *Verde Vagomundo* (1972) quanto em *O Minossauo* (1975), estão presentes em *A Terceira Margem* (1983), entre esses elementos destaca-se o ambição ou o desejo dos *narradores-escritores-compiladores* de escrever um romance. Deste modo, podemos dizer que este romance continua sendo, em seu aspecto estético, político e fragmentário, a elaboração de uma narrativa marcada pelo processo híbrido, embora com temáticas que dialogam com os outros dois romances que o antecedem.

Outra característica de *A Terceira Margem* (1983) é que temporalmente seu enredo acontece no mesmo momento histórico de *Verde Vagomundo*

(1972) e de *O Minossauro* (1975), tendo como marco temporal o momento político da década de 1960, 1970 e 1980 e, sempre permeado pela tomada de poder pelos militares, através do golpe e instauração do estado de exceção. Além do mais, a presença também de textos de outros gêneros, uma vez que *A Terceira Margem* (1983), assim como as outras duas narrativas anteriores da Tetralogia possuem uma relação intrínseca com textos de outras naturezas, principalmente nas áreas da linguagem, das literaturas e do pensamento científico sobre as Amazônias. Assim, o romance tem imbricado em si textos como citações diversas além de, por exemplo, dos comunicados, dos recortes de notícias de jornais e revistas, sobre o que Pachêco de Souza concluí o seguinte:

A leitura que fazemos de *A Terceira Margem* é tributária do princípio de montagem dos dois primeiros romances, mas a leitura destes também sobre algum afluxo de progressiva organicidade presente em *A Terceira Margem*. (Pachêco de Souza, 2020, p. 133).

Isso porque este romance aparenta ser menos “caótico” e mais ordenado que *Verde Vagomundo* (1972) e *O Minossauro* (1975), tanto no aspecto formal quanto na formulação organizacional do enredo.

A começar pela epígrafe – fragmento textual da obra *O Grau Zero da Escritura*, de Roland Barthes (1953) – destaca-se que o romance possui exatamente treze citações diretamente ligadas à reflexão crítica sobre a linguagem e a literatura. No entanto, há ainda outras citações indiretas sobre a linguagem, entre elas, uma que está quase no fim da narrativa. Essa citação assinala, praticamente, as últimas palavras do *narrador-escritor-compiler* dentro de *A Terceira Margem* (1983), vejamos:

Li a linguagem dos índios Hopi, da América Central, não possui palavras-verbos e nem palavras-substantivos (como a linguagem de nossos antepassados indígenas também não possuíam palavras-adjetivos) mas sim, palavras-acontecimentos; portanto, mais intimamente aplicáveis ao contínuo espaço-tempo em que só agora sabemos que vivemos. Todo o desafio que enfrento agora, maior que a dificuldade da pesquisa sobre a cidade do futuro, é fazer a transposição, para a escrita, dessa linguagem-presença, muito mais que o simples acontecimento. (Monteiro, 1983, p. 180).

Essas citações ligam-se à especificidade de questões centrais na Tetralogia. Uma delas são os tecidos sociais e as textualidades que estão envoltos a Benedito Monteiro, ou seja, envoltos a sua experiência intersubjetiva com os livros e com seus estudos autodidatas a respeito das linguagens – oral e escrita – e das literaturas, intercambiando na sua obra aquilo que Benedito Nunes (2006), conforme já ressaltamos, denomina de diferentes influxos pessoais e históricos. Influxos motivados, inicialmente, pelo encanto e pelo espanto que emergiram, como vimos, a partir da leitura do romance *Chove nos campos de cachoeira* (1941), do escritor pontapedrense e universal Dalcídio Jurandir.

Outros textos de natureza diversa presentes no romance são os recortes de notícias de jornais e revistas. Da maneira como estão organizados dentro da narrativa, esses recortes podem ser considerados em um total de apenas oito, sendo dois de notícias nacionais – um deles ligado ao problema ambiental na Bahia, quando uma fábrica foi fechada por jogar dejetos no rio Suabés. Neste mesmo recorte, temos a apresentação de dados alarmantes sobre a mortalidade infantil na grande São Paulo, que chegou a 45%, devido a doenças ligadas diretamente à poluição de rios como o Sorocaba, Jundiáí, Capivari, Tietê e o Piracicaba. Essas duas notícias interrelacionam entre si. E são refrações críticas da poluições dos rios nas Amazônias a partir da ocupação desenfreada do que historicamente foi considerado apenas como *verde vago mundo*.

Os outros sete recortes tratam de notícias internacionais. O primeiro deles fala a respeito de uma indústria química, a fábrica Roche, localizada em Seveso, no norte da Itália, e traz a lume o desastre ecológico provocado pelo vazamento de produtos químicos contendo elementos nocivos à saúde como a dioxina. Esse episódio aconteceu em 10 de julho de 1976. Nesse período, o desastre, visto como acidente, foi considerado o primeiro grande dano ecológico industrial tal qual é narrado no romance, “em meio às dúvidas que cercam o episódio de Seveso, a gravidade, extensão e implicações futuras dessa catástrofe ecológica continuam insondáveis.” (Monteiro, 1983, p. 43).

De certa forma, é possível afirmar que boa parte desses recortes de notícias, sejam as nacionais ou internacionais, mantém relações com as Amazônias, quando levamos em consideração os projetos e processos de

ocupações promovidos, seja pelo capital nacional ou internacional, governamental e/ou pelos problemas ambientais provocados por estes projetos e processos, tais como: as queimadas, a poluição dos rios, a invasão das terras dos povos originários, as grilagens de terras, a garimpagem ilegal, as pistolagens e assassinatos que envolvem a luta pela terra, as derrubadas da floresta e a poluição do ar.

Figura 3 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance *A Terceira Margem* (1983)



Fonte: Fotografia captada por Airton Souza (2023)

Há também, na narrativa, citações diretas sobre as Amazônias. As mais preponderantes advêm do trabalho científico intitulado *Uma Comunidade Amazônica - Amazon Town* (1957), escrito pelo pesquisador e antropólogo

Charles Wagley. Em todo o romance, essas citações alimentam as visões críticas sobre as Amazônias. No total, são oito citações diretas, e outras indiretas que surgem, às vezes, pelas falas de alguns personagens, como, por exemplo, na fala do Sociólogo, do Arquiteto e do Ecologista, todos eles membros do Grupo de Trabalho para a pesquisa da Cidade do Futuro.

Faz-se necessário ressaltar também que há nas falas do *narrador-escritor-compilador* e professor de geografia a presença de citações assentadas na concepção crítica de geografia de Eidorfe Moreira (1912 – 1989) e que segundo Pachêco de Souza (2020), uma das falas que predominam nas daquele personagem é:

Pelo que lemos até aqui, o Geógrafo, como narrador e como personagem neste romance, apresenta-se de duas formas diferentes. Em ambas, sua conformação é um entrecruzamento de muitas referências epistemológicas (literárias e de outras áreas do saber) basicamente referentes a 1) um discurso paralelo ao oficial, através do contraditório que estabelece com Charles Wagley que é o discurso-base do projeto para a Cidade do Futuro; 2) um discurso com uma concepção de linguagem vinculada principalmente a Roland Barthes, daí a poeticidade, por exemplo; e 3) o discurso que se aproxima explicitamente a concepção geográfica da vida, de Eidorfe Moreira (embora não citado em momento algum). (Pachêco de Souza, 2020, p. 121).

Nesse caso, é possível afirmar que o romance *A Terceira Margem* (1983) está revertido pela acepção estética-política semelhante aos dois romances que o antecedem no projeto cambiante²¹ da Tetralogia Amazônica. Assim, o uso da linguagem dentro da estrutura do livro é muito semelhante à dos romances *Verde Vagomundo* (1972) e *O Minossauro* (1975), sobretudo, na formatação das palavras, vejamos:

O Amazonas tem a água suja: amarelo-barro, amarelo-cobre, amarelo-cinza, amarelo-água-barrenta-cor-de-barro. E, também, conforme a incidência do sol, o amarelo fica quase verde, verde-sujo, verde-limo, verde-lama, verde-barro, verde-cinza, amarelo-verde, amarelo-verde-ouro, amarelo-verde-barro, amarelo-verde-cobre,

²¹ É Pachêco de Souza (2020) quem caracteriza a Tetralogia Amazônica como um projeto estético cambiante, levando em consideração vários fatores e perspectivas imbricados nos romances. Entre esses fatores ele destaca, sobretudo as matérias que compõem as narrativas, a partir de um processo que é, ao mesmo tempo, de montagem e fragmentação, e que contribuem para dar certa unidade à Tetralogia.

amarelo, amarelo-verde-sujo, amarelo-verde-lama, amarelo-verde-água. (Monteiro, 1983, p. 22).

O livro está dividido em quatro partes, nomeadas da seguinte maneira: À MARGEM, PRIMEIRA MARGEM, SEGUNDA MARGEM e a que é intitulada de forma homônima ao título do livro: À TERCEIRA MARGEM, todas em caixa alta. A divisão está organizada seguindo essa sequência, respectivamente, embora a parte de À TERCEIRA MARGEM só apareça uma vez no romance, no final do livro, causando certa ruptura formal no enredo. Nesse aspecto, é possível afirmar que a divisão é sequencial. De forma seriada, À MARGEM, PRIMEIRA MARGEM e a SEGUNDA MARGEM aparecem no livro na mesma quantidade, em um total de nove vezes cada parte. Outro dado interessante é que todas as falas de Miguel estão majoritariamente na parte da SEGUNDA MARGEM, com exceção de À TERCEIRA MARGEM, em que a voz narrativa é, exclusivamente, deste personagem, narrada, possivelmente, pelo professor de geografia nomeado apenas de “senhor”. Nessa mesma parte - SEGUNDA MARGEM – há uma predominância narrativa em que a voz é a do *narrador-escriptor-compiler* o professor de geografia. Em alguns fragmentos, ele descreve a paisagem de Alenquer e a busca de informações a respeito de Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Cabra-da-Peste.

Na parte intitulada À MARGEM, logo nas primeiras páginas do livro, temos as “Recomendações, confidências aos membros do GT – 33 – CF” (Monteiro, 1983, p. 9) e as falas iniciais do coordenador do Grupo de Trabalho para a pesquisa da Cidade do Futuro, com a proposta de construir cidades flutuantes e citações diretas dos pesquisadores Spix e Martius, datadas de 1885, sobre Santarém, o rio Amazonas, as fortificações construídas na era pombalina e sobre algumas expedições inglesas que aconteceram na bacia do Tapajós “provavelmente, com o intuito de achar ouro” (Monteiro, 1983, p. 27). O que se constata depois nas outras oito partes da À MARGEM é a predominância de outras citações, ora sobre a linguagem e a literatura, ora sobre as Amazônias, a partir de reflexões críticas de autores como Pierre Barberis, Roland Barthes, Ferreira Gullar, Michel Foucault, Euclides da Cunha e, sobretudo, do antropólogo Charles Wagley. Há ainda, conforme enfatizamos,

os recortes de notícias de jornais e revistas, principalmente com notícias internacionais, além de comunicados da C.N.P.D.C.T²².

Através de um levantamento minucioso foi possível constatar que outros elementos contribuem para interligar, como em ressonância, a obra *A Terceira Margem* (1983) aos outros romances da Tetralogia, a começar pelo lugar em que se encontram os três *narradores-escritores-compiladores*, o Baixo Amazonas. Os outros elementos são: a história por trás da fundação da cidade de Alenquer; as características físicas da cidade; o episódio da queima de fogos realizado pelo Cabra-da-Peste, a partir de seu sonho em ser pirotécnico, o desaparecimento dele; o I. P. M - Inquérito Policial Militar, mas que n'*A Terceira Margem* (1983) é outro inquérito, embora este tenha a ver diretamente com o I.P.M que é aberto em *Verde Vagomundo* (1972) e, por fim, essa posição de *griot* e de ser mitológico e emblemático desempenhado por Miguel também em *Verde Vagomundo* (1972).

Outro dado interessante é que dentro deste conjunto de elementos que constituem o enredo total de *A Terceira Margem* (1983), se fôssemos realizar um exercício, isolando certas secções do romance para saber quantos enredos há, supostamente, teríamos nessa obra, a estimativa de pelo menos três narrativas que ocorrem paralelamente entre si. Vejamos: a proposta inicial é isolar todas as partes de À MARGEM, PRIMEIRA MARGEM e as falas do professor de geografia presentes na secção da SEGUNDA MARGEM. Nesse enredo, predominariam os assuntos ligados à Amazônia e ao GT – 33 – CF - Grupo de Trabalho para a pesquisa da Cidade do Futuro. O segundo enredo pode ser extraído dos diálogos dos membros do GT – 33 – CF contidos em grande maioria na parte intitulada PRIMEIRA MARGEM. O terceiro e último enredo a ser considerado são as falas de Miguel dos Santos Prazeres e que estão, predominantemente, nas partes da SEGUNDA MARGEM e da TERCEIRA MARGEM. Parte destas falas, inclusive, foram publicadas um ano antes da publicação do romance *A Terceira Margem* (1983), na antologia de

²² O significado desta sigla não está explicitado no romance, mas possivelmente segundo Pachêco de Souza (2020) ela deve fazer referência ao hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq, “que até a Lei N° 6.129/74 era conhecido por “Conselho Nacional de Pesquisas”” (Pachêco de Souza, 2020, p. 103). Um dos indícios apontados por este pesquisador é que quase todos os membros da equipe do GT – 33 – CF eram professores universitários e que, por conta do golpe da ditadura civil-militar, foram perseguidos e ficaram desempregados.

contos eróticos *Status 4 Novelas Eróticas*, como resultado do Prêmio Status de Literatura de 1982, promovido pela Revista Status. Esta antologia reuniu quatro novelas eróticas, todas de escritores brasileiros e que foram os finalistas do referido prêmio, entre os quais estavam: Almícar Neves, Geraldo Lopes de Magalhães, Marco Antonio de Menezes – respectivamente com os contos “Movimentos Automáticos”, “Um favor para Heloísa” e “O terceiro enviado” – e o próprio Benedicto Wilfredo Monteiro, com o conto intitulado “Como se faz um guerrilheiro”. A antologia foi lançada com o selo comemorativo de dez anos da Editora Três. Vale ainda ressaltar que essas mesmas falas de Miguel dos Santos Prazeres presentes na antologia *Status 4 Novelas Eróticas* foram republicadas, doze anos depois, em formato de novela também intituladas *Como se faz um guerrilheiro*, no ano de 1995, pela Editora CEJUP, de Belém do Pará.

O escritor Márcio Souza, no texto da orelha da primeira edição de *A Terceira Margem* (1983), enfatiza que:

Nesta TERCEIRA MARGEM, penúltimo da tetralogia iniciada magistralmente em VERDE VAGO MUNDO, Benedicto Monteiro propõe um jogo entre duas concepções de mundo, numa técnica narrativa agilíssima, revelando um pouco mais o grande mistério que este painel quer recriar: o homem-rio, o homem-água, o homem senhor da linguagem profunda da Amazônia. (Souza, 1983, sem paginação).

Assim, o romance *A Terceira Margem* (1983) contribui para desvelar, principalmente transfigurando, uma parte das realidades amazônicas, um dos períodos mais emblemáticos da história das Amazônias nas décadas que vai de 1960 a 1980.

2.4 Aquele Um

“Tive a primeira impressão do mundo foi num dia de paixão de gado do Coronel Quintino. Ouvi um caboco dizer: é o negócio é correr terra... o negócio é correr terra. Olhe, que se estava por riba de um campo alagado que era uma imensidão de água. Como então correr terra, naquele imenso alagado?”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *Aquele Um*

Entre as muitas facetas que cercam a publicação do romance *Aquele Um* (1985), uma das primeiras questões a vir à tona pode ser esta: estamos diante de um romance-monólogo?²³

Seu enredo nos conduz de imediato a uma situação como se estivéssemos em um círculo na condição de ouvintes, sentados no chão de terra batida, em algum lugar no Baixo Amazonas ou em qualquer parte das Amazônias, ao lado de um círculo provisório, disforme, com uma fogueira crepitando e, vez em quando, saltando minúsculas faíscas no ar como se formassem ou desenhassem no vácuo escuro uma cortina de vaga-lumes e no centro do círculo Miguel dos Santos Prazeres, misturado ao escuro da noite, à guisa de um *griot*, narrando todas as suas histórias que estão em *Verde Vagomundo* (1972), em *O Minossauro* (1975) e n’*A Terceira Margem* (1983). Ou é como se seu enredo invocasse em nós esse insólito desejo de estarmos sentados dentro de uma canoa bem *gita*, com o vento lambendo nossas bochechas e respingos de águas de qualquer rio, igarapé ou igapó a molhar nossas mãos, e ter a certeza que estávamos dentro de parte do mundo amazônico.

Além disso, perante *Aquele Um* (1985), a sensação que temos é:

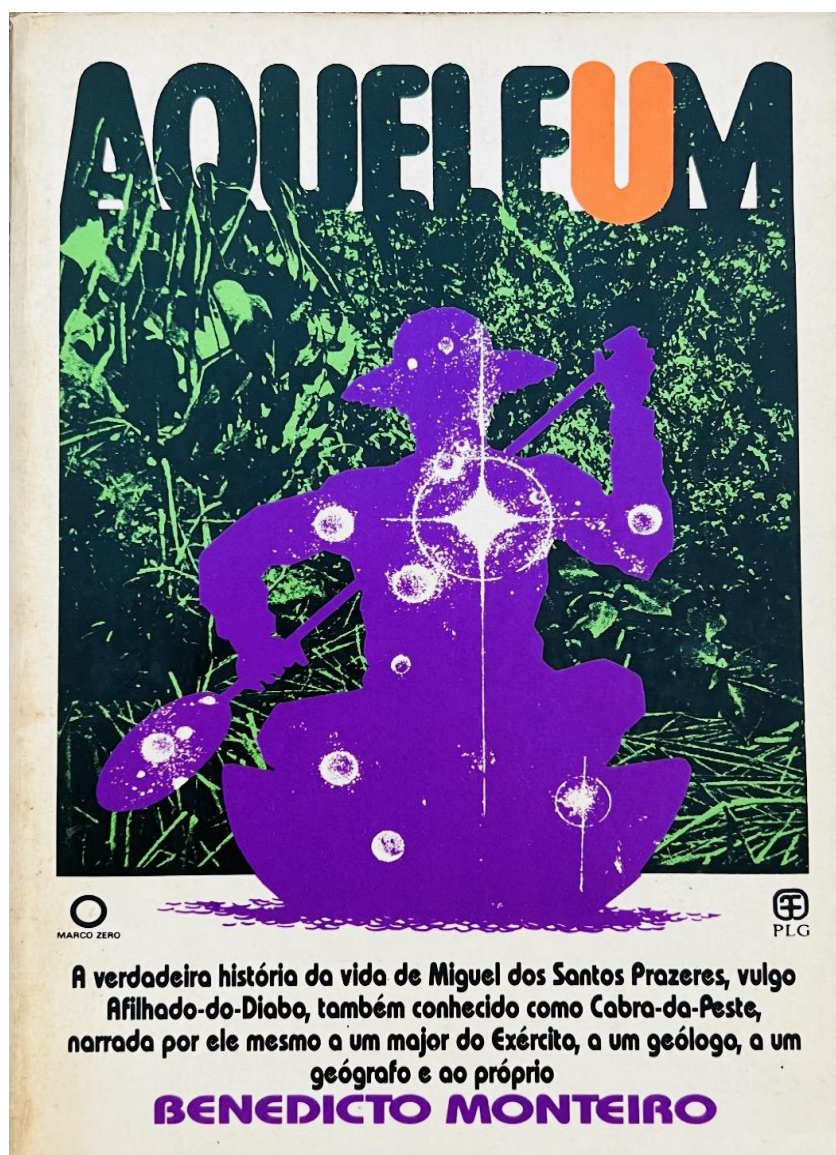
A sua verdadeira rota literária concentra-se no depoimento de Miguel, profundamente original, intenso, linguisticamente bem marcado. Nasceu esse depoimento de um escritor experimentado, o que não se pode dizer do resto do livro. Pareceu-me ser dois autores assinando o mesmo romance. Não perca Miguel e seu universo criador. Peço desculpas se minha advertência causa desagrado. Mas, Miguel é tão forte! (Piñon apud Monteiro, 1985, p. 222).

O desdobramento do ato de narrar em *Aquele Um* (1985) deixa de ser diretamente múltiplo, ou seja, já não é mais dividido ou compartilhado por no

²³ Essa questão foi suscitada a partir da leitura da obra *Elementos Míticos no Minossauro* (1980), de Maria do Carmo Pereira Coelho, e publicada pela Editora Regional, de Brasília. Obra que aborda a concepção de herói ligada a Miguel dos Santos Prazeres, a concepção religiosa no imaginário amazônico e a noção sobre a questão do mito. *Elementos Míticos no Minossauro* (1980) é fruto da Dissertação de mestrado, apresentada à Universidade de Brasília para a obtenção do título de mestre em Teoria da Literatura e está dividida em três seções, intituladas, respectivamente: “O Comportamento do Herói Mítico no *Minossauro*”, “As concepções religiosas no *Minossauro*” e a seção final “A Presença do Mito do “Eterno Retorno” no *Minossauro*”.

mínimo dois narradores, como vinha sendo nos demais romances que compõem a Tetralogia Amazônica. Por isso, a questão colocada no início desta parte interpretativa - estamos diante de um romance-monólogo? – de vez em quando faz algum sentido.

Figura 4 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance *Aquele Um* (1985)



Fonte: Fotografia captado por Airton Souza (2023)

No romance *Aquele Um* (1985) Miguel dos Santos Prazeres, por meio de sua fala, amplifica-se. Cresce de maneira rarefeita. Perspectiva que vinha emanando aos poucos nos demais romances por este personagem, respectivamente, em *Verde Vagomundo* (1972), em *O Minossauro* (1975) e na

Terceira Margem (1983). As vozes de Miguel dos Santos Prazeres crescem em torno de uma Amazônia que foi historicamente sempre enunciada e estereotipada.

Percebe-se que o *Aquele Um* (1985) encerra não apenas o ciclo de romances da Tetralogia, mas está marcado pelo crescente processo endógeno por parte do conjunto de falas de Miguel dos Santos Prazeres, portanto as Amazônias em conformidade a noção de territorialidades de enunciações, e esse aspecto é importante porque estamos diante do

Homem enraizado a terra e através de cuja visão, indissociável das peculiaridades da fala local, descobrimos os elementos da Natureza, da cultura e do trabalho, qualificados numa perspectiva penetrante, que os desveste (às vezes tão-só pela força poética da nomeação, da repetição e da enumeração) da viciosa retórica que lhes impôs um paisagista serôdio, para realçar a invasora presença das coisas e da dureza da condição humana. (Nunes, 2021, p. 409 – 410).

Portanto, os elementos mais imediatos que intersectam a narrativa de *Aquele Um* (1985) aos demais romances que o antecedem a Tetralogia são as falas de Miguel dos Santos Prazeres, embora a onipresença, conforme frisado, dos *narradores-escretores-compiladores* esteja assinalada, predominantemente, pelo pronome de tratamento “*senhor*”, e o Major Antônio Medeiros aparece na narrativa, às vezes, sendo denominado de “*seu Major*”, contudo, é Miguel, vulgo Afilhado-do-Diabo, quem tem a fala predominante ao longo de todo o enredo.

Porém, na capa do livro, assim como na folha de rosto, consta uma informação interessante que pode ser considerada como uma espécie de subtítulo deste romance, e que fora raras vezes citado como elemento que compõe o título nas pesquisas realizadas sobre a obra de Benedicto Monteiro, que é:

A verdadeira história de Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Afilhado-do-Diabo, também conhecido como Cabra-da-Peste, narrada por ele mesmo a um major do Exército, a um geólogo, a um geógrafo e ao próprio BENEDICTO MONTEIRO. (Monteiro, 1985, p. 3).

A narrativa de *Aquele Um* (1985) está dividida em apenas três secções/capítulos, antecedidas por uma espécie de prólogo/apresentação sem

título que, inclusive, vale ressaltar, não consta em nenhuma das narrativas da Tetralogia Amazônica, o que contribui para quebrar a máxima de que o *Aquele Um* (1985) é apenas a transcrição direta e fidedigna das falas do personagem Miguel dos Santos Prazeres. Esse “prólogo/apresentação” é como se fossem as palavras introdutórias de Miguel ao se apresentar de maneira muito breve:

Todos me chamam de Cabra-da-Peste por causa do meu padrinho Possidônio. Mas, assim como não arrenego os seus conselhos, as armas e o dinheiro dele, também não posso arrenegar o apelido. Aliás, esse apelido me assenta muito melhor que o nome que me deram logo no princípio. De primeiro, me chamavam de afilhado-do-diabo, por causa desse dito padrinho que era cearense danado de enigmático e atrevido. Pelo nome mesmo: Miguel dos Santos Prazeres, parêsqe quase ninguém até hoje me conhece ou reconhece. (Monteiro, 1985, p. 7).

Este texto é constituído por apenas dois parágrafos, sendo que o início tanto do primeiro quanto do segundo parágrafos, mesmo com pequenas, mas significativas alterações, consta no romance *Verde Vagomundo* (1972). De certa maneira, esses dois parágrafos são significativos porque fazem emergir Miguel e a variação de apelidos/alcunhas que ele recebeu ao longo da vida e os motivos dessas alcunhas. Porém, o segundo parágrafo começa a introduzir dentro da Tetralogia o mundo amazônico sinesteticamente sentido a partir da relação endógena, ou como mostraremos na última seção, consoante as territorialidades de enunciações, a partir da voz, dos saberes e das ações de Miguel dos Santos Prazeres.

As secções que compõem o romance são intituladas de: “... NARRADO A UM MAJOR”, “... NARRADO A UM GEÓLOGO” e “... NARRADO A UM GEÓGRAFO”, em caixa alta. Se houvesse uma quarta parte, seria, possivelmente, intitulada: “... narrado a Benedicto Monteiro”, apontada no ‘subtítulo’ do livro, supõe-se que este foi o único a ouvir o *Aquele Um* (1985) inteiro da boca de Miguel.

O romance *Aquele Um* (1985) foi publicado em primeira edição em maio de 1985, pela Editora Marco Zero, em coedição com a PLG Comunicação, através da **Coleção Histórias do Pau-Brasil**, coleção que inclusive também publicou a narrativa de *A Terceira Margem* (1983) e outras obras que contribuem para enriquecer o imaginário amazônico, entre as quais

os livros: *Trilhas nos Trópicos*, de Miguel de Almeida, *Os Anões*, de Haroldo Maranhão, *Casulo das Águas*, de Marcia de Almeida e várias obras do escritor amazonense Márcio Souza, entre elas: *A resistível Ascensão do Boto Tucuxi*, *Galvez*, *Imperador do Acre*, *Mad Maria*, *Operação Silêncio* e a *Ordem do Dia*, ele que, inclusive, era um dos editores e sócios da Editora Marco Zero, juntamente com o jornalista, tradutor e editor Felipe José Lindoso²⁴ e a escritora, romancista e tradutora Maria José Silveira²⁵. Esta escritora publicou diversos livros, entre os quais *A mãe da mãe de sua mãe e suas filhas*, pela Editora Globo e que recebeu o Prêmio Revelação da Associação Paulista de Crítica e Arte - APCA, em 2002. O seu romance mais recente, publicado em 2021, foi o *Maria Altamira*, publicado pela Editora Instante e a obra foi finalista de dois dos mais importantes prêmios das literaturas de língua portuguesa, o Prêmio Oceanos e o Prêmio Jabuti.

Um dado curioso no próprio romance *Aquele Um* (1985) é que em um pequeno texto de apresentação, sem autoria e provavelmente de responsabilidade da editora, ou seja, dos editores-sócios da Editora Marco Zero, o *Aquele Um* (1985) é considerado o quinto romance publicado por Benedicto Monteiro, na perspectiva de uma narrativa imbricada pelo “universal que rompe com as limitações do regionalismo – os mistérios da Amazônia e seu homem: o caboclo.” (Sem autoria *apud* Monteiro, 1985, p. 4). O mais curioso é que esse mesmo texto/apresentação denomina de Tetralogia o conjunto de romances que inclui o *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975), *A Terceira Margem* (1983) e o livro *O Carro dos Milagres*²⁶, este um

²⁴ Felipe José Lindoso é ainda escritor, sendo autor do livro *O Brasil pode ser um país de leitores? Política para a cultura, política para o livro*, publicado em 2004, pela Summus Editorial, de São Paulo. Além disso, é consultor de relações políticas e foi diretor da CBL – Câmara Brasileira do Livro e consultor do Centro para o Livro na América Latina e Caribe, órgão pertencente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

²⁵ Maria José Silveira é escritora e tradutora. Formada em Comunicação e em Antropologia, possui mestrado em Ciências Políticas. Foi sócia e editora da Marco Zero Editora. Nasceu em 1947, em Jaraguá, estado de Goiás. Autora de várias obras, inclusive premiadas.

²⁶ No livro *O Carro dos Milagres* (1975) os contos que constam nos romances *Verde Vagomundo* (1972) e no *O Minossauro* (1975) não estão organizados, estruturalmente, da mesma maneira. No *O Carro dos Milagres* (1975) esses contos estão com as histórias completas, já nos romances, algumas dessas histórias estão entrecortadas, ou seja, é como se uma história atravessasse a outra de maneira abrupta. Isso fica ainda mais evidente no romance *Aquele Um* (1985), que traz todas essas histórias reunidas, sem a estrutura de montagem que possuem os outros romances, compostos por textos de outras naturezas.

livro de contos publicado em 1975, com o conjunto de sete narrativas, das quais quatro estão publicadas na íntegra em dois do conjunto de romances da Tetralogia. Sendo, portanto, o conto “O Pau Mulato”, publicado em *Verde Vagomundo* (1972), e os três contos “O Papagaio”, “O Precipício” e o “Fim de Mundo” publicados no romance *O Minossoauro* (1975) e que são histórias narradas por Miguel dos Santos Prazeres.

Nessa mesma perspectiva, a nota biográfica de Benedicto Monteiro publicada na antologia de contos eróticos, já citada aqui, a *Status 4 Novelas Eróticas*, que possui os contos finalistas do Prêmio Status de Literatura, do ano de 1982, consta essa mesma informação sobre a Tetralogia, considerando a obra *O Carro dos Milagres* como parte integrante desse conjunto de obras, e ainda considerando esse livro como uma novela, provavelmente por levar em consideração a presença do personagem Miguel dos Santos Prazeres, predominando em quase todos os contos e a própria ambientação dos enredos, as Amazônias.

Sobre *Aquele Um* (1985), Pachêco de Souza observa que:

Um leitor que venha acompanhando as publicações do autor ou que tenha tido acesso a duas ou três narrativas é induzido a pensar que *Aquele um* segue a mesma proposta estética de montagem, fragmentação e/ou heterogeneidade de discursos. Espera, inclusive, que haja um segundo narrador urbano que, neste caso, seria um alter-ego do autor ou um *eu* com o próprio nome, porém, ficcionalizado. Ou pode supor, após o início da leitura, que haja uma quarta fala de Miguel não publicada anteriormente e que seria destinada a este *Benedicto Monteiro* ouvinte-mundo ficcionalizado. (Pachêco de Souza, 2020, p. 50). Grifos do autor.

Isso implica afirmar que a narrativa de *Aquele Um* (1985), comparada aos outros três romances da Tetralogia, alcança certa unidade em sua conformação estrutural, temporal e estética. A narrativa já não é fragmentária e construída a partir da montagem com textos de outros gêneros, embora seja possível afirmar que é fragmentária e de montagem levando em consideração

Assim, em *Aquele Um* (1985), um bom exemplo disso são as histórias do precipício e do fim de mundo, que em *O Carro dos Milagres* (1975) estão como contos e em *Aquele Um* (1985) se entrecruzam. Quem tiver interesse e conferir a história do fim de mundo inicia neste romance, em sua primeira edição de 1985, na página 89, mas é interrompida na página 92, por um parágrafo que conta brevemente a história com Compadre Franquolino, e a história do precipício, sobre a morte do pai de Miguel dos Santos Prazeres, provocada por um cavalo com o nome de precipício.

as formas como as falas do narrador-personagem, Miguel dos Santos Prazeres, estão dispostas na obra citando, por exemplo direta e indiretamente, os *narradores-escretores-compiladores* dos demais livros, como interlocutores, ou seja, falas montadas a partir de fragmentos. À custa disso, é que no fim do posfácio de *Aquele Um* (1985) o próprio Benedicto Monteiro interroga a si mesmo a respeito dessa condição:

Não sei se existe alguém que tenha escrito um romance dessa forma, contido e contendo um universo próprio dentro dos três outros. Mas, para mim, que escrever é o exercício da mais íntima liberdade, creio que consegui, neste romance, realizar um sonho ou sonhar uma realidade. Será? (Monteiro, 1985, p. 223).

A narrativa de *Aquele Um* (1985), excetuando a de *Verde Vagomundo* (1972), é a mais extensa da Tetralogia, pois em sua primeira edição possui duzentas e vinte e três páginas, enquanto que a de *Verde Vagomundo* (1972) apresenta duzentas e cinquenta e sete páginas. Já os outros dois romances não chegam a ter duzentas páginas, cada um.

Na primeira secção, “... NARRADO A UM MAJOR²⁷”, o *Cabra-da-Peste* narra ao Major, tendo como mote a frase “o negócio é correr terra”, o momento em que ouviu pela primeira vez essa frase numa passagem e numa apartação de gado, em seguida, a história do Pau Mulato, que inicia com um diálogo entre Miguel, seu pai Terto e sua mãe, dona Joca, vejamos:

Um dia, chegando à tardinha duma caçada, notaram que eu não trazia nada. Meu pai logo perguntou:
 - Como é, foi panema? Perdeu a embiara ou a caça te cinzou?
 - Hoje eu não quis caçar, estava só olhando o mato.
 - O mato?
 - É, o mato. Estava vendo se escolhia uma árvore, um pau bonito que se pareça comigo, pra deixar de recordação.
 - Ei, Joca, virou doido o rapaz!
 - Aram, deixa o pobre, Terto, tu não sabe que ele é assim...
 (Monteiro, 1985, p. 10).

O pau-mulato era para servir como lembrança direta a Miguel, já que ele iria correr terra e singrar água. Servir “como fiel recordação” (Monteiro, 1985, p. 10), por isso, a escolha foi bastante criteriosa e repleta de superstição

²⁷ Em caixa alta conforme está no romance e que será grafado assim ao longo desse trabalho.

e, sobretudo, abarcada pelos saberes populares. É através desse processo de escolha, e como quem nos faz entrar em alguma parte da floresta amazônica, que o personagem Cabra-da-Peste, conhecedor profundo das matas e das águas, passa a falar de diversas árvores, entre elas, a mangueira, o taperebazeiro, o catauari, o taxizeiro, a imbaúba, o mari-sarro, a castanheira e a sapucaia. Até encontrar:

O brutelo de pau-mulato. Era um filhotão de pau! Um rapaz de pau! Linheiro, aprumado, roxo, moreno-esverdeado, procurando entre os ramos das outras árvores um caminho mais fácil para o céu. Lhe juro, que não havia muita diferença entre o meu jeito, a minha cor, o meu porte, e o filhotão de pau-mulato. Era uma imagem digna e viva! Uma coisa só. (Monteiro, 1985, p. 14).

No entanto, a história não se resume apenas à escolha do pau-mulato como forma de deixar uma lembrança de si mesmo. Ela avança para o enlace amoroso entre Miguel e a sua namorada Joana e também a um diálogo entre ele e o seu padrinho Possidônio. Presente e passado entrelaçados. E o futuro sendo prognosticado através da escolha do pau-mulato.

Nesta seção/capítulo, há ainda outras histórias narradas por Miguel. A sequência delas envolve a viagem que ele faz, embarcando numa lancha, com destino a Manaus e o seu singrar água, principalmente no Rio Tapajós, subindo e descendo rios e rios, em regatões. Em seguida, dá-se o seu correr terra, aviado como balateiro, nas matas de Almeirim, sua história amorosa, seu encontro com Maria, que depois fugiu 'buchuda' com outro homem, quando Miguel foi orientado pelo seu padrinho Possidônio a se vingar. Explicitamente descrito assim:

[...] quando eu comecei a caçada do dito-cujo-roubou-minha-mulher, eu senti que precisava demais da pontaria. Não que eu fosse utilizar a negaça da tocaia, não, eu precisava era da certeza, da segurança e do ódio do meu padrinho Possidônio. Eu já tinha a destreza, a mocidade e a força.

[...]

Quando eu cheguei pelas bandas do Tapajós, estava querendo-porque-querendo agir por ódios e vinganças. Vinganças e ódios de terras distantes, de estórias contadas, destinos alheios e repetidas conversas. Fazer parêsqe em folhetim-de-cantoria-de-cego, um ruim serviço: matar o traidor e depois a mulher. (Monteiro, 1985, p. 30 – 31).

No entanto, o fluxo narrativo de *Aquele Um* (1985) é intenso e o narrador Miguel dos Santos Prazeres faz aflorar a terra, as águas, a natureza, as identificações de personagens como a do seu padrinho Possidônio, apresentado com facetas de bandido, à guisa de um lampião. Migrante do Nordeste para o Norte do Brasil, o padrinho Possidônio tinha entre os seus projetos de vida transformar Miguel no maior bandido da Amazônia e é justamente Miguel quem nos diz:

Nunca agarrado da polícia: virado em gente de mil formas, em vivente de mil caras: virado em bicho, virado em cinza, virado em sombra, virado em árvore. Capaz de muitas lutas e disfarces. Cabra-da-Peste! Cabra. Cobra! Bicho! Bicho-Bom! Bicho-Mau. Bicho-Homem. Bicho! O maior homem das selvas, o maior bandido! [...] Nunca nunca agarrado da polícia, nunca nunca encontrado nas distâncias. Na mata: feito camaleão misturado na folhagem. No rio: feito água, feito peixe, feito sombra virado num encante. O maior homem da selva, o maior bandido. O maior bandido da Amazônia, Discípulo do Diabo, o Cabra-da-Peste, o Cabra, Afilhado do Jagunço. (Monteiro, 1985, p. 40).

Para esse projeto de vida, Possidônio tinha até guardado uma grande quantia em dinheiro, que Miguel herdaria com a morte de seu padrinho, sem que ninguém soubesse. Mais tarde, ele usaria o dinheiro na compra dos fogos de artifícios com o propósito de queimar nos nove dias e nove noites do festejo de Santo Antonio, em Alenquer. Contudo, não é o que vai acontecer, pois pressionado por um coronel que chegou à cidade da Alenquer em busca de subversivos, incluindo um deputado que estava sendo procurado, o mesmo abre um I.P.M – Inquérito Policial Militar, por conta de vários motivos, incluindo a presença do Major Antônio Medeiros na cidade e, também motivado pela compra, em grande quantidade, dos fogos de artifícios para as comemorações do festejo de Santo Antonio.

Outra questão imprescindível neste “... NARRADO A UM MAJOR” é que a marcação da presença de diálogo entre os personagens citados por Miguel é pequena, embora o seja também nas duas secções seguintes do romance. Porém, é maior que nas demais secções do romance, especialmente, na história do pau-mulato, com a interação de pelo menos três personagens: seu pai, sua mãe dona Joca e sua namorada Joana.

A segunda secção “... NARRADO A UM GEÓLOGO” é a maior parte do romance *Aquele Um* (1985) quando comparamos a secção que a antecede e com a que finaliza o livro. São quase cem páginas de enredo cinematográfico, em que o narrador central Miguel entrecorta, quase de maneira abrupta, algumas das histórias narradas por ele mesmo. Esta secção inicia com o Cabra-da-Peste ainda mais introspectivo que a parte “... NARRADO A UM MAJOR”. Introspectivo sobre si mesmo, sua identidade multifacetada, suas ações afetivas e efetivas e a intrínseca relação com a territorialidade amazônica.

A narração a um geólogo, personagem que é, inclusive, denominado, na maior parte, apenas de “senhor” por Miguel, liga-se, imediatamente, à secção anterior através de alguns elementos simbólicos. O primeiro desses elementos é o sonho do narrador de *Aquele Um* (1985) de ser “pirotécnico oficial” (Monteiro, 1985, p. 55). Sonho descrito, sobretudo, na parte final de “... NARRADO A UM MAJOR” e que está ligado ao encanto pelas variações de cores que Miguel teve quando se deparou com o fogo, assim como teve também, de maneira intersubjetiva, o próprio Benedicto ao sobrevoar, em um bimotor, parte da Amazônia, indo em direção a Alenquer, quando a variação ou as matizes de verde o assombrou.

Outros elementos imprescindíveis são o reaparecimento de Miguel e a sua própria narração a respeito da queima de fogos que ele fez em uma das noites no festejo de Santo Antonio. Motivo pela qual teve que desaparecer, devido à ocupação militar na cidade de Alenquer e à investigação – o Inquérito Policial Militar – que estava sendo realizada, que o envolvia diretamente, numa suposta acusação de subvenção, principalmente por não ter tirado a autorização para a queima de fogos, situação considerada perigosa por conta da atividade de saber manusear e fabricar fogos, foguetes e fogos de artifícios.

Contudo, devido à grande queima de fogos soltados todos de uma só vez, na primeira noite do festejo, o Cabra-da-Peste é praticamente dado como morto. Assim, em “... NARRADO A UM GEÓLOGO”, Miguel dos Santos Prazeres rememora o dia em que renasceu ao cumprir a promessa/desejo de ser pirotécnico e de ter conseguido realizar a queima dos fogos em homenagem a Santo Antonio, quando afirma:

Eu tinha fabricado fogos, foguetes e fogos de artifício, para queimar na festa de Santo Antonio. Era fogos para nove dias e nove noites, o senhor pensa? Como tinha havido uma revolução no País, a cidade estava toda ocupada pelos militares. Ninguém saía e ninguém chegava. Cavalos, canoas e as poucas lanchas eram todas requisitadas. Estavam procurando políticos e subversivos e um deputado que falava em reforma agrária. Por causa desses políticos e subversivos diz que o Coronel queria me prender com todos os meus foguetes. Diz que tinha que ser preso porque não tinha tirado licença da polícia. (Monteiro, 1985, p. 59).

“... NARRADO A UM GEÓLOGO” também se entrelaça a “... NARRADO A UM MAJOR” através do tempo histórico presente nas duas partes. Nesse caso, faz-se necessário enfatizar que esses elementos também intersectam não só as partes deste *Aquele Um* (1985), mas reelabora o atravessamento entre os enredos dos romances *Verde Vagomundo* (1972) e *Aquele Um* (1985). Na citação anterior, o entrelaçamento é perceptível por causa do episódio de ocupação da cidade de Alenquer pelo Exército Brasileiro no período da ditadura civil-militar.

Assim, nesta parte mais extensa de *Aquele Um* (1985), Miguel dos Santos Prazeres aprofunda o olhar sobre as Amazônias. Amplia a compreensão de seus tecidos sociais. Portanto, as Amazônias tornam-se territorialidades de enunciações.

Nesse romance uma das partes mais emblemáticas é a narração da história sobre a morte de seu pai, que ainda assim dá-nos a dimensão de uma poética fabulosa que beira, ao mesmo tempo, ao surrealismo e ao realismo mágico, dentro de uma Amazônia em constante ressonância e que podemos compreender o processo que “presentifica o corpo invisível.” (Castro, 2018, p. 68), vejamos:

Uns baques surdos, no chão de barro, estremeceram o silêncio na escuridão. Foi aí que eu ouvi o relincho do Precipício no fundo daquela noite. O relinchar daquele cavalo naquela mata escura – tomara o senhor escutasse – soava como uma voz assassina de animal. Caminhei no rumo e tropecei logo na volta de uma corda. Tateando, tateando, encontrei o corpo de meu pai. Tinha esperança que ele ainda estivesse vivo. Mas as minhas mãos encontraram o sangue coalhado e a frieza de seu corpo dividido em pedaços. Mesmo no escuro baixei o ouvido no rumo do coração: acho que há muito tempo que ele devia ter estourado. Foi então que a noite ficou tão dura e tão pesada, que esperei o desabamento do mundo sobre mim.

Depois esperei o sepultamento da floresta. Depois esperei uma lágrima para os meus olhos. Depois esperei um eco de tudo aquilo reboando na escuridão. (Monteiro, 1985, p. 97 – 98).

A terceira e última seção de *Aquele Um* (1985) “... NARRADA A UM GEÓGRAFO”, apesar de mudar o interlocutor - saindo do geólogo para o geógrafo – o narrador Miguel continua tratando-o pelo pronome de tratamento de “senhor”. Fica evidente que os *narradores-escritores-compiladores* utilizaram a mesma estratégia para obter as falas de Miguel, gravando suas falas em fitas ou escutando essas gravações realizadas, por exemplo, pelo Major Antônio Medeiros, e com a mesma finalidade: a de escrever um livro, mas que:

Lhe juro que as palavras não me ajudam. Sempre pensei que essas coisas eram só pra se fazer e não pra se dizer, principalmente gravadas em fita ou escritas em livros. O Major Antônio, por exemplo, só me perguntava das coisas do meu ofício ou da extensão e produção de sua grande propriedade. Eu só sei lhe dizer que ele gravou tudo o que eu disse naquela máquina. Já o Dr. Paulo, porque parêseque era geólogo da equipe da Petrobrás, queria saber de muitas outras coisas. (Monteiro, 1985, p. 205).

Nesta “... NARRADA A UM GEÓGRAFO”, Miguel inicia contando as histórias de suas viagens, de seu correr terras e de seu singrar águas. Entrelaça novamente as narrativas que estão nos romances que antecedem o da *A terceira Margem* (1983). Fala de suas andanças pelas cidades, pelas matas e rios e, enfatiza que “por isso que agora só conto a minha vida por viagens. Ela passou a ser assim, sem paradeiro certo, dependendo da maré das águas, das pessoas e até dos objetos.” (Monteiro, 1985, p. 155).

Nessa seção, Miguel narra a formação de sua descendência, pois “autônomo, no último romance, é o oposto de tudo. Ele tem nome completo, alcunhas, epítetos, muitas profissões e uma relação orgânica com a terra, sem contar os filhos espalhados pela região.” (Pachêco de Souza, 2020, p. 143-144). Essa formação de descendência é um dos cerne dessa parte final de *Aquele Um* (1985). A narração sobre essa formação é motivada diretamente pelo geógrafo, vejamos:

Sobre esse negócio de intimidades, nunca ninguém me perguntou sobre esses meus préstimos. Não sei por que agora o senhor, como geógrafo, estando parêsqe em missão de estudos, precisa de saber dessas minhas intimidades na rede e na cama. (Monteiro, 1985, p. 205-206).

É por meio dos enlaces amorosos, das horas de amor do Cabra-da-Peste, que vamos também tendo acesso aos tecidos sociais múltiplos existentes nas Amazônias. Dos processos intersubjetivos que fazem emergir as relações complexas entre os seres, as temporalidades e as territorialidades, a partir daquilo que Paulo Nunes (2022) denomina de *mundiamazonividência*. Das relações de poder. De alguns modos de violências que perduram até hoje nas Amazônias, como as violências praticadas contra os povos originários. Das lutas pelas terras. Das invisibilidades. Do momento histórico das ditaduras civil-militar no Brasil e o olhar profundo sobre uma parte das Amazônias como quem intersecta, de uma só vez, a ficção, a memória e as realidades.

Em um texto intitulado “Literatura Burguesa” Carpeaux (2012) ao sintetizar a história do romance na condição de gênero literário, dividindo o período em duas épocas, tendo como base analítica a obra de Balzac, afirma que o romance é “o espelho do nosso mundo, dos nossos países, das nossas cidades e ruas, das nossas casas, dos dramas que se passam em nossos apartamentos e quartos” (Carpeaux, 2012, p.25).

Nessa perspectiva, os romances ou a obra mesmo de Benedicto Monteiro contribuem muito para além disso, incluindo elementos historicamente marginalizados, inclusive dentro das concepções históricas das literaturas, a presença de personagens como o Miguel dos Santos Prazeres ou mesmo a territorialidade amazônica – os seus rios, furos, igapós, igarapés, ilhas, a floresta, os espaços da cidade –, são bons exemplos e fazem atravessar na pragmática de suas textualidades “o drama e a agonia da região amazônica neste século está presente em toda a sua obra” (sem autoria *apud* Monteiro, 1985, p. 4), isso porque as Amazônias “não têm princípio e nem fim: era uma distância. Era parêsqe uma margem... mas outra margem...” (Monteiro, 1985, p. 220), dentro do espaçotemporal ou do *transtempo* capaz de produzir suas enunciações.

3. AS INTERTEXTUALIDADES NA *TETRALOGIA AMAZÔNICA*

“É desnecessário dizer que, embora não me manifestasse, não aceitei pacificamente a denominação convencional tão arbitrariamente. [...]. Estas letras poderiam abarcar e associar as pesquisas científicas em termos de planejamento às inquietações que vêm acompanhando a humanidade. Expressas desde as primeiras manifestações religiosas, poéticas e políticas dos primeiros povos, elas poderiam abarcar inspirações da República, da Utopia, da Shangrilal, Pasárgada e até do Paraíso Perdido, contanto que, aos conceitos religiosos, poéticos, filosóficos, sociais e políticos, fossem acrescentados os conceitos da mais ampla concepção geográfica da vida.”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *A Terceira Margem*.

Os recursos de intertextualidade presentes no projeto-estético-político dos romances que compõem a Tetralogia Amazônica são de natureza diversa e estão empregados de maneira direta, quase de forma abrupta, figurando nas várias sessões/capítulos das narrativas, e entre vários trechos dos enredos, não meramente como recortes.

Assim, em um minucioso levantamento, constatamos a existência de um conjunto de textos que são citados explícita ou implicitamente. Esses textos de outros gêneros contribuem não apenas para transgredir a ideia de romance, em sua condição de literalidade, enquanto ficção e, supostamente linear, mas também servem para estabelecer, de maneira intersubjetiva, vínculos entre a ficção e as realidades, os tecidos sociais, as relações textuais, o contexto histórico-social e acabam por colocar em evidência aquilo que Tzvetan Todorov (2013), denomina de o problema geral da literatura, em sua relação ou não entre a ficção e as realidades, pois segundo Todorov:

A literatura é um sistema de signos, um código, análogo aos outros sistemas significativos, tais como a língua articulada, as artes, as mitologias, as representações oníricas etc. Por outro lado, e nisso ela se distingue das outras artes, constrói-se com a ajuda de uma estrutura, isto é, a língua; é, pois, um sistema significativo em segundo grau, por outras palavras, um sistema conotativo. (Todorov, 2013, p. 32)

Portanto, seguindo o que postulou Todorov (2013), podemos afirmar que as literaturas, como sistemas complexos de signos, estão sempre abertas. São múltiplas em suas estruturas, em suas estéticas e ações políticas. No caso deste último refrata “a tensão paradoxal, tanto exterior, interespecífica, quanto anterior, intra-específica, responsável pela relação com outro” (Maffesoli, 2005, pág. 25). Portanto, são moventes. E isso, não apenas nos planos de suas significações, ressignificações, transfigurações e simbolizações do real, mas em sua constituição também política, ética, estrutural, ideológica e culturais, pois para Paes Loureiro:

O homem simboliza onde quer que ele esteja e, com isso, atualiza e enriquece as relações com a realidade. Mas nenhum homem simboliza somente para si mesmo. E nem a partir apenas de si mesmo. Simboliza ou cria apoiado em uma herança cultural local e universal. Há uma relação intercorrente da criatividade individual com esses conjuntos de valores materiais e espirituais universais que se acumulam no trajeto antropológico do indivíduo em sua prática histórico-social. (Paes Loureiro, 2008, p. 32).

Assim sendo, por meio da intertextualidade, Benedicto Monteiro faz prefigurar textualidades de outros gêneros dentro da narrativa. Boa parte dessas textualidades estão ligadas a alguns sistemas comunicacionais, por exemplo: o gravador automático, o rádio, as notícias e manchetes de jornais e os recortes de matérias de revistas. Conforme veremos adiante, nas subseções, a presença dessas textualidades de outras naturezas estão intersectadas com os enredos dos romances como formas “de apreensão do mundo” (Paes Loureiro, 1988, p. 71), por meio de elementos como a territorialidade amazônica, a história e as temporalidades. Ainda assim, pelo viés meramente artístico, as tensões geradas por meio da intertextualidade nos romances, aqui em questão, fazem-nos lembrar de outra citação de Paes Loureiro, quando este afirma, categoricamente, que “a arte não é nada sem a

realidade e sem a qual a própria realidade também é pouca coisa” (Loureiro, 2008, p. 29).

Desse modo, na Tetralogia Amazônica, a articulação de representações de sistemas de signos²⁸ pode ser considerada não apenas conotativa, mas denotativa. Ou seja, a intertextualidade dentro da Tetralogia, conforme veremos, não é apenas simbólica ou remonta a abstrações do fazer artístico, pois seu processo dialógico - envolvendo a ficção e as realidades, a própria relação com o período histórico da ditadura civil-militar de 1964 é um bom exemplo disso – é, de certa maneira, também pragmático.

Nesse caso, o exemplo inicial está nas primeiras páginas da narrativa de *Verde Vagomundo* (1972), quando o personagem Major Antônio Medeiro, usando um gravador automático, grava a conversa dele e seu tio Jozico, logo que aquele chega “em gozo de licença numa pequena cidade do interior da Amazônia, para vender as propriedades que [...] tinham ficado como herança” (Monteiro, 1972, p. 11). Em *Verde Vagomundo* (1972), temos a transcrição dessa conversa inicial intitulada GRAVADOR-AUTOMÁTICO – Fita nº 1. A voz que primeiro aparece transcrita é a do tio Jozico, espantado pela chegada repentina do sobrinho e inicia assim:

Meu Deus! como chegaste de tamanha surpresa, sem um aviso, sem o menor preparo – tu sabes – das conveniências, haverá de ter preparos – como então – o recebimento de uma autoridade tem os seus próprios gestos. Podia ter convidado o Prefeito, o Vigário, o Escrivão, o Delegado de Polícia, o Juiz de Direito, pra receber esse ilustre oficial. Mas foi uma lástima a falta de um simples aviso até pro único parente. (Monteiro, 1972, p. 21).

²⁸ O conceito de signo empregado aqui está diretamente relacionado com o conceito postulado Charles S. Peirce, em sua obra *Semiótica*. Segundo ele: “Um signo, ou *representámen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino *interpretante* do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu *objeto*. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei *fundamento* do representámen.” (Peirce, 2003, p. 46). Ou esta outra definição de signo, vejamos: “Um signo é um Cognoscível que, por um lado, é determinado [...] por algo que não ele mesmo, denominado de seu Objeto, enquanto, por outro lado, determina alguma Mete concreta ou potencial, determinação esta que denomino de Interpretante criado pelo Signo, de tal forma que essa Mente Interpretante é assim determinada mediatamente pelo Objeto.” (Peirce, 2003, p. 160). Vale destacar que o conceito de signo aqui é também imprescindível para ao que estamos propondo como categoria de análise/interpretação através do conceito emergente de *ecossistemas comunicacionais*, principalmente nesta subseção a respeito das intertextualidades na Tetralogia Amazônica. Compreendendo, principalmente que a noção de *ecossistemas comunicacionais* parte de uma rede de interações que podem englobar a história, a cultura, o ideológico, é contextual, geográfico, e entrelaça a diversidade ou a diferença.

Outro detalhe importante a ser mencionado é que as gravações e as transcrições das conversas realizadas pelo Major Antônio Medeiro terão como finalidade o processo de escrita de uma obra, que é um de seus projetos pessoais, e que também será um dos aspectos que interligará o *Verde Vagomundo* (1972) a outros dois romances do ciclo da Tetralogia. Essa finalidade da escrita de um livro estará ao longo do romance dividida com a única tarefa, ou primeira alternativa do Major, que era a de “vender as propriedades” (Monteiro, 1972, p. 28), mesmo ele sentindo que “com a venda das propriedades, [...] seria um homem amputado” (Monteiro, 1972, p. 32). Segundo este personagem:

É incrível, que eu tenha precisado vir para o centro da Amazônia, me isolar numa cidade escondida e triste para aprender aquilo que os livros, os mapas, as conferências, ainda não tinham conseguido me ensinar: o poder das palavras. A guerra das palavras. A luta alarida do mundo dos mundos, das tendências, dos mercados, das culturas, das teorias políticas, religiosas e econômicas. (Monteiro, 1972, p. 56).

No conjunto de textos de outras naturezas/gêneros presentes nos três primeiros, dos quatro romances, da Tetralogia, mapeamos, com exceção das epígrafes, as seguintes intertextualidades: transcrições das transmissões do Rádio-Transistor; anotações escritas pelo secretário Noberto sobre a fundação da cidade de Alenquer; transcrições dos depoimentos tomados por uma comissão de Inquérito Policial Militar – I.P.M, entre os quais os dos personagens Noberto – secretário da Prefeitura, Pepe-Rico, do gerente do banco e do médico da S.E.S.P.; transcrições do gravador automático, anotações do diário do Major Antônio Medeiros; cartas enviadas pelas personagens Simone ao seu namorado Paulo e de Zuleika ao seu noivo Roberto, letras de músicas; depoimento de um major do exército; depoimento do coronel encarregado do Inquérito Policial Militar – I.P.M; relatório; citação do livro *Jogo da Amarelinha* (1963), de Julio Cortázar; recorte de notícias; citações de Roland Barthes; citações de Charles Wagley; comunicados; citação de Spix e Martius, George Copeland, Ferreira Gullar, Pierre Barberis, Humboldt, George Duby, Marcelin Pleyne, Philipp Sollers, Heidegger, Jean Ricardeau, Michel Foucault, Viana Moog, Euclides da Cunha; citações indiretas de Peter Berger, Mumford, Corbusier e da bióloga Carrol Willian.

De certa maneira, essas intertextualidades “criam um equilíbrio complexo das funções” (Todorov, 2013, p. 32), equilíbrio atravessado pela complexidade não apenas da reação diegética existente internamente nos enredos, mas que envolve diretamente a história, algumas ideologias políticas em voga nas décadas entre 1960 a 1980, os projetos de intervenção do Estado brasileiro nas Amazônias, entre outros. Vale destacar que essa relação entre textos de outras naturezas/gêneros, na obra de Benedicto Monteiro, amplia aquilo que “resulta de uma relação entre a obra e o homem, uma comunicação” (Paes Loureiro, 1988, p. 74).

A respeito do conceito da *diegese* ou de sua reação na obra de Benedicto Monteiro enfatiza-se que as temporalidades, os enredos, os espaços, os personagens e todas as ações nas narrativas conformam um conjunto elementar para que possamos compreender também as Amazônias como territorialidades de enunciações. Pois, a reação diegética elaboram referencialidades e dimensões capazes de problematizar a noção de territorialidade enunciada. No entanto, essa mesma *diegese* está entrelaçada pelo tempo histórico, pelo tempo afetivo e a memória.

Com exceção das notícias e manchetes de jornais, verificamos que nos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauo* (1975) e *A Terceira Margem* (1983) predomina um tipo de intertextualidade, que é a da citação direta. A maioria assinalada sem aspas, mas aparentemente separadas dentro dos romances. No caso das citações diretas, ao longo das narrativas, a maioria delas aparentam formar uma espécie de tópico, por possuir os nomes dos autores/as, antecedendo a própria citação. De todo modo, a intertextualidade na Tetralogia resulta naquilo que Costa Val (2006) denomina de aumento do grau de informatividade, “Ao mesmo tempo que contribui para a eficiência pragmática do texto” (Costa Val, 2006, p. 16).

Em relação aos recortes das notícias de jornais, das manchetes e das matérias de revistas o que os antecedem, na maioria dos casos, sobretudo nos romances *Verde Vagomundo* (1972) e *O Minossauo* (1975), o que predomina são os símbolos. No primeiro romance - *Verde Vagomundo* (1972) - temos este símbolo –o0o–, representando alegoricamente as frequências do Rádio-Transistor, que inclusive possui uma sequência numerada em forma crescente. A primeira vista, essa numeração, da maneira como está disposta

na narrativa, dá a entender que vai até dez, mas chega a ser transcrita somente até oito. Já na narrativa de *O Minossauro* (1975), temos os desenhos de umas torres com quatro círculos, posicionados uns sobre os outros, em tamanho crescente. No plano simbólico, eles formam uma espécie de ondas sonoras. Contudo, no romance *A Terceira Margem* (1983), as notícias são antecidas pelo título em negrito como, por exemplo, **Das revistas e jornais**. Vale enfatizar que esses suportes comunicacionais dariam um estudo de caso interessante, a partir da análise de como, dentro dos romances, os suportes midiáticos perpassam por um processo de avanço tecnológico. Evoluindo, por exemplo, do Rádio-Transistor para os suportes impressos, como jornais e revistas, atrelando-se a isso a própria noção falaciosa de progresso dentro das Amazônias.

Vale ressaltar que dentro do projeto da Tetralogia Amazônica o quarto e último romance, o *Aquele Um* (1985), não possui nenhum dos tipos textuais citados acima, já que a narrativa, conforme ressaltamos na seção anterior, é quase um romance-monólogo, com o recorte e mais alguns acréscimos das falas de Miguel dos Santos Prazeres, presentes nos romances que o antecedem, respectivamente: *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983).

Em uma entrevista ao *Jornal Bandeira 3*, na edição independente de nº 2, de janeiro de 1975, exclusivamente dedicada a Benedicto Monteiro, o jornalista o Lúcio Flávio Pinto, entre as várias questões suscitadas, a certa altura da entrevista, pergunta a Benedicto:

Além dos aspectos puramente intuitivos da obra ela tem os seus aspectos de criação intelectual, de elaboração mental. Como é que foi possível, no caso da preocupação básica da trilogia, que é unir o tempo universal com o tempo amazônico, modernizar a narração literária na região e criar um romance de contexto? Como é que foi feito esse trabalho de ligação do tempo amazônico com o tempo universal, através, por exemplo, no *Verde Vagomundo*, das emissões de rádio? Como foi essa ideia? (*Jornal Bandeira 3*, 1975, p. 4).

Ao que Benedicto Monteiro responde:

Bem, isso eu acho que partiu do próprio contexto porque realmente significa isso a própria realidade do Baixo Amazonas. Lá a vida é tão isolada que só essa ligação. Eu apelei para o rádio transistor porque realmente o rádio transistor processou uma revolução no Baixo

Amazonas. Ele levou àquele povo notícias e conhecimentos que ele jamais poderia ter porque é totalmente isolado do mundo. [...] essa região ficou sem comunicação, porque a comunicação era o “regatão”. [...] E essa região ficou todinha isolada de notícias e comunicação, daí sobrar só o rádio transistor. Por isso que foi não só, um achado, como também um reflexo da realidade. (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4).

Conforme veremos, há várias lógicas e intencionalidades que intersectam os textos de outras naturezas presentes nos romances. Entre essas lógicas e intencionalidades podemos citar: a relação direta com o contexto histórico, sendo a marca mais evidente a presença contundente da ditadura civil-militar; a complexidade e tensionamentos em torno da territorialidade amazônica; o processo de interligação do mundo amazônico com o restante do mundo, através, por exemplo, das transcrições dos noticiários e das trocas de informações em conversas sobre as notícias entre alguns personagens; as problemáticas ambientais, subliminar ou não em relação às Amazônias; a marcação das diferenças culturais e identitárias; a suposta noção de progresso econômico, técnico e tecnológico, entre outras.

Em suma, a intertextualidade em Benedicto Monteiro, ao contrário do que se possa imaginar, que soa à primeira vista como caótica, dentro dos romances, faz com que as textualidades de outras naturezas contribuam para ampliar os processos de interpretações e ressignificações da própria Tetralogia Amazônica e das realidades nas Amazônias. Portanto, as textualidades mantêm, no plano comunicacional, e de elaboração política, estética e ética, uma coerência narrativa e cronológica, apesar de não petrificar os romances a um determinado tempo, como se pressupõe, à primeira leitura.

Teórico e metodologicamente, o conceito emergente a respeito dos *ecossistemas comunicacionais* será imprescindível para que possamos compreender algumas marcas significativas na intertextualidade que fazem parte da composição estética, estrutural e simbólica no projeto-estético-político no conjunto dos romances da Tetralogia. Isso porque a noção de *ecossistemas comunicacionais* é, antes de tudo, um conceito emergente que compreende a “comunicação não como um fenômeno isolado” (Pereira, 2011, p. 51), pois, ainda segundo Pereira (2011) a comunicação “envolve um ambiente cultural que ao mesmo tempo interfere e possibilita a construção, a circulação e a significação das mensagens.” (Pereira, 2011, p. 51). Lembrando que não é

apenas isso, embora sejam também, exatamente, essas relações de construção, de circulação e da significação das mensagens que vamos encontrar nos romances citados.

Os *ecossistemas comunicacionais* trazem em si uma perspectiva de que a comunicação, como fenômeno, é bastante complexa e multidimensional, pois envolve as reflexões críticas e metodológicas, sejam elas de cunho quantitativo ou qualitativo, as relações intrínsecas entre os sistemas sociais, naturais e tecnológicos e que, segundo Bento e Abbud (2017), podem tanto influenciar como serem influenciadas por esses mesmos sistemas que estão direta e indiretamente envolvidos nos sistemas participantes dos fenômenos da comunicação. Por isso, e pela própria condição maleável, o que demarca como diferencial e pelos vários conceitos que se entrelaçam, a noção de *ecossistemas comunicacionais* é, segundo Lopes e Pereira (2012, p. 154):

Encarados como semióticos, formados por sistemas, ou por signos que estabelecem relações entre si através de processos semióticos, ou de semiose. Portanto, a semiose é a ação e a capacidade do signo de gerar novos signos, entendida como processo autogerativo de signos.

Em *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983), o processo da semiose, do autogerativo de signos, enfatizado por Lopes e Pereira (2012), perpassa pela presença imprescindível da intertextualidade. A narrativa, aparentemente, formada ou conformada a partir dos sistemas simbólicos marcados pela presença de textos de outras naturezas rompe com o próprio ideal de isolamento pertencente à ficção, ou seja, de sua relação puramente diegética. É justamente neste sentido que a noção de *ecossistemas comunicacionais* ajuda-nos a refletirmos a respeito dos processos significativos entre a ficção e as realidades, a partir da presença da intertextualidade dentro da Tetralogia Amazônica.

Seria o caso de pensarmos a intertextualidade dentro das narrativas como uma das possibilidades de interrogações e tensionamentos entre a condição abstrata e de territorialidade enunciada dos próprios romances, realimentando uma espécie de concretude entre as realidades e a ficção?

As relações intersubjetivas entre a autoria – Benedicto Monteiro – e os romances, os tecidos sociais presentes ao longo de todas as narrativas, as

relações coloniais existentes até hoje nas Amazônias, a complexa conjuntura política e econômica, os falaciosos projetos e processos exógenos colocados em prática nas Amazônias, em nome do capital nacional e internacional, entre outras questões, ajudar-nos-á a refletir sobre a inquirição acima. Sendo que a intertextualidade e a intersubjetividade presentes nos romances, conforme veremos a seguir, serão imprescindíveis a compreensão das Amazônias como mundo em constante movência.

3.1. Verde Vagomundo

Em janeiro de 1975, o Jornal Bandeira 3 publicou uma extensa entrevista com o escritor Benedicto Monteiro, realizada pelos jornalistas Lúcio Flávio Pinto, Paulo Roberto, Regina Alves e Raimundo José. Foi, diga-se de passagem, uma edição do Bandeira 3 dedicada exclusivamente a este escritor e à parte de sua obra e que teve como título “Minossauro, os rios e o naufrágio”. Ao todo, os quatro jornalistas realizaram trinta e seis perguntas, das mais variadas temáticas, principalmente a respeito da atuação política de Benedicto Monteiro e de sua relação direta com a escrita, ou seja, da sua condição de literato. Entre as inquirições, algumas nos chamam bastante atenção, pois dialogam diretamente com esta subseção. Uma das inquirições, por exemplo, realizada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto é bastante instigante porque intersecta ou aproxima, de maneira dialógica, a atuação política e a condição de escritor de Benedicto Monteiro, vejamos: “Em que essa longa atuação política beneficiou o escritor?” (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4), ao que Benedicto responde:

Os problemas da Amazônia, principalmente os problemas humanos, em toda a decorrência dessa minha atuação política, foram a tônica do meu exercício de mandato. Então, claro que durante todo esse tempo eu tive uma extraordinária experiência, não só de problemas humanos, sociais, econômicos, políticos, como uma motivação muito grande em torno de todos esses assuntos, naturalmente que foi um caldeamento que se operou durante essa época e que permitiu usar todo esse material, atualmente, na trilogia²⁹ que e estou escrevendo. (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4).

²⁹ Observa-se que nesta entrevista o que aqui estamos hoje chamando de Tetralogia Amazônica foi concebido, inicialmente, pelo próprio Benedicto Monteiro como sendo o projeto-estético-literário de uma trilogia, composta apenas por três romances, dos quais neste período da entrevista dois estavam prontos. O *Verde Vagomundo*, que já tinha sido publicado em 1972, em seguida *O Minossauro* que seria lançado ainda em 1975, ano da publicação da entrevista,

Como podemos observar são, de certa maneira, as experiências humanas, sociais, econômicas, políticas, entre outras, aludidas por Benedicto Monteiro, que contribuíram não apenas para ampliar a sua atuação como político, mas para tornar ainda mais intrínseca a sua condição de escritor e a sua relação com a escrita, motivada também, por exemplo, por aquilo que ele mesmo – Benedicto – vai denominar de possível transfiguração do aspecto principal da geografia do Baixo Amazonas. Essa transfiguração é motivada por diversas questões e preocupações do escritor, conforme veremos ao longo desta subseção.

No romance *Verde Vagomundo* (1972), a presença acentuada de textos de outras naturezas abrange, quantitativamente, boa parte da narrativa. Sendo que das 257 páginas, constam na narrativa mais de 147 páginas que possuem alguma relação direta com os textos de outras naturezas.

Em um levantamento minucioso, constatamos a presença de pelo menos quatro tipos ou tipologias textuais, a saber: as transcrições das transmissões do rádio-transistor, as transcrições de falas coletadas/gravadas pelo gravador automático, com fitas que foram numeradas até a nº 4, as anotações do diário e as transcrições dos depoimentos tomados por uma comissão de Inquérito Policial Militar – I.P.M. -. Vale destacar que esses textos

e o outro romance intitulado *Regatão*, que depois teve o título alterado para *Terceira Margem* e que foi publicado pela Editora Marco Zero, em 1983. Segundo o próprio Benedicto “o *Verde Vagomundo*, *O Minossauro* e o *Regatão*, [...] eles foram praticamente projetados em conjunto e a ideia foi tida em conjunto. Quando eu comecei a escrever o *Verde Vagomundo* já comecei a escrever com a ideia da trilogia. [...] Quando eu pensei em escrever sobre o Baixo Amazonas eu já tinha a ideia de que não poderia fazer um livro só então pensei na trilogia.” (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4). Ou como ele destaca também na entrevista “tentar uma unidade nesses três livros para refletir a realidade do Baixo Amazonas.” (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4). No entanto, esse projeto-estético-literário foi alterado, entrando mais tarde o romance que são apenas as transcrições das falas do personagem Miguel dos Santos Prazeres, o vulgo Cabrada-Peste ou Afilhado-do-diabo, recriando Benedicto Monteiro em *Aquele Um* (1985) um romance-monólogo. Estas transcrições somente das falas de Miguel dos Santos Prazeres tiveram pelo menos três motivações segundo Pachêco (2020), entre os quais, destacam-se: “a correspondência de Nélida Piñon, que após ler *Verde Vagomundo*, escreveu-lhe afirmando que Miguel era um personagem muito forte e que o romance parecia obra de dois escritores: um experimentando e outro não. Além disso, a maioria das resenhas do seu primeiro romance dizia que o mesmo “fraquejava” ao tratar a “realidade contextual”. [...] Por fim, um episódio mais rês ao chão. Uma das editoras da Marco Zero, que publicou parte de seus romances, comentou com o romancista que sua mãe lia apenas as falas de Miguel, “saltando os textos que discutiam os problemas políticos, sociais e econômicos” da Amazônia. (Pachêco de Souza, 2020, p. 52).

de outras naturezas aparecem no enredo não necessariamente nesta ordem disposta acima.

No entanto, uma das primeiras questões significativas da presença intertextual no romance *Verde Vagomundo* (1972) surge antes mesmo da presença dos textos de outras naturezas ou de outros gêneros dentro narrativa. Assim, no texto inicial do romance intitulado de “Prólogo³⁰”, *narrador-escritor-compiler* de *Verde Vagomundo* (1972), o Major Antônio Medeiros, que é um oficial superior do Exército Brasileiro, começa por dar-nos pequenas pistas a respeito dessas questões significativas e que serão, em seguida, ainda mais expandidas logo nas primeiras páginas da narrativa.

Assim sendo, por meio desta voz narrativa, em primeira pessoa, temos o processo intimista, quase monólogo, empreendido por Major Antônio Medeiros que vai trazer-nos as evidências iniciais da presença significativa, por exemplo, de um gravador-automático e também, especialmente, a do rádio-transistor e todas as transcrições realizadas, de ambos os objetos, pelo próprio Major. Seja das transcrições dos dados coletados – os diálogos dele com outros personagens - pelo gravador-automático ou das notícias e manchetes de jornais veiculadas pelo rádio-transistor. A primeira evidência que temos e que está implicitamente assinalada como processo que contribuirá para supostamente tirar o próprio Major de sua “sensação de saltar no vácuo” (Monteiro, 1972, p. 14), ao voltar à Amazônia, é a sua ambição de escrever um romance, além da ideia de que tanto o gravador-automático e principalmente o uso do rádio-transistor serão imprescindíveis para aplacar a sensação de isolamento vivenciado pelo personagem e também do Baixo Amazonas em relação ao mundo ou como escreveu o *narrador-escritor-compiler* “como das outras vezes, me agarrei ao rádio transistor, para percorrer o mundo, naquela faixa exíguas, cujas distâncias, eram milimetradas pelos quilociclos” (Monteiro, 1972, p. 56). Assim, ambos os objetos fariam com que o Major Antônio Medeiros pudesse dar-se melhor com o processo de reimersão no mundo

³⁰ De imediato, poderíamos considerar o referido texto – Prólogo – como sendo também um texto de outra natureza em *Verde Vagomundo* (1972), ou seja, um texto que já marca de imediato a presença da intertextualidade no referido romance. No entanto, como o “Prólogo”, mesmo considerando-o como outro gênero, é gênero dentro do gênero romance, decidimos não incluí-lo como texto de outra natureza na narrativa, portanto intertextual, nesta análise.

amazônico, nesse caso, como ele mesmo enfatizou “penetrei na distância e mergulhei fundo na indiferença...” (Monteiro, 1972, p. 19).

Portanto, é imprescindível afirmarmos, de antemão, que a intertextualidade na Tetralogia Amazônica está para além de uma ação performática ou simplesmente como procedimento estilístico. Isso porque ela abrange não somente aquilo que o personagem Major Antônio Medeiros e até mesmo o próprio escritor Benedicto Monteiro consideram, inicialmente, como processo de rompimento do isolamento geográfico, ao considerar e afirmar em entrevista que o Baixo Amazonas é “praticamente uma região sitiada” (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4). Pois, esta intertextualidade traz à tona uma gama de processos significativos entre o ético, o contexto histórico e o político que ressignificam os processos sócio-históricos desta parte das Amazônias – o Baixo Amazonas – do Brasil e do mundo, a partir das notícias nacionais e internacionais, embora ressalta-se que uma boa parcela delas são notícias internacionais. Assim, veremos nesta interpretação, como o personagem Major Antônio Medeiros é impactado pelas notícias que ouve em seu rádio-transistor e até mesmo como essas notícias delineiam sua relação com outros personagens. Além de que essas notícias e os textos de outras naturezas dão outras dinâmicas ao enredo, deixando-o mais díspares, heterogêneo, abrangendo o contexto não apenas de parte da Amazônia.

Além disso, essa mesma intertextualidade realça, de maneira contundente, as fronteiras significativas entre a ficção e as realidades. Vejamos dois exemplos interessantes a respeito dessa possibilidade de realce da relação fronteiriça entre o ficcional ou o processo diegético e as realidades presentes em *Verde Vagomundo* (1972):

O DEBATE SOBRE AS REFORMAS DE BASE - REFORMA AGRÁRIA, REFORMA UNIVERSITÁRIA, REFORMA TRIBUTÁRIA, REFORMA URBANA E REFORMA CAMBIAL - TORNA-SE O FOCO PRINCIPAL DA CRISE INSTITUCIONAL PERMANENTE NO PAÍS, A REFORMA AGRÁRIA É A MAIS DISCUTIDA E A MAIS COMBATIDA³¹. (Monteiro, 1972, p. 39).

Esse primeiro exemplo é emblemático por alguns motivos. Primeiro porque, dentro da realidade brasileira, essa notícia aborda uma das questões

³¹ Em caixa alta conforme está grifado no romance *Verde Vagomundo*, em sua primeira edição de 1972.

mais importantes do país e que, de fato, a cada ano, vem tornando-se um problema que tem suscitado, sobretudo, nas Amazônias, a prática de muitos modos de violências, resultando em assassinatos, maiormente de pessoas ligadas ao campesinato, dos povos indígenas e de trabalhadores rurais sem-terra. O segundo motivo está diretamente ligada à ficção, pois em *Verde Vagomundo* (1972), o personagem Major Antônio Medeiros só retorna ao Baixo Amazonas depois que seu pai morre e deixa para ele, como herança, um imenso latifúndio, em que nem ele mesmo sabe o tamanho. Embora seja necessário salientar que o Major volta para “executar a única tarefa: vender as propriedades.” (Monteiro, 1972, p. 28). Provavelmente, terras que foram griladas e que continuam, de uma forma ou de outra, servindo para realimentar as violências em torno das disputas por terras nas Amazônias. É preciso ressaltar que a fronteira intertextual, levando-se em consideração a predominância de textos de outros gêneros no romance, parte da evidentemente das realidades para a ficção.

Há, portanto, inúmeros exemplos dessa analogia de realce da relação tênue e fronteira entre a ficção e as realidades. Entre a visão preconcebida, de uma Amazônia enunciada para as realidades das Amazônias como territorialidades que aos poucos vai sendo repensada, ou seja, de enunciações. Eis aqui outro exemplo bem significativo:

É incrível, que eu tenha precisado vir para o centro da Amazônia, me isolar numa cidade escondida e triste para aprender aquilo que os livros, os mapas, as conferências, ainda não tinham conseguido me ensinar: o poder das palavras. A guerra das palavras. A luta alarida do mundo dos mundos, das tendências, dos mercados, das culturas, das teorias políticas, religiosas e econômicas. Lutas, que na maioria das vezes, terminavam no confronto das forças militares. Mas, pairando por cima de todos os limites e de todas as fronteiras: o poder das palavras, difundido, transmitido através das ondas eletromagnéticas sob milhares de formas e fórmulas, e em nuances de todos os tons. (Monteiro, 1972, p. 56).

O primeiro detalhe agora a ser enfatizado é que este exemplo citado acima, em uma condição inversa à anterior, parte da ficção para a realidade. Neste caso, o personagem Major Antônio Medeiros começa, ao estar dentro da Amazônia e, implicitamente, do uso de seu rádio-transistor, a ampliar a própria noção de mundo e a compreender mais claramente as relações de poder por trás de determinadas formações discursivas. Nesse momento, o rádio-

transistor já não é mais apenas um objeto responsável por romper o isolamento vivenciado pelo *narrador-escritor-compiler* no Baixo Amazonas, mas o mecanismo midiático capaz de lhe ensinar a guerra em torno das palavras, do repertórios de realidades que a comunicação pode propiciar,

A Voz da América, em todas as faixas, percorrendo todas as latitudes e cobrindo todas as distâncias. A Voz da América nítida, potente, diversificada, em vários horários e falando corretamente várias línguas e principalmente um esplêndido português em muitas audiências. O poder das palavras, a guerra das palavras em todas as línguas e em todas as direções. (Monteiro, 1972, p. 56).

Assim, pelos recortes de notícias o Major percebe que a força da palavra é capaz de moldar o mundo e a si mesmo. Neste caso, as fronteiras entre a ficção e as realidades se ampliam porque a presença do rádio-transistor é assinalada de maneira mais direta com o personagem. Em um jogo consensual e informacional entre ele e o objeto. Deste modo, ficção e realidades se entrelaçam, intertextualmente de maneira mais explícita. Isso porque, antes os recortes de notícias e das manchetes de jornais apareciam no romance sem nenhuma relação aparente com o enredo e com os personagens da narrativa, e de maneira quase abrupta, entrecortava o enredo sem nenhuma espécie de conectivo explícito.

Embora, é necessário enfatizar que a visão estereotipada do Major em relação as Amazônias continua sendo validada em comentários como este:

Não sei bem, se é a noite escura e pesada da floresta próxima e asfíxiante, que me dá a sensação, de estar escutando este rádio, no fundo de um buraco. De um buraco, que pode ser tanto a vala de uma trincheira, como a cratera de uma bomba ou o leito provisoriamente seco deste rio próximo a encher e transbordar. (Monteiro, 1973, p. 57).

Ao todo as transcrições das transmissões do Rádio-Transistor resultam exatamente em 116 recortes de notícias e, às vezes, apenas de determinadas manchetes – algumas em caixa alta. Grifadas assim sem uma lógica aparente, mas que mantêm algum tipo de relação, direta ou indireta, com o enredo do romance, seja ele composto de cunho temporal, histórico, político, econômico, ideológico ou, por exemplo, por problemas ambientais que assolam o mundo e as Amazônias. A primeira dessas notícias é internacional: “A NASA divulga as

primeiras informações reveladas pela nave Mariner II, que descobriu que Vênus não é o mundo frio que muitos esperavam: 400 graus centígrados.” (Monteiro, 1972, p. 29).

Além de que, o processo de intertextualidade que não está presente apenas em *Verde Vagomundo* (1972), mas em mais outros dois romances da Tetralogia, vincula-se a própria consciência política e histórica de Benedicto Monteiro, intersubjetivamente. Deste modo, é por meio da intertextualidade, presente em *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983), que o escritor faz reverberar, de maneira tênue, parte de seu processo ideológico e do tecido social ao qual faz parte. Embora, às vezes:

“As palavras dos noticiários se afastam, soam remotas e incoerentes como se fossem de outro mundo... É que as conversas que eu ouço nesta cidade, só tratam da terra, da mata, da água e do Santo. Todos aqui vivem como se estivessem, definitivamente cercados por este tortuoso e estreito igarapé.” (Monteiro, 1972, p. 57).

Os recortes que Benedicto Monteiro faz das notícias de jornais e das manchetes não são aleatórios, como simples montagem e remontagem do enredo. Em suma, não estão fora do contexto dentro dos romances da Tetralogia. Além disso, Monteiro tem, por trás de cada uma das notícias e das manchetes escolhidas, a demarcação de sua posição crítica em relação à política, à história, à cultura, às identidades, à economia e aos problemas que assolam as Amazônias e também grande parte do mundo, entre esses problemas podemos citar dois que praticamente são preponderantes nos recortes das notícias e das manchetes: o ambiental e o problema político, vivenciados entre os períodos pós-guerra, Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria e as guerras de libertações coloniais em parte do continente africano, por exemplo. Vejamos estes três exemplos imprescindíveis:

EM GENEBRA, ESTADOS UNIDOS E UNIÃO SOVIÉTICA, ASSINAM O PRIMEIRO ACORDO DE DESARMAMENTO DA ERA ATÔMICA, PROIBINDO A EXPERIÊNCIA DE ARMAS NUCLEARES³². (Monteiro, 1972, p. 53).

³² Em caixa alta conforme está grifado no romance *Verde Vagomundo*, em sua primeira edição de 1972.

E,

“Depois que 19 países africanos, utilizando os meios mais diversos, obtiveram as suas respectivas independências políticas, sucede-se um fenômeno novo: o neocolonialismo – caracterizado pela corrida das superpotências em busca de ocupação do que se convencionou chamar “espaços geopolíticos” – ou “vazios estratégicos”, originados pela retirada das potências europeias das suas antigas colônias.” (Monteiro, 1972, p. 53-54).

Ou esta que é bem mais recorrente e trata a respeito da decisão do Presidente da República, em exercício no período, em promover diversas reformas de base, incluindo a reforma agrária:

HÁ GRANDE EXPECTATIVA EM TORNO DOS DECRETOS QUE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA PRETENDE ASSINAR EM GRANDE ATO PÚBLICO TORNANDO REALIDADE AS REFORMAS DE BASES, FALA-SE QUE O PRESIDENTE DECERTARÁ A REFORMA AGRÁRIA, O MONOPÓLIO INTEGRAL DO PETRÓLEO E O CONTROLE DA REMESSA DE LUCROS DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS PARA O EXTERIOR³³. (Monteiro, 1972, p. 137).

Levando-se em consideração o que postula Pereira (2012), a respeito dos *ecossistemas comunicacionais*, essas escolhas dão-se também como processos que englobam os sistemas participantes da comunicação, nesse caso, as notícias e suas temporalidades e a relação com o ambiente, ou seja, contextual. Como exemplo disso, poderíamos aludir ao suposto rompimento do isolamento vivenciado pelo personagem Major Antônio Medeiros em relação ao Baixo Amazonas. Pois, para Pereira (2012, p. 13),

a comunicação, numa perspectiva ecossistêmica, deve ser entendida não a partir do isolamento e da atomização de seus elementos, mas das relações que interferem e possibilitam a construção, a circulação e a significação das mensagens na vida social.

Portanto, essa interferência se dá na relação intersubjetiva vivenciada pelo *narrador-escritor-compiler* de *Verde Vagomundo* (1972), com o seu rádio-transistor e, em consequência disso, os sentidos mais práticos que as notícias geram em seu cotidiano. Especificamente o isolamento é rompido

³³ Em caixa alta conforme está grifado no romance *Verde Vagomundo*, em sua primeira edição de 1972.

tanto pela estrutura narrativa que interliga elementos comunicacionais reais ao ficcional e a pragmática que ambos provocam na vivência de alguns personagens e dos tecidos sociais dentro da Tetralogia.

Ainda em relação à afirmação de que não são aleatórios os recortes que Benedicto Monteiro faz das notícias de jornais e das manchetes, temos a título de exemplo evidente uma das notícias que estão no romance *Verde Vagomundo* (1972). Nela, observarmos o que, de certa maneira, predomina nas notícias transcritas do rádio-transistor sobre o Brasil, chegando à conclusão de que a maioria delas estão ligadas ao governo, em plena ditadura civil-militar de 1964, como neste exemplo:

EM BRASÍLIA, NOVA CAPITAL FEDERAL, SARGENTOS DA MARIMNHA E DA AERONÁUTICA REVOLTAM-SE CONTRA DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL ELEITORAL, QUE NÃO LHES PERMITE CANDIDATAREM-SE A CARGOS ELETIVOS, PRENDENDO O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E UM MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA MANTENDO A SUA ATITUDE DE VACILAÇÃO RECUSA-SE A ATACAR OU DEFENDER OS REBELDES³⁴.
(Monteiro, 1972, p. 55)

Esta estratégia narrativa adotada por Benedicto Monteiro é capaz de nos fazer “ver mais fundo do que uma antipática tendência política na superfície.” (Carpeaux, 1966, p. 3271), e também não funciona como simplesmente um mecanismo comunicacional dotado uma “mera transmissão de mensagens” (Pereira, 2012, p. 13). No processo de transfiguração das realidades, o escritor Benedicto Monteiro torna a sua literatura não panfletária, mas motivada por aquilo que ele considera como advindo de ordem humana, e diríamos mais, principalmente, de ordem política. Nesse caso, a ação política de sua obra constitui-se como uma espécie de

abertura para os outros, para o Outro. Essa abertura conota o espaço, o local, a proximidade onde se representa o destino comum. É o que permite estabelecer um laço estreito entre [...] aura estética e a experiência ética” (Maffesoli, 1998, pág. 22).

³⁴ Em caixa alta conforme está grifado no romance *Verde Vagomundo*, em sua primeira edição de 1972.

Outra questão interessante é que a importância da relação intertextual na Tetralogia nos conduz à amplificação dos planos narrativos e dos conteúdos dentro do enredo de cada romance. Conteúdos que vão desde a política local, nacional e internacional, até a cultura, a economia, os diversos saberes, a religiosidade e aos planos sócio-históricos mais macros, que reverberam, querendo ou não, no *microcosmo amazônico*.

Em suma, em *Verde Vagomundo* (1972), a intertextualidade realça a transfiguração das realidades, embora, ora ou outra, aparenta se considerado, através das notícias e recorte de manchetes, apenas como processo ou reação diegética. A propósito, a ausência de datas em que as notícias foram difundidas é um pequeno indício dessa transfiguração do real para a ficção. Essa ausência permanecerá nos outros dois romances da Tetralogia que também possuem uma gama de textos de outras naturezas, conforme veremos.

3.2. O Minossauro

O romance *O Minossauro* (1975) dá continuidade ao projeto-estético-político da Tetralogia Amazônica em vários aspectos. Segundo Benedicto Monteiro, em entrevista publicada no Jornal Bandeira 3, em janeiro de 1975, ano também da publicação deste romance, o primeiro aspecto que interliga esta narrativa às demais é o propósito de pensar criticamente a espacialidade do Baixo Amazonas. Imperceptivelmente, preocupa-o o falacioso processo de ‘desenvolvimento’ e os projetos e as construções discursivas em torno da noção de ‘integração’ que começavam a avançar em vários espaços geográficos amazônicos, entre os quais a do Baixo Amazonas e que acabaria por transformar de vez os aspectos principais de cada espaço geográfico, incluindo o de identidade/identificação. À custa disso, o escritor afirmou o seguinte:

Eu precisava fixar, para mim mesmo, e também para a literatura, talvez até para a história, quem sabe, um mundo que está prestes a desaparecer, que é, justamente, essa região do Baixo Amazonas. [...] o caboclo do Baixo Amazonas não apenas é um homem típico da região, como também o mundo em que ele vive é de uma região de civilização tipicamente fluvial. Como esse aspecto da nossa vida foi violentamente distorcido pela política de estrada de rodagem, possivelmente, daqui a alguns anos essa região [...] vai desaparecer

como região típica porque vão surgir, lá, as frentes de trabalho, de progresso. (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4).

Este foi um dos motivos pelo qual o romancista Benedicto Monteiro projetou dar continuidade à escrita e à publicação dos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975) e o *Regatão* que, conforme veremos, teve o título alterado para *A Terceira Margem* e, que foi publicado em 1983. Embora se faça necessário enfatizar que não é apenas esse o motivo, pois devemos levar em consideração a sua relação com a política, o conhecimento de parte das realidades nas Amazônias e as pesquisas que Benedicto havia realizado a respeito do 'linguajar' da região do Baixo Amazonas, inicialmente, conforme enfatizado, com o objetivo de empreender uma pesquisa acadêmica, que resultaria na escrita de uma dissertação, mas que no fim das contas o ajudou a estruturar as falas de Miguel dos Santos Prazeres. Entretanto, o objetivo principal de Benedicto era o de retomar à atividade de escritor, iniciada com a publicação de *Bandeira Branca*, publicado em meados da década de 1940, e lançado no Rio de Janeiro, onde residia à época.

Outro aspecto importante e que contribuiu para intentar certa unidade no projeto-estético-político da Tetralogia foi a existência do personagem Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Cabra-da-Peste, sendo ele o personagem central de todos os romances. A voz narrativa que fará refratar as Amazônias como territorialidades de enunciações.

O próprio título do romance - *O Minossauro* (1975) - é uma espécie de metáfora do ser multifacetado que o próprio Miguel dos Santos Prazeres representa, com sua identificação difusa, simbolizada em suas alcunhas – o Cabra-da-Peste, o Afilhado-do-Diabo -, ambivalente, ou seja, considerando que o processo de:

Identificação se constitui como a expressão de uma oposição conceitual à noção de identidade. Enquanto uma identidade pressuporia uma coerência profunda entre a projeção de um ser e a essência desse ser, assim constituindo uma ordem simbólica, uma identificação possuiria a consciência de sua temporalidade, ou melhor, ela se reconheceria enquanto projeção, inscrevendo-se numa ordem alegórica das representações. (Castro, 2018, p. 233).

É por isso que Benedicto Monteiro, ao fazer referência à escolha do título do romance *O Minossauro* (1975), enfatiza que o personagem Cabra-da-

Peste, que tem como personificação ideal o migrante vindo do Nordeste brasileiro para a Amazônia, metamorfoseia-se e “Continua no *Minossauro*³⁵ como o “Homem Saurio”, o Homem jacaré e continuará no *Regatão*³⁶ como o homem fluvial, o homem do rio.” (Jornal Bandeira 3, 1975, p. 4). Assim, temos um ser híbrido, tal qual como prefiguração híbrida dos romances, sobretudo, com a presença de textos de outros gêneros.

Vale destacar que essa projeção de identificação multifacetada representa, ao longo de toda a Tetralogia Amazônica, parte daquilo que Paes Loureiro (2007) considera como sendo uma conversão semiótica. Uma parte imprescindível dessa conversão dá-se no personagem Miguel dos Santos Prazeres. Nos processos mutáveis, ou seja, maleáveis em torno de seu ser. Nesta perspectiva, o conceito de conversão semiótica de Paes Loureiro (2007) resulta, antes de qualquer coisa,

em um modo de compreender a realidade de forma dinâmica e concernente ao seu sistema processual de mudanças [...] Está vinculada intrinsecamente à práxis vivencial transformadora do homem e de sua realidade.” (Paes Loureiro, 2007, p. 16).

No processo da conversão semiótica postulada por Paes Loureiro (2007), estas dinâmicas de mudanças são contínuas, incessantes, pois “as funções se reordenam e se exprimem.” (Paes Loureiro, 2007, p. 35), por isso a sua multiplicidade é complexa, marcada pela mobilidade, a heterogeneidade, tal qual os fluxos das águas dos rios, igapós e dos igarapés.

De certa maneira, diversas referências contribuem para intersectar os romances, *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983), que vão além das já citadas, nesse caso incluindo as reflexões a respeito da linguagem escrita, ainda mais preponderante em *A Terceira Margem* (1983); as marcas da oralidade, que atravessam todos os romances, alguns problemas enfrentados pela região amazônica e o ponto de contato marcado pela intertextualidade, ou seja a presença significativa de textos de outras naturezas/gêneros que compõem os enredos do conjunto de narrativas. Uma intertextualidade que é múltipla e multifacetada. E, antes de tudo,

³⁵ Grifo nosso.

³⁶ Grifo nosso.

emblemática, porque estabelece, dentro dos romances, aquilo que Lopes e Freitas (2017) denominam de o processo de interconexões comunicacionais. A grosso modo, essa intertextualidade estabelece, explícita e implicitamente, uma “interação dinâmica entre ser humano, ambiente e acoplamentos culturais e tecnológicos” (Lopes, Freitas, 2017, p. 132).

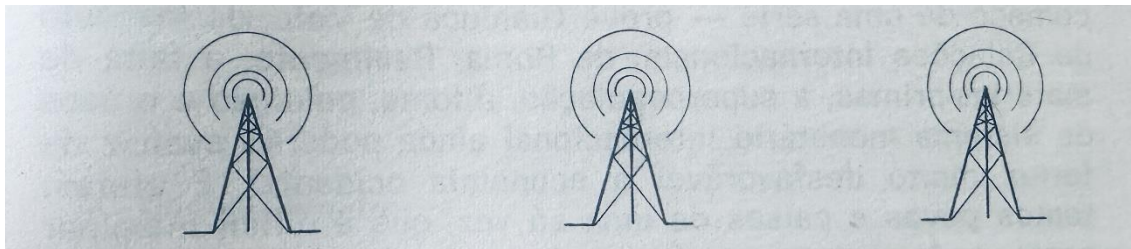
Em *O Minossauro* (1975), essa interação dinâmica, aludida acima, fica cada vez mais evidenciada quando a própria intertextualidade, seja através das notícias de jornais, ou mesmo das cartas de Simone, tal como as de Zuleika, reelaboram atravessamentos contextuais sócio-históricos dentro do enredo. Resultando em processos de *ecossistemas comunicacionais* em que entram em voga as redes de interações que envolvem a história, a cultura, a ideologia, a identificação, o contexto político, entre outras questões.

Pois, no enredo de *O Minossauro* (1975), o processo intertextual é mais diversificado do que nos outros romances da Tetralogia. Em *Verde Vagomundo* (1972), por exemplo, temos apenas quatro tipos de textos de outros gêneros, a saber: as transcrições das transmissões do rádio-transistor, as transcrições de falas coletas/gravadas pelo gravador-automático do personagem Major Antônio Medeiros, as anotações do diário do Major e as transcrições dos depoimentos tomados por uma comissão de Inquérito Policial Militar – I.P.M. –. Já em *A Terceira Margem* (1983), conforme veremos mais detalhadamente, são apenas três tipos de textos de outras naturezas, sendo eles: citações diretas e indiretas, fragmentos de notícias e comunicados. Em contrapartida, n’*O Minossauro* (1975), são exatamente sete tipologias textuais, a saber: as cartas, as letras de músicas, os depoimentos, poemas, as citações, a maioria trazendo à tona as visões distorcidas a respeito das Amazônias, escritas por cronistas, viajantes e pesquisadores, as notícias e um relatório, que está em anexo a uma das cartas enviadas pela personagem Simone ao namorado Paulo, que saiam Belém com destino a Alenquer.

Uma análise minuciosa mostrou-nos que as notícias de jornais presentes em *O Minossauro* (1975) seguiram quase a mesma lógica existente em *Verde Vagomundo* (1972), sendo em boa parte, apenas pequenos recortes de notícias e manchetes. A maioria das quais são internacionais. No entanto, podemos perceber, de imediato, duas diferenças. A primeira delas é que aparentemente o meio de transmissão das notícias de jornais já não é mais o

rádio-transistor existente em *Verde Vagomundo* (1972) e sim um rádio comum, conforme assinala a imagem abaixo, das torres com emissão de ondas sonoras:

Figura 5 – Imagem das torres de transmissão fotografadas do romance *O Minossauro* (1975)



Fonte: Fotografia captada por Airton Souza (2023)

As ondas sonoras emitidas pelos desenhos das torres e a presença gráfica das torres no romance apontam para essa diferença significativa do suporte midiático, o que começa a colocar em xeque a noção de isolamento apontada pelos *narrador-escritor-compiler*, Major Antônio Medeiros de *Verde Vagomundo* (1972) e também pelo temor de transformação por que passaria o território do Baixo Amazonas, aludida por Benedicto Monteiro na entrevista concedida ao *Jornal Bandeira* 3. A outra diferença é que, aos poucos, as notícias e as manchetes vão deixando de ser pequenas, à guisa de recortes, dentro do enredo de *O Minossauro* (1975), passando a ser maiores e mais pormenorizadas, com mais detalhes descritivos dos acontecimentos, contribuindo para romper a “noção ‘extática’ da temporalidade e da política” (Mbembe, 2018, p. 69).

Merece destacar que uma das partes mais emblemáticas da intertextualidade dentro d’*O Minossauro* (1975) são as séries de cartas enviadas pelas personagens Simone e Zuleika, respectivamente para o namorado Paulo e para o noivo Roberto, que estão no Baixo Amazonas, a trabalho, desempenhando atividades em uma equipe que está realizando pesquisas topográficas e sísmicas.

As cartas enviadas por Simone são ao todo dez e as enviadas por Zuleika também somam a mesma quantidade que as de Simone. Uma das primeiras coisas que nos chama a atenção é a ausência de cartas-respostas supostamente enviadas pelo namorado de Simone e pelo noivo de Zuleika, embora em dado momento da narrativa, algumas cartas enviadas por elas der

a entender que tanto o namorado quanto o noivo não respondem às cartas recebidas.

Porém, são os conteúdos das cartas enviadas por Simone e Zuleika que contribuem para tensionar parte do enredo de *O Minossauro* (1975). Tanto uma quanto a outra, por meio de suas cartas, tocam em assuntos caros aos romances da Tetralogia. Nesse caso, as cartas enviadas por Zuleika tratam da experiência a respeito de uma possível construção de uma cidade amazônica, uma cidade flutuante, uma espécie de cidade do futuro, idealizada e projetada por um arquiteto que ela conheceu. Já as de Simone, também tratam de um projeto ligado à Amazônia, idealizado e coordenado pelo personagem de nome Dr. Epaminondas Carvalho. O nome do projeto é ‘Missão na Amazônia’, que visa “integrar toda essa região planiciária ao desenvolvimento regional. Mas parece que ele quer ir mais longe: fala em dar a Amazônia o lugar que ela merece no Universo.” (Monteiro, 1975, p. 74). As cartas intersectam a temática de ocupação, espoliação e o suposto processo de ‘integração’ das Amazônias, e acabam por colocar em evidência:

A forma de apropriação da Amazônia brasileira, um dos últimos grandes e ricos espaços do planeta em que é ainda possível implantar novas estruturas econômicas e sociais [...].
[...] criando condições para a apropriação monopolista da terra. (Becker, 1990, p.148).

Além disso, ambas as cartas fazem reverberar, de maneira ora direta ora indireta, a questão da ditadura civil-militar brasileira, como no fragmento extraído da terceira carta enviada por Zuleika para seu noivo Roberto:

Creio que foi o caminho certo. Com o seu temperamento e sua concepção política você não teria condições de se manter aqui e estaria correndo um sério perigo. Só pra você ter uma ideia: X está preso, Y parece que caiu na clandestinidade e Z, condenado a dez anos, está exilado não sei onde. Aqui na nossa faculdade, professores e alunos vigiam-se mutuamente contra a delação generalizada. Ninguém sabe mais quem é professor, estudante ou polícia. (Monteiro, 1975, p. 85-86).

Seguindo a mesma temática da ditadura civil-militar no país, eis um fragmento de uma das cartas enviadas por Simone a seu namorado Paulo:

Aqui a coisa continua... Semana passada estive num programa com o pessoal da SUVABRÁS na granja daquele nosso conhecido que tem um projeto da Fábrica de Plásticos. Para surpresa minha, encontrei o tal secretário do Dr. Epaminondas de Carvalho, aquele que te falei que tem porte elegante e cara de macho. Entre whisky, música e anedotas, fiquei sabendo mais algumas coisas sobre a tal Missão na Amazônia. Mas o homenzinho é de morte: ora aparece como secretário particular do tal cientista, ora dá uma de jornalista que está acompanhando a experiência, ora deixa transparecer que é preposto de importante grupo financeiro interessado nessa jogada que ele acha que vai ser a Obra do Século. Eu às vezes até desconfio que ele seja do SNI ou de algum órgão de segurança. Não arrisco. Conforme o momento, e num tom que a gente não sabe nunca se está brincando ou falando sério, ele refere-se ao Dr. Epaminondas como um cientista puro, técnico apaixonado, professor emérito, paulista quatrocentão, enfim o único homem capaz de conceber e executar a tal Obra do Século. Mas, às vezes, diz que se não fossem os programas em buates, piscinas e iates, que fez com certas senhoras da sociedade, não teriam entrado nessa “boca”. Logo em seguida, nesse tom meio dúbio, fala das conferências que teve com altas patentes militares e poderosos homens de negócios. (Monteiro, 1975, p. 86-87).

Fica perceptível que os conteúdos das cartas enviadas pelas duas mulheres, a todo o momento, dialogam entre si. Isso deve-se não apenas por tocar em assuntos semelhantes, contextuais, mas por predominar nelas o aspecto de denúncia da intervenção do estado e da presença do capital nacional e internacional nas Amazônias, dentro da máxima falaciosa de ‘integração nacional’.

Muito por conta disso, também o jornalista Lúcio Flavio Pinto afirma, no já citado *Jornal Bandeira 3*, de 1975, que há nos romances de Benedicto Monteiro a interligação do tempo universal com o tempo amazônico, e que, de maneira implícita, isso dar-se nos enredos a partir da presença de textos de outras naturezas e cita, análogo a isso, também estão as transmissões das notícias através do suporte de rádio.

Porém, tanto em *O Minossauro* (1975) quanto nos demais romances da Tetralogia é possível percebermos que “a vivência histórica das populações marginalizadas da Amazônia começa a poder se dizer” (Castro, 2018, p. 19), seja através do personagem central - Miguel dos Santos Prazeres – ou mesmo de outros personagens, a exemplo da própria Simone, por meio de suas cartas, já que ela reside em Belém e conhece parte das realidades amazônicas, sobretudo a cidadina.

3.3. A Terceira Margem

Benedicto Monteiro intersectando a história, a política, os complexos e paradoxais nexos entre os tecidos sociais, algumas dinâmicas do avanço do capital nas Amazônias e as falaciosas ações do Estado brasileiro promovidas em nome da integração nacional, acabou por estabelecer intrínsecas relações entre a suposta incompatibilidade dos textos de outras naturezas presentes em seus romances e toda a ficcionalidade da Tetralogia.

Com isso, nas literaturas produzidas nas Amazônias, esse aspecto estético, de estilo e, até certo ponto, levando-se em consideração a relação de Benedicto Monteiro com a linguagem, inclusive com o que já aludimos aqui a respeito da pesquisa empreendida por ele sobre os falares do Baixo Amazonas ou a sua vivência com o rádio-transistor, podemos afirmar que a presença desses textos de outras naturezas em seus romances são também de natureza ética, ideológica e intersubjetiva e, representam experiências renovadoras, mas que não deixam de ser também:

Transposição do real para o ilusório por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos.

Nela se combinam um elemento de vinculação à realidade natural ou social, e um elemento de manipulação técnica, indispensável à sua configuração. (Candido, 2010, p. 63).

Este elemento de vinculação à realidade perpassa na Tetralogia não apenas pelos enredos dos romances, mas pela relação entre as transfigurações das realidades e a reação diegética das narrativas. Portanto, são constructos de exercícios, combinações de elementos, alguns vinculados ao contexto histórico das décadas de 1960 a 1980, e de configuração técnica que interligam e esgarçam as fronteiras entre as linguagens e também os gêneros textuais presentes nos romances, entre os quais, o próprio gênero literário, o jornalístico, as missivas e os de ordens críticas e científicas, representados pelas citações diretas e indiretas. Sobretudo, levando em consideração o que enfatizou o escritor Márcio Souza, no texto de orelha do romance *A Terceira Margem* (1983), que representa, de certa maneira, o esforço de tentar romper a barreira de certo silêncio no Baixo Amazonas. Silêncio imposto em toda a Amazônia pela invenção discursivas em que a região era apenas uma territorialidade enunciada.

Assim, Benedicto Monteiro, através da presença desses textos de outras naturezas dentro da Tetralogia, pode-se afirmar que “pressupunha uma paisagem tecnológica, que era a do desenvolvimento contemporâneo das comunicações, uma paisagem política que era a da situação geopolítica mundial e neocolonial” (Achugar, 2006, p. 81), como quem, com força inventiva, fosse capaz de juntar centenas de minúsculas ilhas até formar uma península que tem em si a passagem para a *terceira margem*. Ressalta-se que estas pequenas ilhas estão sempre atravessadas pela linguagem oral e escrita, representadas, respectivamente, pelo narrador-personagem Miguel dos Santos Prazeres, a partir dos falares do Baixo Amazonas e pelos *narradores-escritores-compiladores* dos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossoauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983), que estes possuem uma linguagem mais próxima daquela que foi histórica e arbitrariamente convencionado como padrão.

Dentro das narrativas da Tetralogia, com exceção de *Aquele Um* (1985), as divergências existentes entre os textos de outras naturezas são quase imperceptíveis, embora, diga-se de passagem, que é apenas através da compreensão de alguns elementos que essas divergências são atenuadas, entre estes elementos destacam-se: as relações dos enredos com a história, a política, a intervenção do Estado brasileiro na região, as diferenças culturais e de identificação dos tecidos sociais que, de certa maneira, contribuem para aplacar, em parte, estas divergências. No entanto, o processo de intertextualidade no conjunto da obra traz à tona novas camadas heterogêneas, tanto estrutural quanto contextual, nas narrativas e com isso “as paisagens culturais funcionam em vários e múltiplos tempos e direções.” (Achugar, 2006, p. 82), paisagens multifacetadas onde:

O tempo corre-corre e o espaço existe numa vida que é uma-vida-viagem. Vida-viagem, viagem-vida. O tempo-vida, ora é tempo-rio, ora é tempo-terra, ora é tempo-barco, ora é tempo-mata. O tempo-canoa, o tempo-cavalo e o tempo-tempo, confunde noite, dias e horas com o tempo-espaço. Assim como o espaço, o espaço-água, o espaço-terra, o espaço-céu e o espaço-mata confundem-se com o espaço-cores de muitos horizontes (Monteiro, 1985, p. 106).

Nos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossoauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983), estas divergências, até mesmo pela natureza de

determinados textos presentes neles, tornam-se compatíveis intertextualmente e, sobremaneira, intersubjetivamente, primeiro, pelas funções importantes desempenhadas nas ações contextuais, sociais, culturais e históricas que desempenham nos enredos os meios de comunicação ou os suportes midiáticos, como por exemplo: o rádio-transistor, o rádio, os jornais e revistas impressas e também as cartas. Segundo, porque os recortes de textos de outros gêneros mantêm entre si e a linguagem ficcional, ou mais propriamente a linguagem literária, uma espécie de dialética que abarca e tensiona as temporalidades, as realidades, os personagens e tudo o que está dentro dos romances, tendo aporte os olhares enviesados e estereotipados sobre as Amazônias.

Em *A Terceira Margem* (1983), esta relação de convergência dar-se-á, predominantemente, a partir das citações diretas, abrangendo, conforme veremos, referências ligadas à linguagem, às pesquisas científicas sobre as Amazônias, à geografia, as questões sociológicas e à história. Em termos mais intersubjetivo, a própria epígrafe de *A Terceira Margem* (1983), de autoria Roland Barthes (1915–1980), já aponta para essa relação dialógica, intersubjetiva e de intertextualidade presente na narrativa, vejamos:

...A apreensão de uma linguagem real é, para o escritor, o ato literário mais humano. E uma parte inteira da literatura moderna é atravessada por farrapos mais ou menos precisos deste sonho: uma linguagem literária que alcançasse a naturalidade das linguagens sociais.

...O escritor reconhece o imenso frescor do mundo presente, mas, para transmiti-lo, só dispõe de uma linguagem morta. Diante da página branca, no momento de escolher as palavras que devam assinalar francamente seu lugar na história e provar que ele lhe assume os dados, observa uma disparidade trágica entre o que faz e o que vê. (Monteiro *apud* Barthes, 1983, p. 8).

A citação acima aponta-nos uma das temáticas ligadas à intertextualidade predominante em *A Terceira Margem* (1983), que perpassa pelas reflexões sobre a linguagem diretamente escrita e indiretamente pela linguagem oral. As reflexões sobre o ato da escrita, em sua maioria, podemos afirmar que elas têm a ver com o *narrador-escritor-compiler* deste *A Terceira Margem* (1983), também com a própria experiência intersubjetiva de escrita e leitura de Benedicto Monteiro e, mantêm relação direta com os dois romances

que o antecedem, dentro do projeto-estético-político da Tetralogia Amazônica. Portanto, tem a ver com o projeto literário desses *narradores-escritores-compiladores* que almejam escrever um livro, como parte de seus ideários de vida, presente em uma máxima popular, que é também em parte patriarcal, por sua lógica obrigatória de que um homem necessita fazer um filho, escrever um livro e plantar uma árvore, não necessariamente nessa ordem, e que está descrito nas primeiras páginas de *Verde Vagomundo* (1972), vejamos:

Meu tio Jozico, velho nordestino que tomava conta de tudo, como único remanescente da família me fez esta pergunta aparentemente simples:

– Como é, meu sobrinho, quedê a mulher e os filhos? Por que não trouxe toda a família para conhecer o único parente que lhe resta?

Como eu nada respondesse, ainda envolvido no abraço acochado e afetuoso, tio Jozico afastou-se de mim, pôs as mãos na cintura, e me olhando de cima a baixo, me fez esta séria e terrível advertência:

– É, meu sobrinho: não adianta nada todas essas estrelas e todas essas medalhas. Teu pai queria que fosses também um homem...

E como eu permanecesse mudo e mais perplexo ainda, concluiu:

– E um homem... só é mesmo homem... quando faz um filho – escreve um livro – e planta uma árvore. (Monteiro, 1972, p. 12).

Escrever um livro, conforme já referendado, é também a tarefa ou objetivo do geólogo Paulo e do geógrafo ambos, respectivamente, os *narradores-escritores-compiladores* de *O Minossauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983). Vejamos uma das falas deste último, reiterada por pelo menos mais duas vezes ao longo da narrativa, a respeito desse projeto pessoal:

Já que estou aqui e tenho um projeto literário, preciso assumir toda a necessidade de escrever este livro. Infelizmente, quando procurei Major Antônio para me ajudar, já era tarde. Depois de ter descoberto o Verde Vagomundo e Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Cabra-da-Peste, esse militar vendeu suas vastas propriedades em Alenquer e desapareceu pelo mundo. Provavelmente, foi tragado pela voragem de alguma cidade grande, ou absorvido pela engrenagem de algum Órgão de Segurança.

Procurei então, Paulo, o geólogo, narrador de *Minossauro*, que foi confidente de Miguel, Miguel dos Santos Prazeres. Paulo, depois de trabalhar numa equipe de sismográfica de pesquisa de petróleo que atuava no Baixo-Amazonas, fico enredado de tal forma na trama das palavras, e permanece aprisionado nas formulações de uma linguagem a tal ponto simplificada, que despreza completamente a sintaxe, o discurso e a lógica formal. Mesmo assim mostrou-me o livro concebido como forma narrativa mais adequada para expressar a sua visão pessoal. (Monteiro, 1985, p. 28).

N'A *Terceira Margem* (1983), a princípio, três fatores sobre a intertextualidade são bastante instigantes. O primeiro deles é que nesta narrativa, a quantidade de citações diretas e indiretas é preponderante, levando-se em consideração os demais romances beneditiano. Superando até mesmo a somatória de citações presentes em *Verde Vagomundo* (1972) e *O Minossauro* (1975). A segunda questão é que essas citações estão, em sua maioria, interligadas pelas temáticas abordadas pelas mesmas. Às custas disso, dentro da intertextualidade de *A Terceira Margem* (1983), podemos separá-las em dois grandes grupos temáticos. O primeiro deles está centrado nas reflexões críticas a respeito das Amazônias. Sendo que a maioria das citações são advindas de cronistas e escritores, tais como Ferreira Gullar e Euclides da Cunha e de pesquisadores como, por exemplo, Charles Wagley. No outro grupo, as citações estão ligadas ao processo de reflexão e aprofundamento da concepção sobre a linguagem escrita, em sua maioria em torno da noção ou conceito de literaturas. Provavelmente, esse grupo de citações tem a ver com dois fatores imediatos: o primeiro é que, a exemplo dos dois *narradores-escritores-compiladores* presentes em *Verde Vagomundo* (1972) e em *O Minossauro* (1975), que têm entre seus projetos pessoais escrever um livro, conforme ressaltado o *narrador-escritor-compilador* de *A Terceira Margem* (1983) também tem esse propósito. A segunda questão é a própria modificação que este romance traz em relação aos suportes midiáticos, que são também o terceiro fator que nos chama atenção. O suporte midiático dos textos de outras naturezas na narrativa passou a ser predominantemente impressos. Um exemplo básico disso é que, mesmo antes dos recortes de notícias, temos a seguinte informação: "Das revistas e jornais" - é como se os recortes de notícias tivessem sido extraídos de revistas e jornais impressos, ou seja, as notícias que começaram a ser obtidas no Baixo Amazonas através do rádio-transistor, em *Verde Vagomundo* (1972), depois em rádio comum, em *O Minossauro* (1975), em *A Terceira Margem* (1983), passa a ser veiculada por meio de suportes impressos.

Vale destacar que o conjunto de intertextualidade em *A Terceira Margem* (1983) é composto por outros tipos de textos, inclusive documentos oficiais, entre os quais: as recomendações oficiais emitidas aos membros do GT-33-CF e os oito comunicados emitidos pelo Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnologia, órgão do Governo Federal, o que além de dar mais verossimilhança a narrativa, a aproxima de maneira contundente ao contexto das décadas de 1960 a meados de 1980.

Sem dúvida, o processo de intertextualidade na obra de Benedicto Monteiro reelabora o procedimento que Todorov (2013) classifica como identidade do referente. No entanto, neste caso, essa identidade é maleável. Semovente. Nos processos que envolvem, principalmente, alguns suportes midiáticos como o rádio-transistor, o rádio, os jornais e revistas impressos esta identidade do referente faz com que o conjunto de romances da Tetralogia estejam ligados, de certa forma, a alguns acontecimentos históricos, como os vários projetos e processos de ocupação da Amazônia e a suposta 'integração nacional'. Como vimos, suportes midiáticos que se modificam, à medida que a própria intervenção, progresso e integração atingem a territorialidade amazônica, mas "cujos processos de enunciação diferem" (Todorov, 2013, p. 115), e aludem aos sérios problemas enfrentados pela região amazônica depois de todo o processo histórico de ocupação, acelerada a partir de 1960.

Por fim, vale salientar que a intertextualidade dentro da Tetralogia não elabora um mundo à parte, como se os textos de outras naturezas estivessem indiferentes ao enredo dos romances ou como se fossem capazes de recriar outras realidades, mesmo vindo de outros referenciais, como as citações, as notícias de jornais e revistas. De certa maneira, a intertextualidade é a nossa *terceira margem* e servem para referendar as reflexões sobre as Amazônia.

4. PROCESSOS DE FRONTEIRIZAÇÕES NAS AMAZÔNIAS NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980

“As principais razões que fazem do Vale Amazônico uma área atrasada e subdesenvolvida têm que ser buscadas na cultura e na sociedade amazônica e nas relações dessa região com os centros de difusão de cultura. Quais são os equipamentos técnicos de que dispõem os habitantes da Amazônia? O que é que representa uma “boa vida” para o homem da Amazônia? Em outras palavras, quais são os incentivos, suas motivações, sua escala de valores? Qual a forma local das instituições fundamentais e universais – família, igreja e governo – pelas quais o homem de toda parte organiza sua vida? Qual tem sido a relação econômica e política da Amazônia com o resto do mundo? As respostas a essas perguntas dirão por que razão essa região é atrasada.”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *A Terceira Margem*

A brutalidade da colonização nas Amazôniaas está atravessada por várias questões, entre as quais o argumento da homogeneização. Nesse caso os tecidos sociais são conceituados dentro de um suposto modelo único. Assim, a sacralização pejorativa das identificações, dos corpos, das crenças, ou seja, dos sistemas culturais, dar-se em comparação aos elementos advindos do eurocentrismo, com o intuito dessacralizá-los, em um processo de simples estratificação. Contudo, as Amazôniaas

tende a prefigurar ambientes que se contrapõem, formulando, no âmbito do discurso, pares de significantes, como local e global, civilização e natureza, espaço de transição e espaço de permanência, espaço real e espaço imaginado. Esses elementos se definem culturalmente, e de modo inconstante, pois são produtos de diferentes posições, inscrevendo na narrativa os vestígios da relação litigiosa entre indivíduo e natureza. (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 253).

Ao levarmos em consideração o *corpus* desta tese, composto pelos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975), *A terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985), a chamada Tetralogia Amazônica de Benedicto Monteiro, os objetivos e problemas elaborados em torno das abordagens de territorialidade enunciada e territorialidades de enunciações – explicitados com mais detalhes nas seções seguintes, a partir da fundamentação teórica, metodológica da tese, a ideia central é refletir a respeito dos mecanismos aqui considerados como os processos que culminaram nas fronteirizações das Amazônias, intensificados na década de 1960. Compreendendo que esses processos são imprescindíveis para que possamos contextualizar algumas questões sócio-históricas relacionadas às supostas experiências de desenvolvimento regional e nacional, e também a experiência em torno da divisão internacional do trabalho e da espoliação das riquezas naturais como fontes de produções. Deste modo, esta seção se configura como objetivo prático e componente fundamental para que possamos entender, em parte, os processos sociais, culturais, identitários, econômicos e históricos em que se encontravam as Amazônias no período em que os romances do projeto-estético-político foram escritos e publicados.

No entanto, o intuito não é propriamente as implicações envolvidas das edições e publicações dos quatro romances, mas o contexto em torno das experiências intersubjetivas que essas narrativas abordam e que estão, de modo geral, representadas tanto dentro quanto fora de seus enredos, sobretudo no recorte temporal que compreende a década de 1960 a 1980. Embora, faça-se necessário ressaltar que a intersecção desta seção perpassa por outras delimitações temporais para que possamos abranger determinados fenômenos sócio-históricos que colocaram em voga diversas lógicas coloniais, entre as quais, a própria noção desenvolvimentista que pôs em prática nas Amazônias, por exemplo, um projeto de colonização agrícola disfarçado de colonização dirigida³⁷, mas dotada da visão ideológica-política autoritária e intervencionista, maiormente por que:

³⁷ Algumas das principais referências a respeito da suposta colonização dirigida podem ser encontradas nas obras *Colonização dirigida no Brasil – suas possibilidades na região amazônica*, de autoria de Vania Porto Tavares, Claudio Monteiro Considera e Maria Thereza L. L. de Castro e Silva e, no *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*, de autoria de José Marcelino Monteiro da Costa. Ambas foram publicadas pelo Instituto de Planejamento

A via de desenvolvimento trilhada pela fronteira é, pois, para a Nação, símbolo e fato político de primeira grandeza. Por sua vez, a virtualidade histórica contida em tão ampla escala geográfica, torna a fronteira amazônica a região estratégica por excelência para o Estado que se empenha em sua rápida estruturação e controle para integrá-la no espaço global, ao mesmo tempo em que a dimensão ideológica manipula a preservação da imagem do espaço alternativo. (Becker, 1990, p. 17).

Nesse sentido, valer ressaltar que, historicamente, as *formações discursivas*³⁸ e, sobretudo, os processos de fronteirizações, ou seja, os projetos, planos e ações políticas - suas políticas públicas de investimentos - os planos econômicos que incluem incentivos fiscais, créditos especiais e isenções, os marcos legais centrados nas legislações específicas e vários mecanismos que envolvem diretamente algumas instituições do Estado brasileiro, ligados direta e indiretamente às Amazônias e a intervenção federal em parte do território amazônico, por alguns anos, foram e são, até hoje, responsáveis pelos processos emblemáticos que atravessam as territorialidades, as temporalidades e as intersubjetividades amazônicas.

Econômico e Social – IPEA, respectivamente em 1972 e 1979. Essas obras inclusive são referências nesta tese. Vale enfatizar que durante a abertura de rodovias como a Belém-Brasília, em meados da década de 1950, ou mesmo antes disso, como exemplo temos os períodos de exploração do látex, o Estado promoveu a chamada *colonização espontânea*, e que para Jean Hébette e Rosa E. Acevedo Marin, ambas as colonizações “não são, na verdade, dois processos perfeitamente distintos ou duas formas nitidamente separadas de colonização, uma acompanhada por interferência externa (do Estado ou de uma iniciativa privada), outra isenta dela. (Hébetete; Acevedo Marin, 2004, p. 42). Ainda segundo esses estudiosos “a colonização dirigida expressa-se uma intervenção do poder público vistas à distribuição de terras devolutas, segundo um módulo estabelecido inicialmente com o objetivo de fixar o homem à terra (Hébetete; Acevedo Marin, 2004, p. 50).

³⁸ O conceito de *formação discursiva* adotado aqui pauta-se no que postulou Michel Foucault, especialmente em sua obra *A Arqueologia do Saber* (2013) que traz uma ampla reflexão a respeito do que ele considera como as regularidades discursivas, abarcando as unidades do discurso, as formas discursivas, a formação das modalidades enunciativas, a formação das estratégias dos discursos, as contradições, a função enunciativa entre outros elementos imprescindíveis. A grosso modo, Foucault define a formação discursiva como algo “em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciações, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. (Foucault, 2013, p. 47). Ele esclarece ainda que há as regras de formação as condições que abarcam vários elementos, entre eles: os objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas, pois, “as regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (Foucault, 2013, p. 47).

Grosso modo, podemos afirmar que essas formações discursivas e os processos de fronteirizações, com suas dinâmicas políticas e econômicas, implantadas na região³⁹, reverberaram e reverberam em diversos romances das literaturas produzidas das/nas⁴⁰ Amazônias. Um dos escritores emblemáticos que contribuem para ampliar o nosso olhar em torno dos tecidos sociais e de algumas problemáticas existentes nas Amazônias é, por exemplo, o Inglês de Sousa, escritor brasileiro nascido Óbidos, em 28 de dezembro de 1853 e que faleceu no Rio de Janeiro em 6 de setembro de 1918. Em sua produção literária, encontramos exemplos contundentes, principalmente na

³⁹ Vale lembrar que o conceito de região aqui adotado continua sendo o mesmo amparado nas pesquisas de Castro (2018), que leva em consideração a noção de região como espaço de movências, de contradições, múltiplas e marcada, sobremaneira, pela diferença. Embora, seja preciso lembrar que, segundo Castro (2018), a própria ideia de região adotada para caracterizar as Amazônias, desde o período colonial, pressupõe um ideário centrado na homogeneidade, no estereótipo, na condição estrutural de contribuir na promoção da espoliação, no entanto, conforme vimos, as Amazônias são “muitas e variadas” (Castro, 2018, p. 9).

⁴⁰ Há vários artigos interessantes a respeito do debate das literaturas produzidas nas Amazônias que me fez fazer essa opção que perpassam pela noção das/nas Amazônias. Entre esses artigos estão pelo menos dois, o primeiro desses artigos é o do poeta e pesquisador Paulo Nunes que tensiona a ideia central de regional/local com o que é considerado universal. Assim, em um de seus importantes artigos o professor Doutor Paulo Nunes, desde o título do artigo, interroga essa dualidade, pois o texto é intitulado “Literatura paraense existe?”. Esse questionamento, assim como todo o texto, interroga o viés estereotipado da noção de uma literatura localista, pois segundo Paulo Nunes (2015) a noção de “literatura paraense, além ser acanhada demais, fere a universalidade, princípio básico a qualquer manifestação que se deseje artística e que esta é uma tentativa de alguns para manter a imagem de que integramos uma cultura exótica, regional, incapaz de difundir sentimentos universalistas” (Nunes, 2015) in: <http://escritoresap.blogspot.com/2008/01/artigo-do-professor-paulo-nunes.html> - Acesso em 15 dezembro de 2023, às 11h10min. O outro artigo que amplia esse debate é intitulado “Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura da Amazônia ou literatura amazônica?”, do professor e pesquisador José Guilherme dos Santos Fernandes, publicado na Revista da Pós-Graduação em Letras – UFPB, João Pessoa, vol. 6, nº. 2/1, 2004 – p. 111-116. Nesse artigo Fernandes (2004) também interroga as querelas entre o local e o universal, partindo, sobremaneira, da noção de *entre-lugar*, conceito postulado por Silviano Santiago, mas também de dois outros artigos, o primeiro deles já citado aqui, que é o “Literatura paraense existe?”, de Paulo Nunes e o segundo intitulado “Não existe uma literatura paraense?!” do também professor e pesquisador Edilson Pantoja. No artigo de Fernandes (2004), o tensionamento dos conceitos de literaturas conclui “que o impasse não é se uma dada literatura tem caráter regional ou não, mas saber se o narrador ou enunciador constrói sua descrição do espaço a partir de uma percepção individual criadora, mesmo a despeito de uma realidade aparentemente única, de um espaço comum. Aí a apreensão depende do horizonte de expectativas do observador, de sua educação cognitiva e experiência como vivente de dado espaço, porque a percepção é um processo seletivo a partir de nossas vivências: a paisagem é memória e esquecimento! (Fernandes, 2004, p. 115), in: FERNANDES, J. G. dos Santos. “Literatura brasileira de expressão amazônica, literatura da Amazônia ou literatura amazônica?” In: Graphos, vol. 06, nº. 2/1, p. 111-116, ISSN1516-1536, 2004. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/graphos/article/viewFile/9540/5188> - Acesso em 15 dezembro de 2023, às 11h26min.

coletânea de contos intitulada *Contos Amazônicos* e mais ainda em dois de seus romances, *O coronel Sangrado*, publicado pela primeira vez em 1877, e *O Missionário*, publicado alguns anos antes de *O coronel Sangrado*, em 1871. O primeiro desses romances citados de Inglês de Sousa é considerado uma espécie de retrato social de parte das Amazônias, isso porque o processo intersubjetivo presente na narrativa abrange, por exemplo, aspectos da vida sócio-histórica, com elementos emblemáticos em torno da vida ribeirinha, da forte presença da atividade ligada ao extrativismo, como a do cacau⁴¹ e, principalmente, o debate político e as relações de poder que a narrativa de *O coronel Sangrado* aborda. Assim, é possível afirmarmos que Inglês de Sousa amplia ou amplifica os olhares sobre as Amazônias e que, mais tarde, com sua escrita, vai influenciar direta ou indiretamente alguns grandes nomes das literaturas nas Amazônias, entres os quais Dalcídio Jurandir em seu *Ciclo do Extremo Norte*, composto por dez romances, a saber: *Chove nos campos de Cachoeira* (1941), *Marajó* (1947), *Três casas e um rio* (1958), *Belém do Grão-Pará* (1960), *Passagem dos Inocentes* (1963), *Primeira Manhã* (1967), *Ponte do Galo* (1971), *Os habitantes* (1976), *Chão dos Lobos* (1976), *Ribanceira* (1978) e Benedicto Monteiro e sua vasta obra, incluindo a Tetralogia Amazônica.

A respeito do *Ciclo do Extremo Norte*, um dos pesquisadores desta obra, Willi Bolle, em um artigo intitulado “Boca do Amazonas: *roman-fleuve* e *dictio-narium*, caboclo em Dalcídio Jurandir”, escreveu que “Dalcídio Jurandir resume, de maneira muito expressiva, o seu projeto de retratar a cultura dos habitantes da Amazônia em forma de um *dictio-narium*, depositado nos dez volumes do seu “*roman-fleuve*” (Bolle, 2011, p. 11), composto de elementos

⁴¹ A respeito da importância da produção do cacau Castro e Campos (2015) escreveram que “a produção de cacau foi relevante na consolidação e expansão da fronteira colonial, como indica a sua permanência na pauta de exportações no Grão-Pará, representando ganhos substanciais para a Coroa. A economia do cacau expandiu-se no século XVIII e no início do século XIX, ocupando terras firmes e várzeas em novos cultivos. Assim, o Baixo Amazonas e o vale do Tocantins foram incorporados à dinâmica do mercado europeu do cacau, que se ressentia, à época, com a redução da produção e da exportação nas colônias portuguesas e espanholas do Caribe, da Venezuela e do Equador” (Castro, Campos, 2015, p. 21 e 22). Assim, a exploração do cacau tal qual as chamadas “drogas dos sertões” podem ser consideradas como os primeiros elementos de exploração econômica ligada às experiências de fronteirizações das Amazônias. Apesar de que o nosso entendimento do processo de fronteirizações das Amazônias não esteja baseado apenas em elementos de exploração econômica da região amazônica, mas todas as complexas ações que levaram e levam a ocupação e espoliação de tudo o que está nas Amazônias, permeada “pelos interesses externos totalmente alheios à sua realidade” (Neto, 1986, p. 13).

que perpassam pela poética, pelo trato com linguagem, principalmente a oralidade, por fatos históricos e culturais imprescindíveis à compreensão das Amazônias e que Bolle (2011) considera como a formação de parte importante da elaboração de uma antropologia poética.

Portanto, partindo das interpretações de diversos dados históricos, de algumas formações discursivas – endógenas e exógenas - ou seja, dos olhares de dentro e de fora e dos projetos políticos, jurídicos e econômicos, diversos deles intervencionistas e implantados entre as décadas de 1960 a 1980, no território amazônico, a proposta dessa seção, intitulada “Processos de fronteirizações nas Amazônias nas décadas de 1960 a 1980”, é traçar uma síntese panorâmica e contextual que atravessa, em parte, pelo menos os últimos cinco séculos de colonização das/nas Amazônias, que segundo Castro (2018, p. 18) “supera a dimensão histórica do chamado “período colonial” e chega a nossos dias”, especialmente motivada por ideologia política intervencionista, efetivada pelo “governo federal brasileiro na região, que pode ser compreendida, de certa maneira, como uma forma de colonialismo interno” (Castro, 2018, p. 18-19).

Assim sendo, é preciso ressaltar que a escolha da Tetralogia Amazônica como *corpus* deve-se também ao fato de que “nos textos de Benedicto Monteiro é onde melhor se destrança a trama humana desumana da vida social da Amazônia que é a verdadeira selva selvagem: a mata penetrada, assassinada pela civilização predatória” (Ribeiro, 1991, p. 6), ou porque nos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975), *A terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985) estão as refrações de um “espelho melhor que se compôs até hoje para ver a Amazônia” (Ribeiro, 1991, p. 5). Refrações estas que refletem as dinâmicas complexas de uma territorialidade que é, ao mesmo tempo, enunciada e de enunciações, isso porque nesses e em vários romances, como os de Dalcídio Jurandir, Lindanor Celina, Márcio Souza, Milton Hatoum, Maria Lúcia Medeiros, Salomão Laredo, Haroldo Maranhão, Amarílis Tupiassú, Daniel da Rocha Leite, Daniel Munduruku e tantos e tantas outras escritoras “a vivência histórica das populações marginalizadas da Amazônia começa a poder se dizer” (Castro, 2018, p. 19), e começar a se dizer é, neste caso, trazer à tona os fluxos das experiências sociais, políticas, históricas, culturais e identitárias de uma territorialidade que é também de enunciações.

Deste modo, refletir a respeito dos processos de fronteirizações das Amazônias implica levar em consideração as diversas dinâmicas e ações, entre elas, a formação discursiva que toma como modelo as noções de Amazônia que a atravessa desde a colonização, com visões distorcidas, homogêneas e estereotipadas, entre as quais, o de grandeza, o vazio, o *inferno verde*, o espaço selvagem, insubmisso, o *eldorado* a ser ocupado. Dinâmicas e ações que seguem modelos coloniais, em sua maioria, com lógicas predatórias como ressaltou Darcy Ribeiro no prefácio do romance *A terceira Margem*, de Benedicto Monteiro, na edição de 1991, dão-se quase sempre em nome da “empresa progressista” (Ribeiro, 1991, p. 6) revertida com “clima de violência, estimulado pela ocupação desordenada das terras” (Pinto, 1980, p. 9). Um modelo de colonização e de fronteirizações das Amazônias que está sendo efetivado até hoje, dentro da noção que Castro (2018) considera também como processo de “longa duração da história amazônica” (Castro, 2018, p. 21) e que não à toa Castro e Campos (2015) ressaltam que:

O início da colonização portuguesa, desde os primeiros viajantes que subiram o rio Amazonas e seus afluentes no século XVI até a fundação de Belém, com a chegada de forças militares e de instituições religiosas, representa um passo decisivo no processo político que envolvia o domínio e a garantia das possessões coloniais. Até o presente, contam-se vários séculos de ocupação territorial nada pacífica, marcada por relações de dominação, de violência, conflitos, disputas e também de alianças entre os colonizados europeus e os povos indígenas. Houve também alianças e conflitos destes, com os povos africanos, arrancados de seus territórios pelas estruturas mercantis da escravidão. A lógica era a mesma moldada nas estruturas mercantis da escravidão, no Eurocentrismo e no Evolucionismo e empreendida em territórios distantes no continente africano. (Castro, Campos, 2015, p. 18).

De certa forma, poderemos afirmar que é o início de colonização que marca, de maneira tênue, e elabora discursivamente o que Neide Gondim (2007) nos mostrou ser *A invenção da Amazônia*, título de sua obra de pesquisa fulcral que traz à tona a leitura crítica de como se deu o emblemático “processo de construção ideológica de um território” (Souza, 2007, p. 9), pois, segunda esta pesquisadora, “a descoberta do que é hoje a América se deixa envolver pela aura do lendário, pela incerteza da paternidade do empreendimento” (Gondim, 2007, p. 21). A realidade – seria aqui os mecanismos que envolvem o *empreendimento* - e a ficção – que seria nesta

citação a *aura do lendário* - convertendo-se em uma experiência comum e unívoca de compreensão de Amazônia para com isso validar os modos de violências que vão ser acentuados cada vez mais, pois conforme Gondim (2007), a Amazônia é o mistério totalmente inventado pelos europeus. E é essa invenção que vai também substancializar boa parte dos processos sócio-históricos de fronteirizações das Amazônias, principalmente porque o capital nacional e internacional estão interessados apenas “na abertura de novos territórios de recursos e oportunidades de mercado” (Castro, Campos, 2015, p. 27), provocando, sobremaneira, situações paradoxais que resultaram “numa Amazônia ainda aberta aos sonhos do progresso e aos pesadelos da destruição” (Pinto, 1980, p. 54), criando problemas sérios incluindo o processo de grilagem⁴² de terras devolutas, algumas pertencentes ao Estado, além das invasões das terras dos povos originários para a realização das mais diversas atividades, entre as quais a exploração da madeira e a garimpagem, culminando em vários modos de violências, entres os quais os extermínios de muitos indígenas.

Na obra *Amazônia: Estado – Homem – Natureza* a pesquisadora Violeta Refkalefsky Loureiro destaca que:

Quando se faz referência à penetração do capital na região, que este movimento não consiste na simples injeção de capitais, mas sim em algo cujo sentido atinge mais profundamente a sociedade – consiste na transformação ou substituição das relações pré-existentes por outra cuja finalidade é a valorização dos novos capitais introduzidos na sociedade e neste momento de valorização, o desapossamento torna-se uma pré-condição dessa transformação. (Loureiro, 1992, p. 129).

Dessa maneira, a penetração do capital nacional e internacional somado à ideologia de desenvolvimento, da integração nacional e de uma suposta modernização da Amazônia, contribuiu para colocar em funcionamento predatório o aparelho institucional do Estado brasileiro, abrangendo o controle e a suposta ordenação “sobre as riquezas naturais e, simultaneamente, sobre a

⁴² Por meio da grilagem de terra o que vai acontecer é o acirramento das violências em que o território amazônico é o elemento central de disputa. Só que o que se tem de fato, em meio a tudo isso, é o avanço exponencial da grande propriedade, a maioria latifúndios, inclusive apoiada pelos órgãos do Governo Federal, o que para Pinto (1980) configura-se como uma espécie de ressurreição das capitânicas hereditária na Amazônia, o que pela lógica faz todo sentido.

força de trabalho das classes desapossadas da terra e dos recursos naturais” (Loureiro,1992, p. 129), em um processo que, gradativamente, veio-se fortalecendo desde a década de 1950, com a criação, por exemplo, de órgãos como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia⁴³, a SPVEA, que tinha entre as suas finalidades principais a de contribuir com medidas que visavam ao suposto desenvolvimento das Amazônias, inclusive contribuindo para estimular as frentes migratórias, aumentando, progressivamente, a densidade demográfica e as centenas de problemas e violências.

Nesse caso, a questão da migração está atrelada também aos grandes projetos, entre eles o agro-mineral, pensados e implantados no território amazônico. Esse descolamento interno, em sua maioria forçados, culminou em variados modos de violências, que incluem a questão fundiária. Quando afirmamos que essa migração é forçada, estamos levando em consideração que “a distinção entre a colonização espontânea e dirigida diz mais respeito [...] aos momentos e à intensidade da interferência do poder público, presente em ambos os casos” (Hébette; Acevedo Marin, 2004, p. 42).

As efetivações das ações políticas e econômicas que vão produzir as dinâmicas das fronteirizações surgem basicamente da invenção de Amazônia, aludida por Gondim (2007). Do conjecturado mistério, da fascinação pelo empreendimento, pelas buscas mitológicas a lenda do *eldorado*. É a custa disso que Neide Gondim (2007) afirma que a invenção da Amazônia nasceu no cerne das textualidades “fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes” (Gondim, 2007, p. 13) e indiretamente essas textualidades nos interessam porque são elas que vão alimentar a dúvida e enviesada imagem de uma Amazônia homogênea, selvagem, infernal, assim entrelaçada pela ideia binária de paraíso e inferno, e que permeiam o processo de longa duração histórica da territorialidade enunciada.

⁴³ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia⁴³ - SPVEA foi criada pela Lei nº. 1.806, de 6 de janeiro de 1953. O pesquisador Carlos Eugênio Aguiar Pereira de Carvalho Renha fez uma ampla pesquisa histórica a respeito da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, resultado de sua pesquisa de dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas, e intitulada *A superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953 – 1966)*, e defendida em 2017.

Faz-se necessário destacar que é essa imagem de Amazônia enunciada que está presente na maior parte das falas e das ações dos *narradores-escritores-compiladores* em três dos quatro romances da Tetralogia, já citados, mas a saber: em *Verde Vagomundo* (1972), o Major Antonio Medeiros, n' *O Minossauro* (1975), o geólogo Paulo e em *A Terceira Margem* (1983) um geógrafo ou professor de geografia que atua como geógrafo improvisado, coordenando um grupo de pesquisa na Amazônia e que não tem seu nome citado, a exemplo dos dois que os antecedem presentes nos romances citados.

Dentro da perspectiva interpretativa de uma territorialidade enunciada, em *Verde Vagomundo* (1972), o *narrador-escritor-compilador* Major Antônio Medeiros escreveu que:

Não sei se por causa da noite ou do vento, logo em seguida abaixaram as sanefas. Foi aí que os carapanãs cantaram em segredo a cantilena da Amazônia. Não sei também como o sono pode ainda apagar aquela escuridão e anestesiar o imenso desconforto. Estafado e quase asfixiado, creio que dormi uma longa e pesada noite. (Monteiro, 1972, p. 15).

Nesta citação, estão vários elementos que apontam para a formação discursiva em que predomina a visão estereotipada das Amazônias, incluindo o jogo de significação em torno da noite, do vento, do desconforto, da sensação de se estar em um buraco, no vazio, com o corpo estafado, e na asfixiação vertiginosa que sente, repentinamente, o Major Antônio Medeiros. A sensação dúbia que abrange a noção de lugar infernal, do vazio, e que surgiu justamente com a invenção ideológica da Amazônia. E esse é um dos elementos que ajudaram a alimentar as noções de territorialidade enunciada. Nos três *narradores-escritores-compiladores* dos romances, isso fica tão evidente que até alguns deles reconhecem o quanto a distorcida imagem de Amazônia necessita ser interrogada e problematizada, vejamos nesta fala do geólogo Paulo, em *O Minossauro* (1975):

Aqui, nesta Equipe, estou no lugar privilegiado para ler, estudar, analisar e escrever. Todas as tardes chegam as turmas de topografia e de sísmica, do trabalho, com material de campo. Se puder recolher a impressão que cada um traz dos lagos, das matas, da terra e do rio, vou ter material para escrever um grande livro.

Tenho que me libertar primeiro do condicionamento da literatura que li sobre a Amazônia. Já sei que não vou encontrar aqui, o mundo dos cientistas, dos cronistas e dos viajantes. (Monteiro, 1975, p. 41).

Essa fala é parte da evidência de que os *narradores-escritores-compiladores* nas narrativas chegaram às Amazônias com visões totalmente distorcidas das realidades heterogêneas. O que se vê são as refrações de espectros permeadas pelo senso comum sobre a suposta homogeneidade na intersubjetividade amazônica, não obstante essa fala do geólogo Paulo vai acabar por colocar, indiretamente, em debate “duas perspectivas em disputa” (Ribeiro, 1991, p. 6) ou dois projetos contrapostos, evidenciados, ao longo dos demais romances, sendo, portanto:

A que vai em sua frente, vitoriosa, é a do processo civilizatório em vigor. O da propriedade não generalizável que, desgastando gentes e matas, com as coisas mais reles, produzir rios de ricos dinheiros estrangeiros. A outra que não é ainda, será a restauração e o aprimoramento dos modos de ver e de viver das gentes que na Amazônia melhor souberam viver e curtir porque existiam para reproduzir-se a si mesma, dentro de uma prosperidade que era comum a todos: A luta destes projetos contrapostos – o de uma Amazônia que venha a ser e existir para si mesma e o de uma Amazônia que continue a ser saqueada e assassinada. (Ribeiro, 1991, p. 6).

Estes dois projetos contrapostos a que Darcy Ribeiro faz referência ligam-se, intrinsecamente, às noções de territorialidade enunciada e de enunciações. No caso deste, a compreensão de uma Amazônia que difunde as suas experiências sócio-históricas a partir de dentro, ou seja, de si mesma. Experiências marcadas pelas diferenças, heterogênea, múltiplas, multifacetadas, moventes, tal qual a metáfora e a metonímia de Amazônia presente na fala da narradora do livro *Imagens que passais pela retina – reinvenção do chalé* (2003) em que ela diz “o terreno tão extenso, tão extenso, que a vista não dá conta do último pedaço” (Tupiassú, 2003, p. 12). Extensidade revelada também nesta fala:

Quanto mais andava rio-acima, rio-abaixo, viajando-margens, mais eu precisava do testemunho de Miguel sobre as cores-faladas. Eu precisava ouvir as cores faladas. Como elealaria, por exemplo, as cores das águas do rio Tapajós, do rio Xingu e do rio Araguaia? Principalmente as cores do rio Tapajós e do rio Amazonas no encontro de suas águas: Miguel saindo de Santarém ou aí chegando,

e atravessando essas cores-divisas, essas cores-encontro-correntezas. (Monteiro, 1983, p. 107).

Além disso, a noção de territorialidades de enunciações tensiona e interroga constantemente aquela inventariada pela noção de uma territorialidade enunciada, homogênea, binária, unívoca, nunca difusa ou ambivalente e sedimentada na ideia de unicidade. Caracterizando-se como uma espécie de projeto, historicamente, hegemônico, principalmente pela relação de poder posto em prática tanto em relação ao ser quanto à espoliação das riquezas existentes na natureza amazônica, assim a noção de territorialidade enunciada, de qualquer maneira:

Revela um duplo movimento: de um lado consiste na apropriação privada da natureza, que se torna cada vez menos livre e acessível – o que implica a transformação da própria natureza e de seus bens em mercadoria e, de outro, significa também a transformação do homem que, gradativamente, vai aumentando as horas destinadas à produção de bens que têm preço no mercado e reduzindo as horas de trabalho destinado à produção para autoconsumo e, na medida em que sua jornada de trabalho passa a se aplicar principalmente à produção de mercadorias, vai ao seu próprio trabalho se convertendo, também ele, em mercadoria. (Loureiro, 1992, p. 42).

Um duplo movimento que se transmutam em uma gama de outros problemas, tais como: os modos de violências – migrações forçadas, assassinatos, pistolagens, grilagens das terras, expulsão de posseiros de suas terras de origens, extermínios e, às vezes, a arregimentação dos povos originais, a poluição dos rios, as queimadas, os desmatamentos, a devastação da flora e da fauna e outros inumeráveis. E tudo isso, querendo ou não, liga-se às dinâmicas históricas envoltas no processo que Castro (2018), conforme vimos considera como parte de uma *longa duração amazônica*. Assentado em dinâmicas que possuem resquícios históricos herdados do passado colonial. Grande exemplo disso está na visão utilitarista das Amazônias, até porque

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedade existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. (Mbembe, 2018, p. 38-39).

Categoricamente, podemos afirmar que Achille Mbembe (2018) aponta uma síntese do sistema político, econômico e cultural promovido pela 'máquina colonialista', que atingiu, sobretudo, uma parte considerável do continente africano e das Américas, esboçado pelo que Costa (1979) denomina de relação dicotômica marcada tenuemente pela relação econômico-espacial, caracterizado pela "atuação dos mecanismos do efeito-dominação" (Costa, 1979, p. 62).

Na obra, *Viagem das ideias*, do professor e pesquisador, Renan Freitas Pinto, encontra-se uma síntese fundamental acerca da formação do pensamento social sobre a Amazônia, esboçado a partir de uma interpretação da região, o que para ele, antes de tudo, é necessário levar em consideração que:

O processo de formação do pensamento que construiu a Amazônia, como um espaço natural e cultural, vem ao longo desses cinco séculos produzindo e continuamente reinventando, a partir de um conjunto relativamente limitado de ideias, as percepções que se tornaram as mais persistentes, dentro certamente do quando mais amplo e diversificado da geografia do Novo Mundo. (Freitas Pinto, 2008, p. 13).

Esse *conjunto relativamente limitado de ideias*, aludido por Freitas Pinto (2008), constitui-se como um dos elementos mais diretos das problemáticas citadas anteriormente, intersectando a relação entre a formação discursiva desde a falaciosa criação mítico do *eldorado*, os projetos políticos, jurídicos e econômicos e, que vão resultar em ações que envolvem também os acontecimentos históricos nas Amazônias entre as décadas de 1960 a 1980, dentro de um emblemático e contraditório projeto falacioso de colonização/internacionalização/integração. Nunca é demais lembrarmos que as formações discursivas primam por verdades quase sempre abstratas em face as realidades, por isso sua ligação tão intrínseca com determinados modos de poder, pois "a verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem" (Foucault, 2017, p. 54).

É imprescindível explicitar que este processo de formação do pensamento e seu reduzido conjunto de ideias sobre as Amazônias, referido

por Freitas Pinto (2008), incorporou diversas ações de uma ideia central que a de Estado-Nação ou de território nacional integralizado e sua forma de espacialização territorial e que culminou em projetos que induziram diretamente as migrações às Amazônias; promoveram a concessão e a acumulação de terras a grupos privilegiados das classes dominantes ou a burguesia⁴⁴ e empresas nacionais e internacionais; apoio direto e com capital nacional público, inclusive por meio de ações e projetos que privilegiaram atividades que pudessem tornar as Amazônias mais atrativas ao capital nacional e internacional, como a construção de usinas hidrelétricas para a geração de energia destinadas, especialmente, ao apoio e à implantação de projetos minerais e agropecuários; a exploração e espoliação das riquezas naturais; as disputas pela ocupação das terras, que vão trazer à tona problemas fundiários e que resultaram em pistolagens e assassinatos, principalmente de trabalhadores rurais e dos povos indígenas em todas as regiões das Amazônias.

De certa maneira, essas são “algumas feições estruturais do processo de expansão da fronteira” (Becker, 1990, p. 147), que abrange o que nesta seção estamos compreendendo como parte dos processos de fronteirizações das Amazônias.

Contudo, vale ressaltar que a aludida estrutura não está delimitada estritamente na concepção de ocupação territorial nas Amazônias, mas que intersecta uma gama de elementos e conjecturas que abarcam as problemáticas ligadas às atividades que degradam a natureza; apropriam-se dela e espoliam as riquezas naturais, causam graves problemas ligados aos projetos de geração de energia e do incentivo às invasões das terras, da abertura de estradas e rodovias, inclusive conformando “um sistema rodoviário incompatível com a realidade geográfica” (Monteiro, 1983, p. 18). Além disso,

⁴⁴ Para a pesquisadora Violeta R. Loureiro “O estudo da história social e econômica do país” mostrara, desde sempre, que justificava e viabilizava a preferência do Estado pelas elites: a relação direta e íntima destas com o poder central, que se reproduzia nos níveis regionais, o apoio mútuo entre Estado, governos e classes dominantes, uma vez que o sistema político brasileiro, especialmente no que tange ao processo eleitoral, desde a fase dos “coronéis de barranco”, apoia-se nas classes dominantes e elites em geral e as mobiliza como sustentáculos políticos. (Loureiro, 2022, p. 32 e 33). Violeta Loureiro continua apontando outros fatores neste jogo de interesses e cooperação mútua, entre os quais o apoio do Congresso Nacional, isso porque a maioria são políticos ligados a esses grupos dominantes, sempre tentando levar adiante o que Neide Gondim denomina de “o curso do imaginário nessa história sem fim” (Gondim, 2007, p. 58).

conforme vimos, através de incentivos e os incentivos aos fluxos migratórios em direção às Amazônias, principalmente de nordestinos, do estímulo desenfreado às atividades minerais, agropecuárias, industriais, dentro do escopo que é também denominado de agronegócio, do apoio direto à monocultura, da criação de processos que resultaram na especulação das terras e do forte estímulo governamental ao regime de concessão delas que mais tarde poderiam ser consideradas como propriedades privadas, fortalecendo assim o latifúndio, com o propósito de promover uma frente de expansão, de ocupação e despertar interesses econômicos nessas terras, resultando em processos que:

Absorvem recursos, criam poucos empregos, ocupam terras que poderiam estar servindo para a agricultura, derrubam árvores que poderiam estar sendo exploradas racionalmente e provocam a expulsão do ocupante tradicional, além de serem responsáveis por um dos maiores contingentes de população flutuante do país. (Neto, 1986, p. 88).

Por conseguinte, todas essas problemáticas reelaboram outros *dilemas na Amazônia*, para citarmos aqui o título da obra de Neto (1986), de onde retiramos a referida citação, problemáticas que se tornam cada vez mais vastas e complexas. Esse “dilema”, ou talvez, esses “dilemas” estão, em sua maioria, ligados à questão da terra, das lutas pela terra, pois, segundo Becker (1990), os problemas fundiários estão no cerne da maioria das problemáticas existentes nas Amazônias. Nesse caso, a questão fundiária está ligada às políticas governamentais que, ao fim de tudo, vão continuar favorecendo as grandes empresas, os latifundiários, os grileiros e, mais recentemente, os garimpeiros que estão ocupando, de maneira criminosa e desenfreada, as terras dos povos originários/indígenas e promovendo, além da garimpagem ilegal, um verdadeiro extermínio, como o que vem acontecendo com os Yanomamis. Nas cidades o exemplo mais visível são os surgimentos dos chamados empreendimentos de loteamentos, resultando no surgimentos de condomínios, inclusive as margens de rios, como o rio Itacaiunas, em Marabá, no Pará.

No caso específico do sudeste do Pará, a garimpagem ilegal volta a surgir até mesmo próximo de cidades como Marabá, Itupiranga⁴⁵ e Canãa dos Carajás, mostrando-nos que essa atividade está acontecendo por todas as partes das Amazônias, até mesmo nas mediações ou em áreas propriamente urbanas.

Voltando à questão das disputas de terra e o conceito de regularização fundiária, Becker enfatiza que:

O significado sócio-político de regularização é grande: por um lado, o título de propriedade ou documento comprovante permite acesso ao crédito, constituindo fator de estabilidade; por outro, na medida em que antigos ocupantes são expropriados de suas terras, constitui também um fator de instabilidade, bem como um mecanismo de produção de terra livre a ser destinada a empresários do Centro-Sul.

[...]

A regularização fundiária foi a forma dominante na ocupação do Território e poderia ser identificada como povoamento espontâneo/induzido ou invasões em terras devolutas. (Becker, 1990, p. 152).

Neste conceito ambíguo de regularização fundiária, estão as ações mais diretas em torno do falacioso projeto de desenvolvimento econômico que engloba o Brasil, a sua suposta integração territorial, à antiga procura, dotada da mentalidade colonial, pelas riquezas naturais e que vai resultar em inúmeros problemas ligados à exploração do trabalho, à espoliação das riquezas, à degradação desenfreada da natureza entre outros, em nome da luta e da ocupação da terra, ao que *Becker* (1990) denomina, na referida citação acima, de fatores de instabilidades, marcados, sobremaneira, pelo povoamento espontâneo, induzido e pelas invasões/ocupações.

Querendo ou não, tudo isso pode ser interpretado como parte dos resquícios da imagem mitológica, especulativa, da noção colonial de *eldorado*,

⁴⁵ Enquanto estou sentado tentando voltar à escrita da tese em uma área aberta, com três pés de paus-pretos – floridos e as folhas voltando a ficar esverdeadas -, uma das notícias da mídia local é a deflagração da Operação Sítio Boa Sorte, localizado no sudeste do Pará, mais precisamente no município de Itupiranga, promovida pela Polícia Federal, devido à realização de garimpagem ilegal. Além disso, foi detectado na região do garimpo ilegal que os supostos garimpeiros estão atuando em situação de trabalho análogo à escravidão, com toda a condição de trabalho precário. Segundo o jornal Correio de Carajás, “O garimpo de ouro ilegal tem área aproximada de mais de 10 hectares e os resíduos de garimpagem estariam se sedimentando no leito do curso d’água dos rios, principalmente no Rio da Direita, afluente do Rio Cajazeiras, que deságua no Rio Tocantins. O valor estimado do ouro extraído ilegalmente seria de R\$ 5,7 milhões com impacto socioambiental no valor de aproximadamente R\$ 22,3 milhões.”

abarcando uma visão abstrata, desfocada, hipotética, menos real, incluindo a visão do nativo como bárbaro⁴⁶, indolente, primitivo – e o clima como algo não propício a resultar no modelo de civilidade europeia e, principalmente, através de fabulações sobre as Amazônias amplamente pesquisadas por Neide Gondim, em seu livro já citado aqui - *A invenção da Amazônia* -, elaborando estereótipos que tentaram silenciar o que há de mais profundo e ambivalente nas Amazônias, pois “é claro que a invenção de todo um território, como foi o caso da Amazônia engendrada pelos europeus, era algo peculiar à cultura do velho mundo, mas no fundo, em sua raiz, era o fruto de um choque mais profundo” (Souza, 2007, p. 9), porque conforme vimos, citando Gondim (2007), a Amazônia acabou por se transformar em um mistério inventado⁴⁷ pelos europeus.

De certa forma, é quase impossível pensarmos como se deram os processos de fronteirizações das Amazônias sem levar em consideração a multiplicidade de textos que nos mostram como as Amazônias foram sendo transformadas em uma espécie de territorialidade enunciada. Dois textos emblemáticos que podemos apontar como exemplos são o “Amazônia: um paraíso perdido/Amazônia: terra sem história”, de Euclides da Cunha e o “Discurso do Rio Amazonas”⁴⁸, proferido pelo então presidente Getúlio Dornelles Vargas, em 10 de outubro de 1940. Ambos os textos apontam, mesmo com pequenas contradições, para visões em que predominam a ideia determinista-naturalista do ser humano e da natureza.

⁴⁶ Neide Gondim vai enfatizar que a visão unívoca de bárbaro fará com que “à gradativa animalização dos nativos corresponde ao progressivo endeusamento dos europeus” (Gondim, 2007, p. 72). Esta visão embasa parte do entendimento binário de compreensão de mundo posto em voga pelo pensamento ocidental, violentando, apagando e silenciando as diferenças culturais e de identificações.

⁴⁷ Ressaltamos que a compreensão de invenção da Amazônia tem a ver diretamente com uma das propostas reflexivas desta tese que é a noção de territorialidade enunciada, conforme veremos, de maneira mais esmiuçada, na quarta seção. Neste caso, a noção de territorialidade enunciada assenta-se na visão de fora para dentro das Amazônias. Visão essa dicotômica, estritamente exógena. Distorcida. Caricatural. Homogênea. Sempre binária e enviesada e com todos os “preconceitos (que) engendraram a Amazônia” (Souza, 2007, p. 10).

⁴⁸ Esse discurso proferido em 9 de outubro de 1940, no Ideal Club de Manaus, pelo então presidente Getúlio Vargas pode ser encontrado na íntegra publicado na Revista Brasileira de Geografia, na edição de abril a junho de 1942, volume 4, nº 2, páginas 259 – 262. Ou no site: www.almaacreana.blogspot.com/2021/05/getulio-vargas-discurso-do-rio-amazonas.html?m=1 – acessado em 22 de março de 2023, às 10h06min.

Vale enfatizar que quase sempre essas visões são estereotipadas, marcadas por um sentido/senso comum, tanto em relação ao ser – a noção de caboclo é um bom exemplo -, às identidades/identificações, às culturas, às histórias, quanto à própria natureza, segundo eles, algo indomável, o *inferno verde*⁴⁹ sempre com “a percepção dominante da Amazônia homogênea” (Castro, Campos, 2015, p. 15).

Outra perspectiva que nos chama a atenção é a respeito da ideia de integração nacional, sobretudo, ambos os textos tentam demonstrar que a suposta integração nacional seria a solução de todos os problemas existentes no país e, maiormente, os existentes nas Amazônias, embora essa perspectiva esteja tenuamente consistindo naquilo que Loureiro (2009) denomina de *mitos do capital*. Pois, Loureiro (2009) considera como *mito do capital* o mito que surgiu dos mitos originais, aqueles que são formados pelos mitos que criaram visões distorcidas, preconceituosas, estigmatizadas, falaciosas, homogêneas e apenas parciais sobre as Amazônias, e que prevalecem até os nossos dias. Só que os *mitos do capital* são meramente econômicos. Seus interesses estão envoltos do que as Amazônias podem oferecer como propulsora de riqueza, pouco se importando se isso vai gerar desigualdades e os vários modos de violências. O seu interesse principal é pela exploração em geral, das riquezas e humanas, embora sejam os mesmos *mitos do capital* “que revela a acirrada luta desencadeada pela cobiça dos mais diversos agentes do capital em torno da riqueza natural da região” (Loureiro, 2009, p. 32).

Vejamos aqui como Euclides da Cunha encera a primeira parte do texto “Amazônia um paraíso perdido”, tendo como exemplo a figura do seringueiro, ao afirmar que:

O afastamento em que jaz, agravado pela carência de comunicações, redu-los, nos pontos mais remotos, a um quase servo, à mercê do império discricionário dos patrões, a justiça é naturalmente serôdia e nula. Mas todos esses males, que fora longo miudear, e que não velamos, provêm, acima de tudo, do fato meramente físico da distância. Desaparecerão, desde que se incorpore a sociedade sequestrada ao resto do país. (Cunha, 2021, p. 16).

⁴⁹ Vale ressaltar que este é o título do livro de estreia de Alberto Rangel, o *Inferno Verde* foi publicado em 1908 e traz a representação da Amazônia ou de sua natureza predominantemente hostil, de aspecto infernal, com sua natureza indomável e que pune os seres humanos.

No “Discurso do Rio Amazonas⁵⁰”, é possível encontrar exemplos que dialogam diretamente com esta citação de “Amazônia um paraíso perdido”, de Euclides da Cunha, vejamos:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contacto apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante para consumo doméstico. Já não podem constituir por si sós esses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heróicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco; os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto. (Vargas, 1943, p. 6).

Apesar dos dois textos antecederem à questão temporal delimitada, nesta tese, as décadas de 1960 a 1980, eles são de fundamental importância para que possamos compreender como a visão das Amazônias como territorialidade enunciada e os ciclos intervencionistas vêm ao longo do tempo mantendo-se vivaz, como parte de um arcabouço discursivo e de ação que são, antes de tudo, colonial e colonialista, abarcado pelo que Foucault (2013) denomina de *sistema de discursividade*, contendo em si uma regularidade específica. Especificamente no caso das Amazônias esse arcabouço discursivo

⁵⁰ Dentro das pesquisas sobre desconstruções identitárias do pesquisador Fábio Fonseca de Castro, encontramos um dado importante a respeito da noção de colonialismo interno e o processo de integração nacional que envolve explicitamente o “Discurso do rio Amazonas” e que é de suma importância para que possamos compreender melhor essa seção contextual da tese. Ao fazer referência ao “Discurso do rio Amazonas”, o pesquisador enfatiza que “o projeto nacional-desenvolvimentista começou a ser nutrido com o “Discurso do rio Amazonas”, pronunciado por Getúlio Vargas em Manaus, em 1943 [...] e produziu toda uma ideologia colonizadora nas décadas seguintes, embora com matizes diversos. Não obstante as elites locais terem participado, ao menos até certo ponto, desse projeto, é evidente que se tratava de uma dinâmica fundamentalmente exógena, caracterizada por um impulso de ocupação” (Castro, 2018, p. 25). E quem ler na íntegra o “Discurso do rio Amazonas” e pelo menos uma pequena parte dos textos – cartas, relatórios, produções teóricas, narrativas dos viajantes, crônicas entre outros – escritas durante boa parte do período colonial sobre o Brasil enxergará nitidamente uma projeção falaciosa das Amazônias, e como uma ideia de Amazônia foi historicamente sendo sedimentada dentro de uma perspectiva totalmente estereotipada.

primou por levar em consideração o território como “matéria-prima da soberania e da violência” (Mbembe, 2018, p. 39) e a cristalização dessa condição de matéria-prima.

De certa maneira, fica evidente que o eixo central e intersubjetivo das duas citações está envolto ao processo de integração nacional e de ocupação imediata das terras amazônicas. Assim, ao lermos as citações, em síntese, ambos os textos, “Amazônia um paraíso perdido” e o “Discurso do Rio Amazonas” vemos que eles demarcam, de maneira direta, um modelo de utopia nacionalista e uma ideologia do progresso, embora o “Discurso do Rio Amazonas” aponte mais explicitamente, ao longo de todo o texto, para essas causas utópicas e discursivamente distorcidas das realidades do que foi estudado amplamente por diversos pesquisadores e pesquisadoras, entre as quais Beck (1990), Edna Castro (2010), Jean Hébette e Acevedo Marin (2004), Violeta Loureiro (1992; 2009; 2022), Pinto (1980; 1982; 2012), entendido como o suposto projeto de desenvolvimento ou como Hébette (2004) denomina as *ilusões de desenvolvimento* e de integração dos territórios amazônicos ao território nacional, tendo como intuito o “de integrar e modernizar a Amazônia por um ponto de vista de abertura estratégica de pontos de apoio para a ocupação de seu território, como cidades, vilas de assentamentos e projetos” (Fernandes, 2011, p. 169), mas que segundo Hébette e Acevedo Marin (2004, p. 50):

Sem querer generalizar, pode-se, entretanto, constatar que a colonização dirigida instalou nessas regiões o minifúndio, enquanto a colonização espontânea favoreceu o latifúndio. Em ambos os casos houve influência de determinadas políticas explícitas ou implícitas.

Assim, tanto no “Amazônia: um paraíso perdido/Amazônia: terra sem história”, quanto no “Discurso do Rio Amazonas”, há outras visões que também vão ao encontro da noção de territorialidade enunciada que são elas: a ideia homogênea do ser – atrelada ao suposto sentido universal de ser humano – do EU universal, indissolúvel -, das territorialidades também homogêneas, do determinismo em que “a floresta é responsabilizada pela transformação do homem” (Gondim, 2007, p. 289), a percepção, menos abrangente possível, das culturas, das identidades/identificações e das diferenças nas Amazônias,

considerada como o vazio, o vago, o inferno verde a ser domado e, que segundo Vargas:

Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua fôrça cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. (Vargas, 1943, p. 7).

Especificamente, a impressão que se propaga por quase todo o “Discurso do Rio Amazonas” é a da natureza selvagem, quase indomável, inóspita, tão impressionantemente grande e com “a feracidade inigualável, os fenômenos peculiares à vida primitiva e à luta pela existência em toda a sua pitoresca e perigosa extensão” (Vargas, 1943, p. 6). Por conta dessa mesma visão, em seu texto “Amazônia um paraíso perdido”, Euclides da Cunha (2021) chegou a escrever que nessa natureza, o homem era um intruso impertinente e afirma a partir de suas observações mais metafóricas que reais, que no Amazonas:

A volubilidade do rio contagia o homem. [...] em geral, sucede isto: o observador errante que lhe percorre a bacia em busca de variados aspectos sente, ao cabo de centenas de milhas, a impressão de circular num itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias ou barreiras ou ilhas, e as mesmas florestas e igapós estirando-se a perder de vista pelos horizontes vazios; o observador imóvel que lhe estacione às margens, sobressalteia-se, intermitentemente, diante de transfigurações inopinadas. Os cenários, invariáveis no espaço, transmudam-se no tempo. Diante do homem errante, a natureza é estável; e aos olhos do homem sedentário que planeia submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o e espavorindo-o. (Cunha, 2021, p. 27).

Apesar de predominar nesta citação a visão homogênea da bacia do rio Amazonas, “a impressão de circular em um itinerário fechado, onde se lhe deparam as mesmas praias, barreiras ou ilhas, as mesmas florestas e igapós” (Cunha, 2021, p. 27), o que nos interessa aqui é a contraposição entre natureza e ser humano e também a de natureza *versus* vazio para mostrar o quanto essas percepções/interpretações de Amazônia como o *Verde Vagomundo* (1972) mantêm-se enraizadas, embora sempre com estes mesmos olhares enviesados e movidos pela sanha da exploração das riquezas

e da força de trabalho, como fica evidente neste trecho do “Discurso do Rio Amazonas”:

Vim para ver e observar, de perto, as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros; também estrangeiros, técnicos e homens de negócios virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais, com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro. (Vargas, 1943, p. 6).

A respeito desse olhar, as ações sobre as Amazônias acabaram por resultar no que o jornalista e escritor Lúcio Flávio Pinto considera, em seu livro intitulado *Amazônia a fronteira do caos* (1991), como uma *transnacionalização*⁵¹, dotada da ideologia de forte intervenção estatal do Estado brasileiro, por meio de uma experiência política e econômica ainda mais colonizadora. Experiências revestidas pela visão utilitária das Amazônias, com interesses específicos nas riquezas naturais, fazem parte da interpretação que aqui estamos considerando como um dos elementos dos processos ambíguos de fronteirizações das Amazônias.

No entanto, é imprescindível destacar que a visão utilitarista das Amazônias foi constituída a partir de elementos que incluem a construção imaginária e homogênea desta territorialidade. Centrada na ideia de natureza infernal, indomável, hostil e selvagem e que, por conta disso, precisava ser ‘conquistada’ a qualquer custo. Exemplo dessa visão homogênea pode ser encontrado não apenas em discursos governamentais como o já citado “Discurso do Rio Amazonas”, mas também em fragmentos de alguns

⁵¹ É necessário esclarecer que ao lermos atentamente a obra *Amazônia: a fronteira do caos*, publicada em 1991 pela Falangola Editora, fica perceptível que a noção de *transnacionalização* não é, para Lúcio Flávio Pinto, um conceito, mas é um termo utilizado para tentar caracterizar as ações resultantes de projetos governamentais e de apoio ao capital internacional, utilizando-se de mecanismos como a doutrina de segurança nacional, a criação de órgãos específicos e de leis também específicas sobre as Amazônias, a abertura de estradas e rodovias, e todos os aparatos e a geopolítica nacional criada para dar as condições necessárias para a atuação do capital nacional e internacional ou o grande capital, e assim “a Amazônia (que) tinha pouco valor enquanto fonte de renda fundiária” (Pinto, 1991, p. 21) teve a sua situação rapidamente alterada, principalmente “à medida que as vastas extensões de terras, ocupadas até então segundo as regras do extrativismo, integram-se a mercados capitalistas” (Pinto, 1991, p. 21). Portanto a ideia central em torno da *transnacionalização* é a compreensão de que, antes de tudo, estava decretado para sempre “o fim de toda uma longa e inconclusa discussão sobre o desenvolvimento autônomo da região” (Pinto, 1991, p. 26).

romances, inclusive escritos por autores amazônicos, como em *Relato de um certo Oriente*, de Milton Hatoum, publicado em 1989. Neste romance, a certa altura da narrativa, a narradora-personagem diz:

Para mim, que nasci e cresci aqui, a natureza sempre foi impenetrável e hostil. Tentava compensar essa impotência diante dela contemplando-a horas a fio, esperando que o olhar decifrasse enigmas, ou que, sem transpor a muralha verde, ela se mostrasse mais indulgente, como uma miragem perpétua e inalcançável. (Hatoum, 2008, p. 92-93).

Outros aspectos preponderantes advindos do pensamento a respeito do emblemático processo que resultou na aceleração desenfreada das fronteirizações das Amazônias incluem diversos fatores que perpassam, primordialmente, pela territorialidade ou pela própria expansão geográfica, ou ainda pela forte presença do capital nacional e internacional, os incentivos fiscais diretos e indiretos e pelos aspectos em torno da divisão nacional e internacional do trabalho, este último que já vinha sendo experienciado, por exemplo, desde os dois períodos de exploração do látex, principalmente no segundo ciclo, que aconteceu entre os anos de 1942 a 1945, motivado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e pelo apoio direto do Brasil aos aliados, ou bem antes disso, pela exploração das chamadas drogas do sertão.

É preciso lembrar que:

Na obra de arte, acontece a transfiguração de objetos reais em signos decorrentes de um processo criador de signos que modifica a realidade, o que confere intensidade à função estética, rehierarquizando as outras funções (referencial, teórica, mágico-religiosa), uma vez que a realidade material, prática, utilitária, é ressignificada na valorização dos fatores estéticos. (Loureiro, 2008, p. 38).

Vale enfatizar que na obra de Benedicto Monteiro isso acontece em diversos aspectos, a citar: o emblemático caso das intertextualidades ou a presença constante de textos de outras naturezas presentes nos romances que compõem a Tetralogia Amazônica, conforme vimos na seção anterior, que contribuem para transfigurar as realidades a partir de objetos comunicacionais, como os recortes de notícias de jornais, de revista e as transcrições de notícias vinculadas ao rádio, resultando no que o poeta e pesquisador Paes Loureiro

denomina de um “novo estado co-real” (Loureiro, 2008, p. 38). Atribuído a esses suportes comunicacionais, temos ainda a presença direta e indireta de discursos exógenos e endógenos a respeito das Amazônias presentes nos quatro romances, através das falas e atitudes dos personagens, ou das descrições das espacialidades.

Além disso, o aprofundamento do debate que abarca os grandes projetos implantados nas Amazônias pelos projetos governamentais, em nome do falacioso projeto de integração nacional ou do que um documento intitulado “Recomendações confidenciais aos membros do GT – 33 – CF”, na parte do romance denominada de “Recomendações confidenciais complementares”, no *A terceira Margem* (1983), denomina de “tentativa tecnocrática de internacionalizar globalmente a Amazônia” (Monteiro, 1983, p. 11), inclusive com a presença de outros projetos destinados à exploração das riquezas naturais:

A ofensiva dessa nova internacionalização por etapas só se tornou possível com a conivência das autoridades brasileiras, que puseram em execução uma política econômica de exportação e endividamento externo disfarçada em projetos faraônicos, dos quais o Poloamazônia, Jari, Carajás, Albrás e Alunorte, são os mais evidentes. (Monteiro, 1983, p. 11).

Todos os projetos citados por Monteiro (1983), logo no início do romance *A terceira Margem* (1983), alguns em atividade até o momento, diga-se de passagem, como o polo mineral de Carajás, no sudeste do Pará, abarcam as faces mais perversas de exploração e espoliação nas Amazônias, envolvendo a relação de trabalho, a tentativa de colonização, as disputas e as concessões de terras, a degradação da natureza⁵², as transformações sociais, culturais e econômicas e o aumento dos modos de violência contra as diversas comunidades tradicionais, entre outras questões preponderantes. Dessa forma,

⁵² O personagem Miguel dos Santos Prazeres é dos que denunciam essa degradação, narrando uma cena triste de queimada da floresta, vejamos: “Eu sentia que tanto as árvores sobrecadas pelo fogo desembestado na mata, como as árvores queimadas no aceiro dos roçados, criavam no céu outra alma de cores vivas. Meus pau-mulateiros viçosos, meus taxizeiros esbeltos, minhas castanheiras soberbas, voltavam para mim, em alma de mil luzes. Até as coitadas das embaubeiras – de pau-à-toa que eram – viravam alma de fogo aceso” (Monteiro, 1985, p. 64-65), embora é preciso ressaltar que a queimada descrita na cena foi provocada pelo próprio Miguel, durante a soltura dos foguete, e que segundo ele “Eu que nunca que ia saber da força do fogo, do tamanho do tempo e da grandeza do homem” (Monteiro, 1985, p. 63).

é necessário não esquecermos que “a ação coordenadora pelo Estado na produção do espaço não elimina os conflitos, pelo contrário, agrava-os” (Becker, 1990, p. 24).

À custa disso, quando Loureiro (2009) afirma que o projeto modernizador nas Amazôniaas acaba por instaurar um novo momento na história regional, intersectando o que ela considera especificamente como os *mitos de origens* e os *mitos modernos*, ligados também à noção de *invenção da Amazônia* e às tensões em torno da cobiça, da espoliação e da exploração, tão presentes nos textos que já citamos aqui, sobretudo, no “Amazônia um paraíso perdido”, de Euclides da Cunha e o “Discurso do Rio Amazonas”, proferido pelo ex-presidente Getúlio Dornelles Vargas, é porque Loureiro (2009) quer nos mostrar, de maneira tênue, a interrelação engendrada entre essas formações discursivas e os aspectos que resultaram em um novo modelo de colonialismo, principalmente porque suas lógicas de funcionamento estão atreladas às mesmas do período colonial.

4.1 A força brutal das mãos de um Estado intervencionista nas Amazôniaas entre 1960 a 1980

Os romances que formam a Tetralogia Amazônica não só dialogam com as temporalidades díspares, eles estão entrelaçados entre si pelo personagem central Miguel dos Santos Prazeres, mas também por pelo menos outros dois aspectos preponderantes presentes nos enredos que são: a heterogeneidade dos tecidos sociais amazônicos e as territorialidades. De tal modo, estas obras compõem também uma síntese temporal que atravessa as décadas de 1960 a 1980 e que vai além dessa marca cronológica. Estas quatro narrativas trazem em si um processo dialógico com o passado ainda mais profundo das Amazôniaas, a partir da presença do próprio imaginário amazônico como a presença das narrativas tradicionais, da oralidade, dos saberes, e com a presença, por exemplo, da figura emblemática do coronel de barranco, conforme veremos na penúltima sessão.

O sociólogo, historiador e antropólogo Darcy Ribeiro considerou este processo aludido acima, conforme vimos, como sendo revertido por dois movimentos díspares abarcados, de maneira intrínseca, por projetos

contrapostos, contraditórios, que para ele significam “o de uma Amazônia que venha a ser e existir para si mesma e o de uma Amazônia que continue a ser saqueada e assassinada” (Ribeiro, 1991, p. 7), embora seja necessário refletirmos que “isso não quer dizer, é claro, que, em todo e qualquer romance, o escritor dê testemunho de toda a realidade” (Sabato, 2003, p. 21). Ainda mais, tratando-se do mundo amazônico. Além dos mais, é como nos alerta Castro (2018, p. 209) ao afirmar que “a fronteira⁵³ amazônica não é aquele vazio ontológico, sugerido pelo senso comum das áreas tradicionais, pelo pensamento conservador e, também, por uma sociologia mais processual e objetivista”, ou seja, a noção binária e de homogeneidade é falaciosa, ela foi elaborada, querendo ou não, para validar e perpetuar o processo de colonização e espoliação nas Amazônias.

Para Bertha K. Becker (1990), esse movimento de oposição e, por natureza, de contradição, parte, inicialmente, da visão de utilitária da terra nas Amazônias. Nesse caso, ou a terra é saqueada, como escreveu Darcy Ribeiro (1991), pela grande empresa capitalista, subsidiada, primordialmente, pelas estruturas do Estado ou a sua utilização se dá pelas lógicas do campesinato, das populações tradicionais e dos migrantes incentivados a abandonar suas terras em nome daquilo que Pinto (2010, p. 11) denominou de “ofensiva [...] para integrar a Amazônia ao Brasil e ao circuito internacional de produção”, e que governamentalmente foi considerado como processo de integração nacional.

Uma das maneiras mais práticas de controle e de ação autoritária que os governantes do Estado brasileiro encontraram para consolidar o projeto intervencionista e, falaciosamente, em nome de uma ideologia de desenvolvimento e de integração nacional nas Amazônias, em especial entre

⁵³ A respeito do conceito de fronteira, faz-se necessário destacar que ele “foi a base de muitas análises dos anos 1970, sobre a Amazônia, visando entender as dinâmicas nas novas áreas e os fluxos da migração dirigida e espontânea atraída nas frentes dos programas de colonização. Mas esses projetos de colonização estavam subordinados ao projeto mais amplo de modernização institucional e econômica do país. Por isso, a tensão entre os modelos e possibilidades de desenvolvimento e, em consequência, da violência também se tornou um corolário da ocupação dessas novas fronteiras (Castro, Campos, 2015, p. 26 e 27)”. Isso, pelo viés econômico, porque esta noção abarca mais que isso, inclusive, as dinâmicas envoltas às identidades/identificações, que inclusive são amplamente pesquisadas pelo escritor e pesquisador Fábio Fonseca de Castro, principalmente em suas obras *As identificações Amazônicas*, publicada em 2018 e *A Cidade Sebastiana – Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade* e que são parte do referencial teórico desta tese.

as décadas de 1960 a 1980, foi a elaboração de aportes jurídicos que lhes conferiram amplos poderes por meio, por exemplo, de decretos-leis. Esse modelo de atuação governamental ficou conhecido também como parte da ação estratégica que englobou, conforme enfatizado, ao longo dessa seção, várias ações entre as quais: a criação de órgãos, a efetivação de planos de desenvolvimentos como os I, II e III PDA – Plano de Desenvolvimento da Amazônia, elaborados durante o período de recorte temporal desta tese, a década de 1960 a 1980 – e de projetos, programas e ações que foram, basicamente, executados para favorecer o grande e médio capital. Tudo isso porque “a fronteira amazônica oferece amplas possibilidades à expansão territorial do capital (Becker, 1990, p. 16), por isso é preciso não esquecer que:

Os diferentes formatos das instituições criadas na e para a Amazônia têm a ver, portanto, com diferentes objetivos decorrentes da atividade econômica, comercial, político-estratégica e de definição da soberania brasileira sobre esta vasta região. De outro lado, para estes formatos não podemos deixar de mencionar o conflito e o consenso, assim como a temporalidade, sobretudo, para afirmar a hipótese da ocorrência de diversas “Amazônias”, para as quais existem diversos formatos institucionais decorrentes de fatores sociais, econômicos e culturais que interferiram na montagem dessas instituições, desde o século XVII. (Nascimento, 2015, p. 13).

À custa disso, Becker (1990) delineia uma questão imprescindível que foram os conflitos e as disputas pela terra, promovidos pelos descolamentos dos diversos grupos sociais – através da colonização espontânea ou dirigida – e, que segundo ela, “a estratégia da ocupação espontânea submissa, dos anos 1970, em que a população se limitava a invadir terras devolutas, copiando o modelo do Incra, sucede-se assim, a das invasões organizadas” (Becker, 1990, p. 157), mas que, para esta pesquisadora, os conflitos em torno da terra são muito complexos, envolvendo amplos tecidos sociais tais como: os posseiros, fazendeiros, madeireiros, indígenas, os camponeses, os ribeirinhos, Assim como também, mais tarde, os garimpeiros, os loteadores e as grandes empresas, entre outros grupos sociais.

Conforme veremos, a reação diegética presente nas narrativas perpassa também pela maneira crítica de problematizar a forma como se deu o modelo espoliador de ocupação das Amazônia, processos estes violentos e repletos de contradições, maiormente praticadas por um Estado autoritário.

Utilizando, principalmente a sua estrutura política, organizacional e burocrática, contribuindo, dessa maneira, para transformar as Amazônias em uma espécie de região geoeconômica.

À custa disso, podemos destacar que as primeiras páginas do romance *A Terceira Margem* (1983), de Benedicto Monteiro, são compostas por uma espécie de documento confidencial intitulado “**Recomendações confidenciais aos membros do GT – 33 – CF**⁵⁴”, dividido em duas partes. Este documento chama atenção porque, na primeira parte, todos os parágrafos iniciam-se com a frase: “NÃO ESQUECER”, em caixa alta, e que estes inícios assinalam questões básicas em torno das Amazônias, tais como: o suposto interesse internacional ou de internacionalização das Amazônias por parte de estadistas, cientistas, futurólogos, militares⁵⁵ e tecnocratas, a importância de seu território no contexto internacional, a implantação de ações de ocupação global do território amazônico, através de construção do Grande Lago Amazônico, como um novo mar mediterrâneo, a descrição de sua massa de água e a preponderância de um potencial energético, entre outros fatores.

A segunda parte do documento intitulada “**Recomendações confidenciais complementares**⁵⁶” traz pelo menos dois dados interessantes para que possamos pensar a intervenção do Estado nacional no território amazônico. O primeiro deles é a confirmação de grandes jazidas de minério

⁵⁴ Em negrito conforme está destacado no romance em questão.

⁵⁵ Durante a ditadura civil-militar de 1964, essa será uma das tônicas discursivas em nome da chamada integração, da segurança nacional e do desenvolvimento da região. Assim, a ideia central da suposta internacionalização das Amazônias será utilizada como elaboração discursiva para justificar a intervenção no território, sobretudo, validando a criação de medidas provisórias, projetos, decretos e leis específicas para pôr em prática o processo intervencionista durante o golpe de 1964. Em relação às leis, podemos citar como exemplo o Decreto-lei de nº 411, do ano de 1969, em consonância com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional de número 5, que concedeu ao governo federal o pleno direito à administração territorial e concedendo ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, juntamente com o Ministério do Interior, ceder terrenos da União. Vale lembrar que a Operação Amazônia é considerada um dos marcos iniciais dentro deste processo intervencionista, que culminou na criação de órgãos federais como a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, que substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, dois anos depois do golpe civil-militar de 1964, e a abertura de rodovias como a Cuiabá-Santarém, a Manaus-Boa Vista e a Transamazônica como projetos de infraestrutura para a ocupação do que eles consideravam como o grande vazio demográfico. Vale enfatizar que o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, assim como aconteceu com o SPVEA, será transformado no INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Decreto-Lei nº 1.110, em 9 de julho de 1970, e que foi a fusão dos órgãos do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA com o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA.

⁵⁶ Em negrito conforme está destacado no romance em questão.

nas Amazônias, distinguindo o seu potencial mineral, principalmente em terras altas, as quais estariam aqui jazidas “descobertas”, maiormente, na região de Carajás, no sudeste do Pará. O segundo dado complementa o primeiro já citado se levarmos em consideração o processo de intervenção estatal e as estratégias de apropriação postas em prática pelo Estado brasileiro. Isso porque a segunda parte do documento “**Recomendações confidenciais aos membros do GT – 33 – CF**” reforça a noção de intervenção movida pelo que as Amazônias poderiam oferecer economicamente.

Desse modo, vejamos como o romance *A Terceira Margem* (1983), já em seu início, começa por colocar em cheque essa problemática da intervenção e da implantação de grandes projetos em parte das Amazônias:

Passaram a pressionar diretamente os tecnocratas brasileiros para a execução de projetos isolados e já localizados. As estradas Transamazônica e Perimetral Norte foram, talvez, os primeiros passos. Mas a ofensiva dessa nova internacionalização por etapas só se tornou possível com a convivência das autoridades brasileiras, que puseram em execução uma política econômica de exportação e endividamento externo, disfarçada de projetos faraônicos, dos quais o Poloamazônia, Jari, Carajás, Albrás e Alunorte, são os mais evidentes. (Monteiro, 1983, p. 11).

Diante do potencial econômico atribuído às Amazônias – a visão colonial/colonialista de *eldorado* – o controle governamental deu-se, estrategicamente, com a criação de mecanismos como o da Política de Integração Nacional – PIN, criado durante o governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici, por meio do Decreto-Lei nº 1.106, de julho de 1970. Esses mecanismos contribuíram para fortalecer a Política de Integração Nacional. De tal modo, que o início dessa década é considerada a ‘era do trator’, pois segundo Schubart (1979, p. 97) “abre-se outra frente, envolvendo maquinaria pesada: a abertura das grandes estradas de integração, que vieram permitir o acesso por terra a grande parte da Amazônia”, e que resultou em fortalecimentos de atividades como a agropecuária e o desmatamento, por exemplo.

Em certo sentido, as ideias centrais da Política de Integração Nacional estavam abancadas em duas questões: a primeira delas, a da rápida ocupação do “vazio demográfico”, principalmente das Amazônias, e a segunda, intrinsecamente, centrada no incentivo à migração em massa para o território

amazônico, especialmente de nordestinos, que seriam utilizados como mão de obra, inclusive com a criação de propagandas e lemas para consolidar essa ação. É nesse período que a suposta noção de internacionalização das Amazônias começa a ser utilizada pelo governo com o intuito de estimular a crescente e acelerada ocupação do *Verde Vagomundo*. Pois, para Castro (2018, p. 232):

Uma das dinâmicas presentes nessa realidade é o movimento de colonialismo interno do centro industrial e desenvolvido sobre as “margens” do território brasileiro, dentre estas a Amazônia. O colonialismo interno brasileiro é mascarado pelas grandes forças ideológicas da coerência nacional. Assunto de Estado e do capital “nacional”, essas forças ideológicas acabam por se institucionalizar, estabelecendo mecanismos, geralmente econômicos, de manutenção da ordem estabelecida.

O governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici criou, por exemplo, dois lemas muito conhecidos, que se vinculam pela ideologia intervencionista e o discurso de internacionalização das Amazônia, que são eles: “integrar para não entregar” e “terra sem homens para homens sem terras”. Esses dois lemas complementares compreendem, primeiro, a especulação de ocupação do que ele mesmo reforçou discursivamente como o “vazio demográfico” e, segundo, “o esforço necessário à solução dos dois problemas: o do homem sem terras no Nordeste e o da terra sem homens na Amazônia” (Petit, 2003, p. 87), mas que se resumiria em uma das falas emblemáticas do *narrador-escritor-compilador* de *Verde Vagomundo* (1972), o Major Antônio Medeiros: “foi em tudo uma violência” (Monteiro, 1972, p. 20) e, antes de tudo:

Outro ângulo que possibilita uma visão também parcial é a que revela a acirrada luta desencadeada pela cobiça dos mais diversos agentes do capital em torno da riqueza da região. Ela é geradora da violência cotidiana vivenciada pelo atores sociais que protagonizaram a história social da região e contra os quais esses capitais se voltam: seus habitantes, em especial, aqueles que vivem no interior, nas terras que ocupam e que o capital disputa. Trata-se de uma violência contra o habitante da região que, face à concepção de superioridade do capital sobre as pessoas, muitas vezes, fica submetido à exploração extrema e sob condições que afrontam o direito e a dignidade do homem. (Loureiro, 2009, p. 32).

Nunca é demais lembrarmos que essa violência ou modos de violências foram orquestradas e colocadas em prática pelas mudanças sociais,

políticas, históricas e econômicas que se iniciaram de maneira mais efetiva durante a década de 1960, sobretudo com o golpe civil-militar, mas que já vinham sendo pensadas e postas em prática muito antes dessa década. Para tanto, acerca desses modos de violências, a pesquisadora Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja, em seu artigo “A imaginação utópica em A terceira margem, de Benedicto Monteiro”, publicado na Revista Moara, enfatiza que:

Muitas narrativas pós-64 responderam a essas questões, via de regra, amarrando a problematização da escritura a uma especulação acerca da construção da verdade e/ou do conhecimento. Uma delas, *A Terceira margem* (1983), de Benedicto Monteiro, procura fazer da Amazônia um espaço e uma identidade diante do estado ditatorial. Essa narrativa mostra como desde a colonização até a modernidade, a nação permanece atrelada a formas autoritárias de manutenção do poder de uns poucos em detrimento da maioria e como o poder se solidariza com o conhecimento. (Sarmiento-Pantoja, 2002, p. 164).

Seguindo essa lógica intervencionista, vale enfatizar que um elemento interessante apontado por pesquisadoras como Loureiro (1992; 2015; 2009; 2022) e Becker (1990), e por pesquisadores como Ferreira Reis (1968), Neto (1986), Petit (2003), Pinto (1980; 1982; 1991) e Hébette e Acevedo Marin (2004), para pensarmos a força brutal da mãos de um Estado intervencionista e que a Tetralogia Amazônica também contribui para trazer à tona, é que a partir da década de 1960, as Amazônia começaram a sofrer uma intervenção estatal muito mais forte, principalmente, em estados e regiões com potencial mineral e com algumas matérias-primas, mesmo que, às vezes, com o desconhecimento desse potencial. Além de possuírem faixas de terras imprescindíveis à exploração das riquezas naturais e do próprio aproveitamento especulativo das terras. Neste caso, Castro (2018) caracteriza a Amazônia, da década de 1960 em diante, como uma espécie de fronteira em movimento. Porém, antes disso, Pinto, (1991, p. 27), esclarece que:

A Amazônia tinha pouco valor enquanto fonte de renda fundiária. Mas a situação se alteraria rapidamente à medida que as vastas extensões de terras ocupadas, até então, segundo as regras do extrativismo, se integram a mercados capitalistas.

[...]

Os efeitos da política de incentivos fiscais sobre a concentração da propriedade da terra, a indução ao conflito fundiário, ao despovoamento, à monocultura de um permanente clima de tensão social no interior já são suficientemente conhecidos.

O processo intervencionista esteve movido pela cobiça do capital nacional e internacional ou do mercado interno e internacional, com aval, através de aportes jurídicos, de concessões, de isenções e de investimentos diretos e indiretos do próprio Estado brasileiro, por meio de projetos agropecuários, minerais, aberturas de estradas e rodovias, conforme vimos, e também pela construção de hidrelétricas voltadas para a geração de energia destinada, especialmente, aos chamados grandes empreendimentos. Nesse caso, a Hidrelétrica de Tucuruí⁵⁷ é um dos melhores exemplos.

No romance *O Réptil Melancólico*, do professor, pesquisador e romancista Fábio Fonseca de Castro, publicado em 2021, pela Editora Record e vencedor do Prêmio SESC de Literatura, encontramos, por meio da fala de um dos personagens centrais, uma das mais instigantes definições do falacioso programa de integração nacional, que fez com que o capital nacional e internacional e a intervenção governamental contribuíssem para o intenso processo de fronteirizações das Amazônias e a intensificação de vários modos de violências, principalmente durante o regime militar no Brasil (1964-1985), vejamos:

Para o regime militar brasileiro, esse fato constituiu um imenso triunfo: não apenas a duplicação do território nacional e a resolução de um impasse secular, mas também a garantia de riquezas imensas e a certeza de um poder geopolítico decisivo no continente. Seu prestígio aumentara com a anexação. Ato contínuo iniciara o ambicioso projeto da integração, abrindo estradas nas matas, cedendo imensas glebas de terras às empresas sediadas nas suas capitais – [...] – e promovendo uma imigração massiva para preencher, como se dizia, um vazio histórico de homens. (Castro, 2021, p. 21).

Nesta citação, encontra-se uma síntese do insidioso projeto de integração nacional e a “aparência quimérica do capital” (Gondim, 2007, p. 307). Neste caso, em relação às Amazônias, o Estado brasileiro, tal qual a instituição que deveria cumprir um papel fundamental na consolidação de determinados interesses que abrangesse todas as camadas sociais, tentou,

⁵⁷ Em seu livro *Tucuruí – a barragem da ditadura*, publicado em 2010, o jornalista e escritor Lúcio Flávio Pinto enfatiza que a Hidrelétrica de Tucuruí começou a ser pensada por volta de 1973, durante o governo militar do general Emílio Garrastazu Médici e que, segundo o jornalista, “a usina iria abastecer com energia paga pelo governo federal e a sociedade as indústrias de alumínio de capital japonês, a Albrás e Alunorte, em Barcarena, Pará e a Alumar, um consórcio da Billiton com a Alcoa, em São Luís, Maranhão” (Pinto, 2010, p. 27).

inicialmente, encontrar algumas condições que pudessem lhes assegurar o controle e, em parte, o gerenciamento de toda uma experiência-sócio-histórica nas Amazônias que, através de uma leitura crítica, pode ser considerada hoje como uma ação intervencionista. Esta intervenção tentou subjugar e aplacar as formas intersubjetivas de existências dos povos nas Amazônias, principalmente, a partir de um modelo atravessado pelas mesmas lógicas coloniais/colonialistas de espoliações, sobretudo, calcado, intrinsecamente, pelo interesse econômico. O que acabou por culminar na “perpetuação de condições desfavoráveis e na negação das mesmas vantagens, direitos e serviços [...] às classes pobres” (Loureiro, 2022, p. 38). E, em contrapartida, favoreceu o capital nacional e internacional, de modo que:

O novo modelo de desenvolvimento abria uma profunda fenda na antiga harmonia amazônica, rompendo relações sociais seculares, hábitos, modos de vida e respeito à natureza. O mundo amazônico perdia, gradativa, mas aceleradamente, sua organização social original, apesar de abrigar numerosos grupos sociais pobres e modestos. [...]. O antigo e harmônico mundo amazônico começava a ser saqueado e reordenado segundo os interesses do capital e do mercado e não mais de sua, até então, tranquilas comunidades. (Loureiro, 2022, p. 34).

Deste modo, é preciso enfatizar que esta intervenção estatal forjou um movimento díspar porque elaborou condições estruturais perpetuadas em nome da ideologia desenvolvimentista e de tentativa de ocupação do *Verde Vagomundo*, visando, como vimos na citação acima, ao favorecimento de determinado grupo social da burguesia⁵⁸, em detrimento dos grupos sociais locais. Resultando, antes de tudo, em um duplo movimento que tem seu sustentáculo assentado em políticas públicas que vão fortalecer e assentar ainda mais as desigualdades, as injustiças e, que vai primar por fomentar e fortalecer os modos de violências nas Amazônias, em nome do poder e das disputas de sentidos que não levaram em consideração as intersubjetividades no mundo amazônico.

⁵⁸ Na verdade, o texto denomina essa classe de “elite” e cita este termo por várias vezes, mas optei pelo termo burguesia, até por questões ideológicas pessoais.

Além do mais, esse duplo movimento, em que um promove, incessantemente, o favorecimento e o outro provoca silenciamentos, fez com que:

O ambiente institucional forjado pela história econômica regional favoreceu atividades predatórias e exploradoras dos recursos naturais e humanos, sem a mínima garantia dos direitos sociais e de propriedade, além do trabalho compulsório análogo ao escravo, que não garante liberdade para motivar os agentes a se empenharem na construção de um projeto coletivo da sociedade, levando, assim, a que a economia regional seja pouco competitiva nacional e internacionalmente (Silva, Ravena, 2015, p. 17).

O favorecimento econômico, aludido acima e promovido por ações e políticas de algumas instituições governamentais, especialmente, as que foram criadas entre as décadas de 1960 a 1980, com este objetivo, como a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e que depois foi transformada na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, vai afetar para sempre a compreensão de Amazônia. Reelaborar, continuamente, olhares predominantemente, enviesados e homogêneos sobre a região, pois é como se “todos os sentidos que tiveram de ser calados para que o sentido dominante – a “verdade” – pudesse prevalecer” (Castro, 2018, p. 7), a partir da incorporação do olhar de fora, dotado de uma espécie de senso comum que vai primar pela noção homogênea e relativista, ou quando muito, dualista/binária, calcado no jogo simbólico e na relação de poder que surgiu também com as “oposições entre civilizado e primitivo, civilização e barbárie, modernidade e tradição” (Freitas Pinto, 2008, p. 16), dentro da acepção que o próprio Freitas Pinto (2008) considera como contínuo processo de reinvenção da Amazônia. Processo que atravessa os últimos cinco séculos, abarcando sempre o que o próprio Freitas Pinto (2008) denominou de conjunto limitado de ideias e, um ponto de vista muito relativista, tendo como primeiro parâmetro a suposta superioridade do homem europeu: branco e civilizado. Aquele mesmo Eu unificado, estável e fixo problematizado por Stuart Hall em seu texto crítico *A Identidade cultural na pós-modernidade*⁵⁹.

⁵⁹ Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ª ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

Mas, não há como negar que as grandes controvérsias que abarcaram o processo de intervenção e ocupação das e nas Amazônias foram de natureza puramente econômica. Inclusive Costa (1979) é um dos pensadores que mapeiam parte dessas controvérsias.

Para Bertha K. Becker (1990), em seu texto intitulado “Estratégia do Estado e povoamento espontâneo na expansão da fronteira agrícola em Rondônia: interação e conflito”, publicado na obra *Fronteira Amazônica – Questões sobre a gestão do território*, organizada por ela e pelas pesquisadoras Mariana Miranda e Lia O. Machado, o processo intervencionista nas Amazônias está marcado por tensionamentos e estas tensões decorrem, prioritariamente, da:

Estratégia do Estado, criando condições para a apropriação monopolista da terra, para a mobilidade do trabalho e para a integração e ordenação do território. Nesse contexto, conceituamos fronteira como um espaço não plenamente estruturado e, por isso, dotado de elevado potencial político (Becker, 1990, p. 147).

Esta estratégia envolvendo o Estado nacional abrange a criação de órgãos como os já citados: a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, transformada, anos depois, na Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, de empresas estatais, entre as quais a modificação do Banco de Crédito da Borracha, criado na década de 1940, que passou na década de 1950 a ser o Banco de Crédito da Amazônia e que, por fim, foi transformado no Banco da Amazônia S/A – BASA; de ações e planos de desenvolvimento a exemplo dos Planos de Desenvolvimentos da Amazônia, de grandes projetos como os também já citados Poloamazônia, Jari, Carajás, Albrás e Alunorte, a sanção de regimes jurídicos específicos ligados diretamente às Amazônias, como é o caso do decreto-lei de nº 1.164, de 1971, que deu ao poder executivo o direito exclusivo de “legislar sobre terras devolutas da Amazônia, ao estabelecer que os 100 km de cada lado das rodovias federais serão colonizados pelo Incra” (Becker, 1990, p. 150).

Além do mais, parte de tudo aquilo que citamos aqui e que vale a pena lembrarmos, são os incentivos fiscais para o grande e médio capital por meio de empresas nacionais, internacionais e multinacionais, o monopólio de

ocupação das terras, o incentivo aos fluxos migratórios para as Amazônia, igual ao que aconteceu em Rondônia na década de 1970, que provocou “profundas alterações na conjuntura econômica, política e social do Território” (Becker, 1990, p. 148), o fortalecimento da polarização por meio dos modos de violência e de poder, reelaborando, incessantemente, um jogo de significado dualista entre civilizado e primitivo e a divisão internacional do trabalho figura como aspecto primordial do processo de fronteirizações nas Amazônia. Tudo isso forma ou conforma as ações que resultaram no que aqui estamos denominando de as dinâmicas da força brutal das mãos de um Estado intervencionista nas Amazônia, que Petit (2003, p. 24) afirma:

O modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia pela cúpula das Forças Armadas e pelos tecnocratas das diferentes instituições da Administração Federal, no período do Regime Militar, foi o enfraquecimento do poder político e da capacidade econômico-administrativa dos governos estaduais e prefeituras da região, os quais exerceram escassa influência na sua implementação e, no máximo, atuaram como meros atores coadjuvantes.

Pere Petit (2003) compreende que esse modelo de desenvolvimento, acelerado com a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, criada após a lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, em substituição a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, até o fim do regime civil-militar brasileiro, pode ser dividido em três imprescindíveis fases, mas que “todas elas são alimentadas pela ideia da Amazônia como território vazio a ser ocupado” (Petit, 2003, p. 81).

Assim, a primeira dessas fases esteve ligada às dinâmicas de uma política que primou pelos incentivos fiscais, principalmente, os projetos que antes não recebiam esse incentivo, como os agropecuários. A segunda fase, que para Petit (2003), vai de 1970 a 1974, esteve ligada aos projetos de colonização, incluindo o da Transamazônica, aos investimentos de geração de energia para os grandes empreendimentos e, maiormente, o processo de ampliação das redes de estradas e rodovias. Na terceira e última fase, o governo “orientou sua intervenção econômica com base nas vantagens comparativas de que dispunha a Amazônia, em relação a outras regiões do país para contribuir com o desenvolvimento econômico nacional” (Petit, 2003, p. 81).

Vale lembrar que na obra *Amazônia no Século XXI – Novas formas de desenvolvimento*, publicada em 2009, a pesquisadora Violeta Refkalefsky Loureiro ressalta que entre os anos de 1950, até os anos finais do século XX, duas grandes correntes de pensamento econômico contribuíram para definir a aplicação de políticas públicas voltados para uma dinâmica de desenvolvimento de diversos países e que afetaram ainda mais as políticas econômicas de países subdesenvolvidos como o Brasil. A primeira dessas correntes é a liberal. Esta corrente de pensamento teórico, considerada conservadora, é condicionada e limitada por fatores que, no caso específico do Brasil, entrou em voga “a agro-exportação como estratégia básica de condução da vida econômica do país e estava fortemente apoiada pelos Estados Unidos” (Loureiro, 2009, p. 224), também estava marcada pelo que se convencionou a denominar de livre comércio, que para os pensadores liberais era o fator que preconizaria o desenvolvimento de todos os países, mesmo de maneira lenta e gradual, mas que, segundo Loureiro (2009), essas políticas econômicas, adotadas em países periféricos como o Brasil, sobretudo de inspiração ao modelo hegemônico liberal, abalaram até mesmo as convicções dos próprios liberais. No entanto, uma das principais críticas do pensamento nacional-desenvolvimentista em relação ao pensamento liberal estava atrelado ao modelo primário-exportador, pois, conforme enfatizado por Loureiro (2009), este modelo era considerado de fundamental importância para os teóricos da corrente de pensamento liberal.

Já a segunda corrente do pensamento econômico, em voga no fim do século XX, foi a desenvolvimentista ou nacional-desenvolvimentista e apresentava uma grande diferença em relação ao liberalismo, maiormente porque enxergava no processo de industrialização do país a saída salutar para o desenvolvimento e que para os teóricos dessa corrente de pensamento econômico era necessário devido à:

formação de uma nova elite industrial, a qual deveria se tornar responsável pela construção de um projeto alternativo de modernização para o país. Projeto que deveria ser conduzido, por sua vez, por novos atores econômicos e políticos capazes de assumir o papel de condução de uma “autêntico” projeto de desenvolvimento nacional. E que para isso, se fazia necessária a formação de novas ideias, que em suporte aos ideais de industrialização, fossem capazes de sustentar um projeto de desenvolvimento nacional em

completa sintonia com as necessidades estruturais de superação de nossa condição de país subdesenvolvido. (Fernandes, 2011, p. 15).

Porém, nas Amazônias, essa suposta noção de modernização do país assentou-se no avanço indiscriminado e na espoliação dos recursos naturais, transformando-os em *commodities*. Além do mais, os incentivos migratórios para as regiões amazônicas contribuíram para alterar as dinâmicas sócio-históricas, aumentando os modos de violências, que, dependendo da territorialidade, possuem dinâmicas diferentes como, por exemplo, a intensa pistolagem no sudeste do Pará motivada, entre outras coisas, pela grilagem de terras e pela garimpagem. Assim, os impactos ambientais e as desigualdades exacerbaram-se, abrangendo a maioria da população, visto que:

Acontece à custa de um patrimônio cuja exploração é predatória e a renda gerada não é socializada. Os problemas são socializados, não os ganhos. É também nas áreas onde ocorrem os grandes desmatamentos que se registra a maior incidência de trabalho escravo. (Loureiro, 2009, p. 94).

Ainda especificamente nas Amazônia, nos anos finais da década de 1960, durante o golpe civil-militar de 1964, vamos ter uma experiência efetiva mais próxima dessa segunda corrente de pensamento nacional-desenvolvimentista, com a criação, por meio do Decreto-Lei nº 288/67, da Zona Franca de Manaus. Com uma área de cerca de dez mil quilômetros quadrados, a Zona Franca de Manaus é considerada um projeto ou programa voltado para contribuir com o desenvolvimento da região amazônica. Porém, vale lembrar que “as políticas públicas nacionais descobriram a Amazônia como uma “fronteira de recursos”” (Loureiro, 2009, p. 83). Ainda para Loureiro (2009), essas duas grandes correntes influenciam, até hoje, a economia amazônica de modo que:

Frequentemente, predatória de produtos primários, com poucas variantes. No passado predominavam o manganês, a castanha do Pará, que somavam cerca de 90% da pauta de exportação. Esses produtos foram substituídos pelos minerais em bruto ou semi-elaborados, a madeira, o gado e os grãos, que hoje se apresentam sob uma feição mais aperfeiçoada no que tange aos processos produtivos e ao tratamento dos produtos. (Loureiro, 2009, p. 224).

Contudo, esses processos produtivos contribuíram para o que Castro (2018) denomina de, conforme vimos, como uma forma de colonialismo interno, com lógicas que operam semelhantes às lógicas do período colonial, mas utilizando-se de novos mecanismos e tecnologias, sem deixar de lado, por exemplo, as formas de violências que afetaram e afetam diretamente os tecidos sociais das/nas Amazônias, constituindo-se como parte de um drama amazônico de *longa duração*. Tudo isso atrelado, basicamente ao

Fluxo controlado e a demarcação dos movimentos de capital em regiões das quais se extraem recursos específicos (e que) tornaram possível a formação de 'enclaves econômicos' e modificaram a antiga relação entre pessoas e coisas (Mbembe, 2018, p. 57).

À custa disso, é que Freitas Pinto (2008) afirma que:

A Amazônia como um dos espaços mais característicos do Novo Mundo esteve, desde o início da construção da filosofia do mundo moderno, presente nas reflexões em torno de temas como o surgimento da desigualdade entre os homens e os povos, das novas geografias, e continua a fornecer alimento par a recriação de novas polarizações, como a recriação do bom selvagem em ideias com a de "povos da floresta" e de "ribeirinhos", portanto de um novo romantismo social. (Freitas Pinto, 2008, p. 15).

Em síntese, podemos considerar que o suposto processo político de integração nacional da Amazônia ao restante do país, por meio do modelo ideológico nacional-desenvolvimentista ou qualquer outro díspar, visava nada mais que "ocupar estrategicamente a região a fim de explorar seus recursos e garantir a soberania brasileira sobre ela" (Castro, 2018, p. 25). Além desse aspecto preponderante, Castro (2018) destaca mais dois fatores que influenciaram o processo de integração nacional, que são eles:

A preocupação geopolítica dos militares, temerosos em relação aos interesses internacionais sobre a região e a exigência implícita, por parte dos Estados Unidos, de que o Brasil estabelecesse as condições necessárias para que os recursos de seu território e, sobretudo, da Amazônia, ingressassem no ciclo produtivista ocidental. (Castro, 2018, p. 25).

Não há dúvida de que esses três fatores permearam todas as ações e os projetos governamentais, citados nesta sessão, como parte de uma força brutal promovida pelas mãos de um Estado intervencionista nas Amazônias, e

que, segundo Castro e Campos (2015), “destacaram-se as questões relacionadas às ações do Estado, ao planejamento, às políticas de crescimento econômico e às estratégias de industrialização e de exportação” (Castro, Campos, 2015, p. 18), sendo, portanto, impossível refletirmos as décadas de 1960 a 1980 sem levarmos em consideração essas ações.

Entretanto, quem sabe um dia ainda testemunharemos a força brutal das mãos do Estado intervencionista agonizando, ou em desespero, tal qual presenciou o *narrador-escritor-compilador* de *O Minossauro* (1975), nas últimas páginas do romance, ao afirmar em meio à agonia:

Vamos partir para uma missão urgente: devemos salvar as máquinas e os equipamentos que estão fazendo os canais de colmatagem. Vamos tentar salvar a obra do século. A palavra urgente é absolutamente incompatível com esta viagem. Não sabemos se chegaremos a tempo. Mas ordens são ordens. A missão de pesquisa transforma-se agora em missão de resgate. O rio é imenso e as distâncias são de vento e água. (Monteiro, 1975, p. 190).

Pois, conclui-se que foram as políticas postas em práticas pelo Estado nacional nas Amazônias um dos responsáveis pela denotação e a validação da noção abstrata de Amazônia. De uma terra econômica, cultural e intelectualmente atrasada. Os efeitos dessas políticas foram e estão sendo negativas. Elas não beneficiam as populações. Em todos os seus sentidos e ações são ineficazes. Preconizam procedimentos irracionais de explorações das Amazônicas como área apenas produtiva, culminando ofensivas em que “a região permaneceu à margem do processo, só vindo a sofrer os impactos” (Costa, 1979, p. 47). Impactos consolidados pelas lógicas das Amazônias somente como territorialidade enunciada, como veremos a seguir.

5. TERRITORIALIDADE ENUNCIADA

“Pássaros voando muito alto e gritando muito longe, deram em tudo um golpe de perspectiva. Houve uma brusca incidência de luz. Tudo se avasta. Lembrei-me da véspera no avião – quando procurava divisar num grande raio – o sintoma da côr⁶⁰ de uma cidade: em baixo só o verde, em cima só o azul. Tudo vasto em planos sucessivos. Tudo vasto. Verde e vasto. Vasto e vento. Vultos. Vultos e ventos. Ventos. TUDO VAGO: vago vazio, vago-mundo, vago-espaço.”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *Verde Vagomundo*.

A principal proposta desta seção é refletir a respeito da noção de territorialidade enunciada nos romances que compõem a Tetralogia Amazônica. Para isso, partiremos das dimensões históricas, sociais, econômicas, culturais, identitárias/identificações, políticas e das concepções de discursos. O intuito aqui é, sobretudo, compreendermos quais os processos, os contextos e suas experiências sócio-históricas, as formações discursivas, as textualidades, as relações de poder, as disputas de significados, entre outros elementos, que forjaram, ao longo do tempo, sentidos, impressões e ações em torno de uma Amazônia que foi inventada a partir de visões totalmente estereotipadas. Visões que foram alcançando o status de um determinado senso comum. Sempre relativista. Supostamente compreendidas como homogênea.

Além disso, trazer à tona alguns mecanismos que fizeram e fazem com que esses processos perdurem até nossos dias, tentando eivar a territorialidade amazônica e os tecidos sociais amazônidas, dentro da conformidade histórica dotada de certa unidade aparente, estigmatizados. Portanto, aqui estamos nós outra vez, e quantas mais forem necessárias,

⁶⁰ A palavra cor esta grafada da mesma maneira que aparece no romance *Verde Vagomundo*, em sua primeira edição, na página 17. Optei por deixar a grafia original por estar usando a primeira edição desta obra, que foi publicada em 1972.

dispostos a seguir uma das tarefas legadas por Benedito Nunes, que escreveu o seguinte: “Disponha-se a rever o passado e agir sobre o presente” (Nunes, 2000, p. 5). Ação que se deve dar sobre o/no presente, principalmente, quando nos deparamos com o diz Cecim:

Matar o olho culto herdado das tradições da opressão ocidental sobre nós.
Abrir [...] um outro olho – nativo.
Essas são as práticas urgentes. De uma perspectiva não elementar, essa é a nossa Fome mais urgente.
Contra o colonizador, nacional estrangeiro, e insistindo nos valores da insolência e da transgressão. (Cecim, 2020, p. 106).

Ou seja, a nossa tarefa é interrogar a opressão e suas práticas de violências postuladas desde o processo e o projeto colonial “como que a implodir a ordem de poder vigente” (Nunes, 2022, p. 119), daquilo que só hoje, por conta de Achille Mbembe, reconhecemos como mecanismos da *necropolítica*, ou como ele mesmo afirmou, “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 5).

Antes de tudo, é preciso indagar: Quais as estratégias e fenômenos utilizados para que as Amazônias fossem, historicamente, estereotipadas? Concebidas dentro de um projeto exógeno, como espaço homogêneo? Quais as forças motrizes dos discursos e significados que forjaram a concepção de Amazônia unívoca? Como sublevar esses processos que culminaram em vários modos de violências dentro do mundo amazônico ou de *mundiamazonividência*, como assinala Paulo Nunes (2022)? Como elaborar experiências capazes de contribuir ainda mais para interrogar os cerne das problemáticas de estereótipos e estigmatizações das/nas Amazônias? Por fim, como elucubrar algumas rasuras, para além da suposta relação dicotômica, nas formações discursivas e disputas de significados que naturalizaram as Amazônias como o vazio demográfico a ser ocupado? Portanto, a proposta interpretativa de um projeto de Amazônias dentro da Tetralogia Amazônica é capaz de nos apontar caminhos que possam colocar em crise permanente a ideia homogênea e estereotipada de Amazônia? Os romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975), *A terceira Margem* (1983) e *Aquele Um* (1985) são capazes de fazer emergir outras Amazônias possíveis?

Sem dúvida essas interrogações são complexas e suscitam diversas respostas, embora, tentar respondê-las, seja o caminho possível para problematizar e romper com a noção de que estamos perante aquilo que Euclides da Cunha, em *À margem da História* (2005), denominou de a última página de gêneses a ser escrita. O desencadeamento de pensamentos iguais a este deram aval à proposição de uma ‘escrita’ que praticamente deu continuidade ao processo desigual das relações de poder, de subalternização, da ideia binária de compreensão do mundo amazônico e da construção homogênea das identidades e que resultaram em uma formação discursiva e ações que engendraram os espaços físicos, políticos, sociais, culturais, identitários/identificações e os imaginários amazônicos como algo estanque e unívoco, pois, “tais equívocos são fruto de uma imagem construída no distanciamento e na estranheza, no atraso que beneficia setores do capital e das elites nacionais e estrangeiras, na imagem que é também filha do desconhecimento” (Nunes, 2022, p. 54). Portanto, faz-se necessário enfatizar que boa parte dessas problemáticas atravessam a própria condição colonial imposta nas Amazônias, com suas lógicas de poder, compreendendo, antes de tudo, que foi:

Imposta a partir da própria concepção do que deva ser o processo de ocupação da região, seu desenvolvimento. O plano é elaborado pelo poder central, como exercício discricionário de seu monopólio de planejamento. A rigor, a região, apesar de dispor de seu “chorpus” intelectual e de uma nada desprezível experiência acumulada ao longo de sua história, que em boa parte de seu transcurso teve pouco a ver com o “outro Brasil”, entra nesses planos apenas com o “decor”, a toponímia. Usando seu poder de força e de coerção, geralmente em simbiose, o Estado impõe o acatamento de suas ordens, verdadeiros éditos da corte. Completamente estranho ao “ethos amazônico”, que substitui pelo “pathos”, esse “modelo” se baseia em conceitos agressivos. (Pinto, 1991, p. 30 – 31). Aspas do autor.

Os *corpus* intelectuais, as experiências acumuladas, os saberes, os adensamentos naturais, humanos, simbólicos e sentimentais que compõem os tecidos sociais heterogêneos das Amazônias, marcados pela diferença, pelo *ethos amazônico* ou dotado daquilo que João de Jesus Paes Loureiro denomina “de paisagem geográfica convertida em paisagem cultural

configurada pelo sentimento” (Loureiro,2007, p. 40), estão, diga-se de passagem, intrinsecamente centrados não só nas realidades, mas nas memórias, nas experiências das oralidades, no que submerge como processo de transgressão da noção de totalidade, nas fabulações, nos significados ou nas tipificações mutáveis, nas intersubjetividades e nas experiências que estão diretamente ligadas aos imaginários, sempre ambíguas e paradoxais que, na obra de Benedicto Monteiro, vão estar centradas, especialmente, nas vozes e ações de personagens que foram, ao longo da história, subalternizados. Jogados às margens da História. Emudecidos. Nesse caso, como exemplo, temos o personagem Miguel dos Santos Prazeres e a relação histórica-temporal, que contribuíram para formar em nós e no próprio Benedicto Monteiro um novo homem e um novo tempo:

Um homem o quanto possível realista. Só que eu descobri, também, que essa nova realidade, além de ser encoberta por uma infinidade de ideologias, ela é também dissimulada pelo espaço, pelo tempo, pela energia e pela velocidade da própria matéria.

Por isso, passei a viver no *transtempo*. Não tenho a mínima condição de abandonar o passado, me desligar do presente e não pensar no futuro. (Monteiro, 1993, p. 197).

É possível elencar diversas problemáticas históricas perante todos os questionamentos especificados no início desta sessão. Entre as quais, a que perpassa pela reflexão interpretativa de compreensão das Amazônias como uma “região” homogênea, atravessada pela mentalidade em a mesma estaria dotada de determinada coerência. Pesquisas imprescindíveis que problematizam esse entendimento foram realizadas por pesquisadores e pesquisadoras que aludem direta ou indiretamente a respeito da condição das Amazônias como “região”⁶¹, entre os quais podemos citar: Becker (1990),

⁶¹ Castro (2018) no texto de introdução de sua obra *As identificações Amazônicas* (2018) aponta elementos imprescindíveis para que possamos ampliar a compreensão de como essa visão e condição de conceber as Amazônias como ‘região’ é problemática. Isso porque, segundo este autor, o termo aponta e implica diretamente ao processo de relação de poder, nas estruturas do jogo político, como forma de agenciamento e espoliação. Um agenciamento que, no caso das Amazônias, reproduz os modos de violências contra os tecidos sociais, tanto dentro dos espaços físicos quanto dos imaginários. À custa disso, Castro (2018) ressalta, conforme já reiteramos, que a Amazônia jamais será o espaço regular e coerente que continua sendo descrito pelo senso comum.

Castro (2010, 2011, 2018), Ianni (1979), Loureiro (1992, 2009, 2015), Neto (1986), Petit (2003) e Pinto (1980, 1982, 1991, 2002, 2012).

Para Becker (1990), essa situação advém de um projeto político planejado pelo Estado nacional que concebeu, antes de qualquer coisa, a Amazônia, visto que:

Como uma das últimas grandes fronteiras da Terra, mais do que qualquer outra região do País sofreu o impacto do planejamento estratégico imposto pelo Governo autoritário do período 1964 – 1985 que rápida e intensamente alterou as formas tradicionais de organização regional. (Becker, 1990, p. 11).

Constata-se, por meio desta citação, que o Estado nacional recria na noção de fronteira ou fronteirização, como abordamos na terceira seção desta tese, utilizando a mesma lógica discursiva elaborada por Euclides da Cunha, em seu texto *À margem da História* (2005), já citado aqui. Lógica discursiva em que a Amazônia não é nada mais do que a última página de gênese a ser escrita. Vale destacar que este processo de transformação que impacta a Amazônia, aludido acima por Becker (1990), também muito presente no pensamento crítico de Violeta Refkalefsky Loureiro, sobretudo, em sua obra *A Amazônia no Século XXI – Novas formas de desenvolvimento*⁶² (2009), fez parte de uma estratégia governamental erigida e intensificada nos períodos de 1960, 1970 e 1980, principalmente pelo fato de:

Desde o período colonial aos dias atuais, a Amazônia brasileira esteve inserida de modo desfavorável no mundo ocidental, ocupando a condição de um simples *locus* privilegiado de exploração de matérias-primas de toda ordem – de gente a produtos naturais – e de acumulação de riquezas pelos países centrais. (Loureiro, 2009, p. 34).

⁶² No prefácio desta obra de Violeta Refkalefsky Loureiro, o pensador Boaventura de Sousa Santos enfatiza que a pesquisadora Violeta Refkalefsky Loureiro não reduz a realidade, assim como não se conforma com o *status quo* imposto na Amazônia, que segundo ele, tem se transformado num teatro de violências abissais e que toda a obra daquela pesquisadora é uma das possibilidades de repensar as Amazônias a partir de uma ecologia de saberes amazônicos, que não silencia e nem violenta os saberes subalternizados, populares, dos ribeirinhos, dos indígenas, dos caboclos, dos negros, entre outros. Ou seja, configura-se como territorialidades de enunciações.

Na maioria das vezes as dinâmicas de espoliação e ‘cobiça’ sustentaram-se com o aval e apoio direto do Governo Federal e seu intento de implantar, a qualquer custo, nas Amazônias, uma política falaciosa de desenvolvimento. Esse apoio perpassou por mecanismos como a isenção de impostos, incentivos fiscais, a abertura de rodovias, implantação de usinas hidrelétricas para a geração de energia para os grandes empreendimentos que estavam sendo implantados em algumas regiões das Amazônias, criação de órgãos e projetos que facilitaram, incentivaram e promoveram, de maneira desordenada, violenta e desenfreada, a ocupação e a espoliação de parte do território amazônico, relação exógena e o silenciamento dos pensamentos e ações que emergem dentro do *mundíamazonividência*. Uma das provas cabais, nas décadas de 1960 e 1970, foi a doutrina de segurança nacional implantada na Amazônia durante a ditadura civil-militar.

Ainda voltando às interrogações formuladas, faz-se necessário ressaltar que elas envolvem várias questões, motivadas, em sua maioria pela sanha a que Arthur Cezar Ferreira Reis (1968), ainda no início da década de 1960, cunhou de *cobiça internacional*⁶³. Essa cobiça está movida tanto pelo capital internacional quanto o nacional ou mesmo por meio de aportes governamentais com a finalidade fazer das Amazônias uma fronteira de exploração econômica. Nesse sentido, a primeira dessas questões é o interesse econômico, inicialmente, legado pela noção de Amazônia como *eldorado*⁶⁴, e mais tarde como espaço a ser ocupado, de qualquer maneira, por

⁶³ Na verdade esta frase é parte do título de uma das obras publicadas por Arthur Cezar Ferreira Reis, em 1960. O título do livro é *A Amazônia e a cobiça internacional*. Nessa obra, o autor traz à tona um amplo debate a respeito da presença problemática do capital nacional e internacional nas Amazônias, exemplificando através dos empreendimentos seringueiros. Por isso, ele mesmo afirma que “a descoberta das seringueiras, ou antes, de seu aproveitamento industrial na Europa e nos Estados Unidos, levou a uma regressão. Porque aquela economia produzida pelo esforço do homem sobre a terra entrou em colapso, verificando-se o grande ‘rush’ da borracha, que absorveu todas as atenções e projetou a Amazônia, é certo, com muito mais intensidade, nos grandes mercados mundiais. A floresta sofreu, então, uma ofensiva em grande escala. Muito mais que a do período colonial.” (Ferreira Reis, 1968, p. 18-19).

⁶⁴ O poeta Ademir Braz em seu livro *Rebanho de Pedras*, publicado em 2003, publica um poema emblemático que tensiona o sentido de *eldorado* imposto a Amazônia, dentro de uma conjuntura histórica, política e econômica. O poema ‘Visagens de Eldorado’ denuncia o episódio histórico que ficou conhecido como Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, na curva do S, na altura da cidade de Eldorado dos Carajás, no Pará. Nesse episódio, os trabalhadores rurais sem-terra haviam ocupado a rodovia BR-155, quando estavam em marcha em direção à capital do estado. Sob as ordens do governo do estado, a Polícia Militar promoveu uma ação violenta que resultou na morte imediata de dezenove trabalhadores rurais sem-terra, no baleamento de outras dezenas de pessoas. No poema,

isso foi considerada e propagandeada, durante a década de 1960, como *uma terra sem homens para homens sem-terra*⁶⁵, incentivando as migrações⁶⁶, as validação e o fortalecimento de várias lógicas de conformação colonial que

Ademir Braz joga com o sentido do termo *eldorado*, fazendo implicar nele tanto a representação geográfica do município de Eldorado dos Carajás, quanto a noção de *eldorado* imposto à Amazônia, enquanto territorialidade repleta de riquezas a serem exploradas. Vejamos umas das estrofes do poema que tensiona a própria semântica da palavra *eldorado*: Que povo é esse que também trucidado em Buriticupu iguais na mesma lida?/ Vem desde longe, Eldorado,/as visagens do tempo-foi:/das terras que desviveram,/ das vidas que desterraram. (Braz, 2003, p. 98). A noção de *Eldorado* faz parte de um conjunto de perspectivas que contribuíram para os processos e projetos colonialistas, e que vai resultar também naquilo que Gondim (2007) vai denominar de *a invenção da Amazônia*. É claro que segundo essa pesquisadora as raízes da *invenção da Amazônia* são mais profundas e complexas. Nesse caso, especificamente, sobre a ideia do *Eldorado* há diversas pesquisas que fazem referência a esta noção, entre as quais as do escritor Márcio Souza que, segundo ele, o *Eldorado* é “uma das lendas mais persistentes e que mais incendiou a imaginação dos conquistadores [...]. País fabuloso, situado em algum lugar do noroeste amazônico, dele se dizia ser tão rico e cheio de tesouros que, segundo a lenda, o chefe da tribo recebia em todo o corpo uma camada de ouro em pó e a seguir se banhava num lago vulcânico.” (Souza, 1994, p. 23). Essa lenda é tão persistente que se torna difícil escrever a respeito das Amazônias e não tocar nesse assunto do mito do *Eldorado*.

⁶⁵ Essa frase na verdade é um dos slogan elaborados durante os primeiros anos do regime civil-militar de 1964, que tinha entre os seus propósitos a ocupação do território amazônico, inicialmente motivado pela suposta internacionalização da Amazônia, a partir de um panorama internacional que abarcava o falacioso projeto em torno do avanço comunista internacional, no contexto também das disputas imperialistas da Guerra Fria (1941 – 1991). Esse e outros slogans como este: “Integrar para não entregar” faziam parte do arcabouço de propagandas em que a Amazônia era um dos centro de debate. Estes slogans implicam em amplas reflexões críticas sobre o que a noção de *territorialidade enunciada*, nesta pesquisa, está problematizando. Conceber as Amazônias como espaço vazio a ser ocupado foi uma das principais estratégias que reverberam até hoje e causam danos irreversíveis, sobretudo, nos modos de violências existentes na Amazônias, como a pistolagem, o desmatamento, o crescimento desordenado em cidade de médio e pequeno porte, a poluição dos rios, os grandes projetos de mineração que geram desigualdades e pouquíssimos retornos ao Estado, e as lutas pela terra. O exemplo é o que vem acontecendo com os povos Yanomamis nesses últimos anos. A intensificação das invasões as suas terras tem provocado um projeto de extermínio e genocídio, resultando em milhares de mortes, inclusive provocadas pela violência/assassinatos, pela fome e pelas doenças, devido a contaminação dos rios e da derrubadas das florestas, feito por invasores que estão garimpando ilegalmente nas terras dos Yanomamis.

⁶⁶ Levando em consideração apenas o período de recorte desta pesquisa – décadas de 1960, 1970 e 1980 – o forte processo de migração para parte das Amazônias é motivado por diversos fatores. Um dos quais a propaganda realizada pelo Governo militar na intenção de ocupar o que eles consideravam como vazio demográfico. Outro fator mais recente e que deve ser considerado é a descoberta de jazidas minerais, entre elas, a de Carajás e o garimpo de Serra Pelada, ambas nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente. Segundo Neto (1986, p. 71): “Foram os nordestinos, na realidade, que deram maior contribuição demográfica à região. Suas migrações para a Amazônia não só atingiram volumes superiores à população anteriormente existente, como proporcionaram condições para um crescimento demográfico sem precedentes.” Um exemplo citado, na região em que resido, é a descoberta do garimpo de Serra Pelada, em 1979, que vai resultar num processo migratório para a região sudeste do Pará, em que, por exemplo, só a cidade de Marabá, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e que constam no livro *História de Marabá*, de Maria Virgínia Bastos de Mattos, saltou em um intervalo de cinco anos de 59.915 habitantes em 1980 para cerca de 140.073 habitantes em 1985.

ainda perduram, um excelente exemplo disso que está nos romances da Tetralogia Amazônia é a presença do coronel de barranco e seus latifúndios, os pressupostos em torno dos falaciosos projetos de desenvolvimento, no pretense estado de subdesenvolvimento que começava a atravessar, de ponta a ponta, o Brasil, principalmente, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, não à toa “a Amazônia fazer-se, nesse contexto de manipulações, uma região marginal” (Nunes, 2022, p. 55).

No período citado - as décadas de 1960, 1970 e 1980 - temos a criação de órgãos que vão contribuir para intensificar, ordenar, supostamente coordenar e dar certo sentido de legalidade ao processo ainda mais acelerado de ocupação/invasão das Amazônias, entre os quais podemos destacar a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, órgão criado em 1953, durante o governo de Getúlio Vargas. Na constituição de 1946, nas disposições gerais, em seu artigo 199, temos uma referência direta ao SPVEA:

Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento de sua renda tributária.

Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal. (Brasil, 2018, p. 93)

Investimentos que na prática nunca aconteceram, tanto por parte do Estado quanto das federações e municípios. No fim da contas a SPVEA acabou sendo substituída, mais de dez anos depois, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. Este órgão legalizado em 1966, com vários objetivos, entre eles o de acelerar integração das Amazônias ao restante do país, por meio de ações ligadas também às lógicas predatórias do capital internacional e nacional. Implicitamente vamos ter o jogo de sentido enviesado na formação de uma identidade homogênea, criando uma falsa dimensão em que entra em voga “uma interpretação convencional da complexidade cultural amazônica” (Castro, 2018, p. 32). E a pior de todas as lógicas centrada na relação direta com a divisão internacional do trabalho e na construção de um

olhar especulativo a partir da noção falaciosa de que a Amazônia era “a última grande fronteira do planeta” (Pinto, 1991, p. 7).

Assim sendo, todas essas perspectivas foram sendo constituídas e sedimentadas, inicialmente, por uma conjuntura internacional advinda desde o período colonial e, que tentou se apropriar dos corpos, das crenças, da força de trabalho, dos saberes, dos territórios, das identidades/identificações, dos imaginários dentro dos tecidos sociais amazônicos, ou seja, de todos os fenômenos que desvelam a intersubjetividade nas Amazônias.

Fazendo uma análise profunda das realidades amazônicas, Loureiro (2009), vai caracterizá-las como sendo parte do *mito do desenvolvimento*⁶⁷, que possuem contornos definidos. Sua ênfase recai no que há de desconexo e problemático entre a noção de desenvolvimento, modernidade e sustentabilidade. Suas dinâmicas centram na absorção das riquezas naturais e na ‘construção’ de uma mão-de-obra que ora possui a forma de pagamento que mal dá para sobreviver, ora é feita da própria relação em que o trabalhador é tornado a algo análogo ao trabalho escravo, com meios e condições análogas à escravidão. Tudo isso em nome da acumulação do capital nacional e internacional. E o mais problemático é que se juntarmos todos os elementos dessas dinâmicas, eles são sempre advindos de uma lógica intrinsecamente exógena. À custa disso, o poeta Paes Loureiro, no poema “Cântico XVIII”, publicado em seu livro *Porantim*⁶⁸, lançado em 1978, pela Editora Civilização Brasileira, denunciou essa relação, utilizando-se da linguagem poética e todo o jogo simbólico que, grosso modo, é aliterado, sinestésico e metonímico, vejamos:

No alto o fruto pende
maduramente aberto
em ventre de folhagens.
Em joelhos e nós

⁶⁷ Ao referendar essa ideia Loureiro (2009) afirma que esse *mito do desenvolvimento* surgiu e ganhou evidência, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial (1939 -1945), enfatizando que nesse período histórico alguns países centrais passaram por um “boom” econômico, melhorando inclusive os padrões de consumo, o que levou os países periféricos a, ilusoriamente, tentar adotar e a seguir os modelos postos em prática pelos países centrais, em busca de um projeto desenvolvimentista.

⁶⁸ Merece enfatizar que *Porantim* (1978) é parte de um conjunto de livros que formam a Trilogia Amazônica, formado também pelas obras *Deslendario*, publicado 1981e *Altar em Chamas*, lançado em 1983, todos pela Editora Civilização Brasileira.

escala dermes e cascas,
 que de bem-perto quer ver
 e que se oferta em delta.
 Aporta perto e espia
 nos lábios labaredas que o engolem
 e dentro desse verde vasto sexo,
 amazonsexo selva riocorrente,
 encontra um olho fixo ocupante. (Paes Loureiro, 1978, p. 68)

Apesar de o poema “Cântico XVIII” ser escrito em homenagem a Macunaíma, que é também personagem no próprio poema, este pode ser considerado um poema-denúncia, principalmente pela sua relação direta com o contexto histórico de uma Amazônia que viu consolidar em seu território a tentativa de silenciamento e o apagamento, incessante, de suas experiências endógenas⁶⁹. Neste caso, as experiências exógenas que foram postas em práticas sempre estiveram “alheias à sua realidade. [...] contribuíram para alterar a realidade social, política e econômica.” (Neto, 1986, p. 13 – 14). Além disso, precisamos não esquecer que essa ‘cobiça’ pautada na ideia de *eldorado* “ou do rincão exótico” (Nunes, 2022, p. 149), por meio da instauração de uma realidade superficial, é sustentada pelas relações de subalternização, explorações, espoliações e dominações. Lógicas que permanecem até o momento sendo colocadas em prática, e que Freitas Pinto (2008), ao fazer uma análise contundente a respeito do pensamento social amazônico, afirma que isso sobreveio quando:

A Amazônia no período colonial viveu experiências históricas que foram determinantes para conferir à região a posição que passaria a ocupar posteriormente na constituição do Estado-nação, e da

⁶⁹ Todos os que contribuíram para isso, inclusive o Estado brasileiro, como vimos, não atentaram-se para alguns detalhes, entre os quais a complexidade das vivências e das experiências no e do mundo amazônico, o que acabou por gerar “um clima de permanente de insurgência cujo palco é a vida cotidiana.” (Castro, 2011, p. 115). A Tetralogia Amazônica, no romance *Verde Vagomundo* (1972), traz-nos um exemplo emblemático dessa ‘insurgência’, através de uma ação realizada pelo personagem Cabra-da-Peste. A ação é em torno de seu sonho de um dia se tornar pirotécnico e também da promessa que este personagem havia feito ao tornar-se pirotécnico. Ele soltaria uma grande quantidade de fogos de artifícios nos nove dias e nas nove noites no Festejo de Santo Antonio, em Alenquer, em homenagem a este santo. Porém, com a chegada de militares na cidade e com abertura de I. P. M - Inquérito Policial Militar para investigar a suposta presença de comunistas na região, aonde até Miguel dos Santos Prazeres, o Cabra-da-Peste, passou a ser investigado pela compra dos fogos, e possivelmente pela proibição da soltura desses fogos. Só que, insurgentemente, o Cabra-da-Peste não queria quebrar sua promessa, e soltou todos os fogos em uma única noite do festejo, desaparecendo em seguida sem deixar rastros e colocando em dúvida a sua sobrevivência diante da tamanha queima de fogos.

identidade nacional. Do ponto de vista do Estado-nação, a participação do Estado foi marcada pela condição a ela atribuída de território distante dominado pela floresta, enorme bacia fluvial e inúmeras populações indígenas, portanto, de exploração e integração econômica e política mais difícil do que as demais parcelas do território nacional. (Freitas Pinto, 2008, p. 227).

Freitas Pinto (2008) aborda pontos fundamentais para que possamos realizar algumas interpretações ligadas diretamente às inquirições que foram formuladas no início desta seção. Esquemáticamente: a distância dos eixos governamentais, o isolamento, a ideia de que as Amazônias são apenas florestas e bacia fluvial, a marginalização dos tecidos sociais, o não tensionamento da complexidade e dos contextos amazônicos, o silenciamento das práticas sociais, ou seja, diretamente da relação complexa e intersubjetiva, a estratificação dos aspectos históricos-sociais e a homogeneização das identidades/identificações, entre outras coisas. Não obstante, é preciso que tenhamos uma consciência de que:

A exploração da natureza e apropriação privada da terra pelo capital implicaram sempre – uma vez que as matas amazônicas sempre foram habitadas – na exploração e na subordinação das populações que nelas habitam. (Loureiro, 2009, p. 43).

O que veremos é que essa exploração e subordinação estão sendo, de certa maneira, tensionadas, interrogadas, problematizadas e borradas dentro do projeto de Amazônias presente nos romances que compõem a Tetralogia Amazônica. Pois, ao mesmo tempo em que encontramos, por exemplo, no romance *Verde Vagomundo* (1972), personagens como Tio Jozico que ajudavam a transformar “frutos, sementes, fibras e látex [...] transformado o leite-sangue-seiva-fruto das árvores. As centenas de milhares de colheitas... O suor, o suor dos escravos; o sangue, a vida e a morte dos caboclos” (Monteiro, 1972, p. 32) em produtos, em nome do latifúndio⁷⁰, há os que, a exemplo de

⁷⁰ No artigo “Migração e mudança ocupacional na fronteira amazônica brasileira: estratégias, trajetórias, conflitos e alternativas”, publicado na obra *Fronteira Amazônica – questões sobre a gestão território*, Berta K. Becker assinala que o latifúndio é uma espécie de empresa e enfatiza que a hegemonia deste empreendimento, especialmente, na Amazônia “repercute de duas formas na organização do mercado do trabalho, implicando duas ordens de contradições: por um lado, não se implanta na região a gama de alternativas de produção e de emprego próprias do sistema capitalista organizado. [...] Por outro lado, as condições de produção vinculadas à hegemonia do latifúndio-empresa demandam forças de trabalho apenas para tarefas

Miguel dos Santos Prazeres, “conhece as matas como bicho e as águas como peixe” (Monteiro, 1972, p. 46) e que ressignificam e aprofundam a compreensão das Amazônias, a partir das experiências histórica-sociais, endógenas, difusas, ambíguas, mutáveis, heterogêneas e atravessadas pela metáfora achugariana do “planeta sem boca”, aberto, díspar, em que a homogeneização simbólica, refratada pelo passado, é convertida “em um lugar a partir do qual se constrói o futuro, mas sem que isso suponha sua restauração e muito menos o seu esquecimento” (Achugar, 2006, p. 88), que nos possibilita - senão romper totalmente, o que é quase impossível - ao menos tensionar a “hierarquização preparada para manter a hegemonia” (Souza, 2014, p. 29). Uma hegemonia que está assinalada na Tetralogia Amazônica, sobretudo, nos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossoauro* (1975) e *A Terceira Margem* (1983), marcada pela presença de personagens que vão trazer à tona o que aqui estamos denominando de territorialidade enunciada, ou seja, textualidades ou elementos que tentaram e tentam homogeneizar as Amazônias, como o caso do coronel de barranco, conforme veremos.

Nesse caso, a noção de territorialidade enunciada abrange a visão estereotipada sobre as Amazônias. Mítica. Infernal. O eterno *Eldorado*. Determinista. Selvagem. Rincão exótico. Sempre desfocadas de suas realidades. Deduzida, ou seja, com sua paisagem histórica e cultural primordialmente apenas especulada e, que segundo Freitas Pinto (2008, p. 225):

É a de um nivelamento por baixo, de uma caracterização das sociedades sem respeito às suas particularidades e diferenças, havendo frequentemente a tendência para a exotização, ou seja, para sua identificação como algo marginal e distante, não apenas geograficamente.

O próprio Freitas Pinto (2008) caracteriza este nivelamento por baixo, como algo assentado em um processo inflexível, em que entra em voga um

determinadas em espaços e períodos de tempo limitados.” (Becker, 1990, p. 92 – 93). Contudo, na região sudeste do Pará, e em outras áreas com grande incidência de latifúndios, as forças de trabalhos foram transformadas em permanentes, ou seja, ilimitados, e o que é pior, na condição de trabalhadores e trabalhadoras análogos a escravidão. Fato que continua mesmo assim demarcado pela contradição apontada por Becker (1990).

conjunto limitado de ideias que opõe, ocidentalmente falando, algumas noções binárias de mundo, entre as quais: civilizado *versus* primitivo ou civilização *versus* barbárie, que para este crítico, nada mais é que “um ponto de vista relativista” (Freitas Pinto, 2008, p. 17). Diríamos mais, enquanto ação, não é apenas relativista, mas acentua, através de determinadas relações de poder, vários modos de violências, que perduram até os nossos dias, de maneira cada vez mais sistêmica. A violência e os processos de extermínios e genocídio dos Yanomamis é um exemplo dessa sistematização. Os assassinatos de lideranças quilombolas, de trabalhadores rurais ou mesmo de ambientalistas como o caso emblemática das mortes de Zé Cláudio⁷¹ e Maria⁷², companheiros assassinados na Praia Alta Piranheira, em maio de 2011, no sudeste do Pará. No caso dos Yanomamis há essa violência – incluindo estupros de crianças indígenas –, o extermínio e o genocídio promovidos e intensificados, nos últimos anos, através da atividade do garimpo ilegal e da falta de política pública de combate a essa prática de exploração das terras desses e de muitos outros povos originários.

Consequentemente, relações de poder e modos de violências que tentaram e tentam cristalizar o modelo uniforme/unívoco de Amazônia. Territorial e humano traduzidos – de e com propósitos - como territorialidade indivisa. Enunciada. Homogênea. Tentativa de cristalização das experiências. Mas, a Amazônia não é mais “um *único* lugar com uma *única* tradução” (Medeiros, 2006, p. 30), mas sim circunscrita como múltipla e com suas territorialidades ligadas à diferença, a ambiguidade, “porque se move, transita, migra, corre, percorre, faz-se e desfaz-se – fazendo-se enfim [...] um movimento de ir e vir” (Medeiros, 2006, p. 31).

À custa disso, a territorialidade enunciada seria essa visão e compreensão de que se estar, assim como o personagem de *Verde Vagomundo* (1972), Major Antônio Medeiros, que afirmou estar perante a “Tudo vasto em planos sucessivos. Tudo vasto. Verde e vasto. Vasto e vento: Vultos. Vulto e ventos. Ventos. TUDO VAGO: vago vazio, vagomundo, vago-espaco.”

⁷¹ José Cláudio Ribeiro.

⁷² Maria do Espírito Santo.

(Monteiro, 1972, p. 17), ou como escreveu o professor de geografia, personagem e um dos narradores do romance *A Terceira Margem* (1983):

Acordamos diante de Alenquer, o barco já encostado no barranco de um igarapé muito estreito. Só mesmo um milagre ou uma promessa poderia justificar a edificação ali de uma cidade. A não ser a igreja, que se destaca pela desproporção e arquitetura, e o longo trapiche, já quase totalmente destruído, o resto são casas enfileiradas, como as que sempre se encontram na beira dos rios e estradas. (Monteiro, 1983, p. 50).

No entanto, antes de passarmos para uma interpretação do elemento que ajuda-nos a pensarmos a noção territorialidade anunciada nas narrativas, faz-se necessário, novamente, trazer a lume uma definição da ideia de Estado-nação, conceito presente na autobiografia de Benedicto Monteiro intitulada *Transtempo* (1993). Neste livro, Benedicto vai escrever uma síntese do conceito de pátria. Aliás, como contraponto, ele traz, na verdade, duas sínteses dessa definição. A primeira é a ideia convencional atrelada ao território, ao povo, à cultura e também à política, quase unívoca ou dotada de uma unidade, totalmente homogênea. A segunda é a formulação de seu próprio conceito de pátria, ou seja, de Estado-nação que, querendo ou não, tensiona a noção convencional aludida na primeira noção abordada por ele, vejamos:

A pátria, como dizem as definições, é o território, o povo, a cultura e a política. Todos os elementos formadores da pátria estão dentro da geografia. A pátria é também uma reunião de conceitos e preconceitos contidos num território formado e conformado pelas regras gerais do mundo. A minha pátria, portanto, não é a pátria definida e convencionalizada pelos manuais de moral e civismo. (Monteiro, 1993, p. 167).

Ao criticar abertamente o convencionalizado conceito de pátria e elaborar sua própria noção dessa noção ambígua, o escritor e advogado Benedicto Monteiro contribui para colocar em tensão os processos, projetos, programas, objetivos e a incorporação das Amazônias aos ditames da economia e do capital nacional e internacional, e de maneira intrínseca a divisão internacional do trabalho, estruturas e conjunturas que foram ordenadas no ideário falacioso, por exemplo, das chamadas *integração nacional* e a segurança nacional, isso devido ao fato de que:

A ideia de região pressupõe a ideia de coerência. De coerência física e geográfica, senão, igualmente, social e cultural. Quando se fala em Amazônia, vem à mente essa imagem de uma região coerente – física e socialmente. O senso comum apresentava, até há pouco tempo, o espaço amazônico como um verde vazio de homens, marcado pela monotonia da vida natural e pela ausência de conflitos. (Castro, 2018, p. 22).

A problemática em torno dessa coerência física, geográfica, social, cultural e identitária/identificação, construída discursiva, semântica e, pragmaticamente, é, desde o período colonial, parte do que aqui estamos denominando de territorialidade enunciada, visto que:

Na verdade, a Amazônia jamais foi o espaço regular e coerente que é descrito pelo senso comum brasileiro, nem para representar a floresta harmoniosa, nem para representar o “o processo de destruição”. (Castro, 2018, p. 22).

Além disso, as Amazônias são compreendidas apenas como uma selva, com o seu *inferno verde*⁷³, ou *vago vazio* a ser ocupado. Pois, é preciso compreender que “os traços da Amazônia colonial permanecem nos sistemas de representação que vêm se reelaborando até o presente” (Freitas Pinto, 2008, p. 227) e que, muitas vezes, estão inseridos ou acontecendo nas relações sociais de maneira indiscriminada e noutras ações imperceptíveis. No caso notadamente da Tetralogia Amazônica, esses traços estão presentes nas falas e ações de alguns personagens, nas concepções de Amazônias, nas relações com os espaços físicos, na presença de alguns dos grandes projetos elaborados e colocados em prática pelo Governo Federal como, por exemplo, a construção das rodovias Transamazônicas e Perimetral Norte, o Poloamazônia, os projetos Jari, Carajás, Albrás e Alunorte e, antes destes, a chamada ‘Marcha para Oeste’, entre outros fatores e projetos, marcados pela concepção enunciada de uma Amazônia com “seus imensos espaços vazios, pela grande

⁷³ A referência utilizada aqui em relação ao *Inferno Verde* está ligada diretamente ao livro de contos com esse mesmo título, de autoria do escritor Alberto Rangel, que além de escritor foi diretor geral de terra e colonização na Amazônia e mais tarde exerceu a função de diplomata. A obra *Inferno Verde* é formada por onze contos, e foi publicado em 1908, sendo o livro de estreia de Alberto Rangel. É importante frisar que há outros livros com esse mesmo título, um exemplo, é o romance *Inferno Verde*, de Orlando Sabka e também o romance com esse mesmo título de autoria de Gladston Mamede.

extensão de seu território e pela imensa quantidade de recursos naturais” (Monteiro, 1983, p. 9).

Dentro da acepção adotada nesta pesquisa, a respeito da territorialidade enunciada, o processo interpretativo inicial parte dos títulos dos quatro romances que compõem o conjunto de narrativas, visto que, nos títulos dos romances, já é possível perceber o tensionamento e a problemática de Amazônia enquanto territorialidade enunciada e também de enunciações. Pois neles, é possível atinar para a relação dialógica implicada nestas duas acepções. Nesse caso, dois dos títulos apontam diretamente para o espaço geográfico/físico das Amazônias que são eles: *Verde Vagomundo* (1972) e *A Terceira Margem* (1983). Os outros dois títulos retratam o ser amazônida na condição primeira de impreciso. Difuso. Mutável. Díspar. Aberto. Tipificado dentro do mundo amazônico - *O Minossauro* (1975) e *Aquele Um* (1985).

Aparentemente, *Verde Vagomundo* (1972) é o título que mais se aproxima da noção de territorialidade enunciada porque assinala tanto as implicações discursivas, as relações de poder e a interpretação estereotipada da Amazônia quanto o espaço físico que foi concebido como sendo ‘vago’ e ‘verde’, dentro da lógica que o geógrafo, Antônio Rocha Penteado, citado por Batista (1976), vai denominar de ‘potencial de espaço’ e de ‘vazio demográfico’ a ser ocupado. De uma Amazônia, permanentemente, em suposto descompasso ao que foi considerado como o “processo civilizatório brasileiro” (Ferreira Reis, 1976, p. 21). Contudo, é a palavra ‘mundo’, no fim do título, que tensiona e problematiza a compreensão histórica dessa mesma Amazônia. A imprecisão da palavra *mundo*, compondo o título do romance, amplia os sentidos, fazendo com que a imposição de ‘vago’ e ‘verde’ não seja mais “a vaga imagem de um simples pensamento” (Monteiro, 1972, p. 14). Não seja mais aquilo que, de maneira trivial, sentiu o Major Antônio Medeiros – personagem e narrador de *Verde Vagomundo* (1972) - ao voltar a sua terra natal com o único intuito de vender as terras herdadas de seu falecido pai. Vejamos:

Como era verão e noite, o barranco do rio onde tínhamos encostado, me dava a nítida sensação de que estávamos num buraco. Só depois que me acostumei ao escuro foi que eu pude divisar ao longe: a alta e

longa ponte. Era uma ponte suspensa entre o céu e a terra. Parecia pendurada num negro infinito. (Monteiro, 1972, p. 14).

Não se trata apenas aqui de uma questão sinestésica. Da percepção de estar diante do 'vazio'. Do escuro. Do buraco. Do longe. Do infinito. De estar próximo ao que aparentemente se mantém suspenso entre o céu e a terra. De um *verde vagonado*, mas da situação cujo efeito pragmático é complexo e perpassa quase sempre pela apreensão e refração de territorialidade enunciada. Da falácia abstrata de realidades que não se conhece. Do estereótipo. Da tentativa de apagamento do *mundiamazonividência*.

Um dado curioso é que o Major Antônio Medeiros, que em *Verde Vagonado* (1972) é o *narrador-escritor-compiler* - para voltarmos a usarmos aqui a terminologia cunhada por Nascimento (2007) – é um dos “narradores urbanos” (Pachêco de Souza, 2020, p. 59) da Tetralogia que nasceu na Amazônia e um dos que mais fazem reverberar a visão de territorialidade enunciada, distorcida e estereotipada das Amazônias. Tudo indica que seu processo de assimilação, em relação ao mundo amazônico, surgiu do movimento da condição endógena para a exógena. Do contato com saberes supostamente hegemônicos e que sempre compreenderam as Amazônias como algo exótico, o *locus* da selvageria, da indolência e da barbárie.

Percebe-se que o movimento em torno da noção de territorialidade enunciada é basicamente exógeno. Sua ação seja discursiva, histórica, social, cultural, política e econômica dá-se, quase sempre, pelo lado de fora das realidades amazônicas, elaborando outras realidades que são sempre abstratas, superficiais, homogêneas, estereotipadas, partindo de um imaginário que elaborou e continua elaborando realidades disformes das realidades amazônicas. Além disso, é velada, demarcada como movimento que tenta suprimir as diferenças das Amazônias, ignorando que elas já são “uma manifestação de amplidão, em si mesmas” (Cecim, 2010, p. 80). No entanto, é dessa amplidão de si mesma, evoluindo-se, que emerge a noção de territorialidades de enunciações. Contudo, para compreendermos melhor a noção de territorialidade enunciada isolamos dentro da Tetralogia um elemento

para exemplificar melhor, que é o coronel de barranco e a sua simbologia, conforme veremos na subseção seguinte.

5.1. A simbologia do coronel de barranco, as formas de poder colonial nas Amazônias e a representação da territorialidade enunciada.

Na Tetralogia Amazônica, há elementos indispensáveis que ajudam-nos a interpretar como as Amazônias foram sendo imaginadas e consideradas partes do escopo discursivo que implicou a homogeneização e trivialidade, ou seja, compreendidas como lugar unívoco, como espacialidade delimitada a partir da ideia binária de mundo, como territorialidade enunciada. Dentre estes elementos, podemos destacar, por exemplo, os diversos vocábulos, nas narrativas monterianas, utilizados para renomear as Amazônias que, em sua maioria, apontam para as noções obsessivas de Amazônia como espaço selvagem, infernal, vazio/vago ou mitológico. Exemplificando, em *Verde Vagomundo* (1972), encontramos palavras como: *oco do mundo*; *vácuo*; *vago vazio* e *vagomundo*. N´O *Minossauro* (1975), deparamo-nos com caracterizações estereotipadas como: *selva amazônica*, *terrível fim do mundo*, *inferno verde*, *selva-verde* e *terra-labiríntica*, enquanto no romance *A terceira margem* (1983), as Amazônias aparecem, em parte, caracterizadas como: *o deserto verde*, *o inferno verde*, *o paraíso verde*, *o eldorado*, *o celeiro do Mundo*, *o laboratório vivo*, entre outras caracterizações.

Além do elemento vocabular citado, outro é bastante complexo, representado pela figura do coronel de barranco e a sua forma ambígua centrada diretamente em uma relação política de poder/controle e dependência, abarcada por aquilo que Maffesoli (2005) denomina de *drama do político*. Drama que perpassa pela intrínseca relação entre o social e o Estado, pois, temos assim “de um lado, o social, sua vitalidade, sua desordem fundadora, em suma, a sociedade <<sem qualidades>>; de outro, o Estado, sob as suas diversas modulações, sua ordem mortífera e sua razão monovalente.” (Maffesoli, 2005, pág. 26).

Portanto, a figura do coronel de barranco contribui para que possamos refletirmos a respeito da ideia central de Amazônia como territorialidade enunciada. Maiormente, envolvendo a conjuntura da colonialidade, aonde “se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber e do ser” (Ballestrin,

2013, p. 95). Dimensões que abarcam a tentativa de controle, enquanto fenômeno sistêmico, de pelo menos três coisas: os territórios, os corpos e os saberes. Reproduzindo problemáticas alicerçadas a partir de “seu imaginário e sua força ideológica” (Mignolo, 2020, p. 28).

Partindo da origem histórica e do princípio etimológico do nome coronel de barranco, é preciso compreender que essa alcunha está, antes de tudo, atrelada, pelo menos, a dois fatores específicos: a riqueza / o poderio econômico e a terra. Sendo que ambos lhes conferiram determinados *status* e muito prestígio local, regidos na maioria dos casos por um tipo de arbitrariedades envolvendo não só os sistemas produtivos, mas as ações políticas, mesmo que apenas desempenhando papéis, muitas vezes, de cabos eleitorais, reforçando a lógica do tão conhecido sistema de voto de cabresto, à custa também de seus favores e interesses, maiormente, no sistema de dependência e concentração de poder.

Vale enfatizar que o vocábulo barranco vem da relação direta com a terra, mas que, no caso das Amazônias, os coronéis receberam outros nomes, entre eles: coronel de beira de rio, de roça, coronel-cacaulista ou coronel-seringalista. Isso porque, segundo Benchimol (2009, p. 162), “quase todos eram seringalistas que dominavam os rios de borracha, como donos de seringais, castanhais, fazendas e propriedades rurais”, formando tecidos sociais em que seus espaços de controles estão intimamente ligados ao latifúndio, ao sistema oligárquico, com suas estruturas arcaicas, tal qual Chiquinho, alcunha do pai do *narrador-escritor-compiler* Antônio Medeiros.

Além disso, o coronel mantinha uma relação direta com o poder regional, estadual e, por vezes, nacional. Principalmente, porque com esse ‘cargo’, ele desempenhava um papel preponderante na representação do que foi sendo considerado, ao longo do tempo, uma autoridade local e isso se deve, em parte, ao fato de que o posto de coronel permaneceu ligado, durante muitos anos, à Guarda Nacional⁷⁴. Mas, a condição de mandatário local estava

⁷⁴ A Guarda Nacional foi criada em 18 de agosto de 1831, durante o período regencial. No bojo de suas ações, estavam as destinadas a salvaguardar a chamada ‘ordem pública’, além disso, contribuir diretamente na defesa da constituição brasileira e, principalmente, destinada a contribuir com a integridade nacional. Isso porque nesse mesmo período estavam ocorrendo no país vários levantes populares, em diversas regiões brasileiras, incluindo os atuais estados do Pará, Maranhão, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul que, em sua maioria, colocavam, entre outras coisas, o debate em torno do poder centralizador, autoritário e os desmandos dos

também interligada ao processo de isolamento das regiões e isso foi um dos elementos chaves que contribuiu para o fortalecimento

de seu poder regional, atuando muitas vezes como “representante” desses políticos, que não precisavam, desse modo, frequentar lugares distantes aos quais só se chegava por estradas precárias ou por longas horas de viagens de barco ou de trem. (Galvão, 2018, p. 75).

Contudo, vale enfatizar que toda essa relação de poderio local permaneceu regida pelo que Leal (2012) denominou de uma espécie de autonomia *legal* e, ao mesmo tempo, *extralegal*. Pois, para Leal (2012, p. 69), “é justamente nessa autonomia extralegal que consiste a carta branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do *coronelismo*⁷⁵”. Ao que segundo Fortunato (2000, p. 02),

o conceito de coronelismo e a imagem do coronel, criados para designar o domínio do “poder local” pelas elites políticas brasileiras e legitimados, continuamente, como um saber dominante e imutável, adquiriram positividade que perpassa os diversos discursos sobre o exercício do “poder local” no Brasil.

Historicamente, esses mandatários locais tiveram seus poderes garantidos e consolidados através da escravização, iniciada no Brasil por volta de meados do século XVI, e que mais tarde estariam definitivamente solidificados no jogo de interesses desses coronéis sobre as camadas pobres e livres. De certa maneira, essa é hoje a base do ideário dos tecidos sociais remanescentes dos coronéis de barranco no país.

Nas obras, *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Victor Nunes Leal, *O coronelismo na literatura: espaços de poder*, de André Luís Machado Galvão, e *Amazônia - formação social e cultural*, de Samuel Benchimol, encontramos definições precisas e os processos históricos que definiram determinadas patentes oficiais no Brasil. A

regentes.

⁷⁵ Leal (2012), enfatiza ainda que o poder dos coronéis possui uma espécie de habitat natural, atrelado ao cenário do governo local, ao município predominantemente rurais, e que esse fenômeno de isolamento é imprescindível a manutenção do poder.

maioria eram obtidas diretamente por meio de compra, enquanto outras eram concedidas, entre as quais a de coronel, conforme podemos verificar:

O reconhecimento final desse status era feito pela Guarda Nacional, que concedia e vendia patentes de oficiais aos líderes e pessoas importantes. A mais almejada era a de coronel da Guarda Nacional. Os seringalistas, mediante ação política, recebiam essa patente por merecimento, ou a compravam como forma de impor respeito, admiração e disciplina. Tal como os títulos de nobreza, no tempo da monarquia, ou títulos de comendador para os aviadores portugueses, a patente de coronel era um predicado de alto valor e prestígio para os seringalistas nordestinos.

Desse modo, eles passaram a ser conhecidos por coronéis antes dos prenomes e nomes de família. (Benchimol, 2009, p. 162).

Para Leal (2012, p. 45-46)

Dentro da esfera própria de influência, o “coronel” como que resume em sua pessoa, sem substituí-las, importantes instituições sociais. Exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes, compondo rixas e desavenças e proferindo, às vezes, verdadeiros arbitramentos, que os interessados respeitam. Também se enfeixam em suas mãos, com ou sem caráter oficial, extensas funções policiais, de que frequentemente se desincumbe com a sua pura ascendência social, mas que eventualmente pode tornar efetivas com o auxílio de empregados, agregados ou capangas

Toda essa situação perpassa basicamente pela relação direta entre a terra, o coronel e as camadas mais pobres, ou como postulou Fanon (2022) os *condenados da terra*.

O filólogo, crítico literário e historiador, Basílio de Magalhães, escreveu um texto a respeito da origem do termo “coronelismo” e a noção de coronel que remontam ao início do período colonial e que, segundo ele, foi “introduzido desde muito, em nossa língua, com acepção particular que resultou no fato de ser registrado como brasileirismo nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico” (Magalhães, 2012, p. 241). Nesse texto, que foi publicado como anexo no livro *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*, de Victor Nunes Leal, Basílio de Magalhães ressalta que o vocábulo “coronelismo” deve sua origem ao fato de:

Sentido translato aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser

dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado.

[...]

Durante quase um século, em cada um dos nossos municípios, existia um regimento da Guarda Nacional. O posto de "coronel" era geralmente concedido ao chefe político da comuna. Ele e os outros oficiais, uma vez inteirados das respectivas nomeações, tratavam logo de obter as patentes, pagando-lhes os emolumentos e averbações para que pudessem elas produzir os seus efeitos legais. (Magalhães, 2012, p. 241).

O que para Leal (2012) resultou em uma ligação indissolúvel entre o coronel/coronelismo e a organização policial⁷⁶ ligado, principalmente, às relações de poder desempenhadas pelos coronéis como mandatários locais; as suas influências; articulações políticas endógenas e exógenas; o seu poderio econômico e a relação direta com a terra que “exerce, por exemplo, uma ampla jurisdição sobre seus dependentes” (Leal, 2012, p. 45), e também a falta de autonomia dos municípios e, por vezes, dos estados. Nesse caso, poder e disputas como face de uma mesma moeda. O poder como forma social marcado por negociações, mutável como veremos, e que, no fim das contas, recorre aos vários modos de violências.

Entre os mecanismos imprescindíveis para entendermos a configuração intersubjetiva do coronel de barranco, podemos citar as seguintes: nunca separá-lo da noção de poder totalmente arbitrário; enxergá-lo, na maioria dos casos, como categoria que tem suas práticas sociais estruturadas a partir de procedimentos coloniais/colonizador, ou seja, subjugador; a temporalidade história de suas ações parece sempre está ligada ao passado, embora suas ações são sempre presentificadas; as formas de compreensão de mundo estão conjecturadas pela retórica de riqueza. Contudo, para Samuel Benchimol, o coronel de barranco desempenhava diversos papeis na sociedade, todos ligados a diversos tipos de poder, vejamos:

⁷⁶ Nesse caso, voltamos a repetir que essa ligação deve-se à relação intrínseca do posto de Coronel com a Guarda Nacional. No entanto, apesar de haver o que Leal (2012) denomina de fragmentação de uma hegemonia social exercida pelos coronéis, há razões que os aproximam e uma das que considero mais preponderante está profundamente atrelada ao exercício de poder que os coronéis possuíam e que se ramificou, principalmente, no processo eleitoral e na manutenção do poder político no Brasil até os nossos dias. Bons exemplos disso estão da política paraense mais recente com os Barbalhos, os Ten Catens, os Mutrans e os Chamons, no Maranhão, os Sarneis, no Acre, os Melos e os Bestenes, em Roraima, os Guerras e os Campos, em Goiás, os Caiados e uma infinidade de clãs familiares espelhados no país inteiro, perpetuando-se no poder e que estão, embora não pareça, ligadas aos coronéis.

Convidar padres para o batismo das crianças, fazer casamentos e enterros; resolver brigas, evitar emboscadas, combater invasões de seringais vizinhos, justicar criminosos, seringueiros fujões, estabelecer vínculo de compadres e afilhados, disciplinar e distribuir justiça, quando necessário, apoiar políticos durante as eleições nos municípios e no Estado, por meio de candidatos previamente escolhidos e eleitos sob conchavos e acordos. Todas estas funções davam, sem dúvida, grande prestígio aos seringalistas e faziam crescer a sua importância como líderes e dirigentes dessas comunidades.

[...]

O título impunha respeito e conferia autoridade ao seu titular e, destarte, o interior da Amazônia foi sendo dominado por coronéis, a princípio com legítimas patentes da Guarda Nacional, e depois, mesmo sem título, tornou-se costumeiro agregar ao nome dos proprietários dos barracões esse atributo e honraria. (Benchimol, 2009, p. 161-162).

Diante de todas as atividades sociais, culturais, econômicas e políticas desempenhadas pelo coronel de barranco é necessário fazermos o seguinte questionamento: em grande medida, o coronel de barranco representaria uma espécie de síntese do processo colonial?

Se a resposta for, preponderantemente, *não ou talvez*, precisa-se levar em consideração, pelo menos que o coronel de barranco é uma extensão histórica do colonialismo⁷⁷. Considerando também que a colonização provocou, de imediato, aquilo que Sabato (2003) considera como uma dupla fratura, abrangendo o tempo e o espaço e compreendendo que “o regime colonial cristalizou circuitos” (Fanon, 2022, p. 95). Nesse caso, a cristalização de circuitos coloniais incorpora as estruturas e os sistemas de violências caracterizados como patriarcais, machistas, racistas, subalternizadores, paternalistas, atrelado à subjugação dos saberes, ao compadrio, entre outros modos de violências. São, a grosso modo, “instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade” (Mbembe, 2018, p.68).

Leal (2012, p. 43-44), afirma que:

O “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes de uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo

⁷⁷ Franz Fanon (2022) traz uma reflexão imprescindível a respeito do colonialismo, afirmando que este não possui nenhuma dúvida da solidez de seu sistema, pois “Não se sente fundamentalmente em perigo” (Fanon, 2022, p. 125).

e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Contudo, aparentemente, abrangendo essas duas relações – poder privado e estrutura econômica – o coronel de barranco não pode ser interpretado meramente como algo redutível em si mesmo e em estrutura social homogênea, pois há nele características mais amplas, ou seja, irreduzíveis por possuir identidades/identificações múltiplas, contraditórias, ambíguas, multifacetadas, colocando em xeque a problemática que o compreende apenas dentro “de uma visão monolítica” (Barros, 1991, p. 47). Visto que, há uma certa diversidade no próprio coronelismo, pois suas formas sociais não possuem uma especificidade no modo de ser. Isso implica afirmar que ele pode ser considerado um fenômeno ambíguo. Os padrões dos coronelatos diferem tanto histórico quanto localmente. Principalmente porque as disputas pelo poder são evidentes dentro de sua categoria, e que por vezes, as diferem. À guisa de exemplificação há vários estudos críticos, inclusive alguns citados aqui, e também romances que mostram o fenômeno do poder multifacetado dos coronéis. Os romances *Os cabras do Coronel*, *O reduto* e *Remanso da Valentia*, de Wilson Martins, e publicados respectivamente, em 1964, 1965 e 1967, e que formam a ‘trilogia do coronelismo, traz um panorama das múltiplas características das relações de poder dos coronéis. Esses romances possibilitam “maior compreensão da estrutura arcaica que sustenta as desigualdades do país, escancarada, dia a dia, nos escândalos da corrupção, da violência e do descaso com a população vulnerável” (Chiossi, 2018, p. 12).

Embora, em sua atuação sócio-histórica, ele esteja aqui sendo encarado como parte imprescindível das lógicas coloniais perpetradas dentro das Amazônias, maiormente, em sua relação direta com o poder político e econômico, a sua figura representa relações de poder contraditórios, e a sua ligação com a terra são os “símbolos da poderosa engrenagem latifundiária” (Candido, 2017, p. 41). Além de tudo, aludindo que o resultado disso é que o sistema coronelista:

É, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é

possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda não visíveis no interior do Brasil. (Leal, 2012, p. 44).

Se Fanon (2022) tivesse voltado seu olhar crítico para os papéis sociais desempenhados pelos coronéis de barrancos, possivelmente os consideraria tais quais considerou as ações sindicais dentro do surgimento do contexto nacionalista, frente às lutas de libertação colonial e as massas urbanas, compreendendo-os como pequenas ilhas envoltas às relações de poder no contexto colonial e capazes de adotarem “posições cada vez mais políticas” (Fanon, 2022, p. 119), embora, com mecanismos sempre abarcados pela velha política estratificada pela colonização, grosso modo, anacrônica, fortalecendo relações sociais hierarquizadas.

Nesse caso, os coronéis de barrancos representam parte dos elos de forças coercitivas do colonialismo e reforçam suas ações de dentro das querelas coloniais. Por um lado, eles possuem uma condição alegórica, para usarmos aqui uma noção problematizada por Cecim (2020). Pode-se, então, afirmar que em sua dimensão alegórica o coronel de barranco sustenta o poder arcaico? Em tese sim, se consideramos que a noção de alegoria mantém relações de disseminação do medo, da fantasia, do mito, da abertura as invenções, ao abstrato, a coerção e assenta suas bases ideológicas como se estivesse sempre contrafeita as realidades. Logo, as forças de dominações alegóricas são reconciliações perenes do sistema de ligação dos próprios coronéis com o colonialismo, ou como escreveu Sobrinho (2012, p. 37):

Recebidas de graça, como uma condecoração, acompanhadas de ônus efetivo, ou adquiridas por força de donativos ajustados, as patentes traduziam prestígio real, intercaladas numa estrutura social profundamente hierarquizada como a que costuma corresponder às sociedades organizadas sobre as bases do escravismo. No fundo, estaria o nosso velho conhecido, o latifúndio, com os seus limites e o seu poder inevitável.

Como exemplo histórico, podemos afirmar que, nas relações de poder, o coronel de barranco cumpre, de certa maneira, “um enquadramento mais coercitivo do destino do país” (Fanon, 2022, p. 139), sobretudo, à custa de seu interesse econômico. Assim, as condições econômicas e poder são elos imprescindíveis à vida do coronel de barranco. De qualquer forma, são esses

dois elementos que estão entrelaçados ou perpassam pelo aparelhamento ideológico da máquina colonialista e, de maneira indireta, o processo de dependência que às vezes está menos explícito.

Conforme ressaltado, a representação do coronelismo está fortemente presente nas ficções brasileiras, principalmente em vários romances das primeiras décadas do século XX e em obras de escritores como Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dias Gomes e um dos casos mais complexos é o que abrange parte da obra de José Lins do Rego, sobretudo, em seus romances: *Meninos de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Usina* (1936), e *Fogo Morto* (1943). Parte dessas narrativas foram consideradas pelo próprio José Lins do Rego como romances que compõem o Ciclo da cana-de-açúcar, e trouxeram em boa medida dentro de seus enredos o panorama da atuação histórica do coronelato, considerando, antes de qualquer coisas,

uma imagem do coronel que caracteriza uma particular concepção de lei e de norma. No código cultural do coronel, a lei tem a função de satisfazer suas ambições e seus objetivos pessoais. Nas relações entre os coronéis e seus correligionários, assim como nas relações entre os coronéis e os poderes estadual e federal, as alianças e rupturas se dão de acordo com as conveniências e os interesses pessoais (Fortunato, 2000, p. 179-180).

No caso especificamente das Amazônias, a figura do coronel de barranco está presente em várias narrativas, entres as quais, podemos destacar: *Seringal* (1972), de Miguel Jeronymo Ferrante, *Terra Caída* (1961), de José de Potyguara, *Galvez – Imperador do Acre* (1976), de Márcio Souza, *Coronel Sangrado* (1877), de Inglês de Sousa, que integram a trilogia *Cenas da Vida do Amazonas* juntamente com os livros *O Calculista* e *a História de um Pescador*, ambos publicados em 1876, e, por fim, o romance *Coronel de Barranco* (1970), de Cláudio de Araújo Lima. Essas narrativas delineiam um amplo painel daquilo que vem atualmente sendo denominado de *Brasil profundo*. Contribuem para refratar as relações sócio-históricas, incluindo uma severa crítica aos sistemas produtivos de poder, o jogo de interesse em relação a ocupação do território amazônico e da divisão internacional do trabalho, que atravessaram explicitamente os séculos XVIII até os dias atuais.

Dois dos citados romances são imprescindíveis para que possamos compreender os arquétipos de coronéis de barrancos nas Amazônias. O

primeiro deles é o *Coronel Sangrado* (1877), de Inglês de Sousa, que aborda, em seu enredo, as relações de poder, de desmandos e de interesses políticos, no sistema que perpassa diretamente pela questão da dominação e da dependência, ao mesmo tempo. É como se na elaboração dos modos de violências e de poder os coronéis tivessem a consciência de que “matar requer a aproximação extrema com o corpo do inimigo” (Mbembe, 2018, p. 64), ‘inimigo’ inventado por ele mesmo.

A história ficcional do romance *Coronel Sangrado* (1877) se passa em Óbidos e, indiretamente, Belém e Paraná-Mirim, no Pará, por volta do ano de 1870, e que tem como um dos protagonistas o tenente-coronel Severino de Paiva Prestes, apelidado simplesmente de Coronel Sangrado⁷⁸ e que era:

possuidor de um bom cacau na costa fronteira, nas proximidades do Igarapé de Alenquer, tratado de meias pelo português Gonçalo Bastos, e de algumas casas na cidade, além de uma pequena fazenda de gado que tinha no lugar *Maria Pia*, a que ele chamava *Ilha d’Elba*. (Sousa, 2009, p.15).

Logo no início da narrativa, há uma breve explicação do narrador mostrando por que Severino de Paiva Prestes recebera o cargo de tenente-coronel. Vejamos:

Tal era o homem na guarda nacional e nas eleições. Quando se tratava de levar votantes  urna, Severino de Paiva era o mesmo comandante de batalhão despótico e malcriado, cheio de iras e de arrotos de importância. Vinha isso de entender ele que em política partidária deviam reger as mesmas leis de disciplina militar que queria fazer prevalecer para a guarda nacional. Para ele, guarda era sinnimo de votante, e estava intimamente convencido de que se o governo lhe confiara o penacho de tenente-coronel comandante, fora para alinhar os votantes como alinhava os soldados, para fazer descarregar cédulas na urna como fazia descarregar as velhas e enferrujadas espingardas dos seus subordinados. O governo, no entender de Severino de Paiva, era uma entidade superior, infalível e toda poderosa que distribuía patentes e arrecadava votos. (Sousa, 2009, p. 14).

⁷⁸ O motivo do apelido deve-se a uma terceira mania que Severino de Paiva Prestes possui – além da guarda nacional e das eleições – mantm interesse pela homeopatia, especialmente por receber sangrias. O apelido foi atribuído a ele pelo médico Benevides, peruano que se estabeleceu na região do Amazonas. A alcunha dada pelo médico foi tenente-coronel Sangrado e que, de maneira abreviada, Severino de Paiva Prestes foi ficando conhecido apenas por Coronel Sangrado.

O romance *Coronel Sangrado* (1877) trata diretamente das relações de poder, marcadas por influências, e indiretamente pela lógica da dependência que, querendo ou não, faz parte da lógica coronelista. No meio de tudo isso, está o personagem de nome Miguel de Faria, que contribuí para evidenciar ainda mais a figura do coronel de barranco. Miguel que retorna a Óbidos e torna-se uma espécie de protegido do Coronel Sangrado, sobretudo às custas de uma dupla vingança contra o tenente Ribeiro. A vingança do próprio Miguel e a do Coronel Severino de Paiva Prestes contra Ribeiro: outro mandatário local. De certa maneira, isso evidencia que “o contexto sócio-político do coronelismo pressupõe constantes disputas entre várias instâncias de poder na sociedade: os coronéis, a Justiça e a política. (Galvão, 2018, p. 17). Instâncias essas que acabam por colar em evidência também a relação de controle e dependência dos próprios coronéis de barrancos.

Outros dados interessantes do livro *Coronel Sangrado* (1877) são as duas histórias de amor presentes no enredo. A primeira delas é a de Miguel por Rita e a segunda a de Mariquinha, filha do Coronel Sangrado, por Miguel. São elas que marcam profundamente a vida e a morte de Severino de Paiva Prestes. Embora, seja preciso ressaltar que “a guarda nacional e as eleições eram duas coisas que mais o preocupavam e que tinham o poder de mudá-lo completamente, transformar-lhe o caráter e lhe alterar profundamente os sentimentos” (Sousa, 2009, p. 15).

Já em o *Coronel de Barranco*, romance de autoria de Cláudio de Araújo Lima, publicado em 1970, pela Editora Civilização Brasileira, através da coleção ‘Vera Cruz’, deixa ainda mais evidente quase todos os aspectos sócio-históricos da figura do coronel de barranco, citados nesta subseção. A começar pela capa do romance, em uma breve análise semiótica e discursiva, vemos que a composição imagética da capa do livro está dividida, predominantemente, em duas paletas de cores dialogando claramente com a narrativa e, provavelmente, deva ter sido inspirada nesta passagem da obra:

Vaidoso, convicto da sua importância [...], bem engomado, o dente de ouro sempre à mostra, ‘farol’ de brilhante enfiado no indicador direito, Cipriano encarnava o símbolo da abastança naquela época de arrivismo e desvario (Lima, 2002, p. 50).

Figura 6 - Fac-símile da capa da primeira edição do romance *Coronel de Barranco* (1970)



Fonte: Fotografia captado por Airton Souza (2024)

Nas duas paletas de cores, um terço da capa, na parte superior, está na cor vermelha, com o título, o nome, a logo da editora e o nome do autor, nas cores preta e branca. Nos outros dois terços restantes, temos a sugestiva imagem de um homem, vestido de paletó e gravata, com chapéu panamá branco. Supostamente um coronel de barranco. Na representação da imagem, ele está acendendo um charuto com uma nota de dinheiro, enquanto sorrir. É possível ver ainda que um de seus dentes é de ouro. Ao fundo da imagem, uma floresta, possivelmente, representando a terra/o barranco, o seringal, elementos que atribuíram poder aos coronéis nas Amazônias.

Apesar de a temática central do romance *Coronel de Barranco* (1970) tratar a respeito do crime de biopirataria das sementes da seringueira - *Hevea Brasiliensis* – levadas da Amazônia para o Oriente, exatamente durante o *boom* do ciclo econômico da borracha, entre os anos finais do século XIX e início do século XX, o enredo traz parte considerável das características que descrevemos aqui a respeito da figura ligada ao coronelato.

Narrado em primeira pessoa pelo personagem Matias Cavalcanti de Lima e Albuquerque, a obra descreve, de maneira pormenorizada, um dos ciclos econômicos que contribuíram para o fortalecimento do coronel de barranco, neste caso, o ciclo da borracha, através da extração do látex nos seringais. Nomeadamente, temos na narrativa de *Coronel de Barranco* (1970), a presença de dois coronéis: o Cipriano Maria da Conceição, proprietário do seringal ‘Fé em Deus’, e o coronel Amâncio, tio de Matias Cavalcanti e proprietário do seringal ‘Tristeza’. Vale enfatizar que, dentro da narrativa, o poderio dos coronéis de barrancos fica demonstrado, maiormente, através do aviamento e das disputas políticas, conforme podemos constatar:

Num seringal, o que menos tinha importância para o patrão devia ser, afinal, a produção da borracha.

[...]

Cipriano ignorava o fato, acostumado a só ver o recomeço da faina extrativa muito mais tarde, ocasião em que regressava de Manaus, carregado de abundantes aviamentos. Cheio de bom humor, como se a sua sorte dependesse, primeiramente, da quantidade de borracha extraída e não das vendas no armazém que, durante as grandes águas, até lhe propiciavam vantagens relativamente maiores, sendo o período em que os seringueiros tinham só de gastar, para comer e viver e o que traziam em peles jamais ajudavam a aumentar ou sequer manter o nível dos seus saldos. (Lima, 1970, p. 100-101).

Contudo, a figura do coronel de barranco está atrelada a um tema vasto, principalmente por abarcar um longo período da história do Brasil. À custa disso, é que podemos afirmar também que a sua *persona* incrementa ou expande a compreensão de parte da sociedade, da economia e da política nacional.

Dentro do *corpus* de pesquisa desta tese, um dos tipos mais evidentes de coronel de barranco que aparece na Tetralogia Amazônica está na obra *Verde Vagomundo* (1972), representado pelo personagem de nome Chiquinho,

que é o pai do Major Antônio Medeiros. Embora, nesse mesmo romance, encontre-se a menção a outros dois coronéis de barrancos.

No citado romance, a primeira referência à existência mais palpável do coronel de barranco surge de maneira indireta, no ‘Prólogo’ da obra, nas quinze primeiras linhas. É o próprio Major Antônio Medeiros quem faz menção indireta ao pai, sem citá-lo, ao afirmar que “chegava em gozo de licença numa pequena cidade do interior da Amazônia para vender as propriedades que me tinham ficado como herança” (Monteiro, 1972, p. 11). Em sequência, a alusão à existência do coronel de barranco será realizada de forma mais direta pelo personagem Jozico, tio do Major Antônio Medeiros e irmão do coronel Chiquinho, de *Verde Vagomundo* (1972).

Um fenômeno curioso, se levarmos em consideração todos os romances citados aqui como referência de pesquisa, é que o nome do coronel não é mencionado de imediato, como naturalmente deveria. A citação ao nome ou a uma possível alcunha – Chiquinho – só vai aparecer mais especificamente na página 22, da narrativa, na parte intitulada **GRAVADOR – AUTOMÁTICO – FITA Nº 1**. Essa referência, ainda mais explícita, aponta duas questões tão debatidas aqui: a primeira delas é a alusão de como os coronéis conseguiam esse posto de poder e a segunda, a representatividade de sua autoridade sendo exercida como mandatário local no Baixo Amazonas. Vejamos:

Se o finado mano estivesse vivo, quando! que ficava assim este desembarque! No ora-veja, parêské... elo menos foguetes, haveria de ter: banda de música, autoridades presentes, amigos, festas, festas de convites. Chiquinho, meu finado irmão, sempre desejava te ver de volta como um supimpa oficial - um oficial legítimo - de autoridade da Pátria. Te lembra que ele também era coronel! Não de carreira das armas; mas de posses, de respeito pelas propriedades, e de confiança do governo na política. (Monteiro, 1972, p. 22).

O coronel Chiquinho, como boa parte dos coronéis de barrancos, é migrante nordestino⁷⁹. Provavelmente tinha sido seringueiro, e tornou-se seringalista, embora pela extensão de suas terras e a não produtividade em

⁷⁹ Samuel Benchimol (2009) enfatiza a questão da migração nordestina, sobretudo, nos anos finais do século XIX às Amazônias e a ligação dessa migração com o coronel de barranco. No romance *Coronel de Barranco* (1970), essa relação está descrita assim: “O nordestino bronco, a quem talvez fosse ligar minha vida por algum tempo, chegara a Manaus como um pária, tangido pela seca de 1877, quando se chamava apenas Cipriano de Tal. Agora, porém, era tratado pelos ‘aviadores’ mais prestigiados da praça como o ‘Coronel’ Cipriano Maria da Conceição. Respeitável dono do seringal ‘Fé em Deus’” (Lima, 1970, p. 49-50).

torno delas, o próprio filho o considerava um latifundiário. Terras que possuíam, antes de tudo, “seu valor complexo, sua significação social e com suas raízes profundas” (Monteiro, 1972, p. 34), e que o deixavam “inserido num processo social de profunda significação política” (Monteiro, 1972, p. 39).

Conforme já ressaltado, aparecem, de relance, nesse mesmo romance, dois personagens que são coronéis de barrancos: o Fulgêncio e o Quintino. No caso deste, ficamos sabendo apenas, através da fala do personagem Miguel dos Santos Prazeres, que se trata de um fazendeiro, enquanto que as informações sobre Fulgêncio são ainda mais escassas.

Em *Verde Vagomundo* (1972) a presença dos coronéis de barrancos está assinalada por duas características básicas, sendo elas: a ligação com a terra e a relação de poder, ambas demarcando as influências e mandonismo local dos coronéis, principalmente dentro do escopo alegórico aludido anteriormente. Contudo, é preciso pensar que essa relação de poder perpassa pelo que Foucault escreveu:

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que dia não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (Foucault, 2017, p. 45).

Tudo isso contribui para colocar em voga o que o próprio Foucault (2017) denominou como uma *economia do poder*, porque sua ação, às vezes, imperceptível, faz “circular os efeitos de poder de forma ao mesmo tempo contínua, ininterrupta, adaptada e ‘individualizada’ em todo o corpo social” (Foucault, 2017, p. 45). Portanto, como mandatário⁸⁰ local, o coronel de barranco é um bom exemplo para refletirmos a respeito dos elementos envolvidos à *economia do poder* foucaultiana, dentro do corpo social agindo não apenas através de ações coercitivas. De certa maneira, a alegoria, a sua condição abstrata, é que contribui para disseminar e ampliar os efeitos de poder dos coronéis de barrancos.

⁸⁰ Michel Foucault (2017) usa o termo administrado local em vez de mandatário. Caracterização que soa mais institucional, ao contrário de mandatário, terminologia que temos optado para fazer referência ao coronel de barranco.

Em suma, a referência final que aparece em *Verde Vagomundo* (1972), a respeito do coronel de barranco, foi motivada pelo depoimento do Major Antônio Medeiros a um Inquérito Policial Militar – I. P. M., aberto em decorrência de uma suposta investigação contra a corrupção e a subversão no município de Alenquer, no Baixo Amazonas. Em dado momento da narrativa, indignado por ver o parente sendo convocado para depor, tio Jozico, em conversa com o sobrinho Major Antônio Medeiros, dispara:

Só tenho pena que não sejas coronel. Coronel é coronel! Teu pai era um coronel, um legítimo coronel! Nunca precisou de estrelas, nem de farda, nem de medalhas, para ser respeitado por tudo e por todos. Só mesmo com o título ele mantinha a autoridade. Por isso morreu com a glória de sempre poder mandar. E na hierarquia dele, do finado, coronel, casa, descasa, crisma e batiza: na competência dele, coronel é o último posto. Não tinha nem general, nem marechal: mandava mais que o Delegado, que o Prefeito, e até que o Juiz de Direito. Acima dele, só o Governador e o Presidente da República, assim mesmo, em assunto de governo e de Justiça. (Monteiro, 1972, p. 216).

Outro romance de Benedicto Monteiro que traz a representação do coronel de barranco é *O Minossauro* (1975). O enredo desta narrativa realça, de maneira mais acentuada e crítica, a coexistência de dois princípios antagônicos centrados nas relações de dominação e dependência e, a variedade de experiências sociais. Às vezes, pacíficas, noutras belicosas. As representações do coronel existentes na narrativa de *O Minossauro* (1975) mostram-nos perfeitamente parte da ambiguidade existente na referida relação dual. Não à toa, o nome do maior seringal, do sítio da casa-grande, da lancha mais veloz, da vaca mais leiteira e da égua mais bonita era Lealdade, palavra que, simbólica e discursivamente, remete-nos à relação de dominação e de dependência.

No entanto, em *O Minossauro* (1975), há um olhar claramente mais crítico e depurado em relação a *persona* e às ações do coronel de barranco. Inclusive é a primeira vez que na Tetralogia vai aparecer a terminologia ‘coronel de barranco’ e também o nome completo do citado coronel, como é o caso do Coronel Laudemiro Florêncio, seringalista, que:

Não respeitava nem as coisas vivas nem as coisas mortas. Tudo era ferrado a ferro-e-fogo. Era preciso que ficasse gravado em todos os desenhos o ferro-em-brasa. [...] Era um L de ferro dentro de um

coração fundido. Para todos, esta era a marca do Coronel Laudemiro. Mas para o dono, o 'L' significava LEALDADE (Monteiro, 1975, p. 52).

Ao longo da narrativa, são os personagens Miguel dos Santos Prazeres e o compadre Franquilino que trazem à tona uma visão acentuadamente crítica do coronel de barranco. Ambos escancaram as expertises, os jogos de interesses e as formas de poder do coronel Laudemiro. Tanto Miguel dos Santos Prazeres quanto compadre Franquilino narram passagens emblemáticas que referendam o fenômeno do poder capaz de controlar os corpos, os espaço e as coisas, exercido ou garantido pelo coronel de barranco. Vejamos uma das falas de Miguel:

Compadre Franquilino descobriu as tretas do Coronel com aquele amigo de muito longe. Bastava o retrato na parede e o voto na urna. Nem o nome carecia que aquele povo aprendesse. O retrato na mente e o voto na urna. A eleição era de cinco em cinco anos e o eleitorado de cabresto curto. Se ele, o Coronel, pudesse botar a marca-de-fogo em vez do nome, bem que os votos iam aparecer no Tribunal com a marca-de-ferro-e-fogo. O 'L' grande dentro de um coração em brasa, ferro vivo – feito voto.

[...]

O Coronel gastava de um tudo para que todos os votos fossem desse seu amigo. Que trato tinha? Eles tinham algum trato? Campanha, programa, promessa e compromissos [...] Faltava qualquer coisa no mando do Coronel, que o seu poder de mandar, parêseque, não estava completo. Por isso que ele queria tanto que o grande amigo do retrato subisse na política. (Monteiro, 1975, p.89).

Ao longo da narrativa, fica evidente que esse 'amigo de longe' do coronel 'sobe' na política, alcançando o cargo de Senador da República, depois, como candidato a governador do estado, será eleito, graças à colaboração do Coronel Laudemiro. Mas o que acontece dentro desse jogo de interesses de ambas as partes: Coronel e o amigo, aqui denominado de relação de dominação e dependência, é que ao demarcar a noção de ampla autonomia *extralegal*, aludida por Leal (2012), e que apesar da autonomia legal está cerceada por diversas formas, "o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual" (Leal, 2012, p. 45). Com isso, é possível que o elo de interesse pode ser quebrado a qualquer momento, por qualquer dos lados, que é justamente o que vai acontecer logo em seguida:

A própria vida do Coronel servindo com lealdade aquele homem tanto tempo e de tão longe não dava lugar pra nenhuma dúvida. [...] O povo apenas sabia: o Coronel pedisse o que pedisse tinha que ser atendido. [...] Quando o Coronel chegou, espalhou-se logo a notícia. [...] De repente, surgiu a notícia: diz'que o Coronel não tinha sido atendido. [...] Ninguém nunca sabia os desígnios do Coronel Laudemiro. Todos sabiam sim da lealdade do Coronel para com aquele amigo do retrato grande na parede. (Monteiro, 1975, p. 170-171).

Mas, o pior estava por vir, vejamos:

Até hoje — o senhor pensa - não sei como foram dadas as ordens. Quando o pessoal da casa grande já tinha saído todo pra fazenda, fui chamado pra fechar com sete chaves as duas portas e as cinco janelas. Lhe juro por Deus, que nunca vi em homem tão confiante, um tão grande despropósito. Parêisque porque eu era de fora, capanga e reservista, o Coronel não se importou que eu presenciasse tudo. Pensei logo que fechado a sete chaves naquele sala, o Coronel ia dar uma explicação que servisse pra todo mundo. Eu era apenas um capanga, não chegava ser nem uma testemunha. Só que ele, de paletó e gravata, sentado na cadeira, olhava pro retrato, e ia ficando cada vez mais mudo. Quando viu que estava tudo fechado, pegou um machado e começou a quebrar todos os móveis. Fez um monte com eles no meio da sala e tacou fogo. Pegou a marca-de-ferro da fazenda e meteu na fogueira. Quando o "L" já estava vermelho dentro do coração em brasa, desceu com uma vara o retrato da parede, jogou no chão o quadro, pisou em cima, quebrou todo o vidro e tacou o ferro-em-brasa na cara do amigo. Depois — nem lhe conto — arriou a calça e de paletó, gravata e tudo, cagou bem na cara do homem enforquilhado na gravata borboleta. Quando vi o Coronel ficando vermelho e os olhos querendo saltar da órbita, quis acudir com algum remédio, quis gritar por água, quis correr, quis gritar por socorro, mas tive medo. Tive medo - o senhor pensa — de enfrentar tamanha raiva. Foi só uma lasca de tempo e o homem caiu roxo e todo vestido em cima daquele montão de merda. Estava morto. (Monteiro, 1975, p. 171).

No plano intersubjetivo o Coronel Laudemiro, com essa atitude representa, aquilo que denominou Schwarz (2012, p. 15) “o confronto entre humanidade e inumanidade”, em uma relação de força e contraforça, revestido pelo duplo movimento que já destacamos aqui como o de poder/interesse e dependência. De certa maneira, esse fragmento da narrativa e a ação simbólica por trás dela parece colocar em voga a complexidade daquilo que Maffesoli (2005) denomina de *a gestão das paixões*. É como se o Coronel Laudemiro, com sua atitude desesperada, fizesse desmoronar “a arte suprema de toda boa política” (Maffesoli, 2005, pág. 27). Pois, o quadro quebrado ocupando um lugar de destaque dentro da casa contribuía para edificar as estruturas relacionais de poder, de adoração, de civilidade, da influência, da

relação direta de uma imagem comum e, em síntese, do suposto triunfo de ambos.

Ainda em comparação ao que aconteceu com o Coronel Cipriano, no romance *Coronel de Barranco* (1970), o Coronel Laudemiro teve o mesmo destino, em *O Minossauro* (1975), aquilo que em dado momento um dos personagens de *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna, chama de *o mal irremediável*: a morte. Uma morte marcada pelo jogo utópico de interesse e dependência. Portanto, ver-se nesta ensandecida cena o rompimento da rede de clientelismo, que “tece a aliança intraclasse dominante e também participa da costura da concessão da classe subordinada à direção cultural dos dominadores” (Leite, 2003, p. 29). Contudo, dentro do viés ideológico e político, na história dos coronéis, de vez em quando acontecia esse tipo de ruptura. Especialmente porque a questão em torno do poder, enquanto fenômeno sistêmico, perpassa incessantemente por disputas, inclusive entre os próprios coronéis, conforme vimos.

6. TERRITORIALIDADES DE ENUNCIÇÕES

“Antes mesmo de vencer a barreira labiríntico-urbano-burocrática, somos alertados pelos ecólogos, antropólogos e sociólogos, de que o Baixo-Amazonas, como região característica de uma civilização fluvial, está ameaçado de total depredação por parte das chamadas frentes de progresso. Essas frentes de penetração, ou frentes de trabalho, ou ainda frentes de progressos, como chamadas pelas autoridades, são turmas pioneiras de construção de estradas de rodagem. Elas estão dirigindo em pinças sobre esta região, para destruir o que resta de sua civilização fluvial e de sua conformação natural.”

Benedicto Monteiro – fragmento do romance *A Terceira Margem*.

Vicente Franz Cecim escreveu, no início da década de 1980, o ‘Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau’, que é um dos textos críticos mais emblemáticos escritos sobre as Amazônias nas duas décadas finais do século XX, assim como é também toda a sua obra poética centrada na viagem onírica a Andara, tendo como territorialidade o espaço-tempo da Amazônia reinventada, mas reinventada a partir de dentro dela, de suas experiências endógenas.

O texto ‘Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau’ convoca-nos a repensar a História e interrogar a suposta verdade a respeito do Ocidente autossuficiente, que considerou o restante do mundo como um reduto colonial. Neste manifesto, o escritor e poeta Vicente Franz Cecim nos convoca a ocuparmos o nosso lugar na história. Por isso, ele afirma que “as fábulas do Ocidente culto são, assim, quando existem, frequentemente documentos de um terror” (Cecim, 2020, p. 100). Um documento de ação, diga-se de passagem. A princípio, o que nos interessa em ‘Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau’ são os seus primeiros parágrafos:

Vítimas de uma sociedade violentamente gerada pelos mais evidentes padrões de colonização, nossas chances de mudá-la começam na visualização da face oculta de quem nos fez isso. Este é um esforço que precisa voltar bem atrás e que deverá se espalhar, interrogativamente, em várias direções, para obter êxito. (Cecim, 2020, p. 100)

Assim sendo, segundo o poeta Cecim (2020) uma de nossas primeiras tarefas é *visualizar a face oculta* que fez perdurar até nossos dias, especificamente, no caso das Amazônias, enquanto territorialidade enunciada, visões de territorialidade que foram e vêm sendo, por um longo período, estereotipada. Violentada. Espoliada por dinâmicas agressivas, como o processo de ocupação desenfreado e coordenado pela chamada frente pioneira através do projeto de colonização, intensificado ainda mais entre as décadas de 1960⁸¹. Vale enfatizar que as chamadas frentes pioneiras são consideradas, sobretudo, os projetos, as ações, a criação de órgãos e as dinâmicas de ocupações que foram, de maneira direta e indireta, incentivadas pelo Governo Federal, entre as quais a chamada ‘Marcha para o Oeste’, que incentivou a migração desordenada de nordestinos para as Amazônias.

Segundo Lúcio Flávio Pinto, essas frentes pioneiras sempre estiveram marcadas por grandes tensões sociais “onde os conflitos se sucedem sem a eficaz mediação dos órgãos do Governo” (Pinto, 1980, p. 7), e nas raras vezes em que essa suposta mediação acontece ela sempre favorece os detentores do capital. De toda forma, essa falta de mediação deu-se, em alguns casos, de maneira planejada, com total ausência de ações do Estado brasileiro nas Amazônias. Para Violeta Refkalefsky Loureiro, as terras da Amazônia sempre tiveram algum tipo de ocupação, mas foi

a integração da Amazônia ao mercado nacional e internacional que provocou uma valorização da terra à qual se sucedeu o processo de expulsão das populações naturais. A rigor, este processo somente se acelerou a partir da extensão dos incentivos fiscais aos projetos agropecuários, portanto, em 1966. (Loureiro, 1992, p. 61-62).

Dessa maneira, as espacialidades amazônicas passaram a ser “a matéria-prima da soberania e da violência” (Mbembe, 2018, p. 39). Ainda em

⁸¹ A respeito disso as nossas principais referências aqui são as obras de Pinto (1980; 1982; 1991; 2002; 2012) e Loureiro (1992; 2009; 2015).

relação a isso, a tarefa aqui é disseminar indagações capazes de fazer com que a noção de territorialidades de enunciações problematize a caracterização do espaço geográfico amazônico assinalado como um *inferno verde* ou *verde vagomundo* e, com isso, possa alcançar várias direções, principalmente, para quando nos depararmos com falas como a do *narrador-escritor-compilador* e professor de geografia do romance *A terceira margem* (1983), ao fazer referência direta aos fatores geográficos nas Amazônias, afirmando pejorativamente que “são esses fatores os que mais determinam as civilizações no seu desenvolvimento histórico” (Monteiro, 1983, p. 14), sermos capazes, de pelo menos, compreendermos que:

Os sucessivos revezes das colonizações “norte-americana”, “francesa” e “açoriana” suscitaram, na época, a ideia de que o clima da Amazônia era inapropriado e a região inabitável. A explicação geográfica é, porém, insatisfatória. (Santos, 1980, p. 91).

O que temos, pois, na fala do narrador, personagem e professor de geografia é ainda a forte presença do determinismo que foi, grosso modo, ‘conteúdo base’ para propagar a projeção histórica de uma suposta Amazônia interpretada, inicialmente, a partir dos olhares enviesados vindos de fora, exógenos e, que será assimilado por alguns que estão na parte de dentro, às vezes, até de maneira imperceptível, inconsciente.

Nunca é demais lembrarmos que a visão determinista sobre a Amazônia vem desde o período colonial e reverbera até hoje. Esta visão foi concebida como verdade absoluta através de textualidades que primaram por elaborar percepções em que as Amazônias era enxergadas somente como “uma espécie de sonho da futura colonização” (Bolle, 2010, pág. 46), mas que, sem dúvida, refrata-se também em parte nas literaturas produzidas por escritores e escritoras brasileiras, como processo de permanência. Um exemplo instigante e, ao mesmo tempo, inusitado está na coleção **A literatura do Brasil**, publicada em 1955, revista e atualizada em 1986, e depois em 1997, sob a direção do crítico brasileiro Afrânio Coutinho e codireção de Eduardo de Farias Coutinho. O caso citado adiante está na seção intitulada ‘Ciclo Nortista’, escrita pelo crítico Peregrino Júnior. O texto referencial do ‘Ciclo Nortista’ é, de certa forma, assombroso, pela visão determinista que se

propaga entre a relação direta do homem com a natureza amazônica. O pensamento totalmente enviesado de Peregrino Júnior faz com que a ideia de Amazônia – como um *inferno verde* – e a disseminação de lógicas caricaturadas sobre a região amazônica se perpetuem e sejam sempre entendidas como verdade. Para exemplificar, vejamos um fragmento do texto:

O homem que penetra a Amazônia – o mistério, o terror, ou, se quiser, o deslumbramento da Amazônia – escuta desde logo uma voz melancólica: a voz da terra. Abandonado na vastidão potâmica das águas fundas, dos igarapés e igapós paludiais, das ásperas florestas compactas, perdido naquele estranho mundo de assombrações, acossado pelo desconforto do calor sem pausa e pela agressão da mata insidiosa, com seus bichos, suas febres, suas sombras, seu duendes, ele logo de entrada recebe um golpe terrível, e desde então trava a luta mais trágica da vida, que é a adaptação ao meio cósmico. As forças que o esmagam- forças telúricas de aparência indomável – são um convite permanente à retirada e ao regresso. [...] O homem daquele mundo é assim um “ser destinado ao terror e à humilhação diante da Natureza.” (Júnior, 1997, p. 239 – 240).

É sobre esta visão totalmente distorcida e determinista de Amazônia que este texto intitulado “Territorialidades de Enunciações: as Amazônias na *Tetralogia Amazônica*, de Benedicto Monteiro” tenta, antes de qualquer coisa, problematizar. Contudo, é como escreveu o poeta Max Martins no poema “É cedo (ou tarde) para o poema”:

Eu/sou frágil/embora ágil sobre o arame://Por um fio te envio (viaja) meu lírio. Cresce//Até que a lua/- tua lua e ventre/(o luxo)/murche/e já não me vês/te apagas//Tu também és frágil/embora hábil campo de espera://Por um fio teu laço chama, meu rumo ateias. Teces//Até que o sol/no solo esfrie/e esfrie a fala/o seu destino: o salto/(queda no ar)/do arame-álibi. (Martins, 1980, p. 55).

Talvez seja por conta de fatores como estes que o poeta Vicente Franz Cecim (2020) se perguntará e nos perguntará: “A Amazônia é uma irrealidade, então? Uma utopia? Um fantasma geográfico habitado por fantasmas humanos? É?” (Cecim, 2020, p. 103). Nota-se que os processos de estigmatizações sobre as Amazônia foram tão violentos que, de vez em quando, nós somos levados a elaborarmos interrogações como estas de Cecim (2020), sobretudo, em decorrência das deslegitimações históricas que atravessaram e atravessam as territorialidades geográficas, identitárias/identificações, políticas, econômicas, sociais, culturais, simbólicas,

sentimentais e suas transfigurações em realidades comprimidas em determinado modelo estigmatizado. Por isso, ao propomos pensar as Amazônicas em concordância a noção de territorialidades de enunciações estamos, antes de tudo, agindo como o narrador, personagem e professor de geografia de *A terceira margem* (1983), quando este fala que:

Diante dessa oportunidade, confirma-se em mim o sentimento de que, como geógrafo, não posso ser um mero espectador ou apenas um frio analista de paisagens. Tenho que ser compreensivo e participante, integrando-me totalmente nelas, ao mesmo tempo em que as estudo e as descrevo. Não posso compreender, por exemplo, a paisagem apenas como um fato natural, mas tenho que senti-la em toda a complexidade das implicações humanas. Preciso mesmo apreender, flagrar a vida no momento de maior expressividade fisiográfica de sua humanidade. (Monteiro, 1983, p. 17).

A citação mostra-nos que a atitude inicial do narrador, personagem e professor de geografia, é a de tentar desviesar o próprio olhar caricatural que tinha, diante das multiplicidades de realidades e tendo a sensação de que, mesmo imerso na espacialidade amazônica, haverá sempre nela uma inerente complexidade, principalmente porque ela possui uma “realidade sócio-espacial plural e diversa” (Trindade Júnior, 2012, p. 173) e, que segundo Benedito Nunes (2012, p. 61):

Do século XVIII em diante, a região Amazônica desempenhou, como estimuladora de variadas investigação científica, geográfica, geológica, econômica, etnográfica, arqueológica, botânica, zoológica, social e política, que dela fez, desde muito cedo, um atraente e privilegiado objeto de conhecimento.

É imprescindível observar que em sua autobiografia, intitulada *Transtempo* (1993), o escritor Benedito Monteiro ficou muitas vezes impactado pela complexidade das realidades nas Amazônias. O exemplo mais contundente ocorreu durante um voo, em um bimotor, em que o escritor tinha como destino às Guianas, em decorrência da perseguição política que vinha sofrendo, por conta da ditadura civil-militar no Brasil, mas que, por decisão do próprio Benedito, foi alterado de última hora por motivos pessoais e sentimentais, antes da decolagem, indo em direção à cidade de Alenquer.

Assim, o escritor Benedicto Monteiro transcreve esse diálogo e traz à tona o impacto que sofreu, vejamos:

- Não, já decidi que não saio de minha pátria e nem de meu Estado. Creio que ainda pode haver uma resistência.

- Então vamos para Alenquer?

Respondi apenas com a cabeça.

O avião voava muito alto, num céu completamente limpo. Limpo, quer dizer, azul. Embaixo, sem começo e nem fim, o horizonte, a planície Amazônica. E o imenso rio que não refletia nem o verde da mata, nem o azul do céu. E nem a luz do sol amortecendo nas suas águas barrentas. Tentei mentalmente compreender e descrever aquelas cores verdes, e senti a carência quase absoluta das palavras. Diante dessa visão nova para mim, movendo-me num ponto neutro e oscilante do infinito, pensei que as palavras da nossa língua não teriam, talvez, condições de descrever mil verdes espalhados na água, na mata e na terra distante. Ainda mais que a incidência do sol multiplica e diversifica o verde a cada instante, a cada ângulo da minha alucinada e inusitada perspectiva. (Monteiro, 1993, p. 53).

Assim, entrelaçando o impacto das múltiplas realidades no mundo amazônico, tal qual o “permanente deslocamento do olhar” (Bolle, 2022, p. 70), empiricamente presente na perspectiva das matizes do verde da planície amazônica, do horizonte e a intrínseca relação com a ficção da Tetralogia Amazônica, Benedicto faz incidir pontos fundamentais a respeito das Amazônias como múltipla, diversa, heterogênea. Emblematicamente, no romance *A terceira margem* (1983), há uma fala semelhante ao recorte da que foi citada acima, vejamos:

Dessas alturas e distâncias, não poderia ver mais os verdes-rios, os verdes-matas, os verdes-campos, os verdes-caminhos, os verdes-lonjuras. Só veria talvez os verdes-sombras, os verdes-águas-mortas, os verdes-distantes-das-distâncias. (Monteiro, 1983, p. 20).

Esta fala é do narrador, personagem e professor de geografia e, que em um processo intersubjetivo, o que fica evidente é que ambas interconectam os tecidos sociais entre a ficção e as realidades. Além disso, reelaboram a imprecisão de como as Amazônias podem ser compreendidas como *a terceira margem*, tal qual as territorialidades de enunciações. Porém, analisando-as numa perspectiva instantânea, as falas parecem meramente contraditórias, principalmente, se partirmos da definição do verde como metonímia ou mesmo

metáfora unívoca das Amazônia, mas é a impossibilidade da definição do próprio verde, aparecendo sempre matizado em ambas as falas, que se concatena essa diferença não apenas do verde, mas das representações imaginárias e reais das Amazônias. Embora a ideia *de verdes-distantes-das-distâncias* nos dê a impressão imediata de que estamos novamente perante a noção de Amazônia unívoca. Homogênea. Estereotipada. O vago mundo. Contudo, é essa incidência da imprecisão, centrada basicamente na multiplicidade, naturalmente pluralizada, que vai convergir para o impacto que teve tanto Benedicto Monteiro quanto o seu personagem, em direção as fissuras das Amazônias não como “o antiato da criação e o anteato da destruição” (Pinto, 1980, p. 53), mas sim, como as Amazônias em que:

Os sentido se formam, anulam ou transforma por meio de processos diversificados: fundem-se para formar novos sentidos, decompõem-se em sentidos diferente e mesmo contraditórios, multiplicam-se em sentidos novos, etc. (Castro, 2010, p. 24).

Para nós, a formação incessante de sentidos múltiplos, contraditórios, novos, heterogêneos e díspares, perpassa pela noção de territorialidades de enunciações, ao compreendermos que as Amazônias, segundo a fala do personagem o Cabra-da-Peste, “é desconforme por demais” (Monteiro, 1985, p. 36). À custa disso, pensar as Amazônias em conformidade com as territorialidades de enunciações é materializá-la. Vê-la. Senti-la. Não apenas como fabulação. Abstrata. Mítica. Infernal. Selvagem. Antítese. Vaga. Conotada. Misteriosa. Entretanto, a noção de territorialidades de enunciações é a possibilidade intrínseca de revelar atos de *transmudar*⁸² e ao mesmo tempo a de *transver*⁸³ outras Amazônias, abertas como um mundo marcado pelas

⁸² *Transmudar* é o ato de alterar condições, sentidos, transformar. Essa palavra é usada por Guimarães Rosa com ligação direta ao mundo inventivo do sertão recriado em suas obras como, por exemplo, o romance *Grande Sertão: Veredas*. Ela é também referendada por Vicente Franz Cecim, em uma entrevista publicada na obra *Andara – Vicente Franz Cecim e a Narrativa Ontológica*, de Karina Jucá, publicada em 2010 e vencedora do Prêmio IAP de edições culturais, na categoria ensaio. No caso da referência a *Transmudar* por Vicente Franz Cecim é a compreensão da Amazônia como “regiões de metáforas da vida” (Cecim, 2010, p. 71).

⁸³ A palavra *transver* é utilizada nesta pesquisa da mesma maneira que o poeta Manoel de Barros a utilizou em seu poema ‘As lições de R. Q.’, publicado na obra *Livro sobre nada* (1996), e que se interliga diretamente também ao que concerne a ideia de *Transmudar*, reelaborando movimentos de sentidos como movências.

diferenças, problematizando o suposto “círculo abstrato da verdade” (Monteiro, 1983, p. 95), e que:

Estava ali aberto na nossa frente: onda-rio-estrada; rio-no-céu-estrada-nágua; estrada-por-cima-de-rio; rio-por-baixo-de-estrada; mata-virando-onda; onda-virando-nuvem. Céu misturado em caminhos correntes pela água. Caminhos pelo meio da mata entrando pelas nuvens. Nuvens altas. Água e águas. Árvores e árvores. Nuvens e nuvens. Remansos de estradas. Estradas corredias. Corredeiras de estradas, águas bravias. Vento, muito vento. Vento levantando terra-folha-e-água. Remoinho-remoinho, nágua. Nem começo nem de tudo. (Monteiro, 1975, p. 23).

Um exemplo semelhante às falas de Benedicto Monteiro em *Transtempo* (1993) e a do narrador, personagem e professor de geografia de *A terceira margem* (1983) pode ser encontrando em outro romance da Tetralogia Amazônica, especificamente na obra *O Minossauro* (1975). Nessa narrativa, o narrador, personagem e geólogo Paulo, enfatiza em sua primeira fala que:

Aqui nesta Equipe, estou no lugar privilegiado para ler, estudar, analisar e escrever. Todas as tardes chegam as turmas de topografia e de sísmica, do trabalho, com material de campo. Se puder recolher a impressão que cada um traz dos lagos, das matas, da terra e do rio, vou ter material para escrever um grande livro. Tenho que me libertar primeiro do condicionamento da literatura que li sobre a Amazônia. Já sei que não encontrar aqui, o mundo dos cientistas, dos cronistas e dos viajantes. (Monteiro, 1975, p. 41).

Uma das impressões imediatas que sentimos é que no projeto-estético-político, de Benedicto Monteiro, deparamo-nos com processos que estão envoltos da pragmática da descolonização do imaginário sobre as Amazônias, a partir de procedimentos de imersões de olhares voltados para o dentro e indiretamente para o fora. Essas experiências, querendo ou não, são múltiplas. Dísparas. Heterogêneas. À custa disso, podem ser consideradas políticas, históricas, sociais, religiosas, diaspóricas, intersubjetivas e que contribuem para refratar, interrogar e borrar algumas das dimensões que foram, historicamente, elaboradas com elementos estigmatizadores e que resultaram em estereótipos. Elementos estigmatizadores que são, inclusive, encontrados facilmente nos romances que compõem a Tetralogia, seja nas falas dos

personagens que vêm de fora das Amazônias, ou até mesmo de personagens amazônidas. Vejamos um exemplo clássico:

Tenho me debatido entre o efeito literal da palavra e a necessidade de aprofundar a linguagem a tal ponto que possa transmitir aquilo que realmente sinto neste vagomundo. [...] Mas, aqui na Amazônia onde o ar é quase água, a luz branca só se decompõe nas cores do arco-íris. Só que o verde predomina em todas as coisas e até nas criaturas vivas. Agora então, com a violência das águas e a transparência das chuvas, o verde torna-se espectral. (Monteiro, 1975, p. 173).

Ou representada de maneira ainda mais trágica como a fala do Major Antônio Medeiros, presente no romance *Verde Vagomundo* (1972):

Não sei bem, se é a noite escura e pesada da floresta próxima e asfixiante, que me dá a sensação de estar escutando este rádio, no fundo de um buraco. De um buraco, que pode ser tanto a vala de uma trincheira, como a cratera de uma bomba ou o leito provisoriamente seco deste rio próximo a encher e transbordar. (Monteiro, 1972, p. 57).

Ou, às vezes, representada de maneira assimilada dentro dessa mesma lógica de *inferno verde* homogênea, que suplanta o homem e, ao mesmo tempo em que o determina, como esse exemplo extraído da fala de Miguel dos Santos Prazeres:

A natureza mesma suplantava o homem na maior crueza. Castigava em toda a violência. Meu padrinho possidônio dizia que as pelepas dos jagunços, as caçadas dos coronéis, as emboscadas da polícia não tinham panorama de arrojo naquelas brenhas de igapó. Aquela terra toda alagada, com aquela mata toda intrincada, não servia nem para o cangaço. (Monteiro, 1985, p. 24).

Foram formulações como essas que contribuíram para tornar o mundo amazônico na ideia de territorialidade enunciada, unívoca, dotada de um suposto movimento, primordialmente, determinista. Sobretudo, abarcada pela falácia e o estereótipo em torno do que foi e vem sendo considerado como o *vagomundo*. Às custas disso, podemos dizer que é também pelo processo de assimilação que se dá a relação tênue entre a noção de territorialidade enunciada e de territorialidades de enunciações. E é justamente no romance *Aquele Um* (1985), que temos a maior evidência, através das falas do

personagem Miguel dos Santos Prazeres, vulgo Afilhado-do-Diabo, também conhecido com a alcunha de Cabra-da-Peste, desse processo de assimilação de uma Amazônia enunciada. Embora, seja preciso enfatizarmos que é também neste mesmo romance, nas falas e ações deste mesmo personagem, que temos os exemplos mais diretos das Amazônias como territorialidades de enunciações, maiormente através de tecidos sociais e as experiências sócio-históricas demarcadas por lógicas endógenas.

Contudo, como estamos diante de quatro romances que se interligam, por meio de vários elementos, até mesmo estéticos, como a presença, na maioria deles, de textos de outras naturezas e gêneros, não poderíamos deixar de fazer as seguintes interrogações: Há de fato um projeto de Amazônias na obra de Benedicto Monteiro? Se há, que projeto é esse? Como e com quais elementos ele emerge? O que este projeto de Amazônias abrange dentro das relações históricas-sociais nas Amazônias? Como se dão os processos de territorialidades de enunciações dentro da Tetralogia Amazônica? Perguntas como estas, centradas em outras produções artísticas na América Latina, suscitaram e ainda suscitam debates imprescindíveis e que vêm sendo realizados em várias áreas dos pensamentos críticos, tanto na América Latina quanto em outras regiões, principalmente as que passaram pelo complexo processo colonial, a citar as pesquisas realizadas por Ángel Rama, Walter Dignolo, Fernando Ortiz, Hugo Achugar, Boaventura de Souza Santos, Zilá Bernard e Ana Pizarro para ficarmos com alguns exemplos mais referenciados.

Portanto, pensar as Amazônias como territorialidade enunciada e territorialidades de enunciações não é, basicamente, reelaborar substratos de noções que estão desassociados por completos, conformando uma espécie de binarismo, ou são puramente dois polos que estão constantemente em divergência. Pois, vimos na citada fala do personagem Miguel dos Santos Prazeres, através do elemento de assimilação, que, em algum momento, as 'superfícies' representacionais e significativas de territorialidade enunciada e de enunciações, mesmo em constante tensão, resvalam-se. Tocam-se. Por isso que pensar a partir das territorialidades de enunciações não é elaborar reflexões que negam o que acontece, transversalmente, na noção de territorialidade enunciada, mas, antes de qualquer coisa, seja capaz de interrogar os diversos elementos que tentam esboçar uma única visão de

Amazônia. Entre os quais as ações centradas na formação discursiva e textual de territorialidade enunciada e que conformam as relações de poder que no fim das contas resultaram em processos de espoliações no mundo amazônico. Por isso, as perspectivas em torno das territorialidades de enunciações são capazes de trazer a lume elementos necessários a nos fazer visualizar *a face oculta*, aludida por Vicente Franz Cecim (2020), no manifesto ‘Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau’.

Deste modo, consideramos que territorialidades de enunciações são os processos capazes de corporificar, textual ou em ações, perspectivas críticas sobre os mais diversos aspectos; o reconhecimento das diferenças dos tecidos sociais; as práticas sócio-históricas; as relações econômicas; culturais; identitárias/identificações; os imaginários; as formas políticas; e interrogar constantemente a visão estereotipada sobre as Amazônias. Uma vez que as Amazônias não podem mais ser enxergadas apenas como o *verde vago mundo* a ser ocupado. O *inferno verde* determinista. A *selva*⁸⁴ punitiva. Arquetípica. Fetichizada. Constituída, principalmente, de terras devolutas, vazia, demograficamente, para justificar a expansão do capital e, que segundo Edna Castro “o avanço para novas fronteiras sempre foi episódio da expansão da civilização capitalista” (2010, p. 109), processo que a própria Edna Castro (2010) caracteriza como sendo uma mera invenção da pseudointegração⁸⁵, mas que está profundamente compreendida na sua própria face revelada ou introspectiva como a *terceira margem* possível. Isso por que:

A Amazônia não é um espaço homogêneo. [...] A integração de grandes porções do espaço amazônico à ordem espacial imposta pelo Estado submete-as à ordem de um espaço lógico, mas em que a lógica do conjunto homogêneo é desmentida pela fragmentação do detalhe. (Becker, 1990, p. 23).

⁸⁴ *A Selva* é o título do romance do escritor português Ferreira de Castro, publicado em 1930, pela Editora Cavalos de Ferro. O enredo gira em torno do personagem Alberto e de sua relação direta com os seringais na Amazônia. Alberto é um imigrante português que veio para Belém, mas depois vai para uma parte da floresta amazônica trabalhar no seringal ‘Paraíso’, às margens do Rio Madeira, como seringueiro. No romance, é dessa relação que vem a noção de Amazônia como uma selva.

⁸⁵ Segundo esta pesquisadora, isso contribuiu diretamente para que a Amazônia fosse transformada em “uma fronteira de *commodities*” (Castro, 2010, p. 114) e que vai resultar em uma incessante visão de Amazônia como o eterno *eldorado* ou o *verde vago mundo* a ser incessantemente espoliado. A amazônica como território enunciado.

É nesta fragmentação aludida por Becker (1990) que as territorialidades de enunciações atuam. Justamente nos movimentos e complexidades *dos detalhes*. Realçando ou recolocando em permanente estado de tensão as contradições. As diferenças. O múltiplo. Tensionando as matrizes que sempre estiveram por trás da noção de territorialidade enunciada, entre as quais: o falacioso projeto de progresso-desenvolvimento, a projeção de um estado nacional que visava apenas, discursivamente, promover a suposta noção de integração, pautada na ideia e em modelos externos da suposta civilidade e a falácia em torno da modernidade. Até porque,

O modelo de ocupação da terra, na Amazônia, incentivado pela SUDAM dos anos 1970 em diante, de grandes fazendas com financiamento público, e de intervenção maciça na exploração mineral, a exemplo do Programa Grande Carajás, ou de incentivo ao extrativismo de madeira, associado ao modelo de polos de desenvolvimento, acabou revelando ao mundo outra Amazônia, a da floresta em chamas, de chacinas e mortes de índios e camponeses, de conflitos, de acirramento das disputas na fronteira. (Castro, 2017, p. 9).

Em contrapartida a essa revelação de uma Amazônia espoliada, aludida por Castro (2017), há dentro dos quatro romances que compõem a Tetralogia Amazônica, diversos elementos e perspectivas que atravessam a noção de territorialidades de enunciações, entre os quais, podemos destacar: a diversidade dos espaços físicos e simbólicos das Amazônias; a presença dos saberes; a ressignificação da fauna e da flora; as representações identitárias/identificações – moventes -, de vários personagens; as temporalidades; a relação política das Amazônicas com o país e com o mundo; o próprio processo estético dentro dos romances com a presença de enxertos de textos de outros gêneros, por exemplo; além do mais, as matizes de representação das cores é um exemplo muito significativo que, inclusive, está presente em três dos quatro romances, a saber: *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975) e *Aquele Um* (1985), entre outros fatores. Embora, é preciso enfatizar que um dos elementos mais contundentes para interpretarmos a noção de territorialidades de enunciações é a do personagem Miguel dos Santos Prazeres, pois este *persona* é parte emblemática do que Maffesoli

(2005) caracteriza como *corpo social*, em uma conjugação entre o eu⁸⁶ e outro, político, comunitário, em mútua existência social.

6.1. Miguel dos Santos Prazeres e as vozes das territorialidades de enunciações

Nos parágrafos finais do “Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau”, do poeta Vicente Franz Cecim (2020), encontramos alguns trechos emblemáticos, e que fazem todo sentido quando refletimos a respeito das lógicas coloniais/colonizadoras que elaboraram mecanismos de poder, violências e subalternidades, com o intuito de definir, por exemplo, as Amazônias apenas como territorialidade enunciada. Silenciada dentro de si mesma. Como lugar sem boca, para voltamos a usar aqui, de maneira indireta, a metáfora de Achugar (2006). Designadamente, estas lógicas contribuíram para condicionar as Amazônias como algo homogêneo ou a ser definida a partir de “uma alegoria do real inteiro” (Cecim, 2020, p. 106), para resultar naquilo que o próprio Cecim (2020) denominou de tentativa de manutenção perpétua de um poder. Isso nos faz lembrar a definição de soberania e a relação intrínseca com a noção de poder apontada por Achille Mbembe quando este afirma que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (Mbembe, 2018, p. 5).

Portanto, nos cinco e curtos parágrafos finais do “Flagrados em delito contra a noite/ Manifesto Curau” é como se o poeta Franz Cecim (2020) nos apontasse uma maneira possível de elaboramos respostas a visão enviesada, estereotipada e unívoca de Amazônia. Respostas estas que são capazes de atravessar parte da complexidade de nossa própria história, abarcada pelas realidades e os vastos imaginários que fazem parte do mundo amazônico. Vejamos:

⁸⁶ Em sua obra *A contemplação do mundo* Michel Maffesoli afirma que “é certamente o cotidiano do sujeito que vai determinar a vida social em seu conjunto” (Maffesoli, 1995, pág. 70), o eu, nesse caso, é coletivo, pois está afirmação pode ser compreendida, em parte, como um de seus conceitos mais caro que é o de *estar-junto*.

Nesse imaginário, é esta região na verdade quem fala, e, através dela, falaremos todos nós.

Bastará deixar que ele nos diga algo. E escutar. Com muita humildade. Muita radical exasperação também. [...] Porque, no fundo, só uma coisa sonha e nos sonha: a Vida.

[...]

Nossa História só terá realidade quando o nosso imaginário a refizer, a nosso favor. (Cecim, 2020, p. 107)

É partindo da elaboração desse imaginário a nosso favor que pode-se afirmar que uma das maneiras de questionar e problematizar a representação unívoca de Amazônia está contida na abordagem mais pragmática e intersubjetiva de “visualização da face oculta de quem nos fez isso” (Cecim, 2020, p. 100), até porque “a Amazônia já foi e ainda é alvo da cobiça internacional mais desenfreada” (Monteiro, 1983, p. 9). Em parte, esse seria o “mundo imaginal” referendado por Maffesoli (1995), até porque, segundo este o “mundo imaginal” é formado por “um conjunto complexo no qual se esboça as diversas manifestações da imagem, do imaginário, do simbólico, (e que) o jogo das aparências, ocupam, em todos os domínios, um lugar primordial” (Maffesoli, 1995, pág. 17). De modo geral, é preciso enfatizar que alguns dos mecanismos de visualização da face oculta e o processo de elaboração do imaginário a nosso favor foram postas em prática também nas literaturas das/nas Amazônias. Isso porque segundo Lins (2007, p. 52):

Para refletir sobre o sentido hegemônico das construções identitárias amazônicas, não se pode prescindir do estudo dos tecidos literários locais. Foram os escritores, políticos e jornalistas, que começaram a ocupar-se de tal problemática, já que a música, a arquitetura e o teatro do período colonial até o ciclo da borracha estavam impregnados pelos modelos europeus.

À vista disso, a Tetralogia Amazônica traz exemplos contundentes, porque nela perpassam parte dos vastos tecidos sociais amazônicos, com suas dinâmicas sócio-históricas, suas relações intersubjetivas e suas identidades/identificações maleáveis. Querendo ou não esses fatores cooperam para ampliar o próprio sentido de Amazônia, em decorrência de “interconsciência do mundo e na interlinguagem que soma as tipologias do contato humano. Em síntese, na intersubjetividade.” (Castro, 2011, p. 95). Portanto, a percepção de Amazônia na Tetralogia é ampla, diversificada,

complexa por entrelaçar temporalidades díspares, abarcando e interrogando, de maneira crítica, algumas lógicas colônias.

Mecanismos que também perpassam, sobretudo, pela crítica em torno da representação de personagens que, primordialmente, estão ligados as dinâmicas coloniais, com noções/visões pragmáticas de uma Amazônia categorizada como homogênea, isto é, de natureza apenas enunciada, como é o caso da presença e atitudes dos três *narradores-escritores-compiladores*, respectivamente nos romances *Verde Vagomundo* (1972), *O Minossauro* (1975), *A terceira Margem* (1983) e, indiretamente, presentes em *Aquele Um* (1985). Este último basicamente composto pelas falas diretas de Miguel dos Santos Prazeres que também “ratifica o caráter dinâmico da língua” (Fernandes, 2008, p. 14) e substantivando os saberes amazônicos, marginalizado ao longo da história. Denunciando, conforme visto, algumas práticas ou modos de violências perpetradas pelo coronel de barranco. De certa forma, Miguel dos Santos Prazeres é a voz local, endógena, que interroga o poder colonial. Que coloca em crise permanente a noção da unicidade de Amazônia. Em relação a problematização do poder, a história recontada por ele, narrada pelo compadre Franquilino, a respeito da marca de ferro do coronel Laudemiro Florêncio – L de Lealdade e de Laudemiro – é exemplar. O poder enquanto fenômeno sistêmico que atravessa tudo, as coisas vivas e os objetos. A marca do ferro, ou seja o L, que assinala esse poder e suas disputas.

Vale ressaltar que em *Aquele Um* (1985) os *narradores-escritores-compiladores* surgem, vez ou outra, de maneira indireta, apontados em sua maioria, conforme já enfatizamos, pelo pronome de tratamento ‘senhor’ ou ‘seu’, e também pela supressão total dos pronomes. No entanto, o nome do Major Antônio Medeiros é o único que aparece. Sendo que esses *narradores-escritores-compiladores*⁸⁷ trazem, ao longo dos enredos, visões totalmente

⁸⁷ Um detalhe bastante interessante em relação aos *narradores-escritores-compiladores* é que aos poucos eles vão tentando mudar suas ideias preconcebidas e visões estereotipadas das Amazônias, e que do *Verde Vagomundo* (1972) até *A terceira Margem* (1983) eles vão deixando isso transparecer cada vez mais em suas falas. A síntese dessa atitude mais compreensiva e interpretativa dos *narradores-escritores-compiladores* sobre as Amazônias está representada nessa fala do geógrafo de *A terceira Margem* (1983): “poderei ter uma visão abrangente da vida, sem me condicionar a fórmulas, a espaços limitados e a regras oriundas de paisagens estabelecidas pela geometria euclidiana ou pela geografia escrita nos livros e fixadas nos mapas.” (Monteiro, 1983, p. 17). No romance *O Minossauro* (1975) encontramos

distorcidas, enviesadas das Amazônias, reforçando fenômenos preconcebidos e, que contribuíram diretamente para dinamizar os modos de violências colocados em práticas desde o início da colonização.

Além disso, conforme vimos, temos que levarmos em conta elementos indispensáveis como os papéis pragmáticos desempenhados, no contexto amazônico, pelos coronéis de barrancos, a ligação deles com as estruturas coloniais e a refração da territorialidade enunciada; os fatores geográficos encarados como deterministas da condição humana e sentimental dos/das amazônidas; os interesses e a espoliação econômica das terras e das riquezas naturais e minerais; e a partir da década de 1960 a projeção e a execução de grandes projetos nas Amazônias, inclusive denunciados nos romances que compõem a Tetralogia Amazônica.

Em contrapartida, dentro da Tetralogia a multiplicidade dos tecidos sociais podem ser demarcados como elementos que nos ajudam a identificá-los como algo não estanque, moventes e com produções de sentidos sobre as Amazônias, marcados por diferentes aspectos históricos, identitários/identificações e culturais. Elementos estes que nos ajudam a interrogar o que Maffesoli (1995, pág. 11) considera como “o sacrossanto princípio de realidade utilitarista”, pois,

Esses novos protagonistas propõem uma (re)invenção da Amazônia, cujos critérios de definição não seriam ditados pela economia ou pela geografia, de modo puramente objetivo, mas seriam construídos e reconstruídos de modo relacional na dinâmica dos processos sociais. (Schweickardt, 2014, p. 135).

Entre os demais elementos que contribuíram para isso podemos citar um que é preponderante: os espaços territoriais em que os personagens vivem/frequentam. Vale lembrar que uma parcela considerável dos personagens nos quatro romances movem-se entre os espaços urbanos/citadinos, a exemplo de Belém e Alenquer, as matas/florestas/ribeirinhos, na região do Baixo Alenquer, e o espaço

algo semelhante na voz do *narrador-escritor-compiler* o geólogo Paulo, vejamos: “Tenho que me libertar primeiro do condicionamento da literatura que li sobre a Amazônia. Já sei que não vou encontrar aqui, o mundo dos cientistas, dos cronistas e dos viajantes.” (Monteiro, 1975, p. 41). Estas falas podem ser complementadas pela fala do Major Antônio Medeiros, na página 56, em *Verde Vagomundo* (1972), já citado nesta tese.

rural/campo. Além disso, as profissões e as atividades autônomas desempenhadas pelos e pelas personagens, outras noções de Amazônias e também as temporalidades podem ser considerados elementos imprescindíveis à abrangência dentro da noção de territorialidades de enunciações.

Do mesmo modo, obviamente, os tecidos sociais existentes nos romances da Tetralogia e as suas relações intersubjetivas opõem-se, mutualmente, a projeção de Amazônia preconcebida, a partir da noção falaciosa de uniformidade. Pois, problematizando o sentido homogêneo de Amazônia esses tecidos sociais podem ser encarados como o corpo foucaultiano, onde a “superfície de inscrição dos acontecimentos, [...] lugar de dissociação do Eu, [...], volume em perpétua pulverização” (Foucault, 2017, p. 65). A começar por um dos personagens centrais presente no conjunto de narrativas - Miguel dos Santos Prazeres, conhecido também como o Cabra-da-Peste ou Afilhado-do-Diabo - ele atua em várias frentes de trabalhos autônomos - mateiro, balateiro, pirotécnico, castanheiro, juteiro, pescador, caçador, contramestre, mestre, mestre-cozinheiro, mestre-piloto – é um conhecedor profundo do espaço de parte das Amazônias, suas falas e ações realçam o contexto sócio-histórico e predominam dentro da Tetralogia, fazendo com que tais características contribuam para assinalar as condições de movências, de contradições, das diferenças culturais e identitárias/identificações, mas principalmente de natureza fragmentária⁸⁸ e, que para Sarmiento-Pantoja faz parte de

um universo fluvial intermediado por vários entendimentos, dos usos das citações com o intuito da suplementação de ideias, do tema da identidade em associação com a concepção de fronteira territorial e de híbrido étnico, da presença de um protagonista que se faz arredo a qualquer laço normatizador, da autoconsciência narrativa como traço que relaciona o discurso à experiência. (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 229).

Até porque,

⁸⁸ Há um amplo estudo a respeito da natureza fragmentária e de montagem na obra de Benedicto Monteiro realizado pela professora e pesquisadora Maria de Fatima do Nascimento que, inclusive, escreveu uma dissertação centrada nessa temática intitulada “A representação alegórica da ditadura militar em *O Minossauo*, de Benedicto Monteiro: fragmentação e montagem”, defendida em 2004, e que é parte importante do referencial teórico desta tese, sobretudo, pelo conceito pensado por essa pesquisadora a respeito dos *narradores-escritores-compiladores* dentro da Tetralogia Amazônica.

Benedicto Monteiro produziu uma prosa poética, pela transfiguração de elementos representativos da Região Amazônica, como personagens típicas, linguajar e espaço, mostrando que, embora haja uma profunda relação entre o homem nativo e a natureza, não há mais lugar para ele nessa terra de opressão, antes animada por seus antepassados indígenas que viviam na floresta, livres da dominação do capitalismo selvagem. (Nascimento, 2004, p. 67).

Não somente pela sua condição de protagonista e de personagem-elo nos quatro romances, todavia por ocupar a posição de quem também pode falar Miguel dos Santos Prazeres, interrogando a categorização histórica de subalternizado, pode ser interpretado como territorialidades de enunciações. As falas dele, marcadas pelas experiências endógenas, trazem à tona uma das perspectivas possíveis de “registrar o mundo amazônico” Sarmiento-Pantoja (2005, p. 232), a partir de dentro, sem refutar o fora. Portanto, nos seus diálogos as Amazônias deixam de ser aquele “ambiente fatalista” ou a “pesada paisagem verde/inferno verde” postulada como verdade absoluta, disseminada por uma vasta produção literária – principalmente por cronista e romancistas, cientistas e jornalística –, sintetizada nas primeiras páginas de *Verde Vagomundo* (1972), através das falas do *narrador-escritor-compilador*, ao aportar de volta a sua terra natal em Alenquer, no Pará:

Eu tinha chegado numa pequena lancha. Se ela tivesse que largar para continuar a sua viagem de regatão, eu teria que saltar mesmo no escuro. Seria profundamente triste chegar sozinho num porto estranho em baixo de pesada noite [...].
Largado no barranco, eu teria que rasgar negros caminhos. Quando acordasse pela manhã, sentiria com certeza a frustração de ter penetrado na cidade pelo esgoto. (Monteiro, 1973, p. 14).

Na mencionada citação as referências ao *escuro*, *pesada noite*, *negros caminhos* e *esgoto* conformam em si a permanente reinvenção caricata da Amazônia. De certa maneira, os termos apontam à refração da imagem impetrada do território amazônico como lugar infernal. Essas alusões, cuja as funções são negativas, reformulam estereótipos, funcionam como mecanismos espectrais que a considera somente baseado no ponto de vista exógeno. Em outras palavras, como territorialidade que apenas pode ser enunciada e que,

primordialmente, desconsidera as contradições⁸⁹ do mundo amazônico. São estratégias capazes de reorganizar, incessantemente, a pretensa retórica da unidade. Traçam planos gerais simplistas, de invisibilidade das diferenças, através de elementos que obliteram as especificidades das Amazônias ligadas as territorialidades de enunciações. Tentam transformar, determinar ou ainda reivindicar, com essa retórica ou formações discursivas, a aceção de verdade unívoca, simplificadora e segregadora por natureza. Contudo, em contraposição a essa noção mais homogênea temos em Miguel dos Santos Prazeres a recusa

até o fim a abdução por um sistema coercivo que acorrenta o indivíduo à burocracia dos documentos, ao relógio de ponto, a uma voz de autoridade, se interpondo como gesto de confrontação contra certa ordem estabelecida. (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 239).

Destaca-se também a rejeição ao modelo de identidade/identificação condicionada a subjetividade imutável, em razão de o ser ter, conforme ressalta (Castro, 2018), o caráter paradoxal, formados por conjuntos e tramas sócio-históricas e culturais que só ele pode assinalar. Nas Amazônias essas tramas são bastante complexas, abarcando “os [...] valores culturais, e a riqueza de [...] saberes naturais, produto do convívio e da experiência secular de contato com a floresta, os rios, os animais, os peixes, as plantas e a própria terra” (Benchimol, 2009, p. 20).

Nos quatro romances aqui analisados há o exemplo contundente de o *Cabra-da-Peste* para refletirmos a respeito desses conjuntos e tramas ambíguas. A cada romance o personagem se desdobra. Multifaceta a si mesmo. Amplia a visibilidade das práticas sociais e históricas nas Amazônias. Suas experiências são também *lócus* de enunciações. Fatores que deixam o

⁸⁹ Michel Foucault publicou em sua obra *A Arqueologia do Saber* (2013) um texto fundamental à compreensão do conceito de contradição, e que segundo ele “as contradições não são nem aparências a transpor nem princípios secretos que seria preciso destacar. São objetos a ser descritos por si mesmos, sem que se procure saber de que ponto de vista podem dissipar ou em que nível se radicalizam e se transformam de efeitos em causas. [...] Tomando as contradições como objetos a ser descritos, a análise arqueológica não tenta descobrir em seu lugar uma forma ou uma temática comuns, e sim determinar a medida e a forma de sua variação. Em relação a uma história das ideias que desejaria fundir as contradições na unidade semioturna de uma figura global, ou transmutá-las em um princípio geral, abstrato e uniforme de interpretação ou de explicação, a arqueologia descreve os diferentes *espaços de dissensão*.” (Foucault, 2013, p. 187-188). Esta noção de contradição postulado por Foucault é imprescindível para que possamos interpretar as Amazônias territorialidade marcada pelo dissenso.

narrador-escritor-compilador de *A Terceira Margem* (1983) meio desnordeado ao tentar apreender Miguel dos Santos Prazeres a partir da idealização do mundo, das coisas e dos seres, vejamos:

Mas, onde encontrar Miguel dos Santos Prazeres? Na pele do Cabra-da-Peste? Nas margens do Verde Vagomundo? Na pele-couro do Minossauro no verde labirinto? Ou no meio das palavras-objetos, das palavras-pessoas, das palavras-homens? Ou das palavras-sons, das palavras-cores, das palavras-sentimentos? Miguel Cabra-da-Peste seria apenas uma palavra? Minossauro seria apenas um símbolo? Ou seriam todos apenas um nome? (Monteiro, 1983, p. 30).

Faz-se necessário ressaltar que no conjunto de narrativas Miguel dos Santos Prazeres não pode ser considerado meramente como elaboração estética. Personagem ficcional. Apartado das realidades, pois suas ações e falas abarcam procedimentos que são éticos, sócio-históricos, culturais e políticos, ligados relativamente as realidades amazônicas do Baixo Amazonas e a determinados episódios históricos. Todos essas estratégias podem ser encarados como “forma de agir sócio-antropológico” (Fernandes, 2008, p. 68). Eles entrelaçam nos romances marcas das realidades e do imaginário ficcional, ou como escreve Candido (2017, p. 23) “conter certos aspectos fundamentais da sua época”.

Assim, ao colocar em voga a estrutura idiossincrática que primou por condicionar as Amazônias como território homogêneo o personagem Miguel dos Santos Prazeres faz ruim a perspectiva única de Amazônia como territorialidade enunciada. Nesse caso, a ambivalência nas falas de Miguel representam corpos sociais, culturais, históricos, políticos e econômicos intimamente marcados pelo universo heterogêneo. Ele elabora a síntese complexa que é também conjecturada por “toda uma relação íntima do homem com a natureza” (Fernandes, 2008, p. 15). Nada obstante, para melhor entendimento penso ser importante destacar aqui um trecho do posfácio escrito por Benedicto Monteiro para a edição de *Aquele um* (1985):

A ideia inicial era escrever um romance que, pela própria linguagem, formasse a personagem e refletisse o contexto da realidade amazônica totalmente isolada do contexto histórico, político e social do resto da humanidade. Mas ao iniciar essa experiência, achei que uma obra dessa natureza, naquela época de censura, repressão e violência, podia representar uma fuga dos problemas políticos e sociais que enfrentávamos e da violência particularmente desfechada

contra a cultura e a civilização fluvial do homem da Amazônia. (Monteiro, 1985, p. 222).

A afirmação de que Miguel dos Santos Prazeres simboliza a noção de territorialidades de enunciações parte da dimensão em que o “espoliado pelo processo colonial” (Castro, 2018, p. 18), fala⁹⁰ e, é tal qual Ani - deusa e personagem de *O mundo se despedaça*⁹¹, romance de estreia do poeta, ensaísta e romancista nigeriano Chinua Achebe – fala porque está em íntima comunhão com o seu mundo. No entanto, leva-se em consideração também que:

O complexo cultural amazônico compreende um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que delinearam a organização social e o sistema de conhecimentos, práticas e usos dos recursos naturais extraídos da floresta, rios, lagos, várzeas e terra firme, responsáveis pelas formas de economia de subsistência e de mercado. Dentro desse contexto, desenvolveram-se o homem e a sociedade, ao longo de um secular processo histórico e institucional. (Benchimol, 2009, p. 17).

O aludido conjunto tradicional de valores, incluindo as organizações sociais, formam imagens difusas. Maleáveis. Compósitas. Já não é mais aquele suposto “vazio de conteúdo humano” (Monteiro, 1983, p. 126). Historicamente silenciado. Um dos elementos simbólicos dessa condição poder ser a figura metafórica da casa, como bem descreveu Benedicto Monteiro (1983), feita de água, a mata, o mundo.

Contudo, na primeira alusão ao Cabra-da-Peste ou Afilhado-do-Diabo em *Verde Vagomundo* (1972) ele é descrito de maneira estereotipada pelo personagem tio Jozico e, da mesma forma, mais adiante, pelo Major Antônio Medeiros. A imagem preconcebida de Miguel está definida pela suposição de sua condição étnica-racial, sem deixar de ser atrelada a espacialidade

⁹⁰ Gayatri C. Spivak é que problematiza essa noção do poder falar em seu célebre texto *Pode o subalterno falar?*, que é também uma severa crítica ao pensamento Ocidental e a alguns intelectuais, entre os quais Michel Foucault, que para ela este está cooptado “versão restrita do Ocidente produzida por essa reinscrição e, assim, colabora para consolidar seus efeitos” (Spivak, 2010, p. 95). Partindo da noção de heterogeneidade e da reprodução das estruturas de poder Spivak, segundo Almeida (2010), elabora um pensamento crítico pautado na tarefa do e, sobretudo, da intelectual pós-colonial, “de criar espaços por meio dos quais o sujeito subalterno possa falar para que, quando ele ou ela o faça, possa ser ouvido(a). (Almeida, 2010, p. 16). E com isso confrontar “a feroz benevolência padronizadora” (Spivak, 2010, p. 110).

⁹¹ ACHEBE, Achinua. *O mundo se despedaça*. Tradução: Vera Queiroz da Cosa e Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

amazônica e ao determinismo, ao que o major considera como abarcado pelo “cerco brutal da natureza” (Monteiro, 1972, p. 47). Com predominância de uma visão simétrica e o modelo puramente reducionista o Cabra-da-Peste é retratado como um ser rústico. Um caboclo moldado. De identidade sedimentada. O que segundo Castro (2018) essa construção imaginária da noção de caboclo remonta ao século XVIII, interligada a estrutura social construída pelo barroquismo religioso e estatal, e, grosso modo, o major está ligado a estatização, pela posição social que ocupa, portanto,

os caboclos, enquanto produto histórico, são frutos de uma visão de mundo barroca, de um processo religioso de secularização barroca e de políticas públicas muito específicas que reproduziam a episteme barroca. Assim, a identidade <<cabocla>> seria condicionada pelos elementos próprios dessa episteme, dentre os quais, por essência, uma oposição fundamental entre existirem e não serem classificáveis, serem homens ou não homens, questões pertinentes ao encontro com o novo mundo e violência simbólica original da sua etnicidade e fonte de sua invisibilidade e denegação. (Castro, 2018, p. 80).

É às custas disso que no romance *Verde Vagomundo* (1972) a primeira descrição de Miguel dos Santos Prazeres é incisiva e tenta dar conta de uma uniformização dele. Achugar (2006) denomina essa tentativa de uniformização de mestiçagem mais declarativa. Construção identitária/identificação atravessada por mecanismo históricos enunciativos que, inicialmente, primaram por estereotipar, em seguida segregar, silenciar e, por fim, espoliar e exterminar. Vejamos a maneira como Miguel é descrito:

É o tipo perfeito de nosso caboclo. Acho que ele é o cruzamento de negro com índio. Tem a astúcia e a malícia do nativo; a desenvoltura e estatura do negro: as feições de índio.
[...]
ele tem no físico, todas as características do nosso caboclo típico. A começar pela cor morena que é meio indefinida. [...] gente que habita a beira destes rios é bastante raquítica. [...] é ele um protótipo. (Monteiro, 1972, p. 48-49).

De modo sumário, o que se tem descrito na citação acima são as teses racistas e deterministas que podem ser consideradas “equivocadas acerca da constituição do indivíduo que habita a Amazônia” (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 243). Contudo, conforme ressaltado, é na *persona* de Miguel que encontrarmos processos de enunciações aonde “a vivência histórica das

populações marginalizadas da Amazônia começa a poder se dizer” (Castro, 2018, p. 19). Em tempos, é como disse o geógrafo *narrador-escritor-compilador* de *A terceira Margem* (1983) a respeito das Amazônias:

o homem amazônico – que sempre soube viver e conviver com ela – [...] Resta-nos: agora, aprender e incorporar ao projeto as lições que o homem amazônico pode dar da sua fabulosa experiência e convivência com a natureza. (Monteiro, 1983, p.105).

Como ‘homem amazônico’ é Miguel dos Santos Prazeres quem amplia na Tetralogia o fenômeno das territorialidades de enunciações, colocando em crise permanente a “unicidade do sentido” (Kristeva, 2017, p. 26), para além da lógica de espaço geográfico. Com seus densos saberes e experiências ele traz para dentro das narrativas parte da diversidade dos ecossistemas amazônicos, das experiências e do dinamismo heterogêneo dos tecidos sociais, e é justamente isso que estamos aqui compreendendo com territorialidades, sendo portanto, “esse espaço – não só territorial, porém, basicamente cultural – onde o próprio lugar, o singular, termina e torna-se plural” (Antelo, 2007, p. 4).

Assim, é através Miguel dos Santos Prazeres, em uma relação intersubjetiva, que as perspectivas de Amazônias abertas angariam outras (re)significações. Os sentidos de sua linguagem substancializam concepções singulares, que está também revertida por uma dialética e pela polifonia⁹². O feito da amplificação de sentidos começam a modificar até mesmo a visão homogênea, monocromática, hegemônica e estereotipada, advinda desde o período colonial, como é possível perceber na fala do geógrafo, em *A terceira Margem* (1983):

tentando reconstituir os caminhos de Miguel Cabra-da-Peste, O Minossauro. Parece que ando sempre na sombra ou nas águas desse ubíquo rioandante. Vou de margem em margem e de porto em porto, a pretexto de uma rota simplesmente geográfica. À medida que me afasto da cidade, que subo ou desço os rios, entro nos lagos e quase me perco nos igarapés, sinto mais de perto que é quase física a sua realidade. Um riso aberto, um olhar desconfiado, um jeito perdido entre a dúvida e a certeza, põem vertigem nas tramas das palavras. (Monteiro, 1983, p.85).

⁹² A noção de polifonia empregada aqui está ligada a formulação de Mikhail Bakhtin e sua obra *Problemas da Poética de Dostoiévski* (2002). Esse livro aborda, a partir da criação artística de Fiodor Dostoiévski o que Bakhtin chamou de tipo polifônico. Para este “a polifonia pressupõe uma multiplicidade de vozes plenivalentes nos limites de uma obra, pois somente sob essa condição são possíveis os princípios polifônicos de construção do todo.” (Bakhtin, 2002, p. 35).

Fica evidente que a medida que Miguel dos Santos Prazeres cresce dentro do conjunto de narrativas até o romance final - *Aquele Um* (1985) – os *narradores-escritores-compiladores* vão também ampliando as suas noções de Amazônias e dos Amazônidas, embora é preciso enfatizar que essa visão está especialmente acentuada mais nas falas e ações de Miguel. De certa maneira, o panorama das Amazônias presente nas falas e ações de Miguel – para além das marcas de sua subjetividade - contribuíram para desmitificar a lógica essencialista de Amazônia. As temporalidades e as espacialidades angariam relevos e desdobramentos capazes de reatualizar a noção historicamente inventada/preconcebida de Amazônia.

Apesar de *Aquele Um* (1985) possuir uma voz predominante, quase assinalando uma espécie de monólogo, o conjunto das falas dentro dessa narrativa estão estruturadas numa visão mais profunda das Amazônias como territorialidades de enunciações. Envoltos de elementos como: a preponderância, nos processos de expressões, marcados pela oralidade – os falares do Baixo Amazonas; a presença das lendas, dos imaginários, dos mitos, das narrativas tradicionais nas/das Amazônias; as marcas críticas dos modos de ocupação e das relações de poder; os saberes sobre as matas, os rios, os animais, as plantas, a religiosidade e os modos de vivências, entre outros fatores. Há inúmeros exemplos que podemos citar, como este:

Os peixes não precisam esperar que os frutos caiam: é só mesmo comer os frutos pendurados que nem isca. As ciganas, que são bichos incompletos, sempre acompanham as águas. Repare bem, se elas já estão empoleiradas por muito alto. Matupá, agora boia na água sem precisar cortar engate: a força da água arranca tudo que é raiz. Veja só como descem árvores inteiras de bubuia pelo fio da correnteza. (Monteiro, 1985, p. 147).

Conhecedor das matas, exemplificado na citação abaixo:

Tem, sim, muita água por dentro do mato. Está é dando muito peixe nos pastos do campo largo. Ova de tamuatá, essa então, se entremeia nas flores pelas baixas. Mas os reinos de formigas aparecem vermelhos que nem bola de fogo. Uma por cima das outras, de bubuia, elas ficam vivas. Os caranazais tomam conta de tudo que era margem. As flores do mureru, mururé, malícia, uapé, juquiri d'água e pendão de arroz bravo, dizem que é tempo de pirapitinga. Nas matas é tempo de mari, mari-mari, mari-gordo, mari-

verde, uxi, socoró, catauari, uruá e muita fruta pra tudo o que é peixe. Os dias e as noites correm por conta das águas. Os peixes nadam por conta das flores. As aves voam por conta do espaço. Em canoa, de vara e varijão, vai-se em toda parte. (Monteiro, 1985, p. 114).

Com lógicas menos predatória temos essa evidente fala a respeito de algumas atividades extrativistas exercidas por Miguel e por parte dos tecidos sociais nas Amazônias, principalmente as comunidades ribeirinhas, que são a pesca e a caça:

Entendo de pesca: pesca de anzol, de tarrafa, de arpão, de zagaia, de oayô, de cacuri ou caniço. Não, timbó eu nunca usei porque não gosto de matar peixes inocentes. De caça, sim senhor, também entendo. Qualquer caça: onça, jacaré, paca, veado, cutia, capivara e anta. Também caça de aves: pato, marreca, jaburu, passarão, nanaí e outros bichos. Sim, bicho de pena. Todos servem. Ara, até bacurau. [...] Tarrafiar peixes não é como tarrafiar pássaros. Peixe, a tarrafa cai dentro d'água, mergulha no rio e se fecha como concha: os peixes se debatem. Aves, joga-se a tarrafa no chão e as marrecas e nanaís escondidas no pasto caem nas malhas da rede que ficam toda aberta. Mas, pássaros, tem que se jogar a tarrafa por cima das árvores. As malhas engatam nos galhos e ficam como se fossem uma imensa teia de aranha. (Monteiro, 1985, p. 75).

Ambas as citações referendam o que aqui estamos considerando como territorialidades de enunciações. As falas de Miguel dos Santos Prazeres são parte imprescindível disso, conforme enfatizamos, e a resignificação das Amazônias, esse mergulho em suas realidades, é a outra face dessa noção e as suas enunciações. O crítico Antonio Candido consideraria tudo isso como

“a abertura de possibilidades, de vias de expressão que, se afastando de uma dada rotina, violentam-na de certo modo e afirmam mais decididamente alguns aspectos do espírito, da sensibilidade ou do mundo, antes aprisionado pela estreiteza da convenção.” (Candido, 2017, p. 37-38).

Principalmente porque

encontra eco na forma de vida e pensamento do ribeirinho Miguel dos Santos Prazeres. Senhor de um relato fundado na metáfora, é possível captar nas reflexões dessa personagem índices do trajeto humano entre a natureza e a civilização (Sarmiento-Pantoja, 2005, p. 252).

Índices, vale salientar, que foram silenciados e inferiorizados desde o período colonial, e que aos poucos vai tendo a sua força intersubjetiva,

marcada pela diferença, sobrepondo-se, através da autonomia de personagens iguais a Miguel dos Santos Prazeres, contando, a maneira de um *griot* parte de nossas histórias, problematizando a visão pitoresca, abstrata, infernal e enviesada das Amazônias, que era antes apenas enunciada. Em suma, a territorialidades de enunciações parte sempre das premissas em que as Amazônias já são capazes de falar de si para si e de si para o mundo, a partir de vozes e experiências sempre coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS OU O NEGÓCIO É CORRER TERRA OU CORRER ÁGUA

A lembrança mais remota que tenho da sala de aula é a da mão calosa de minha vó Antônia, segurando firme em uma das minhas. Eu banhado. Cabelos penteados. O gosto de sabão por cima da língua. As pernas cinzentas meio que benzidas pela poeira da avenida Quinze de Novembro. Íamos, beirando as casas, tentando aproveitar as sombras delas, entre as valas de lama e os primeiros centímetros da avenida, em Fortuna, no Maranhão. Hoje suponho que aquele era o nosso contrato mais tácito, não no sentido instrumental dessa palavra, mas no que ela pode significar em relação a comunhão.

Agora não me resta dúvida que as raras vezes em que nós segurávamos um a mão do outro tinha a ver com a distância que separava a casa e a escola. Dois chãos de aprendizagens díspares. Ambas localizadas na mesma avenida de terra batida, mas em sentidos opostos. Naquele tempo, no anos finais da década de 1980 os paralelepípedos que hoje cobrem a avenida Quinze de Novembro eram apenas um sonho distante. Por isso, sempre que começávamos a nos distanciar de nossa casa a poeira do chão besuntava os nossos pés, deixando os quase cinzas. O calor excessivo impregnado nos pedregulhos aumentava o meu medo da distância.

Enquanto caminhávamos o cheiro de paiol que saturava a casa da vó e a imagem de todos os camponeses de nossa família alertava-me para alguma coisa que até agora eu não consegui decifrar. Embora, fosse certeza que o estranho cheiro jamais pudesse ter qualquer ligação com a calma de meu avô Armando, com os seus braços meio brancos, meio avermelhados. Com o som quase rouco de sua voz e as suas camisas abotoadas só até a altura de seus peitos.

Confesso que, de vez em quando, as esperanças estavam na mão da vó Antônia, que enrugada próxima as unhas já começava a angariar os indícios da velhice. Contudo, estranhamente sempre no meio da distância que separava a escola da casa a vó soltava minha mão e repetia está frase, como se fosse parte de uma de suas rezas: *vai, meu filho!* A candura na voz não diminuía o meu medo. A singular beatitude nos olhos dela não aplacava minha vontade de voltar até ela e, dizer: *vamos, vó!*

Só muitos anos depois é que fui compreender porque ela fazia isso. Um dos motivos era a de que eu tinha que aprender, a qualquer custo, a trilhar meu próprio caminho. Aprender, sem medo, onde pisar. Aprender a calcular cada tragédia do passo em falso que daria. Porque, mesmo sem nunca ter lido *Grande Sertão: veredas*, minha vó já tinha aprendido sozinha que o que a vida quer da gente é coragem. No fim das contas, o que ela dizia-me, ao soltar a mão, não era apenas: *vai, meu filho!*, mas preparar-me para lidar com as coisas inefáveis do mundo.

Eu tinha a mão livre. Na outra levava um lápis, uma borracha e um caderno brochurão de capa colorida. Em suas folhas consegui esboçar os primeiros riscos do fio de Ariadne e das milhares e uma noite que ligavam todas as histórias de meus parentes que não tiveram a chance de ir à escola, aprender pelo menos a escrever seus nomes.

Eu não tinha noção de que naqueles objetos estavam o meu destino. A oportunidade de descortinar outros sentidos sobre as coisas. Que neles estavam a única chance de aprender a ler e a escrever o mundo. As coisas e o mundo das e nas margens. As experiências fronteiriças nas palavras. O elo joyceano entre a carne, o verbo e o dia.

Antes de começar a ser conduzido à escola pela mão da vó já tinha sentido na pele o peso do analfabetismo. Os lanhos nas costas e nos braços deram-me a noção de que necessitava consagrar a minha pele e os meus sentimentos a outros horizontes. Esses lanhos eram o resultado de quem tinha que ir dentro do cocho, conduzido no rumo da roça por um jumento, montado pelo vô Armando. E isso nem foi a lição mais dura que o analfabetismo me ensinou. Anos mais tarde, já em Marabá, no Pará, de volta à casa de minha mãe, eu aprenderia a pior de todas as lições sobre o analfabetismo, que era a de ver minha mãe ir dormir com fome, porque tinha que repartir o resto de comida que sobrara do almoço, com os filhos. Ela sempre mentia, dizendo que não queria comer porque estava sem fome. Agora minha mãe está morta. Meu pai está morto. Meu vô está morto. Felizmente minha vó continuar viva, e nem tem a dimensão do quanto a sua mão repleta de calos ensinou-me que o que a vida que mesmo da gente é coragem.

A avenida Quinze de Novembro configurou-se como a *terceira margem*. Foi ela também que, aos poucos, deu-me a noção daquilo que Castro

(2011) denomina de *sentir coletivo*. As sombras das casas. A mão da vó. Os pedregulhos. A poeira besuntando os pés. A quentura. Toda essa intersubjetividade deu-me a chance de renomear o sensível, e fez-me compreender que “todos os verdes e todas as cores se resumiram [...] não tinha princípio nem fim: era uma distância. Era paresque também uma margem... mas outra margem...” (Monteiro, 1983, p. 189).

Somados já são quase quarenta anos frequentando a escola. E mesmo com o hiato de quase dez sem poder estudar, por conta de problemas pessoais, continuei aprendendo em casa, de maneira autodidata, lendo e relendo todos os livros didáticos velhos que eu tinha, até criar coragem e ingressar na universidade em 2010, no curso de graduação em Letras-Português Intervalar, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Dali em diante fui nutrindo o inimaginável sonho de um dia chegar ao doutorado para retraduzir a mim mesmo. Em parte está tese cumpre esse propósito também. Não é apenas uma escrita sobre determinadas *corpóreas*, mas minha maneira de redescobrir em mim mesmo as contradições da vida. A travessia infinita a outra margem, a outra *terceira margem*.

Assim, os tecidos sociais na Tetralogia Amazônica, as descrições dos lugares, a presença dos imaginários amazônicos, a relação dos enredos com as realidades e a própria transfigurações dessas realidades contribuem para revelar algumas camadas significativas. A múltipla contextualização histórica nos romances ampliam a compreensão mais pragmática das visões estereotipadas elaboradas sobre as Amazônias, seguindo a lógica que aqui consideramos como territorialidade enunciada, mas que surgiu a partir das ações que Gondim (2007) nos mostrou ser *a invenção da Amazônia*.

Portanto, a cada romance da Tetralogia Benedicto Monteiro preenche algumas lacunas históricas que perpassam pela dramática tentativa de ocupação das Amazônias, considerada como o *verde vago mundo*. Ocupação intensificada desde a década de 1960, através da suposta integração nacional, o jogo ideário da soberania nacional, a implementação de políticas intervencionistas, a criação de um processo de fronteirização das Amazônias e a implantação dos chamados grandes projetos, até os nossos dias. Embora, vimos que as relações de poder e contextualização histórica nos romances não estão centradas apenas nas últimas décadas do século XX, mas está ligada as

raízes temporais bem mais profundas, ou seja, desde o período colonial, exemplificado através das figuras dos coronéis-de-barranco.

Em contrapartida, as elaborações críticas sobre a territorialidade enunciada e de enunciações não podem ser entendidas aqui como meramente visões dicotômicas, binária ou dual, mas como processo que interroga a visão homogênea de Amazônia, mostrando como é possível interpretá-la a partir das relações endógenas. Das vozes como a de Miguel dos Santos Prazeres, que já não está mais emudecida.

Portanto, volto a repetir, o projeto de Amazônias nos quatro romances não conforma uma relação dualista, antagônica, mas está marcado pela contradição, que colocar em xeque a noção da suposta verdade absoluta sobre a abstrata ideia de *verde vago mundo* ou do *inferno verde* ou ainda do *eldorado*, principalmente porque essas noções de Amazônias elaboraram a perspectiva em que “a paisagem étnica, cultural e social haviam sido remodelada [...], ao mesmo tempo em que as diferenças [...] era erradicadas, ou submetidas a um processo autoritário de homogeneização” (Achugar, 2006, p. 82). Vale enfatizar que um dos pontos de convergência entre a noção de territorialidade enunciada e de territorialidades de enunciações é que ambos são fenômenos sociais e históricos, com lógicas diferentes, mas destinados, querendo ou não, a refletir e agir sobre a mesma coisa, especificamente as Amazônias.

Por fim, se Julia Kristeva tivesse lido os quatro romances da Tetralogia Amazônica reconheceria, facilmente, nesse projeto “à descoberta dos sentidos múltiplos” (Kristeva, 2017, p. 19). Reconheceria a *terceira margem* aberta pela noção de territorialidades de enunciações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: OBRAS DE BENEDICTO MONTEIRO

MONTEIRO, Benedicto. *Verde Vagomundo*. Brasília: EBRASA, 1972.

MONTEIRO, Benedicto. *Verde Vagomundo*. 4ª ed. Belém: Editora Amazônia, 2010.

MONTEIRO, Benedicto. *O Minossauro*. Rio de Janeiro: Novacultura, 1975.

MONTEIRO, Benedicto. *O Minossauro*. 4ª ed. Belém: Editora Amazônia, 2010.

MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos Milagres*. Rio de Janeiro: Novacultura, 1975.

MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos Milagres*. 5ª ed. Rio de Janeiro: PLG Comunicação. Novacultura, 1980.

MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos Milagres*. O Conto. Belém: Editora Amazônia, 2009.

MONTEIRO, Benedicto. *A Terceira Margem*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

MONTEIRO, Benedicto. *A Terceira Margem*. 3ª ed. Belém: CEJUP, 1991.

MONTEIRO, Benedicto. *Aquele um*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.

MONTEIRO, Benedicto. *Aquele um*. 4ª ed. Belém: Editora Amazônia, 2009.

MONTEIRO, Benedicto. Como se faz um guerrilheiro: novela. In: STATUS – 4 *novelas eróticas* (finalistas do prêmio STATUS de literatura 1982). Rio de Janeiro: Editora Três, 1982. P. 117-180.

MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: CEJUP, 1993.

MONTEIRO, Benedicto. *Como se faz um guerrilheiro*: novela. Belém: CEJUP, 1995.

MONTEIRO, Benedicto. *Maria de todos os rios*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1995.

MONTEIRO, Benedicto. *Maria de todos os rios*. 2ª ed. Belém: Editora Amazônia, 2009.

MONTEIRO, Benedicto. *O homem rio – A Saga de Miguel dos Santos Prazeres*. Belém: Editora Amazônia, 2008.

MONTEIRO, Benedicto. *Discurso sobre a corda*. 2ª ed. Belém: Editora Amazônia, 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: SOBRE BENEDICTO MONTEIRO:

BANDEIRA 3. *Minossoauro, os rios e o naufrágio*. Ano 1 – nº 2. 22 a 28 de janeiro de 1975. Belém: Edição independente, 1975.

BASTOS, Abgvar. O escritor e os modelos. In: MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos Milagre*. 5ª ed. Rio de Janeiro: PLG Comunicação. Novacultura, 1980.

BRUNO, Haroldo. Uma Amazônia ao mesmo tempo social e poética. In: MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos Milagre*. 5ª ed. Rio de Janeiro: PLG Comunicação. Novacultura, 1980.

CASTRO, José Guilherme de Oliveira. *A viagem mítica de um herói da Amazônia*. 1997. Tese (Doutorado) – Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 1997.

COELHO, Maria do Carmo Pereira. *Elementos míticos no Minossoauro*. Brasília: Editora Regional, 1990.

FERNANDES, Daniel dos Santos. *Benedictu Placere: uma campanha na Amazônia Paraense*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém. 2008. (*) [Orientadora: Maria Angelica Motta-Maués].

FERREIRA, João. Apresentação. In: COELHO, Maria do Carmo Pereira. *Elementos míticos no Minossoauro*. Brasília: Editora Regional, 1990.

MESQUITA, Ruth Athias. *Pelos verdes vagomundos: Alenquer na obra de Benedicto Monteiro*. 2007. 41 f. Monografia (Especialização) - História Social da Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém. 2002. (*) [Orientador: Prof. Dr. Aldrin Moura de Figueiredo]

NASCIMENTO, Maria de Fátima do. *A representação alegórica da ditadura militar em O Minossoauro, de Benedicto Monteiro: fragmentação e montagem*. 2004. 163 f. Dissertação (Mestrado) – Teoria e História Literária, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004. (*) [Orientadora: Profª. Drª. Suzi Frankl Sperber].

NASCIMENTO, Maria de Fátima. *Narradores-escritores-compiladores em três romances de Benedicto Monteiro*. MOARA. Belém, n. 27, p. 96-110, jan./jun. 2007. Semestral.

NUNES, Benedito. *O Carro dos milagres, Benedicto Monteiro*. Lisboa 2: Empresa Nacional de Publicidade, 1976. Revista Colóquio Letras, São Paulo, n. 32, p. 91-92, jul. 1976. Bimestral.

NUNES, Benedito. O Carro dos milagres. In: MONTEIRO, Benedicto. *O carro dos Milagres*. 5ª ed. Rio de Janeiro: PLG Comunicação. Novacultura, 1980.

PACHÊCO DE SOUZA, Abílio. “No rastro e no rumo das palavras”, dos fragmentos, da história brasileira recente na obra de *Benedicto Monteiro*. 2020. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos de Linguagem. Programa de Pós-graduação em Teoria e História Literária, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. (*) [Orientador: Prof. Dr. Márcio Orlando Seligmann-Silva]

RIBEIRO, Darcy. Prefácio. In: MONTEIRO, Benedicto. *A Terceira Margem*. 3ª ed. Belém: CEJUP, 1991.

ROSA, João Jesus. *Intertexto e identidade cultural em Aquele Um, de Benedicto Monteiro*. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado) - Teoria da Literatura, Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2003. (*) [Orientadora: Profª. Drª. Sônia Lúcia Ramalho Farias]

SANTELLI, Adriana Delgado. *Teatro das cores: Verde Vagomundo e as novas propostas estéticas do romance amazônico*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Letras, Linguagem e Identidade, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Acre, Rio Branco. 2008. (*) [Orientadora: Profª. Drª. Simone de Souza Lima]

SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria *A palavra territorializada: dialogismo e memória em a terceira margem, de Benedicto Monteiro*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Letras, Programa de pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, 1999. (*) [Orientador: Prof. Dr. Roland Gerhard Mike Walter].

SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria. *A imaginação utópica em A terceira margem, de Benedicto Monteiro*. *Revisa Moara*, Belém, nº 18, p. 159-169, jul. dez., 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3170>. Data de acesso: 26 de maio de 2023.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria. *O paraíso extraviado: elementos neo-utópicos e distópicos em Pessach: A Travessia, A Festa e A Terceira Margem*. 2005. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Estudos Literários, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2005. (*) [Orientadora: Profª. Drª. Maria Celia de Moraes Leonel]

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. *Platôs da ilha utópica em território amazônica: Benedicto Monteiro e João de Jesus Paes Loureiro*. In: RODRIGUES, Rauer Ribeiro; RODRIGUES, Kelcilene Gracia, BELON, Antônio Rodrigues (Orgs.). *O universal e o regional*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

SILVA, Isabel Cristiane de Mendonça. *Faces do trágico na personagem Miguel dos Santos Prazeres da tetralogia monteiriana*. 2011. 91 f. Dissertação (Mestrado) – Estudos Literários, Programa de Mestrado em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém. 2011. (*) [Orientadora: Profª. Drª. Tânia Sarmiento-Pantoja]

SILVA, Marcel Franco da. *O Precipício: um tecido de muitas vozes*. 2010. 75 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Língua Portuguesa), Departamento de Língua e Literatura, Universidade do Estado do Pará. Belém, 2010. (*) [Orientadora: Prof. Msc. Renilda do Rosário Moreira Rodrigues Bastos]

SILVA, Marcel Franco da. *O simbólico-religioso n'O precipício: uma abordagem hermenêutica sobre uma das sete narrativas d'O carro dos milagres, de Benedicto Monteiro*. Revista Litteris, Rio de Janeiro, n. 11, p. 219-235, mar. 2013. Semestral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS GERAIS:

ACHUGAR, Hugo. *Planetas sem boca: Escritos efêmeros sobre Arte, Cultura e Literatura*. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio Apresentando Spivak. In: SPIVA, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANTELO, Raúl. Lindes, Limites, Limiães. In: Boletim de Pesquisa – NELIC – Edição Especial, v. 1, Lindes/Fronteiras, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1984-784x.2008nesp1p4/8117> – Acesso: 22 de novembro de 2024, às 15h11.

ANTELO, Raúl. Territorio no es objeto. In: Recial. Año VII, nº 12. Córdoba, Argentina, novembro, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Dialnet-TerritorioNoEsObjeto-6185231.pdf> . Acesso: 23 de novembro de 2024, às 11h08.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. In: Revista Brasileira de Ciências Política. Nº 11. Brasília, maio – agosto de 2013, pp. 89 – 117. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/i/2013.n11/> Acesso: 11 de julho de 2023, às 09h17min.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. Tradução: Maria Ermantina Galvão G. Ferreira. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. *Problemas na Poética de Dostoiévski*. Tradução: Paulo Bezerra. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BARROS, Leopoldina Leitão de. *Uma visão de Romance Histórico – Coronel de Barranco e A Selva*. Rio Branco: Editora Tico-Tico, 1991.

BASTOS, Élide Rugai. PINTO, Renan Freitas. (Orgs.). *Voices da Amazônia II*. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014.

BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

BATISTA, Djalma. *Amazônia – Cultura e Sociedade*. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2006

BECKER, Berta. K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. *Fronteira Amazônica – questão sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BECKER, Berta. Introdução. In: BECKER, Berta. K.; MIRANDA, Mariana; MACHADO, Lia O. *Fronteira Amazônica – questão sobre a gestão do território*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia - formação social e cultural*. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENTO, Mateus da Silva. ABBUD, Maria Emilia de Oliveira Pereira. Caminhos e direções da perspectiva ecossistêmica na Amazônia. In: *Temática*, ano XIII, n. 01. Paraíba: NAMID/UFPB, janeiro de 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/32521/17062> . Acesso: 03 de abril de 2023, às 09h45

BRASIL. Decreto-Lei nº 411, de 08 de janeiro de 1969. Dispões sobre a administração dos Territórios Federais e organização dos seus Município e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08 de janeiro de 1969.

BRASIL. Constituição Brasileira de 1946. In: BALEEIRO, Aliomar. (Org.). *Constituições Brasileira*. 3ª ed. Coleção Constituições Brasileiras – v. 5. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRAZ, Ademir. *Rebanho de Pedras & Esta Terra*. Marabá: Grafecort, 2003.

BOLLE, Willi. A travessia pioneira da Amazônia (Francisco de Orellana, 1541 – 1542). In: BOLLE, Willi, CASTRO, Edna, VEJMEKKA, Marcel. (Orgs.) *Amazônia região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

BOLLE, Willi. *Boca do Amazonas: roman-fleuve e dictio-narium caboclo em Dalcídio Jurandir*. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências humanas. Vol. 6 (2) – Agosto de 2011.

BOLLE, Willi. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

CABRAL, Lylian José Félix da Silva. *Poéticas amazônicas: espaços da memória, oralidade e identidade na prosa de Maria Lúcia Medeiros*. 2013. 104

f. Dissertação (Mestrado) – Teoria da Literatura, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2013. (*) [Orientador: Prof. Dr. Roland Walter]

CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre Azul, 2010.

CANDIDO, Antonio. *Brigada Ligeira*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Ouro sobre o Azul, 2017.

CARPEAUX, Otto Maria. *História da Literatura Ocidental*. Vol. VII – O Romantismo. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

CARPEAUX, Otto Maria. *O Realismo, o Naturalismo e o Parnasianismo*. Coleção História da Literatura Ocidental. Vol. 7. Rio de Janeiro: LeYa, 2012.

CASTRO, Edna. Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea. In: BOLLE, Willi. CASTRO, Edna. VEJMEKKA, Marcel. (Orgs.) *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

CASTRO, Edna. CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica e desenvolvimento regional na Amazônia. In: CASTRO, Edna. CAMPOS, índio. (Orgs.) *Formação Socioeconômica da Amazônia*. Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2. Belém: NAEA, 2015.

CASTRO, Edna. Introdução a Territórios em transformação. In: CASTRO, Edna. (Org.). *Territórios em transformação na Amazônia – saberes, rupturas e resistência*. Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Fábio Fonseca de. *A cidade Sebastiana – Era do borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade*. Belém: edições do autor, 2010.

CASTRO, Fábio Fonseca de. *Entre o Mito e a Fronteira*. Belém: Labor Editorial, 2011.

CASTRO, Fábio Fonseca de. *As identificações amazônicas*. Belém: NAEA, 2018.

CASTRO, Fábio Horácio. *O réptil melancólico*. Rio de Janeiro: Record, 2021.

CECIM, Vicente Franz. Entrevista, In: JUCÁ, Karina. *Andara – Vicente Franz Cecim e a Narrativa Ontológica*. Belém: IAP, 2010.

CECIM, Vicente Franz. *Viagem a Andara oO livro invisível – Os Animais da Terra - Manifesto Curau e outras visões de Andara*. Belém: Secult/PA, 2020.

CHIOSSI. Eliana Mara. O coronelismo e suas alegorias. In: GALVÃO, André Luís Machado. *O coronelismo na literatura: espaços de poder*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2018.

COSTA, Francisco de Assis. Questão agrária e macropolíticas na Amazônia: novos momentos, grandes desafios. In: COSTA, Francisco de Assis. (Org.) *Política e planejamento do desenvolvimento sustentável na Amazônia: ensaios intempestivos*. Coleção Economia Política da Amazônia. Série IV. Dinâmica contemporânea. V. 4. Belém, NAEA, 2013.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Amazônia: Recursos naturais, tecnologia e desenvolvimento (contribuição para o debate). In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.) *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

COSTA VAL, Maria das Graças. *Redação e Textualidade*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

CRUZ, Valter do Carmo. Territorialidade, identidades e lutas sociais na Amazônia. *Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira de. HAESBAERT, Rogério. (Orgs.). Rio de Janeiro: Access, 2007.

CUNHA, Euclides. *À margem da história*. Coleção Afrânio Peixoto. Vol. 74. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras - ABL, 2005.

CUNHA, Euclides. *Amazônia um paraíso perdido*. 3ª ed. Organização: Tenório Telles. Manaus: Editora Valer, 2021.

DELEUZE, Gilles. GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2. vol. 1*. Coleção Trans. 2ª ed. Tradução: Ana Lucia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2011.

DILTHEY, Wilhelm. *A construção do mundo histórico nas ciências humanas*. São Paulo: Unesp, 2010.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Tradução: Lígia Fonseca Ferreira e Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FARES, Josebel Akel. (Org.). *Diversidade cultural: temas e enfoques – Linguagens: estudos interdisciplinares e multiculturais vol. 2*. Belém: Unama, 2006.

FERNANDES, Danilo Araújo. *A questão regional e a formação do discurso desenvolvimentista na Amazônia*. Tese (Doutorado) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará, Belém. 2011. (*) [Orientador: Prof. Dr. Francisco de Assis Costa]

FERREIRA, Denison da Silva. Território, Territorialidade e seus múltiplos enfoque na Ciências Geográficas. In: Campo-Território: revista de geografia agrária, v.9, n. 17, p. 111-135. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais: abril, 2014. Disponível em:

<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883/14380> . Acesso: 23 de novembro, às 12h26.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. *A Amazônia e a Cobiça Internacional*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968.

FERREIRA REIS, Arthur Cezar. Prefácio. In: BATISTA, Djalma. *O Complexo da Amazônia – análise do processo de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1976.

FREITAS PINTO, Renan. *Viagem das ideias*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 5ª ed. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GALVÃO, André Luis Machado. *O coronelismo na literatura: espaços de poder*. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2018.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

HALL, Stuart. *Da diáspora – Identidades e Mediações Culturais*. Tradução: Adelaine Le Guardia Resende; Ana Carolina Escosteguy; Cláudia Álvares; Francisco Rudiger e Sayonara Amaral. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-mordenidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11ª ed. Rio do Janeiro: DP&A, 2011.

HATOUM, Milton. *Relato de um certo Oriente*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia: vol. 1. Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento*. Belém: EDUFPA, 2004.

HÉBETTE, Jean. ACEVEDO MARIN, Rosa E. Colonização Espontânea, Política Agrária e Grupos Sociais – Reflexões sobre a colonização em torno da rodovia Belém-Brasília In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando a Fronteira – 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia: vol. 1. Migração, colonização e ilusões de desenvolvimento*. Belém: EDUFPA, 2004.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo – parte I*. 12ª ed. Tradução: Marcia Sá Cavalcante Schuback. São Paulo: Editora Vozes, 2002.

IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

JÚNIOR, Araripe. Ciclo Nortista. In: COUTINHO, Afrânio. FARIA COUTINHO, Eduardo. *A Literatura do Brasil*. Vol. 4. 4º ed. rev. e atualizada. Página 239 – 249. São Paulo: Global, 1997.

JURANDIR, Dalcídio. *Chão dos Lobos*. Rio de Janeiro: Record, 1976.

KRISTEVA, Julia. *Meu alfabeto – Ensaios de literatura, cultura e psicanálise*. Tradução: Adriana Zavaglia. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEITE, Marcus V. C. Mise-en-scène eleitoral numa cidade amazônica do século XIX: uma leitura de O coronel sangrado de Inglês de Sousa. In: Asas da Palavra. *Inglês de Sousa*. Nº 1. Vol. 8. Belém: Unama, 2003.

LIMA, Claudio de Araújo. *Coronel de Barranco*. Coleção Vera Cruz – Literatura Brasileira v. 144. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

LINS, Alexandre Sócrates Araújo de Almeida. *A Amazônia no cinema paraense: tensões entre o global e o local*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. (*) [Orientadora: Profª. Drª. Lindinalva Silva Oliveira Rubim]

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia – Estado – Homem – Natureza*. Coleção Amazônica nº 1. Belém: CEJUP, 1992.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia no Século XXI – Novas formas de desenvolvimento*. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Estado, Bandidos e Heróis – Utopia e luta na Amazônia*. 3ª ed. Revista e atualizada. Belém: Cultural Brasil, 2015.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. *Amazônia colônia do Brasil*. Manaus: Editora Valer, 2022.

LOPES, Valter Frank de Mesquita. PEREIRA, Mirna Feitoza. Em busca do ecossistema comunicativo do museu virtual Google Arte Project. In: MONTEIRO, Gilson Vieira. ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira. PERERIA, Mirna Feitoza. *Estudos e Perspectivas dos Ecossistemas na Comunicação*. Manaus: Ufam, 2012.

LOPES, Rafael de Figueiredo; FREITAS, Ítala Clay de Oliveira. Interconexões: ecossistemas comunicacionais e processos de criação. In: Comunicação & Informação, v. 20, nº 3 – p. 132-147; Goiânia: outubro/dezembro, 2017.

MAFFESOLI, Michel. *A contemplação do mundo*. Tradução: Francisco Franke Settineri. Porto Alegre: Artes & Ofícios Editora, 1995.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAFFESOLI, Michel. *A Transfiguração do Político: a tribalização do mundo*. 3ª ed. Tradução: Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MAGALHÃES, Basílio de. Sem título. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINS, Max. *O risco subscrito*. Belém: Mitograph Editora, 1980.

MATTOS, Maria Virgínia Basto. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica – Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. Tradução: Renata Santini. 3ª ed. São Paulo: N -1 edições, 2018.

MEDEIROS, Maria Lúcia. O lugar da Errância. In: TUPIASSU, Amaílís. (Org.). *Escrita literária e outras estéticas – Linguagens: estudos interdisciplinares e multiculturais vol. 1*. Belém: Unama, 2006.

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. 1ª ed. rev. Tradução: Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

NASCIMENTO, Durbens Martins do. Prefácio. In: SILVA, Fábio Carlos da. RAVENA, Nirvia. (Orgs.). *Formação Institucional da Amazônia*. Coleção Formação Regional da Amazônia. Vol. I. Belém: NAEA, 2015.

NETO, Miranda. *O Dilema da Amazônia*. 2ª ed. Belém: CEJUP, 1986.

NUNES, Benedito. *Passagem para o poético – Filosofia e poesia em Heidegger*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

NUNES, Benedito. *Hermenêutica e Poesia – O pensamento poético*. Organizadora: Maria José Campos. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NUNES, Benedito. O Nativismo de Paes Loureiro. In: PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Obras Reunidas*. Volume 1. São Paulo: Escrituras Editora, 2000.

NUNES, Benedito. Max Martins, Mestre-Aprendiz. In: MARTINS, Max. *Poemas Reunidos 1952 – 2001*. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará – EDUFPA, 2001.

NUNES, Benedito. Bruno de Menezes Inventor e Mestre. In: Revista Asas da Palavra. Semestral, V. 10 – nº 21. Belém: Unama, 2006.

NUNES, Benedito. *A clave do poético*. Organizador: Victor Sales Pinheiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NUNES, Benedito. *Do Marajó ao arquivo: breve panorama da cultura no Pará*. Organizador: Victor Sales Pinheiro. Belém: Secult/PA: Editora UFPA, 2012.

NUNES, Paulo. *Dalcídio Jurandí, o reinventor do caroço de tucumã*. Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2022.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Porantim*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. *Elementos de Estética*. 2ª ed. ampliada. Belém: CEJUP, 1988.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. *A Conversão Semiótica – na Arte e na Cultura*. Edição Trilíngue. Belém: EDUFPA, 2007.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. *A arte como encantaria da linguagem*. Coleção Ensaios Transversais. São Paulo: Escrituras Editora, 2008.

PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Ecosistemas Comunicacionais: uma proposição conceitual. In: MALCHER, M. SEIXAS, N.; LIMA, R.; FILHO, O. (Orgs.). *Comunicação Midiatizada na e da Amazônia*. Belém: FADESP, 2011.

PEREIRA, Mirna Feitoza. Fundamentos de uma visão ecossistêmica da comunicação: uma compreensão semiótica. In: MONTEIRO, Gilson Vieira. ABBUD, Maria Emília de Oliveira Pereira. PERERIA, Mirna Feitoza. *Estudos e Perspectivas dos Ecosistemas na Comunicação*. Manaus: UFAM, 2012.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas – Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia: No rastro do Saque*. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

PINTO, Lúcio Flávio. *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

PINTO, Lúcio Flávio. *Amazônia a Fronteira do Caos*. Belém: Falangola Editora, 1991.

PINTO, Lúcio Flávio. *Tucuruí – a barragem da ditadura*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2010.

PINTO, Lúcio Flávio. *A Amazônia em questão: Belo Monte, Vale e outros temas*. São Paulo: B4 Editores, 2012.

PINTO, Lúcio Flávio. *Hidrelétricas na Amazônia – predestinação, fatalidade ou engodo?*. Belém: Edição Jornal Pessoal, 2002.

PIZARRO, Ana. (Org.). *América Latina – Palavra, Literatura e Cultura*. Volume 1 – *Situação Colonial*. São Paulo: UNICAMP, 1993.

PIZARRO, Ana. (Org.). *O sul e os trópicos – ensaios de cultura latino-americana*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Fluminense – EDUFF, 2006.

PIZARRO, Ana. *Amazônia: as vozes do rio: imaginários e modernização*. Tradução Rômulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires - Argentina: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_quijano.pdf - Acesso: 20 de abril de 2022, às 10h32.

REIS, Eliana Lourenço de Lourenço. *Pós-Colonialismo, Identidade e mestiçagem Cultural – A literatura de Wole Soyinka*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

SABATO, Ernesto. *Antes do fim – memórias*. Tradução: Sérgio Molina. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SABATO, Ernesto. *O escritor e seus fantasmas*. Tradução: Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTIAGO, Silvano. *Uma literatura nos trópicos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2000.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História econômica da Amazônia – 1800 – 1920*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1980.

SCHUBART, Herbert. Exame da situação atual da Hileia brasileira: ecologia florestal, atividade humana recente e preservação da biota. In: COSTA, José Marcelino Monteiro da. (Org.) *Amazônia: desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

SCHUTZ, Alfred. *Fenomenologia e as Relações Sociais*. Organização e Tradução: Helmut R. Wagner. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz. A reinvenção da Amazônia a partir da invenção dos seringueiros. In: BASTOS, Élide Rugai. PINTO, Renan Freitas. (Orgs.). *Vozes da Amazônia II*. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014.

SILVA, Fábio Carlos da. RAVENA, Nirvia. Formação Institucional e Desenvolvimento Regional na Amazônia Brasileira: Fundamentos Teóricos e Síntese Histórica. In: SILVA, Fábio Carlos da. RAVENA, Nirvia. (Orgs.). *Formação Institucional da Amazônia*. Coleção Formação Regional da Amazônia. Vol. I. Belém: NAEA, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. 14ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

SOBRINHO, Barbosa Lima. Prefácio à sétima edição. In: LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUSA, Inglês de. *Coronel Sangrado*. (Sem referência a edição). Belém: Amazônia, 2009.

SOUZA, Márcio. Orelha. In: MONTEIRO, Benedicto. *A Terceira Margem*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

SOUZA, Márcio. *Breve História da Amazônia*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.

SOUZA, Márcio. *História da Amazônia: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

SOUZA, Márcio. Apresentação. In: GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

SOUZA, Márcio. Amazônia, regional e universal. In: BASTOS, Élide Rugai. FREITAS PINTO, Renan. (Orgs.). *Vozes da Amazônia II*. Manaus: Editora Valer e Edua, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Sulbaterno falar?*. Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, Vania Porto. CONSIDERA, Claudio Monteiro. CASTRO E SILVA, Maria Thereza L. L. *Colonização dirigida no Brasil – suas possibilidades na região Amazônica*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1972.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. A cidade e o rio na Amazônia: mudanças e permanências face às transformações sub-regionais. In: CASTILHO, Alison Pureza e et.al. *Terceira Margem Amazônia*. v. 1, nº 1 (jun. 2012). Revista Semestral. Página 171 – 183. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. Coleção Debates. Tradução: Leyla Perrone-Moisés. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

TUPIASSU, Amaílís. *Imagens que passais pela retina – reinvenção do chalé*. 1ª reimpressão da 1ª ed. Belém: Editora Amazônia, 2003.

TUPIASSU, Amaílís. (Org.). *Escrita literária e outras estéticas – Linguagens: estudos interdisciplinares e multiculturais vol. 1*. Belém: Unama, 2006.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Coleção Brasileira v. 290. Tradução: Clotilde da Silva Costa. 2ª ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*. São Paulo: Ática, 1989.

VAGAS, Getúlio. *Discurso do Rio Amazonas*. Belém: Oficinas Gráficas do Instituto Lauro Sodré, 1943.